

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

REJANE MEIRELES AMARAL RODRIGUES

MEMÓRIAS EM DISPUTA: TRANSFORMANDO MODOS  
DE VIDA NO SERTÃO E NA CIDADE

UBERLÂNDIA

2011

REJANE MEIRELES AMARAL RODRIGUES

MEMÓRIAS EM DISPUTA: TRANSFORMANDO MODOS  
DE VIDA NO SERTÃO E NA CIDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: História Social

Orientador: Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida.

UBERLÂNDIA  
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

- R696m     Rodrigues, Rejane Meireles Amaral, 1975-  
              Memórias em disputa [manuscrito] : transformando modos de vida no  
              sertão e na cidade. / Rejane Meireles Amaral Rodrigues. - Uberlândia,  
              2011.  
              233 f. : il.
- Orientador: Paulo Roberto de Almeida.  
              Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de  
              Pós-Graduação em História.  
              Inclui bibliografia.
1. História social - Teses. 3. Montes Claros (MG) - História - Teses. 4.  
              Comunicação de massa e história - Teses. 5. Imprensa - Montes Claros  
              (MG) - Teses. I. Almeida, Paulo Roberto de. II. Universidade Federal de  
              Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

---

### **Errata**

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral Rodrigues. **Memórias em disputa: transformando modos de vida no sertão e na cidade. 2011.** 233f. Tese (Doutorado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

| <b>Folha</b> | <b>Linha</b> | <b>onde se lê</b> | <b>leia-se</b>   |
|--------------|--------------|-------------------|------------------|
| 96           | 1            | 1818              | 1919             |
| 104          | 13           | ( ver anexo )     | não foi colocado |
| 188          | 2            | o_Triângulo       | o Triângulo      |

Rejane Meireles Amaral Rodrigues

Memórias em Disputa: Transformando Modos de Vida no Sertão e na Cidade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: História Social

Uberlândia, 13 de Maio de 2011

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro. UFU/MG

---

Prof. Dr. Franscino Oliveira Silva UNIMONTES/ MG

---

Prof. Dr. Paulo César Inácio. UFG/ GO

---

Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes UFU/MG

---

Dr. Paulo Roberto de Almeida. UFU/MG  
Orientador

Aos meus pais, José Rodrigues dos Santos e Regina Meireles, à minha irmã Renata que sempre estiveram comigo. A Wilma Isabel Fagundes Amaral e Paulo Roberto de Almeida que sempre acreditaram no meu trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à FAPEMIG- Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais, pelo apoio financeiro na realização da pesquisa e produção textual desta tese.

Ao professor Doutor Paulo Roberto de Almeida meus agradecimentos pela orientação no doutorado e pelo prazer de tê-lo tido como professor em sala de aula. Obrigada pela firmeza e sensatez de suas palavras nos momentos de insegurança, que não foram poucos. As opiniões, pareceres e sugestões apontadas por você foram o norte de que eu precisava na passagem do mestrado para o doutorado. Obrigada por tudo, e acima de tudo, por sua amizade que me é tão cara. Obrigada, Paulo Roberto de Almeida, por ser o MEU ORIENTADOR.

Nesta minha caminhada três pessoas foram e são fundamentais na minha vida: José Rodrigues e Regina Meireles, meus amados pais, os tenho como meus maiores exemplos; Renata, minha querida e amada irmã, com quem eu sempre aprendo algo mais. A vocês, minha família, meu eterno MUITO OBRIGADA.

Agradeço de forma especial aos professores Deivy Ferreira e Paulo César Inácio que participaram da banca de qualificação e me ajudaram a pensar novas questões e agora retornam à banca final e aos professores Franscino Oliveira e Sérgio Paulo que compõe a banca.

Em minha segunda passagem pela UFU tive a oportunidade de rever professores e colegas e também de fazer novas amizades. Agradeço aos professores do Seminário de Tese I e II e às professoras Maria Clara Machado, Rosângela Patriota e Kátia Paranhos pelos debates e as possibilidades de reflexões. A Célia Rocha, agradeço o “novo olhar” que suas aulas me proporcionaram, e que foram fundamentais para a escrita desta tese.

Além dos professores a convivência com os colegas foi imprescindível para amadurecimento das ideias. Fernando Damasceno e Marileuza, nosso reencontro solidificou o carinho e a admiração que tenho por vocês. Aos companheiros de debates e discussão: Ivanilda, Maria Gisele, Tadeu, Juliana e Sheille, muito obrigada pela a oportunidade de ter compartilhado com vocês, momentos valiosos de aprendizagem. Aos demais colegas da turma, muito obrigada pela oportunidade que tive de conhecê-los e de ter amadurecido nessa convivência.

Ao meu amigo Gilberto César de Noronha, um agradecimento especial, a sua presença amiga foi um lenitivo na trajetória desse curso.

Além dos amigos e companheiros de universidade, quero agradecer às amigas com quem dividi apartamento: Maria Clarice, Rosana, Mary, Jane Bezerra e Ana Márcia, a convivência com vocês foi importante para meu amadurecimento pessoal, obrigadinha.. E aos meus queridos amigos de Montes Claros que torceram por mim e me deram o apoio de que eu precisava, peço-lhes desculpas pelos momentos em que estive ausente.

Toda a minha caminhada só foi possível por causa das horas de intenso estudo e trabalho e Carla Cristina e César Porto foram pessoas especiais que compartilharam desses momentos essenciais para a consolidação da minha pesquisa, MUITO OBRIGADA POR TUDO. Agradeço aos colegas da UNIMONTES que me ajudaram e torceram por mim, aos meus orientandos, alunos e principalmente aos alunos que frequentaram o grupo de estudos MEMÓRIAS.

Aos funcionários da Universidade Federal de Uberlândia, da Secretaria do PPGHINS e do Instituto de História, bem como aos funcionários dos Arquivos e Bibliotecas em que pesquisei, e a quatro pessoas maravilhosas Bruna Cangussu, Cristina Dias, Márcia Vália e Luiz Guilherme, a vocês obrigada é pouco.

Senhor, agradeço por tudo que tendes feito por mim e por tudo que me concede a cada dia.

“Outra vez esta ideia bastante rica para nós historiadores de que o nosso objeto é a transformação, a mudança, o movimento, o interesse em saber como e por que as coisas aconteceram, principalmente para descobrir o significado e a direção da mudança.” DÉA RIBEIRO FENELON.

## RESUMO

A presente tese tem como objetivo entender o conflito construído pela imprensa, no início do século XX para a definição de Montes Claros como sendo, às vezes, uma cidade moderna e às vezes atrasada. Esse estudo surge do incômodo de que essa ainda é uma postura adotada pelos meios de comunicação da cidade de Montes Claros. A construção da tese foi problematizada a partir dos seguintes jornais *Montes Claros* de 1916 a 1918 o *Gazeta do Norte* de 1918 a 1920, pois eram esses que se destacavam na imprensa local, no período analisado. Também no sentido de dar sustentação ao debate e verificar os elementos que se relacionavam com o foco da presente pesquisa (a imprensa) utilizei como fonte os seguintes documentos Coleção Sesquicentenária, Relatórios da Secretaria de Agricultura, Diretoria de Indústria e Comércio de 1910 a 1922 e o acervo da Câmara Municipal de Montes Claros. Apontei como o conflito sertão *versus* cidade estava se fortalecendo através da rede de comunicação estabelecida pela imprensa na região. Sendo que o jornal não apresenta uniformidade em suas matérias e que possui uma linguagem abrangente e complexa, pois ele, em suas publicações, filtra a realidade e essa por si só é complexa, minha intenção foi perceber como a imprensa montes-clarence construiu, nas páginas dos jornais, uma memória de cidade e tentou apagar a memória de sertão que estava presente nas práticas e vivências dos habitantes desta região. Para isso, selecionei alguns eventos, tais como: a construção do Ramal de Montes Claros, a Linha de Tiro, a construção de prédios públicos, a pavimentação de ruas e praças, eventos esses que a imprensa da época considerava como fundamentais para que a cidade de fato existisse. Sair do suposto de que há uma memória de cidade construída pela imprensa é entender que essa memória fora construída pelos grupos políticos representados por esses jornais. Penso que a relevância do meu trabalho está em colocar em movimento as categorias cidade e sertão, considerando que essas foram apropriadas pelos grupos políticos a fim de defenderem seus interesses e que, portanto, possa nortear e ou estimular futuras pesquisas.

Palavras chave: Imprensa. Cidade. Sertão. Montes Claros.

## ABSTRACT

This these presents as main objective to understand the paradoxal issue shown by the press, in the early XX century, regarding the status of today's city of "Montes Claros". Where the press in sometimes called "Montes Claros" big city in others in was called small town. This search comes out of the misunderstanding. Still caused by the media of the city of "Montes Claros" when approaching this matter. The elaboration of this these was based on the informations extracted from the main newspapers from the local press of that time. They are the following: "Montes Claros (editions from 1916 to 1920)". On the other hand in order to support the debate, and also verify the elements involved with the focus of this search. I took as source of information the following documents: "Coleção Sesquicentenária, Relatórios da secretaria de agricultura, diretoria de industria e comércio( from 1910 to 1922), and the library of "Câmara Municipal de Montes Claros". I showed how the conflict small town *versus* big city was getting stronger by the work of the local press. Being the newspaper dubious and lacking clearness in its articles as for the vocabulary used in its publications is wide-ranging and complex. It conveys the reality which is alone complex. My intention was to perceive how the press of "Montes Claros" built. On its newspaper's lives of this region. For this I picked up some events such as: The construction of "Ramal de Montes Claros", "linha de tiro", construction of public buildings, and laying of pavements on streets and squares. The press considered these events to be fundamental for the city existence. In order to stop believing the history of the city was built by the press ones need to understand that this history was made up by the political parties those newspapers stood for. I believe the alternation of the categories city and countryside. Considering them to be appropriate for the political parties to state their interests and, there for, giving possibilities for further searches.

Key words: press, city, countryside, Montes Claros.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Gazeta do Norte, 14 de Setembro de 1918, p. 1 .....                                              | 23  |
| Figura 2 – Saneamento dos Sertões. O Montes Claros, 27 de jan de 1918, p 1 .....                            | 52  |
| Figura 3 – Charge: VOTEM NO EPITACIO. EU? EU VOTO E NO BARBOSA .....                                        | 58  |
| Figura 4 – O que o Cidadão deve saber. Gazeta do Norte, s/d, última página .....                            | 60  |
| Figura 5 – Olha o Gazeta. Gazeta do Norte, 5 de julho de 1918, p 1 .....                                    | 96  |
| Figura 6 – Mapa de Montes Claros e dos principais distritos, retratando o olhar de Urbino Viana .....       | 103 |
| Figura 7 – Luz electrica. O Montes Claros, s/d nº 32 .....                                                  | 108 |
| Figura 8 – Proseguimento do ramal Curralinho-Montes Claros. O Montes Claros, 9 de agosto de 1917, p 1 ..... | 125 |
| Figura 9 – Elixir de Inhame. O Gazeta do Norte 14 de dez de 1918 .....                                      | 134 |
| Figura 10 – Café dos Presos. Gazeta do Norte, 21 de setembro de 1918, p. 2 .....                            | 146 |
| Figura 11 – Linha de Tiro, O Montes Claros, 31 de maio de 1917, p 1 .....                                   | 147 |
| Figura 12 – O Calendário do Lavrador, O Montes Claros, 4 de jan de 1917, p 3 .....                          | 154 |
| Figura 13 – Assumptos da Roça, Gazeta do Norte.....                                                         | 163 |
| Figura 14 – Sameamentos dos sertões: Um sonho. O Montes Claros 24 de fev de 1918, p 1 .....                 | 186 |

## LISTA DE SIGLAS

AM - Modulação em Amplitude

FM - Modulação em Frequência

PRM - Partido Republicano Mineiro de Montes Claros

PRP - Partido Republicano Paulista

## SUMÁRIO

|   |                                                                                           |     |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO .....                                                                          | 15  |
| 2 | <b>CAPÍTULO I:</b> Imprensa: órgãos dos interesses gerais do Norte .....                  | 36  |
| 3 | <b>CAPÍTULO II:</b> A imprensa ao nascer do século XX .....                               | 75  |
| 4 | <b>CAPÍTULO III:</b> As cidades narradas, as cidades construídas, as cidades vividas..... | 101 |
| 5 | <b>CAPÍTULO IV:</b> O sertão vivido, o sertão construído, o sertão narrado.....           | 152 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                | 198 |
|   | REFERÊNCIAS .....                                                                         | 209 |
|   | ANEXOS .....                                                                              | 215 |

## Introdução

Para quem chega pela primeira vez em Montes Claros, por uma de suas “quatro entradas” rodoviárias, tem a impressão de que essa se localiza em meio a um enorme buraco, no entanto, não é essa a visão dos que aqui habitam, pois as serras que a circundam não são assim tão altas. Na verdade, para os habitantes dessa cidade, o buraco não existe, o que realmente existe é um serra na região sudeste da cidade que passa quatro meses verde, causando alegria aos moradores que para lá olham, e oito meses, devido ao período de estiagem, marrom, sem vida, seco; causando, nesses mesmos habitantes, sentimento contrário. Além desse “cenário” observado pelos montes-clarenses, eles ainda convivem com um triste cenário que é mostrado repetidamente, entre os meses de setembro e novembro, pelos telejornais das principais emissoras de televisão do país: animais mortos, pouca vegetação, homens e mulheres buscando água em açudes ou lagoas barrentas – por causa da seca, romarias a cruzeiros, nos quais os romeiros depositam pedras e vasilhas com água, carregadas na cabeça; para depois das orações e ladainhas molharem os “pés do cruzeiro”. Não que essa não seja a realidade de alguns moradores dessa região, mas a construção dessa imagem e o peso que é dado a determinadas palavras constroem uma figura exagerada e, até mesmo, caricaturada das pessoas desse lugar e de suas práticas de vida.

Deixando a imprensa nacional de lado e pensando na imprensa local, atualmente temos em Montes Claros, quatro jornais impressos e quatro emissoras de rádio, ambos com divulgação de notícias diárias, além de duas emissoras de televisão, uma local – ligada à Rede Minas – e outra afiliada da Rede Globo de Televisão. Ambas têm uma programação com três momentos jornalísticos. Temos também uma faculdade que oferece curso de Comunicação Social. Vivendo em uma cidade que tem 361.971 habitantes, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, percebo que a imagem de cidade moderna ou cidade atrasada, sertão ou região “em desenvolvimento” ainda não está bem “resolvida” para os jornalistas. Não é raro em uma mesma edição conferirmos essa contradição, numa reportagem, às vezes, a cidade é apontada como desenvolvida, e em outra já é mencionada como “atrasada”. O mesmo percebo na programação vinculada pelas rádios locais, tanto AM (Modulação em Amplitude) quanto FM (Modulação em Frequência), em que os repórteres estão sempre procurando estabelecer uma conexão entre os fatos noticiados no país aos aqui

ocorridos, deixando, com essa atitude, transparecer a necessidade de reafirmar a cidade como uma grande metrópole. Assim a história da cidade vai sendo construída de forma apropriada pela imprensa, ora com um passado glorioso dos grandes feitos de homens considerados heróis, ora com um passado pessimista, sem grandes perspectivas. As chamadas “datas comemorativas” são evidenciadas, nas páginas dos jornais, com fotos, textos de memórias, entrevistas com pessoas “ ilustres” da cidade, enquanto a imprensa televisiva, por sua vez, apresenta séries com os “lugares históricos” da cidade, músicas sertanejas, entrevistas, álbuns de famílias consideradas ilustres, tudo isso com a intenção de criar uma memória para a “Princesa do Norte”, “Cidade da arte e da cultura” (slogans criados pela imprensa na década de 80) e atualmente reforçada como “Cidade Universitária” e “Capital do Norte de Minas”.

Todas essas contradições lidas e ouvidas me levaram a questionar de onde vem o conflito construído pela imprensa para a definição de Montes Claros como sendo, às vezes, uma cidade moderna e às vezes atrasada. Partindo desses incômodos e conflitos, pretendo pensar como a imprensa montes-clarence, daquela época, criou e ainda cria memórias e de como essas memórias dialogavam com os projetos de cidade pensados pelos grupos políticos que estavam por traz dessa imprensa e que intencionava apagar a imagem de sertão.

A justificativa para propor um projeto de tese com esse tema vem da percepção de que, na década de 20, as coisas “aconteceram”, e o maior acontecimento foi a inauguração do Ramal de Montes Claros. Ao ler o trabalho do professor Gy Reis (2006) em que temos o recorte do período de 1917 a 1926 que abrange a inauguração da luz elétrica e a inauguração da via férrea, verifico que existiram, anterior a esses “acontecimentos”, outros projetos que cumpriam o papel de convencer a população, a tal ponto de esses se tornarem essenciais. O que antes não pertencia à realidade daquelas pessoas e, portanto, não era visto como necessário, passou a ser desejado e esperado com ansiedade. Era conveniente que a população usufrísse dos benefícios da luz elétrica, do bom funcionamento das agências dos correios, de estradas em melhores condições, da linha férrea e que tivessem comportamentos adequados aos espaços públicos da cidade, e foi justamente a partir disso que surgiu a necessidade dos projetos de convencimento. Esses vêm, portanto, ao encontro dos meus anseios em refletir a memórias de cidade e sertão que era apresentada nas páginas dos jornais locais.

Dessa forma, a década de 1910 a 1920, no meu entendimento, é o período ideal para ser problematizado, pois os jornais referentes a esse momento trazem

matérias que abordam a respeito dos projetos de melhoria e urbanização de espaços; técnicas consideradas as melhores e as mais modernas para a agricultura; bem como matérias que abordavam a necessidade de que a população adotasse comportamentos mais “civilizados”, enfim, uma década em que esses projetos eram vistos como sinônimo de poder e espaço nas páginas dos jornais.

A primeira inquietação em relação a essa temática surgiu a partir da fonte, citada abaixo, fonte essa utilizada na minha dissertação do mestrado que comentava sobre um assassinato, no qual o assassino foi descrito como um animal e não como gente. O que gerou um incômodo naquela fase da pesquisa. Percebi que a imprensa quando tratava assuntos sobre violência, cidade e sertão, o fazia sempre com exagero de descrição:

#### **Pelos Municípios Tayobeiras**

Apareceu na prospera localidade de Tayobeiras deste município, um indivíduo que fazia chamar-se Leonídio e ter vindo dos lados de Fortaleza.

Confessa cynicamente (sic.) o dito bandido já ter feito 24 mortos e que espera seus companheiros ali para saquearem o comércio como fizeram em “Água Vermelha”, porém impacientando-se com a demora daquelles, resolveu, mesmo só, ir mostrando bravuras no sei estúpido modo de pensar, começando por assassinar a Candido de tal, pobre pai de 11 filhos. Candido embriagando-se em uma casa discutia com o individuo José Pretinho quando chegou **a terrível fera, insaciável de sede do sangue humano e sem mais nem menos foi disparando um tiro de Browng sobre a infeliz victima(sic) que immediatamente cahiu ouvindo as palavras do monstro – não agüentou mais de um tiro? Pegue nesta porcaria José Pretinho e vamos pol-o (sic) no cavallo para ir fazer carniça fora daqui, e assim fizeram**, quando a victima exalava o ultimo suspiro **(grifo meu)** (GAZETA DO NORTE, 1919, p. 3).[sic]<sup>1</sup>

Durante as pesquisas do mestrado<sup>2</sup>, de todas as fontes lidas, a que mais me chamou a atenção foram as matérias dos jornais daquela época, tanto sobre Antônio Dó<sup>3</sup>, como sobre o Norte de Minas. Ao terminar as pesquisas do mestrado, compreendi

---

<sup>1</sup> O termo [sic], não será utilizado nas demais citações em que aparecem erros de grafia, uma vez que essas são fidedignas às fontes, caracterizando a ortografia daquela época.

<sup>2</sup> RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Antônio Dó: Um Bandido Social das Margens do Rio São Francisco – 1910/1929**. Uberlândia. Dissertação de Mestrado – UFU. 2004.

<sup>3</sup> Após ser preso, por questões de demarcação de terra com seu vizinho, Chico Peba, em 1909, e somado à mágoa de não ter visto esclarecido o assassinato do seu irmão, Honório Antunes França, Antônio Dó

que questões sobre sertão, violência, e a história de Antônio Dó (ocorrida em São Francisco) não eram mencionadas com “tranquilidade”. Essas colocações se emaranhavam na ideia de que “conservar” a história de Antônio Dó era deixar vivo o sertão e, conseqüentemente, as práticas sertanejas, e “apagá-la” seria deixar “fluir” a cidade, o moderno, o progresso. Ao analisar a história de Antônio Dó tentei fazer um recorte das matérias que se referiam apenas a esse evento. No entanto, percebi que isso não seria possível, pois os elementos apresentados, nas páginas dos jornais, mesmo que de outras matérias, eram importantes constituintes para a construção da memória a respeito de Antônio Dó. Essa percepção foi fundamental para o direcionamento do problema da presente tese, pois isso possibilitou entender o vínculo existente entre as várias matérias do jornal. Ainda que abordassem assuntos distintos, esses eram correlacionados e, portanto, não poderiam ser dissociados. Dessa forma, o problema da tese será de suma importância no processo de entender a constituição histórica da região onde moro, pois como defendi na minha dissertação:

Mais do que promoção social, os jornais editados durante a Primeira República revelam nas reportagens a identidade de uma região onde imperava a violência. Muitas reportagens de jornais da época registram estas imagens de poder, formando um perfil para o Norte de Minas de extrema violência e opressão (RODRIGUES, 2004, p. 105).

---

fugiu da delegacia em que estava preso. Recrutou um grupo de homens que, a partir de então, passou a segui-lo e juntos fizeram “justiça com as próprias mãos”. Durante dezenove anos, Antônio Dó percorreu o Norte de Minas, Sul da Bahia e Sul de Goiás. Fez alguns trabalhos para coronéis da região, trabalhou por conta própria em um garimpo na região de Paracatu, mas jamais voltou a exercer a função de lavrador. Confrontou-se com a Polícia Militar várias vezes, naquele período chamada de Força Pública. O período em que seu bando existiu foi marcado por um excesso de intervenções na administração local por interesses particulares. Os homens que exerciam este poder não limitavam suas ações para conseguir o que queriam, e, conseqüentemente, “retiravam” ou eliminavam do caminho as pessoas que não estavam de acordo com suas vontades.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Antônio Dó: Um Bandido Social das Margens do Rio São Francisco – 1910/1929**. Uberlândia. Dissertação de Mestrado – UFU. 2004.

Ao ler a respeito dos jornais<sup>4</sup>, percebi a abrangência e a complexidade desta linguagem. A partir da década de setenta do século vinte, o jornal passou a receber um tratamento diferenciado no Brasil, enquanto fonte, isso me levou a indagá-lo como prática social de uma época passível de questionamentos. Colocando essa imprensa em movimento, no processo histórico, para entender e pensar tais escritas, pretendo chegar ao entendimento de que no início do século XX, a imprensa escrita estava se consolidando em Montes Claros. Tendo “imperado” durante todo o século XX, consagrou relações e posturas, cristalizou projetos de cidade e sertão, grupos ricos e pobres, associando modernidade e progresso a determinadas práticas e também relacionando atraso, pobreza e sertão.

Desse modo, busco entender como os jornais, publicados em Montes Claros, no período de 1910 a 1920, “construíram” uma memória sobre Sertão e Cidade. Quais os interesses permeavam essas memórias? Dentre as colunas publicadas nos jornais quais tendiam em reavivar, em alguns momentos, o “sertão norte-mineiro<sup>5</sup>” e, em outros, criar “as cidades modernas” do Norte de Minas? Procurei *cidade* no corpus documental, enquanto vivência e experiência de vida, e muitas vezes, os jornais o apresentava como sendo práticas que deveriam deixar de existir por considerarem que essas estavam diretamente ligadas ao sertão. Tenho como hipótese a opinião de que quando convinha aos jornalistas a cidade aparecia como moderna, quando não, aparecia como atrasada, com ares de campo, divulgando a imagem de sertão atrasado. Também vejo que as campanhas em favor da luz elétrica, da construção do Ramal, da canalização da água, entre outras, eram vinculadas pela imprensa com a função de associar a imagem de progresso aos benefícios que viriam, e esses eram, portanto, utilizados como

---

<sup>4</sup> Neste sentido vide: LUSTOSA, Isabel. **Insultos impresos. – A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: companhia das Letras. 2000.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Mauad, 1999, Pg. 331. LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PRINSKY, Carla Bassanizi (orgs.). **Fontes Históricas**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal o Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Alfa- Ômega. 1980.

\_\_\_\_\_. **Os Arautos do Liberalismo. Imprensa paulista- 1920/1945**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Multidões em cena. Propaganda e política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas: Papirus.1998.

<sup>5</sup> Lembrando que a vida de Antônio Dó é a principal expressão sobre ser o Norte de Minas, durante a Primeira República, um sertão, revelando que as práticas exercidas por jagunços e coronéis eram a base das relações sociais de cidades da região. Por isto, entendemos que o título do nosso projeto continua sendo um eixo da nossa pesquisa.

elementos para ilustrar tais campanhas. Outro aspecto que observo é que os grupos políticos se beneficiavam de alguma forma, dessa memória construída pela imprensa.

O processo histórico de formação da cidade de Montes Claros, como veremos a seguir, nos revela que essa tem origens nas práticas campestres, e que a sua constituição se deu em torno da Fazenda Montes Claros, tendo sido elevada a sesmária pelo alvará de 1707. Antônio Gonçalves Figueira obteve do Estado, uma légua por três de comprimento, onde fundou a fazenda de Montes Claros. Nesse local, construiu uma Igreja para veneração da imagem de Nossa Senhora e ao redor ergueu casas, para os vaqueiros e agregados da fazenda. A partir daí surge o povoamento com a construção de residências e casas comerciais, o que elevou a fazenda a arraial, vila e depois cidade<sup>6</sup>. A criação de gado era, até então, a principal atividade econômica. Em 16 de outubro de 1831, tomou posse a primeira Câmara Municipal, juntamente com o primeiro Agente Executivo da Vila<sup>7</sup>. Ainda nessa década, Montes Claros passou a ter um Juiz Municipal, foi fundada a Legião da Guarda Nacional e chegou à região o primeiro pároco, além do primeiro médico.

Em três de julho de 1857, sob a Lei n. 802, a Vila passou à condição de cidade de Montes Claros, e em 1875 foi fundada a escola de Instrução Primária. Para completar as características de “cidade”, em 23 de janeiro de 1833, foi inaugurada a Agência dos Correios<sup>8</sup>. Para os memorialistas o “progresso” não parou por aí, esses registram em 1871 a criação do Hospital de Caridade<sup>9</sup>. Como o pensamento da época era associar educação a desenvolvimento, em 1879 foi criada a Escola Normal<sup>10</sup>, porém

---

<sup>6</sup> Fernão Dias Pais, originou Bandeira, e, em 20 de outubro de 1672, Antônio Gonçalves Figueira pertencia à Bandeira Gonçalves Figueira. Deixou a Bahia, foi até as margens do Rio Paraopeba, retornou ao sertão mineiro, caçando índios e construindo fazendas. Formou três grandes fazendas: Jaíbas, Olhos d'água e Montes Claros. 1832: de vila passou à paróquia (José Lopes de Carvalho, construiu uma casa de residência, e logo após a capela para devoção de Nossa Senhora da Conceição e São José). Arraial de Formigas, Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas, Vila de Montes Claros de Formigas e Montes Claros. A 14 de setembro de 1886 teve-se a inauguração da Capela de Santa Cruz, cujo começo da construção foi iniciada dois anos antes por Dona Germana Maria de Olinda para pagar uma promessa. Neste sentido, vide: SILVEIRA, Yvonne; COLARES, Zezé. **Montes Claros de ontem e de hoje**. Montes Claros: Gráfica Giordani Editora Ltda., 1999.

<sup>7</sup> Hoje cargo de prefeito.

<sup>8</sup> Levaria para Vila Diamantina do Tejuco e de lá para Ouro Preto, então capital província. Neste sentido, vide: VIANA, Urbino. Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Editora UNIMONTES, 2007.

<sup>9</sup> Instalado em 1877, pelo construtor tenente-coronel Francisco Freire da Fonseca (duas enfermarias, uma feminina e outra masculina). Neste sentido, vide: SILVEIRA, Yvonne; COLARES, Zezé. **Montes Claros de ontem e de hoje**. Montes Claros: Gráfica Giordani Editora Ltda., 1999.

<sup>10</sup> 1905, suprimida pelo decreto n. 1.788, de 31 de janeiro. Retorna em 1915. PAULA, Hermes de. Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes. Neste sentido, vide: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2007.

essa só foi instalada em 21 de fevereiro de 1880 e em, de 16 de dezembro de 1906, foi criado o Grupo Escolar Gonçalves Chaves<sup>11</sup>.

Todas essas inaugurações e construções, para os memorialistas e historiadores, ainda não definiam Montes Claros como sendo cidade “moderna”. No final do século XIX, mais especificamente, em 13 de outubro de 1877, incentivados pela Lei n. 2.389, a Fábrica do Cedro, contendo 72 teares, comprados nos Estados Unidos, iniciou suas atividades com uma equipe de 127 operários, produzindo 30.000 metros de tecido. O comércio local efetivou-se com a construção do prédio do Mercado Público<sup>12</sup>. A cidade, desde quando ainda era arraial, já tinha bastante movimento de tropeiros que compravam e vendiam gêneros alimentícios. A partir daí, as comunicações tornaram-se imprescindíveis para a cidade. Os memorialistas registram que em 27 de outubro de 1892 a primeira linha telegráfica foi inaugurada<sup>13</sup>.

Em 1884, começava a trajetória da imprensa em Montes Claros, mais especificamente em 24 de fevereiro, quando saiu o primeiro número do semanário “Correio do Norte”. É sabido que, em Montes Claros, de 1884 a 1914<sup>14</sup>, vários jornais foram abertos<sup>15</sup> e fechados. Todos tinham, à frente, grupos políticos ou fazendeiros da cidade. Cada jornal, já naquela época, apresentava seu parecer sobre determinado acontecimento, defendendo uma causa. Como o ocorrido quando da instalação da luz elétrica no início do século XX, em 20 de janeiro de 1917. O industrial Francisco Ribeiro dos Santos promoveu uma festa de inauguração e o evento ganhou grande destaque nas páginas dos jornais locais, esse foi um fato que trouxe grande repercussão política para as autoridades da época. A inauguração da luz elétrica possibilitou, no mesmo ano, a criação do Cine Ideal. Para a imprensa e para os memorialistas, da época, o “sertão” só deixaria de existir quando não estivesse mais isolado. Assim como a luz

---

<sup>11</sup> O governador João Pinheiro criou os Grupos Escolares do Estado. Neste sentido, vide: SILVEIRA, Yvonne; COLARES, Zezé. **Montes Claros de ontem e de hoje**. Montes Claros: Gráfica Giordani Editora Ltda., 1999.

<sup>12</sup> Em 3 de setembro de 1899, foi inaugurado o mercado, situado no Largo de Cima, atualmente praça Carlos Versiani. Neste sentido, vide: VIANA, Urbino. Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Editora UNIMONTES, 2007.

<sup>13</sup> Segundo Urbino Viana, “o presidente do estado, Dr. Afonso Pena, compareceu à repartição dos telégrafos, de Ouro Preto, e às 13 h e 30 minutos recebeu o primeiro telegrafo vindo de Montes Claros pelo Engenheiro Antônio Ramalho, instaurador da Estação Telegráfica”. Neste sentido, vide: VIANA, Urbino. Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Editora UNIMONTES, 2007.

<sup>14</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>15</sup> Abertos: Correio do Norte, Montes Claros (aberto e fechado 2 vezes), O Operário (existiu de 1894 a 1895), o Agricultor (apenas 40 edições), A Lucta (15 número – março de 1900), O bohemio (de julho de 1905 a dezembro do mesmo ano), A Verdade (início 1907, não foi possível localizar a data do encerramento das publicações deste jornal). Imprensa Oficial, VIANA, pg. 91 a 97.

elétrica, a inauguração da estação Ferroviária Central do Brasil, em 1º de julho 1926, pelo então ministro Francisco Sá e a abertura de algumas estradas que ligavam Montes Claros a outros centros comerciais foram acontecimentos que ganharam evidência na imprensa, pois esses, segundo a imprensa, propiciariam aquele que seria o seu grande projeto: ver o “sertão” dando lugar à cidade progressista.

Na segunda década do século XX ocorreu, no Brasil e no mundo, um turbilhão de fatos que foram notícia na imprensa nacional como: a Primeira Guerra Mundial, a Gripe Espanhola, a economia com embates capitalistas, a Revolta da Chibata, todos esses, acontecimentos urbanos. Esses fatos, ocorridos durante aquele período, dentre outros, acrescentaram novas características, características essas, que mudaram a função da imprensa. Se pensarmos tais fatos como sendo apenas eventos mundiais e nacionais, talvez não fosse possível estabelecer ligação entre os mesmos e a nova postura adotada pela imprensa local, no entanto, é a partir desses acontecimentos que a imprensa de Montes Claros se configura, sendo essa, portanto, a proposta da presente pesquisa, perceber, através da imprensa, as rupturas e permanências acarretadas nessa região.

As práticas e realizações ocorridas, após a instalação da imprensa em Montes Claros, foram divulgadas e publicadas nas páginas de vários jornais que eram produzidos e distribuídos nas cidades do Norte de Minas, sempre disputando uma definição: ou o norte era o lugar do atraso – o sertão –, ou estava deixando de sê-lo, e o progresso e a modernidade estavam chegando. O conflito sertão *versus* cidade estava se fortalecendo através da rede de comunicação estabelecida pela imprensa e que agora passava a atuar, também, em nossa região.

Em Montes Claros, naquela época, os jornais circulavam e criavam a falsa ideia de que tinham “livre trânsito” nos diversos espaços. A cidade era dividida em cidade de Baixo, espaço de influência dos Prates, e cidade do Alto sob influência dos Alves, até mesmo nos eventos, festas e entre os moradores havia divisão. Os dois representantes disputavam a presidência da Câmara Municipal<sup>16</sup>, sendo que Honorato Alves já havia sido presidente no período de 1893 a 1897 e 1897 a 1905<sup>17</sup>, e teve João

---

<sup>16</sup> PORTO, César Henrique de Queiroz. **PATERNALISMO, PODER PRIVADO E VIOLÊNCIA: O campo político Norte – Mineiro durante a Primeira República**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2007.pg. 19.

<sup>17</sup> VIANA, Urbino. Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Editora UNIMONTES, 2007.

José Alves, seu irmão, como presidente no período de 1908 a 1912<sup>18</sup>. No período a que se refere esta pesquisa, 1910 a 1920, havia duas tendências políticas: os conservadores e os liberais. Os liberais eram representados pelo grupo de Camillo Prates, cuja denominação foi primeiro “cascudos” e depois “pelados”; e os conservadores, representados pelo grupo honoratista, tendo sido denominados primeiramente de “chimandos” e depois “estrepes”. Os Alves, tinham o jornal “*Montes Claros*” como porta-voz; já os camilistas tinham o apoio do “*Gazeta do Norte*”. Essas famílias buscavam, através desses jornais, meios para divulgar seus projetos de governo. A circulação dos jornais propiciava a veiculação de denúncias e informações sobre inaugurações dos projetos e até mesmo críticas entre os rivais políticos.

Os jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte* expressavam a disputa política partidária que existia, em Montes Claros durante a Primeira República. Suas matérias contraditórias apontavam o conflito político e social que margeava as relações, no período aqui delimitado. A imprensa, nesta tese, é entendida como linguagem, e é composta de experiências sociais; por conseguinte, a proposta desta pesquisa não é apenas entender a informação, mas também problematizar o sentido de pertencimento e a concepção de cidade e sertão construída e desconstruída nos periódicos estudados e, portanto, compreendidos como objetos de investigação.

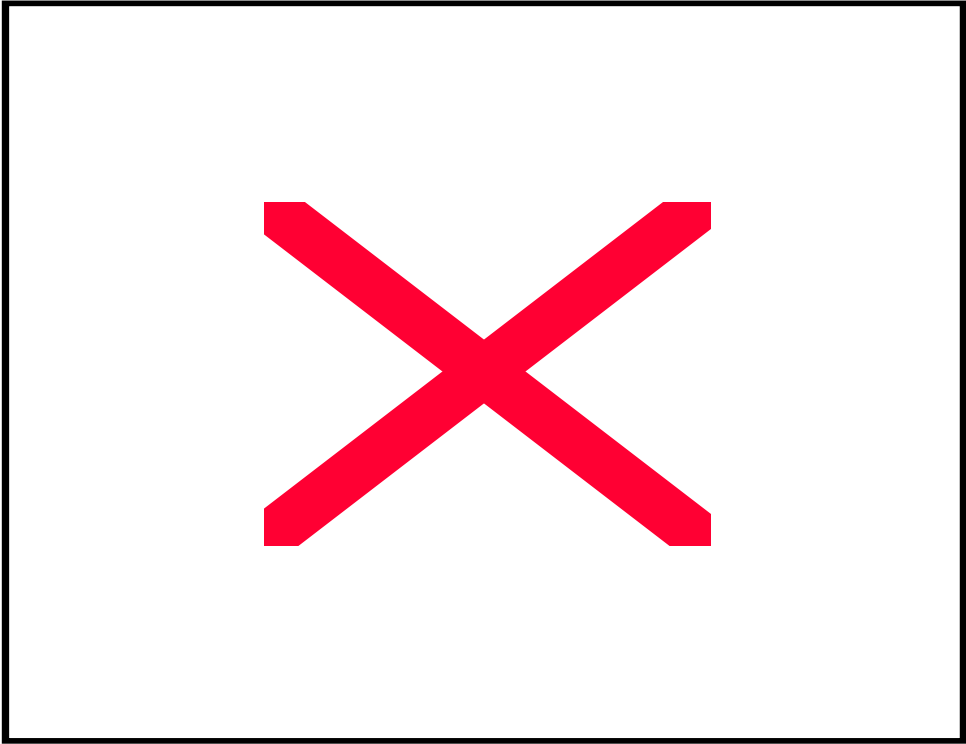
A reflexão a respeito da imprensa no início do século XX, e de como essa criou a memória de cidade e sertão para Montes Claros e o norte de Minas são os processos norteadores da presente pesquisa. Para tanto, faz-se necessário entender como Montes Claros e o norte de Minas eram naquele período. Para visualizar esse processo histórico, tanto o jornal *Montes Claros*, como o *Gazeta do Norte*, foram fundamentais na obtenção dessas informações ao trazerem, registrada, em suas páginas, a natureza histórica da cidade.

As leituras dos jornais, feitas para a tese, possibilitaram conhecer e distinguir a postura desses, revelando que um se diferenciava do outro, desde os aspectos físicos até os conteúdos apresentados. É possível perceber que o *Gazeta* possuía uma estética gráfica mais atraente e ousada para a época e para a região, tinha caráter mais liberal do grupo que representava. Já o *Montes Claros* tinha feição mais conservadora, também correspondente ao grupo que representava. Esse jornal tinha como foco as informações locais, mesmo quando divulgava notícias mundiais ou nacionais, não estabelecia ligação

---

<sup>18</sup> Ibid. loc. cit.

entre essas e as locais, o que não ocorria com o *Gazeta*, esse sempre procurava deixar transparecer que fazia uma imprensa moderna e atuante.



**DO TIRO**  
Desde ha muito tempo, ja devia estar nesta cidade o armamento do tiro.  
Procurando saber a causa da demora, verificamos se ella por ter a Casa Cocó contractado todas as tropas para carregarem durante este anno, o enorme e collossal sortimento que espera.  
Para desfazer-se do actual, o Cocó está vendendo por preços baratissimos.  
  
Foi nomeada subdelegado da policia de faramento deste Municipio, o cidadão João Ferreira do O.  
  
Ao congresso municipal, na sessão de hoje, presidida, e a cargo dos Deputados, foi apresentado um importante projecto reformando a constituição do nosso Estado.  
  
**A GAZETA DO NORTE PRECISA DE UM BOM TYPOGRAPHO**

Figura 1 - Gazeta do Norte, 14 de Setembro de 1918, p. 1.

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

O jornal *Montes Claros*, em uma das edições do ano de 1916, divulga em suas páginas comentários a respeito da publicação da monografia de Urbino Viana intitulada “**Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos**”, e noticiou, em agosto do mesmo ano, o surgimento do jornal “*O Binóculo*”. O acordo feito entre os Alves<sup>19</sup> e os Prates<sup>20</sup>, foi outra publicação do *Montes Claros*, porém essa notícia já havia sido divulgada pelo jornal de Belo Horizonte - *Minas Gerais*. A publicação da mesma evidenciava a existência de uma rede de

---

<sup>19</sup> A família Alves desponta nas narrativas sobre Montes Claros quando chega a esta região em 1877 Marciano José Alves, grande fazendeiro de Medanha (Diamantina), atraído pelo comércio em Montes Claros e pela amizade com Justino de Andrade Câmara. Assassinado em 1911 na fazenda de Canoas deixou quatro filhos, dentro eles Honorato José Alves. Este nasceu ainda no distrito de Diamantina na região de Medonha em 10 de novembro de 1868, formou-se em medicina na Faculdade de Medicina da então Capital Federal, Rio de Janeiro. Ao estabelecer seu consultório em Montes Claros no ano de 1891, foi convencido pelo dr. Carlos Versiani a se ingressar na carreira política tomando a frente do Partido Conservador. Em 1893, foi eleito vereador e presidente da Câmara Municipal. Tomou posse do cargo de Agente Executivo em 7 de setembro de 1893 quando também criou a imprensa local do município com “O Montes Claros”. Casou-se com d<sup>a</sup> Violeta Melo Franco, filha do senador Virgílio de Melo Franco. O irmão de Honorato Alves, João José Alves também se tornou médico e político e se casou com d<sup>a</sup> Tiburtina Andrade Câmara. Honorato Alves permaneceu como deputado federal de 1906 a 1930, quando o Congresso Nacional foi dissolvido. A partir de então passou a lecionar a disciplina de oftalmologia da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Neste sentido, vide: BRASIL, Henrique de Oliva. **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1983. pp. 193, 194. e PAULA, Hermes Augusto de. **Montes Claros sua história sua gente seus costumes – parte II**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. p. 5).

<sup>20</sup> Camilo Filinto Prates pertence à família holandesa dos Prates que vieram para o Brasil em fins do século XVII e se estabelecera em Minas Gerais. Nasceu na fazenda Brejo do Santo André, em dezembro de 1856. foi professor da Escola Normal e se tornou deputado provincial em 1883. Foi presidente do Conselho de Intendência de 1890 a 1892. Quando foi deputado fez parte de várias comissões como, por exemplo, a de finanças. Foi eleito deputado federal de 1905 a 1906 e nomeado Inspetor Técnico de Ensino em 1907. Novamente em 1908 se elegeu deputado federal e permaneceu no cargo até 1930, quando da dissolução do Congresso para a implantação do governo provisório de Vargas. Neste sentido, vide: BRASIL, Henrique de Oliva e **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1983. p. 195. e PAULA, Hermes Augusto de. **Montes Claros sua história sua gente seus costumes – parte II**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. p. 140).

comunicação entre esse e a imprensa oficial em Belo Horizonte, e revelava ainda, que o *Montes Claros* considerava essa notícia muito importante para a imprensa local, o que justificava ser publicada novamente.

Todos os jornais lidos e pesquisados davam ênfase às notícias da 1ª Guerra Mundial e as páginas do *Montes Claros* também se ocupavam dessa divulgação, mas outros assuntos também eram publicados, pois as informações locais não podiam perder seu espaço nesse jornal. Ondas de calor no Rio de Janeiro, o falecimento de Bias Fortes, o aniversário do jornal *Montes Claros*, a programação do Cine Ideal, os festejos de inauguração da luz elétrica, o aniversário do grupo escolar Gonçalves Chaves e a comemoração de 1 ano de reabertura da Escola Normal foram publicados com títulos chamativos e comentários extensos por parte dos jornalistas que escreviam para o jornal *Montes Claros*.

O jornal *Montes Claros*, foi um incentivador da educação, foram várias matérias publicadas e inclusive uma coluna intitulada “Escola Normal”, que deu, em 1917, grande visibilidade à estadualização da Escola Normal:

Havendo a lei nº 560, de 12 de setembro de 1911m criado cinco escolas normais regionais no Estado, nasceu desde então no espírito progressista do povo de Montes Claros a justa e louvável aspiração de possuir a Escola Normal do Norte, pelo direito que dê entre todas assiste a esta cidade, por ser das cidades norte-mineiras a que está em melhores condições de corresponder ao sacrificio, por satisfazer de uma maneira excepcional os fins a que se destina um estabelecimento dessa natureza.

Situada em um dos pontos mais centrais da Zona norte-mineira, dotada de excelentes condições de vida, possuindo um clima salubre e ameno, é a cidade de Montes Claros bastante confortável, offerecendo aos paes de família, das cidades circumvizinhas relativa facilidade pra a manutenção, em condições mais econômicas do que em qualquer cidade do Norte, de seus filhos, que mandarem pra o estudo (MONTES CLAROS, 6 de Setembro de 1917, p.1).

Esse tipo de matéria foi frequente. Posterior a estadualização da escola, outras matérias destacaram as festas, eventos e práticas pedagógicas da mesma. As notícias sobre os trabalhos manuais das alunas revelavam que a intenção do jornal era preparar a mulher para as prendas domésticas, pois a concepção de educação feminina, daquela época, não era prepará-la para o mercado de trabalho, mas sim para o lar: “Dois dias depois, a 1º do corrente, ocupando dois vastos e confortáveis salões do edifício da Escola, à Praça. “Doutor Carlos”, abriu-se a exposição de costuras, trabalhos e desenhos executados durante o anno lectivo pelas alumnas e alumnos” (MONTES CLAROS, 9 de

Dezembro de 1917, p.1). Assim como essa existem inúmeras outras matérias que possibilitaram questionar a escola, a educação e a cidade que a imprensa intencionava construir.

O jornal *Gazeta do Norte*, aparecia com outra configuração. Nas edições pesquisadas, do período de 1918 a 1920, as colunas se preocupavam em associar Montes Claros, Minas Gerais e Brasil. As colunas eram: “Cartas Cariocas”, “A paz”, “Escola Normal”, “Café dos Presos”, “A cadeia”, “O Norte abandonado”, “Assuntos da Roça”, “Conferencias médicas” e “A epidemia”, “O correio no Norte”, “Estrada de ferro”, “Caixa dos pobres”, “O que o cidadão deve saber...”, e “Sucessão Presidencial”. Mas além dessas colunas muitas outras notícias foram mencionadas e repetidas em várias edições que valem ser citadas aqui: como a campanha para que o militar conhecido como Tenente Rego de Paula, permanecesse em Montes Claros. Matérias sobre água potável, a construção do coreto da praça doutor Chaves, os atos da Semana Santa, notícias com descrições detalhadas das coroações do mês de maio nas igrejas católicas e a campanha em favor das prefeituras.

É comum encontrar nas páginas de ambos os jornais instituições e pessoas que eram agraciadas com reportagens extensas, criando uma espécie de amparo social. As doenças que assolavam a região eram igualmente apresentadas como problemas que não eram resolvidos pela administração pública.

Em Montes Claros, os jornalistas eram profissionais liberais (médicos, advogados e empresários) pelo teor das matérias e pela diversidade dos temas nota-se que se tratava de pessoas socialmente influentes. Os jornalistas tinham acesso a informações estratégicas, não assinavam as matérias, essas aparecem apenas com os nomes dos redatores, raramente com pseudônimos. Para os jornalistas, não assinar a reportagem, era uma forma de ocultar a identidade e assim conceder ao jornal, como um todo, um único ponto de vista. Os jornais construíam narrativas que mostravam os conflitos vividos naquele processo histórico.

Para que eu possa ter a imprensa como fonte é indispensável fazer alguns apontamentos sobre memória. Não pretendo, através desta pesquisa, contar a história da imprensa montesclarenses ou do norte de Minas, mas sim pensar a história através da imprensa e indagar como essa foi mediadora no processo de construção de memórias, tanto para Montes Claros, como para o norte de Minas.

No embate de forças entre memória e história é sempre salutar fazer uma distinção entre as duas. Para Pierre (1993), o fim das “instituições” que tomam para si o

papel de repassarem a memória, acabam por forjar o surgimento da “História”. Para que o historiador possa construir suas narrativas é importante que a memória esteja enraizada nos objetos, e o seu ofício deve levar em consideração o fenômeno da mediação que pode “atrapalhar” a memória. No caso desta pesquisa, esta mediação é a imprensa norte mineira<sup>21</sup>. Encontrei, ao fazer a leitura dos jornais pesquisados, periódicos que apresentavam pessoas, lugares, festas e disputas políticas o que se aproxima, portanto, da definição dada por Pierre para “lugares da memória”:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, noticiar atas, porque essas operações não são naturais (PIERRE, 1993, p.8-9).

A imprensa, ao realizar essa operação “não natural” de criar lugares da memória, possibilita travar um diálogo com um determinado tempo, com modos de vida, com sujeitos que organizavam e reorganizavam suas vidas de forma distinta da contemporaneidade, porém com ações que, ainda interferem diretamente com o cotidiano, na atualidade. A imprensa, dessa forma, pensando-a como filtro, faz uma “seleção”, ao optar em publicar sobre este político em detrimento daquele, ao lembrar aquele fato, e não este; enfim, escolhe quais os valores que podem e que não podem virar memória. Entendo memória como elemento capaz de revitalizar a compreensão do passado, e pensando nessa revitalização, busco entender como os grupos dos camilistas e honoratistas se enfrentavam.

Para Alessandro Portelli (2007), “*a memória é uma questão política de primeira instância*” (p. 139) sendo assim, a memória contida nos jornais pesquisados, além do tema, é também uma memória política de primeira instância. O que faz desses jornais uma fonte possível de salientar o embate de forças, trazendo uma perspectiva de diálogo com um tempo em que os grupos políticos, daquela época, elaboravam suas experiências nas matérias, nos temas selecionados e na ênfase dada as reivindicações. Ainda dialogando com Portelli (2007), para quem “atacar a memória é atacar a identidade de instituições” (informação verbal)<sup>22</sup> questionar esses jornais, foi também

---

<sup>21</sup>PIERRE, Nora. “Entre memória e História: a problemática dos lugares.” In: **Projeto História**, nº 10, Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, dez, 1993. 8 e 9 p.

<sup>22</sup> Trecho da Palestra de Portelli sobre “Caminhos da História Social: diálogos sobre memória, fontes orais e perspectivas de investigação” apresentada no (Seminário Interinstitucional ), Uberlândia, MG, mês maio, 2007.

um exercício de provocar as instituições mencionadas pela imprensa, e colocar em movimento a trajetória e a função dessa para o norte de Minas. Esse exercício propiciou o entendimento de como a memória foi construída pela imprensa local, e de como essa mesma memória, ao deixar seus resquícios, vai construindo outras memórias.

Esse constante exercício de questionar os jornais, foi fundamental, de acordo com as palavras de Thompson (1981), na obra “A miséria da teoria”, para quem a lógica histórica propõe um “*método lógico de investigação*”<sup>23</sup>. Com teste de hipótese e eliminação de procedimentos autoconfirmadores, a história oferece “*evidências de causas necessárias*”<sup>24</sup>, para fomentar o diálogo com a fonte. Nesse caminho de construção metodológica, resta- nos, enquanto historiadores, pensar os conceitos como elementos em construção e não como rótulos, já taxados por outro, e capazes de “caber em nossos trabalhos”. Nessa perspectiva é que foram trabalhados, nesta pesquisa, os conceitos de cidade e sertão, sempre tendo, à frente, o pensamento de que o significado que atribuímos as realidades se modifica constantemente<sup>25</sup>, propiciando ter o “*sujeito inserido na história*”<sup>26</sup>. Ainda que a fonte tenha sido o jornal e que a metodologia adotada tenha sido a leitura e análise das colunas, o que busquei nas páginas dos jornais lidos foi o sujeito. Os viventes do norte de Minas é que foram o foco da minha pesquisa, e não o discurso pelo discurso.

Fazer a preleção da benevolência parece ter sido uma tática muito usada pelos grupos políticos de Montes Claros na década de 1910. Não é difícil encontrar, nas narrativas, denúncias sobre prédios públicos que precisavam de reparados, pontes e estradas que eram necessárias, festas beneficentes; enfim, um grande número de reportagens denunciando a situação de miséria em que viviam os montesclarenses. Em algumas reportagens, a palavra *moderno* aparece ocultando algumas práticas, ao expor a necessidade de mudança de comportamento dos indivíduos norte-mineiros não há preocupação com os modos de vida. Tudo é dito nos jornais em nome do progresso.

Nessa perspectiva, os jornais de Montes Claros – e alguns publicados em outras cidades (Diamantina, por exemplo), mas que circulavam em cidades norte mineiras – tornaram-se, para a presente pesquisa, uma possibilidade de entender as práticas e projetos dos grupos que disputavam o Norte de Minas e que contribuíram

---

<sup>23</sup> THOMPSON, E. Palmer. **A miséria da teoria** ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser Rio de Janeiro: Zahar Editores.1981 pg. 49.

<sup>24</sup> Ibid., p. 48.

<sup>25</sup> Ibid., p. 53.

<sup>26</sup> Ibid., p. 188.

para a perpetuação de falhas na administração pública dessa região. Falhas essas que, ainda hoje, são percebidas. Portanto, os jornais pesquisados foram, aos poucos, sendo entendidos como fontes que, ao serem problematizadas, revelavam a Primeira República que, em essência, definiu o atual Norte de Minas. Apesar de os projetos governamentais terem sido implantados posteriormente na região a fim de “desenvolvê-la”, é perceptível que foi a fase chamada “Primeira República”, que sedimentou comportamentos, acordos, articulações políticas e discursos que predominariam na região.

A presente pesquisa procura colocar a imprensa norte mineira no “*olho do furo*” da história, pra que a mesma seja indagada enquanto elemento capaz de trazer para o presente indícios do passado. Apresentando a relação estabelecida entre esse passado e o presente, aponta a intervenção que a imprensa propunha naquele processo histórico, para tanto, abro um parêntese para a declaração de Marialva Barbosa (2007), na introdução da sua obra “*História cultural da imprensa – Brasil 1900/2000*”, que reafirma a importância da obra de Nelson Werneck Sodré (1999)<sup>27</sup>, e chama os pesquisadores para a renovação nos estudos da temática imprensa: “*São necessárias novas interpretações para explicar o movimento da história na sua relação com a imprensa no país*” (SODRÉ, 1999, apud, BARBOSA, 2007, p11.).

Não é minha intenção, nesta pesquisa, escrever a história da imprensa em Montes Claros, mas contribuir para que o recorte, temporal e temático, feito, seja pauta de debate para refletir a imprensa que tivemos e a que temos, tentando não cair na armadilha de isolar o passado nele mesmo e fazer do jornal uma fonte morta, datada, amarrada no estatuto da “verdade”.

A proposta de trabalhar a imprensa como fonte, parte do entendimento de que essa possibilita um diálogo direto com o processo histórico em questão, e traz, à tona, fragmentos de uma memória materializada pelos jornais. Na historiografia temos inúmeros trabalhos que abordam, questionam, constroem ou desconstróem o conceito de memória, como no trabalho de Lê Goff<sup>28</sup> (2003), para quem memória significa apropriação de imagens e textos, fenômeno individual e psicológico, totalmente ligado ao tempo e à sua apropriação<sup>29</sup>. Porém, a definição de Lê Goff (2003) não me satisfaz, pois a mesma não produz diálogo com a proposta teórica da minha pesquisa. Busco,

---

<sup>27</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>28</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5<sup>a</sup> ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003 .

<sup>29</sup> Ibid., p. 419.

portanto, a definição de memória apresentada por Erich Hobsbawm (1998)<sup>30</sup> para quem “passado é dimensão permanente da consciência humana” (p. 22) e é também “seleção do que é ou será capaz de ser lembrado” (p.23). Assim, trabalhando na perspectiva desse autor, entendo que o passado que aparece nas páginas dos jornais pesquisados, são “recortes” feitos pelos jornalistas que neles escreveram, e que o conjunto de forças: arquivos, escolha ao guardar determinado jornal em detrimento de outro e a política de preservação desses, é que me permitiram conjecturar esses periódicos.

Concordo com Marta Emísia Jacinto Barbosa (2004) e com Marialva Barbosa (2007) quando essas afirmam que “os jornais selecionam o que é para ser lembrado”<sup>31</sup> (2004, p. 267), explicitando a relação de forças que o jornal estabelece com outras fontes que também são “guardiãs de memória”. Nessa luta de titãs, o vencedor é sempre aquele que possibilita “circular mais lembranças” e me parece que o formato e a natureza do jornal cumprem bem esse papel. A imprensa no Brasil, desde sua fundação, seguiu atrelada a políticas governamentais, e é instrumento de informação e formação de opinião. Logo após a chegada da Família Real Portuguesa, ainda em 1808, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era editada e circulava a serviço da coroa portuguesa. Dessa forma, temos, nos editoriais, fontes históricas que possibilitam indagar governos e articulações políticas. Como não havia uma postura de imparcialidade por parte dos jornalistas, as manchetes eram escritas para convencerem os leitores dos seus ideais. Essa prática foi percebida por Sodré (1999), em relação ao Brasil, nos discursos políticos que apareciam nos jornais. Ao estudá-los, o autor comentou:

A linguagem da imprensa política era violentíssima. Dentro de sua orientação tipicamente pequeno burguesa, os jornais refletiam a consciência dessa camada para a qual, no fim de contas, o regime era bom, os homens do poder é que eram maus; com outros homens, o regime funcionaria às mil maravilhas, todos os problemas seriam resolvidos (1999, p. 331).

Assim, couberam para o historiador duas alternativas, como nos coloca Renné Barata Zicmam (1985): ou trabalha com a “história da imprensa” ou trabalha com a “história através da imprensa”, uma vez que a segunda alternativa é a que atende aos anseios da minha pesquisa, optei, pois, por ela.

---

<sup>30</sup> HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>31</sup> BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. **Famintos do Ceará – imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX**. Tese- PUC/SP. 2004. p. 267

Para o historiador, o acervo jornalístico se revela como uma possibilidade de pesquisa, desde o conteúdo das manchetes até a disposição dessas nas páginas dos periódicos. Portanto, indagar os jornais vai além da simples leitura de suas páginas, ou das informações que as compõem. O trabalho com essa fonte possibilita entender os interesses que são verbalizados por essa prática social. Entender os jornais, como prática social, é salientar a intervenção desses no cotidiano, e lembrar que são, portanto, resultado de interferências do social, ou seja, “o jornal interfere e sofre interferências sociais” (ALMEIDA, 2006, p.19). As “tissuras da vida”<sup>32</sup> que abarcam o ir e vir da linguagem, possibilitam refletir sobre o desenvolvimento humano, e no caso da presente pesquisa, problematizar os processos de rupturas e permanências ocorridos em Montes Claros, no início do século XX. Entender como, nesse período, esses jornais, publicaram o deslocar do sertão para cidade na trama social vivida pelos moradores e apresentada em suas páginas e indagar a constituição de memórias enquanto linguagem<sup>33</sup>, tendo como referencial o debate que Marta Emísia (2004) salienta em “*Os famintos do Ceará*” o qual informa que: “*memória feita no passado se articula no presente*” (p. 96), reafirmando que, como a memória não está livre, tenta criar significados para cidade, constituindo-se em um espaço, uma cidade, um norte de Minas.

O conceito de modernidade é apresentado por vários autores, destaco a obra de Peter Gay (2008), “*Modernidade - O fascínio da heresia. De Baudelaire e mais um pouco*”<sup>34</sup> e Marshall Berman (1987), na obra “*Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*”<sup>35</sup>. Ambos trabalham com o conceito de modernidade. Gay (2008) percebe a modernidade nas artes, música, literatura e arquitetura de 1850 a 1960, enquanto Berman (1987) pensa modernismo a partir do Manifesto Comunista, do Fausto de Goethe, do desenvolvimento de São Petersburgo, da transformação urbana percebida por Baudelaire e da revolução urbana de Nova York. Apesar de serem dois debates de relevância para as pesquisas que discorrem sobre modernidade, minha proposta para a construção da presente tese, é pensar a modernidade entendida e apresentada pelos jornalistas que escreviam para os jornais de Montes Claros e para os

---

<sup>32</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. & KHOURY, Yara Aun. (orgs.) **Outras Histórias: Memórias e Linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006. pg. 19.

<sup>33</sup> Ibid., pg. 20.

<sup>34</sup> GAY, Peter. **Modernismo- o fascínio da heresia. De Baudelaire a Beckett e mais um pouco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>35</sup> BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

demais jornais pesquisados. No meu entender, esses jornalistas já tinham um conceito sobre modernidade, e é esse conceito que deixarei fluir em minha tese, buscando construir um conceito próprio de moderno através das fontes lidas.

Para isso, indagar a imprensa requer, conforme debate de Tânia Regina de Luca:

atentar para as características de ordem material – periodicidade, impressão, uso/ausência de iconografia e de publicidade; forma de organização interna do conteúdo; grupo responsável pela publicação; principais colaboradores; público a que se destina; fontes de receita (2006, p 142).

Esses são, portanto, os princípios nos quais fundamentei a metodologia da minha pesquisa. Ainda de acordo com Luca (2006), “salientar as motivações que deram visibilidade a alguma coisa” (p. 140), é aspecto fundamental para trabalhar com a imprensa. No que se refere a minha pesquisa, objetivei buscar as motivações que levaram os jornalistas e redatores a publicarem sobre *sertão* e *cidade*, e foram essas publicações que me possibilitaram estabelecer um diálogo com o passado, trazendo, assim, à tona, as relações e interesses que não estavam registrados em letras garrafais nas páginas dos periódicos. Assim sendo, entendo que lançar as questões propostas por Tânia Regina de Luca, foi o caminho metodológico mais pertinente para responder ao problema apresentado em minha tese.

Pensando a história por meio da imprensa, posso tomá-la como prática social constituída de linguagem<sup>36</sup> própria. Para alguns autores, a imprensa não passa de um meio informativo, porém, para outros essa se constitui de um ir e vir de informações, práticas, posturas e projetos<sup>37</sup>. A escolha desses jornais deu-se a partir da leitura de alguns memorialistas da cidade, que ao mencionarem a chamada Primeira República sempre se referiam aos mesmos como sendo os “principais” e Montes Claros, e sempre os associavam aos seus “proprietários”.

---

<sup>36</sup> WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

<sup>37</sup> Para Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca, após a aprovação do fim da censura em Lisboa sobre os periódicos, os jornais no Brasil tornaram-se “apaixonados das campanhas liberais, definidor de práticas e posturas que subsidiaram o processo de independência do Brasil”. Neste sentido, vide: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006, Assim, como as autoras perceberam tais comportamentos, temos também em jornais do Norte de Minas, no início da República, posturas apaixonadas e a direta intervenção do conteúdo destes na vida/decisões do momento.

A construção da minha tese foi problematizada a partir dos seguintes documentos: *Coleção Sesquicentenária*<sup>38</sup>; Relatórios da Secretaria de Agricultura; Diretoria de Indústria e Comércio de 1910 a 1922; Carta que Urbino Viana remeteu ao Secretario Estadual da Educação<sup>39</sup>; Documentos pessoais de Camilo Prates; documentos do acervo da Câmara Municipal de Montes Claros; os jornais *Montes Claros* de 1916 a 1918 o *Gazeta do Norte* de 1918 a 1920 ; o *Minas Gerais* e o jornal *o Norte* da cidade de Diamantina.

Os jornais que pesquisei foram analisados como espaço de tensão em relação ao campo e à cidade. Apesar de o jornal, naquela época, ser entendido como elemento moderno, o seu conteúdo evidenciava o sertão. Ao escrever sobre um elemento moderno que informava sobre o atraso e o progresso, entendo que a tensão era externa ao jornal, pois essa tensão se fazia presente em primeiro lugar no grupo que era dono do jornal; em segundo na seleção dos temas ou assuntos; e em terceiro no texto que era narrado. Ao analisar o texto escrito no jornal, atentei para as questões vivências que se apresentavam, considerando-as como memórias da cidade enquanto cotidiano publicado no jornal. Procurei, através dessa análise, entender o significado da memória que os jornalistas “escreveram” para a cidade. Neste estudo, a grande questão é perceber a relação memória/ esquecimento no tempo em relação às instituições, pessoas e práticas que os memorialistas e a imprensa “permitiram” existir ao longo do tempo, bem como outras práticas e comportamentos que esses mesmos memorialistas e imprensa “apagaram”. Para responder a questão desta tese parti da hipótese de que o conflito, naquela época, foi para fazer valer o moderno sobre o arcaico, e, portanto, diferenciar o campo da cidade.

---

<sup>38</sup> O livro *Raízes de Minas* de autoria de Simeão Ribeiro descreve como o códice da “Casa da Ponte” em Minas – 1819, fala da formação do Norte de Minas, região do São Francisco e dá uma panorâmica da formação do Norte de Minas. Este livro recebeu o prêmio Diogo de Vasconcelos. *Serões Montes Claros* – Nelson Viana fala sobre os espaços da cidade, de pessoas, conta histórias das ruas, fatos do cotidiano, telégrafos e outros. *A Menina do Sobrado* de Cyro dos Anjos – literatura – o autor tenta conquistar a menina do sobrado. *Janela do Sobrado* – crônicas escritas para o *Jornal de Notícias*, virou livro – memória de pessoas, lugares e coisas. *Foiceros e vaqueiros* – Nelson Viana. Escrito perto de 1957, memórias, causos, descrições de pessoas e lugares. *Nelson o personagem*, Haroldo Livio. Crônicas escritas por Haroldo Livio e publicadas no *Jornal de Montes Claros*. *Quarenta anos de sertão*, Mauro Moreira. Crônicas publicadas no *Gazeta do Norte* – histórias ouvidas e transformadas em crônicas. *Rebenta Boi – Cândido Canela*. Poesias, inspiração ao cotidiano e paisagens do sertão. *História Primitiva de Montes Claros*. *Dário Texeira Cotrin*. Documentos de arquivos, vasta bibliografia sobre o período colonial, jornais, história da colonização. *Montes Claros era assim...* Ruth Tupinambá – memórias do passado. *Efemérides I e II. Autor?? De 1707 a 1766 todos os dias*.

<sup>39</sup> Carta escrita por uma professora do Grupo Gonçalves Chaves, enviada a Urbino Viana e que esse, por sua vez, remeteu ao Secretario Estadual de Educação (Arquivo público Mineiro 03 de janeiro de 1913).

A metodologia para enfrentar o desafio de questionar as fontes foi baseada na História Social e teve interesse voltado para o processo de transformação da sociedade descrita nos jornais, a fim de entender um projeto de modernização que existiu, pelo menos para os jornais do Norte de Minas, no início da República. A leitura das matérias publicadas, nesses jornais, foi realizada com a perspectiva de encontrar experiências rurais e urbanas que formavam o Norte de Minas e pensar quais foram escolhidas para permanecer, e quais a deveriam ser superadas, segundo a imprensa montes-clarence.

Com esse objetivo, procurei organizar, não por data, mas por assunto, primeiro li as colunas e agrupei- as por temas relacionados, depois analisei as páginas e, por fim, a edição do jornal como um todo. A proposta foi desconstruir o jornal nos seus assuntos de interesse e pensar como os projetos conflitantes apareceram nesses jornais. O motivo pelo qual organizei dessa forma foi perceber, em uma mesma página ou matéria, os diferentes conflitos e projetos que ali estavam presentes.

Utilizei como referencial teórico a tese “A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da ‘Comissão Rondon’” de Laura Antunes Maciel (1998), em que a autora pensou a expansão da técnica – através dos fios dos telégrafos, nos espaços tidos como sertão, nesse caso a região norte do país e os sujeitos que estavam aquém desse debate, porém diretamente ligados a ele. Esse pensamento me ajudou a refletir o que a República, naquela época, entendia por civilização e por sertão, e como a mesma poderia transformar o sertão. Outra referência teórica utilizada foi a tese “Famintos do Ceará – imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX” de Marta Emisia Jacinto Barbosa (2004) que aborda a seca de 1877 e 1878 final do Império, início da República, momento em que os governantes estavam “buscando uma identidade para o brasileiro” e elaborando o que era o Brasil nas suas diversidades. Naquele momento, a imprensa estava se firmando como elemento regional de “mostrar o Brasil”. Também é explorada, nessa tese, pela autora, a articulação dos jornais do interior com os das capitais que se tornavam cada vez mais fortes, criando uma “rede de comunicações”. A tese de Barbosa (2004) tem como problema a articulação existente entre imprensa, memória e poder, e procura entender como essa articulação produziu sentidos para os modos de ser e viver em distintos lugares. Esse problema auxiliou-me na percepção de como as redes de comunicação possibilitaram a construção da memória sobre o sertão.

A tese “Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana São Paulo – 1890/1915” de Heloisa Farias Cruz (1994), também utilizada como referencial na minha pesquisa, problematiza a imprensa e reflete sobre a dicotomia entre o grande jornal e o pequeno. Cruz utilizou como fonte inventários da imprensa, e a partir dessas fontes pensou o conflito de mediação, o conflito de constituição de imprensa e cidade e como os pequenos jornais desapareceram quando os grandes veículos de comunicação se consolidaram. A tese de Heloisa (1994) foi fundamental para que eu ponderasse a respeito da difusão de valores transmitidos pela imprensa à população.

Nessa perspectiva os debates de Raymond Williams (1988)<sup>40</sup>, Nelson W. Sodré (1999), Eduard. P. Thompson (1981), Déa Ribeiro Fenelon (2000), Célia Calvo Rocha (2001), Olga Brites e Regina Helena (1991)<sup>41</sup> serviram de inspiração para a construção da minha tese e possibilitaram a reflexão a respeito das relações sociais e das experiências dos viventes do norte de Minas, bem como os usos e apropriações da cidade.

No primeiro capítulo apresento as articulações políticas feitas através dos jornais, e a partir dessas articulações, procuro entender como esses jornais construíram a memória de sertão e cidade. Nesse capítulo também abordo a respeito dos confrontos políticos entre os Alves e os Prates e como ambos se utilizavam dos jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte* para divulgarem seus projetos políticos. Ainda nesse capítulo, a imprensa é apresentada como sendo um órgão de interesse do Norte, o que propiciou a análise de algumas colunas que abordam assuntos de interesse público, tais como: alistamento eleitoral, eleições, o jornal e as articulações políticas, Congresso das Municipalidades, comportamento dos políticos, município, Estado e Nação através dos jornais.

No segundo capítulo pondero sobre a imprensa montes-clarence no início do século XX, as transformações pelas quais passou, nesse período, e a influência que a

---

<sup>40</sup> Acredito que a maior contribuição que esta obra nos proporciona é mostrar autores da literatura com a tensão social do momento. E que “Campo e Cidade” são lócus onde se constitui historicamente modos de viver, campo também se modifica, não é um lugar estagnado, no qual o bucólico recupera fragmentos, pelo contrário, campo é um lugar da ação, da renovação.

<sup>41</sup> Campo e Cidade e Base e superestrutura na teoria cultural marxista, Famintos do Ceará – imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX, História da Imprensa no Brasil, Costumes em comum e Formação da Classe operária, Cidades, A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”, Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos, Uberlândia- 1938/1990, A cidade de Minas, Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana São Paulo – 1890/1915, Muitas memórias, outras historias, Outras Histórias: memória e Linguagens e Da diáspora – identidades e mediações culturais.

Primeira Guerra gerou sobre o jeito de produzir jornal na Europa e na América. Ainda nesse capítulo, apresento considerações a respeito do modo como o *Minas Gerais*, jornal de Belo Horizonte, retratou o Norte de Minas, e discorro sobre as notícias do interior que eram publicadas nos jornais da capital e as notícias da capital que eram publicadas nos do interior, fato esse que alimentava as redes de comunicação.

No terceiro capítulo, apresento uma reflexão sobre como a cidade foi retratada nas páginas dos jornais locais e como as instituições públicas foram vistas como elementos imprescindíveis para a constituição da cidade. Outro ponto debatido, nesse capítulo, são os hábitos rurais tidos como “atrasados” e que eram reprovados pela imprensa local, daquela época.

E, finalmente, no quarto capítulo, apresento um debate a respeito da postura adotada pela imprensa no sentido de abolir a memória de sertão, criando, dessa forma, uma memória de cidade. Nesse capítulo apresento a diferença estabelecida, nas páginas dos periódicos, entre o Norte e o Sul de Minas Gerias, falo a respeito do papel da imprensa local que utilizava a educação como projeto de modernização do sertão nortemineiro. No quarto capítulo apresento, também, comentários sobre as publicações que tinham como finalidade a extinção do sertão.

## **CAPÍTULO 1**

### **“Imprensa: órgãos dos interesses gerais do Norte”**

Para entender o conflito sertão e cidade, nas páginas dos jornais, é fundamental conhecer e refletir sobre os posicionamentos políticos adotados pelos líderes locais e as articulações feitas entre esses e os políticos de representação estadual e federal.

O exercício da leitura dos jornais, buscando representações a respeito da cidade e do sertão, só se completa se analisar como os políticos se organizavam e externavam a ideia de cidade que, naquele processo histórico, ainda que fosse uma pequena matéria, estava atrelada à modernidade. Dessa forma, o que pretendo é perceber como os representantes locais principalmente Camillo Prates e Honorato Alves, articulavam as tramas políticas nos seus jornais, para apreender a publicação dos assuntos que serão tratados nesta tese.

Ao longo deste estudo farei considerações a respeito de como a educação, a linha férrea e a linha de tiro estavam sendo tratadas por ambos os grupos, como sendo a redenção do Norte de Minas, o que, segundo eles, propiciaria o caminho para a modernidade. Mas esses enxertos de discursos só fazem sentido se entendermos o vínculo existente entre o alinhamento dos políticos locais, as eleições federais e as novas práticas de alistamento eleitoral que estavam em processo de reformulação, esse alinhamento é que formava a base que apontava o moderno associado ao trem, à Escola Normal Norte Mineira e à Linha de Tiro.

Nesse sentido, o presente capítulo abre discussão para o entendimento de que a cidade para se tornar moderna deveria ter em seu fundamento de representação política pensamentos e articulações modernas. Alcançar esse entendimento só será possível se compreendermos como essa base política se apresentava nos jornais. A memória, a propósito dos confrontos políticos, no presente estudo, se dá em duas situações: primeiro nos escritos dos memorialistas Urbino Viana e Hermes de Paula e segundo nas páginas dos jornais por meio das matérias publicadas pelos sujeitos que, ao narrem os acontecimentos ligados à política, disputavam e compunham os cargos administrativos.

No que se refere aos memorialistas, analisarei como esses faziam menção aos principais líderes políticos – Camilo Prates e Honorato Alves – e seus correligionários e de como a história da imprensa de Montes Claros foi apresentada por eles.

O primeiro memorialista apresentado será Hermes de Paula<sup>42</sup> e sua obra *Montes Claros, sua História sua gente seus costumes*. Essa obra foi produzida para comemorar os 100 anos de elevação da Vila à cidade – data comemorada em 3 de julho, mas contestada por Laurindo Mékie Pereira (2003) em um artigo. Conforme Laurindo a emancipação de Montes Claros ocorreu em 16 de outubro de 1831, porém, somente em 1857 é que a data de 3 de julho passa a ser considerada como sendo o dia do aniversário da cidade. Hermes de Paula apresenta, em seu livro, fatos tidos como históricos, biografias de pessoas, descrição geográfica e longas narrativas dos costumes montes-clarences.

Na análise da tese, utilizei a edição mais recente dessa obra. Trata-se da *Coleção Sesquicentenária*<sup>43</sup>. Essa coleção é a reedição, na íntegra, de 13 obras de

---

<sup>42</sup>Cursou o primário no Grupo Escolar Gonçalves Chaves [Montes Claros](#), o secundário no Colégio Arnaldo [Belo Horizonte](#) e no [Instituto Granbery da Igreja Metodista Juiz de Fora](#). Diplomou-se em medicina em 1939 pela [Faculdade Fluminense de Medicina - Niterói](#). Durante o curso médico trabalhou no Instituto Vital Brasil, onde foi assistente do Dr. Vital. De volta à sua terra, montou o primeiro laboratório de análises clínicas da região. Foi diretor-clínico da Santa Casa, membro do Conselho Consultivo da Associação Médica de Minas Gerais e fundador da regional Montes Claros, membro da Sociedade de Higiene de Minas Gerais, diretor-gerente do Instituto Antônio Teixeira de Carvalho (entidade de assistência à infância e à gestante), chefe da 5ª Delegacia Regional de Saúde, professor de higiene e puericultura da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro (Montes Claros), médico do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG, chefe do departamento médico e assistencial do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, idealizador, fundador e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Fundou e dirigiu por 16 anos o Grupo de Serestas João Chaves, época em que o Grupo gravou oito elepês. Era membro da [Academia Montesclareense de Letras](#), da [Academia Municipalista de letras de Belo Horizonte](#) da [Academia de Letras de Piracicaba - São Paulo](#), do [Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais](#), do [Instituto Genealógico Brasileiro](#). Entre as diversas obras, podemos citar como escritor, historiador e folclorista o livro *Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes* em que resgatou toda a história do município, desde os seus primeiros habitantes [1707](#) e os costumes de seu povo através dos tempo. Além deste lançou *Caderno de Modinhas, De Pe. Chaves a Pe. Dudu, A medicina dos médicos e a outra* (editado pela UFMG), o inédito *Legisladores de Montes Claros* e esboçado, *Aconteceu em Montes Claros*. Foi condecorado com a Medalha de Honra de Montes Claros, Medalha da Inconfidência, Medalha Cultural Mário Dedini (Piracicaba), Medalha Vital Brasil (MG), Medalha Vital Brasil (SP), Medalhas Civitas-2007 (MG) *Em memória* ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermes\\_de\\_Paula](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermes_de_Paula)).

<sup>43</sup> O livro *Raízes de Minas* de autoria de Simeão Ribeiro descreve como o código da “Casa da Ponte” em Minas – 1819, fala da formação do Norte de Minas, região do São Francisco e dá uma panorâmica da formação do Norte de Minas. Este livro recebeu o prêmio Diogo de Vasconcelos. *Sertões Montes Clarences* – Nelson Viana fala sobre os espaços da cidade, de pessoas, conta histórias das ruas, fatos do cotidiano, telégrafos e outros. *A Menina do Sobrado* de Cyro dos Anjos – literatura – o autor tenta conquistar a menina do sobrado. *Janela do Sobrado* – crônicas escritas para o *Jornal de Notícias*, virou livro – memória de pessoas, lugares e coisas. *Foiceros e vaqueiros* – Nelson Viana. Escrito perto de 1957, memórias, causos, descrições de pessoas e lugares. *Nelson o personagem*, Haroldo Livio. Crônicas escritas por Haroldo Livio e publicadas no *Jornal de Montes Claros*. *Quarenta anos de sertão*, Mauro

autores montes-clarenses ou que residiram em Montes Claros durante muitos anos. Essa reedição teve como coordenadora a Professora Mestre Marta Verônica Vasconcelos Leite<sup>44</sup>.

A *Coleção Sesquicentenária* fez parte das comemorações dos 150 anos de elevação de Montes Claros à condição de cidade, comemorado em 2007. Aconteceram, na cidade, em 2007, várias comemorações<sup>45</sup>, inaugurações de obras públicas e o lançamento dessa coleção. A obra *Montes Claros, sua História, sua gente, seus costumes* apresenta-se em três volumes: a Parte I é dividida em “Principais fatos históricos”, “Geografia histórica”, “Presidentes da Câmara, prefeitos municipais e representantes do povo” e “Miscelânea histórica”; a Parte II é composta por dois temas: “Genealogia – famílias ligadas à crônica da cidade” e “Antologia montes-clarense”; na Parte III, “Costumes” e “Lendas”. A citada obra é considerada como “referência” por ter sido escrita com o objetivo de legitimar uma memória, o que a tornou um marco. A obra fora criada para um momento festivo, e após o seu lançamento passou a ser referência de pesquisa escolar.

O tema abordado, nesse capítulo, “confrontos políticos”, foram “construídos”, nessa obra, da seguinte forma: o volume 1 traz as biografias de Camillo Prates e Honorato Alves. A biografia de Camillo Prates o apresenta como “bom político”; informa o local do seu nascimento, a tradição política de sua família e os cargos públicos que ocupou, conforme o trecho abaixo:

Filho de Hermenegildo Rodrigues Prates e D. Francisca Ambrosina Prates Sá. Nasceu a 29 de dezembro de 1859, na Fazenda Santo André. Fez curso de Humanidades em Ouro Preto. Ingressando muito cedo na política, foi eleito Deputado Provincial aos 22 anos. Foi um dos constituintes de 91, da Constituição Estadual e Senador Estadual.

---

Moreira. Crônicas publicadas no *Gazeta do Norte* – histórias ouvidas e transformadas em crônicas. *Rebenta Boi – Cândido Canela*. Poesias, inspiração ao cotidiano e paisagens do sertão. *História Primitiva de Montes Claros*. Dário Texeira Cotrin. Documentos de arquivos, vasta bibliografia sobre o período colonial, jornais, história da colonização. *Montes Claros era assim...* Ruth Tupinambá – memórias do passado. *Efemérides I e II*, de Nelson Viana De 1707 a 1766 todos os dias.

<sup>44</sup> Graduada em Comunicação Social, mestre em Educação, professora de História da Arte do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros. No período da edição da coleção, a professora era membro da Comissão de Patrimônio Histórico da cidade de Montes Claros.

<sup>45</sup> As comemorações começaram praticamente um ano antes. Com vários eventos, mas os principais foram o lançamento da coleção Sesquicentenária, o Concurso de Monografia, cuja temática principal foi a cidade de Montes Claros. Durante a semana dos festejos houveram show abertos ao público na praça de Esporte da cidade e no dia 3 de julho, durante o dia houveram inauguração de ruas pavimentadas nos bairros, a reinauguração da praça Doutor Carlos, localizada no centro da cidade, e à noite no Parque de Exposição João Alencar Athaide, houve um show da dupla sertaneja Bruno e Marrone, aberto ao público. Além de muitas propagandas da Prefeitura e Empresas Privadas felicitando os moradores da cidade pelos 150 anos de emancipação política.

Proclamada a República, foi convidado para o Cargo de Intendente do município de Montes Claros, o qual exerceu até 1892.

Na sua carreira política encontrou sérios obstáculos inicialmente, pois o chefe liberal de Montes Claros e o líder no Norte de Minas, seu cunhado, senador Antônio Gonçalves Chaves, tinha outros compromissos e não podia apóia-lo. Em 1911 foi eleito Deputado federal, sendo reeleito até 1930, quando foi dissolvido o Congresso Nacional.

Foi professor de Matemática e Ciências Natural na antiga Escola Normal ocupou na Câmara várias comissões. Foi inspetor Técnico de Ensino em 1907. Chefe político de grande prestígio em nossa cidade, enfrentou um adversário forte – Dr. Honorato Alves – tendo sustentado lutas tremendas geradas por maus elementos. Seu partido – camilista, partido de baixo – **estrepe** – era constituído pelas famílias Prates, Chaves e os remanescentes celestinistas – Teixeira, Paula, Guimarães, Souto etc. Era casado com D. Amélia Chaves e Prates. O deputado Camilo Prates faleceu em avançada idade, em Belo Horizonte, em dezembro de 1940. Seus restos mortais, assim como os de suas esposa, repousam em nosso cemitério, transladados para Montes Claros pelos filhos, satisfazendo seus desejos, sempre manifestados. Camilo Prates deixou em Minas a tradição de um belo e nobre espírito, permanentemente voltado para causas generosas (PAULA, 2007, p. 170).

Já a biografia de Honorato Alves, além de apresentar informações pessoais a seu respeito, como sua carreira de médico oftalmologista, também salienta seus feitos políticos, dando ênfase ao fato de ele ter sido criador da “Imprensa Oficial” <sup>46</sup>. Isso revela, a meu ver, que Hermes de Paula, autor da obra, dispensou atenção maior no relato da trajetória política de Honorato Alves:

Nasceu no Mendanha (Diamantina), a 10 de novembro de 1868, filho do Cel. Marciano José Alves e D. Antônia Josefina Alves, que para aqui se mudaram em 1877. Fez os preparatórios em Ouro Preto e o curso médico no Rio de Janeiro, onde se formou em 1890, chegando aqui em princípios de 91.

Filiou-se aos remanescentes do antigo Partido Conservador, obtendo desde logo o apoio completo do chefe, seu velho colega de profissão, Dr. Carlos Versiani, já cansado da política e da medicina. Assim, doutor Honorato Alves entrou em Montes Claros com o pé direito. Por ser especialista em doenças dos olhos e cirurgia, adquiriu imediatamente grande clientela e renome. Em 1893, tendo havido dissidências no seu partido político, foi eleito vereador e presidente da câmara, em substituição ao coronel Celestino Soares, que renunciara à vice-presidência. Na qual estava em exercício por impedimento do presidente, Dr. Carlos Versiani.

---

<sup>46</sup> Hermes de Paula, Montes Claros, sua historia sua gente seus costumes. PAULA, Hermes de. Montes Claros, sua História, sua Gente e seus Costumes. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Editora UNIMONTES, 2007. p. 170

O primeiro ato do Dr. Honorato Alves foi criar a Imprensa Oficial, no município, fundando o jornal –“Montes Claros”- o qual era redator. A tipografia pertenceu ao Correio do Norte e custou quatro contos de reis. Não ficou apenas nisso:

- 1) Proibiu a criação de animais soltos.
- 2) Trabalhou no serviço de canalização de água, conseguindo doação ao município do serviço já feito pelo Estado.
- 3) Estendeu o correio até Coração de Jesus.
- 4) Debelou uma violenta epidemia de influenza, em 1896.
- 5) Distribuiu entre os chacareiros 16.000 mudas de parreiras.
- 6) Projetou e deu começo ao Mercado Municipal.

Em 97 assumiu a direção do partido e levou de vencida o Cel. Celestino Soares, que não concordava com o seu candidato à presidência da câmara Major Simeão Ribeiro dos Santos (PAULA, 2007, p. 170).

A memória construída por Hermes de Paula (2007), em sua obra, é a de dois líderes políticos, filhos de famílias tradicionais que atuaram, tanto na vida pública, quanto nos ofícios de formação. Foram homens de “respeito” e “dignos” de serem descritos nos livros de “história” da cidade. O volume 2 apresenta a genealogia das famílias Alves e Prates e o 3 narra as lendas da cidade construídas em torno dos dois, o que contribuiu para legitimar a memória de ambos.

Tendo a imprensa como fio condutor da presente tese, observo que essa, no livro de Hermes de Paula, aparece desde sua criação e, por ordem cronológica. São apresentados os nomes dos jornais e a tendência ideológica de cada um, porém não faz menção às datas de quando foram criados.

Além da obra de Hermes de Paula, outra que é tida como clássica da memória da cidade e que compõe a *Coleção Sesquicentenária* é a de Urbino de Souza Viana, um baiano, que viveu vários anos em Montes Claros, autor de *Monografia Histórica, geográfica e descritiva de Montes Claros*, de 1916, e de *Bandeiras e sertanistas baianos – Coleção Brasileira*. As biografias escritas sobre Urbino Viana o apresentam como um homem que se relacionava com “pessoas ilustres”. A exemplo disso temos José Lins do Rego, que escreveu, após o falecimento de Viana, “O velho Urbino” (1946). Também é sabido da amizade pessoal de Urbino e Capistrano de Abreu. Urbino Viana foi professor da Escola Normal de Montes Claros e agrônomo do Ministério da Agricultura, também em Montes Claros. Escrevia em jornais, acredito que

esse jornal era o “*Gazeta do Norte*”, devido a proximidade de Urbino com o Deputado Coronel Camilo Prates<sup>47</sup>.

Sobre as obras de Viana, a mais conhecida e lida em Montes Claros é a *Monografia Histórica, geográfica e descritiva de Montes Claros*, publicada em 1916 pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Ele apresentou sua obra à Câmara Municipal e ao então presidente Coronel Joaquim José da Costa, além de fazer uma homenagem ao Coronel Camillo Philinto Prates, para quem escreveu: “*M. D. Federal espírito culto e elevado, chefe prestigioso e querido no Norte de Minas – Sincera homenagem*”.

No início da obra foi colocada uma nota que consta a lei n. 268, de 3 de outubro de 1915: “*Autoriza o Presidente da Câmara a nomear uma comissão afim de dar parecer sobre a “Monografia” elaborada pelo Sr. Urbino de Souza Viana, e adquirir até 100 exemplares da mesma obra*”. Pelo conteúdo, e postura do autor, entendo que a aquisição de 100 exemplares da obra foi com a intenção de que a mesma fosse distribuída nas escolas, uma vez que não encontrei outro livro de “história” sobre Montes Claros. O informe que se segue possibilita perceber a intenção da Câmara Municipal com essa obra:

A Camara Municipal, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei :

1º - fica o Presíante da Camara autorizado a nomear a comissão afim de dar parecer a respeito da "Monographia" abarada pelo Sr. Urbino de Sousa Vianna, e expender o seu juizo critico sobre a utilidade da obra para o municipio.

2º - O Presidente da Camara, depois de julgada a obra util, mimicipio pela alludida comissão, ficará amorisado a adquirir: cem exemplares pelo preço de quatro mil réis (4\$000) cada um, r serão distribuidos a titule de propaganda.

3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o 'conhecimento e execução desta lei competir, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. O Secretario da Camara faça publicar e correr.

Secretaria da Camara Municipal de Montes Claros, 3 de Outubro 1915.

*Joaquim José da Costa*-Presidente.

*João Fróes*-Secretario.

Publicada e registrada na Secretaria da Camara, na data supra.

O Official da Secretaria, interino *Theodomiro Alves Ferreira Paulino* (VIANNA, 2007, p. 18).

---

<sup>47</sup> BRASIL, Henrique de Oliva. **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Editora Lemi. 1983. p. 203.

O texto acima, retirado do livro de Urbino, favorece a reflexão acerca da disputa de memórias por parte do grupo do deputado Camillo Prates e do grupo do deputado Honorato Alves. A citada obra, além de ter sido escrita por Urbino Viana, correligionário de Camillo Prates, foi distribuída nas bibliotecas das escolas, e passou a ser referência de uma memória que apontava um passado de “glórias” para os feitos dos “Prates”. A obra de Urbino Viana é dividida em duas partes, a primeira é denominada “Parte Histórica” e a segunda “Parte Geographica”.

A *Parte Histórica* é uma narrativa factual de acontecimentos, e está dividida em capítulos, sendo que o primeiro foi denominado de Generalidades e comenta desde a chegada dos primeiros bandeirantes à região, que futuramente seria a cidade de Montes Claros, por volta de 1553, até o estabelecimento da Fazenda Montes Claros, onde seu então proprietário procurou abrir picadas em direção ao Arraial de Pitangui, na região mais central da capitania, a fim de estabelecer comércio de carne. Nesse capítulo, Urbino Viana se fundamenta na obra de Diogo de Vasconcelos, *História Antiga de Minas Gerais*, para construir sua narrativa.

O segundo capítulo trata dos “primeiros povoadores”, tema que o autor expõe com dificuldade, pois o mesmo menciona que não havia, naquela época, registros precisos, ou que indicassem com precisão sobre quem teriam sido os primeiros a povoar a região setentrional da Capitania. Assim, o autor não utiliza nenhum texto ou registro de documento e tampouco nota de rodapé; os poucos comentários feitos trazem apenas explicações sobre os antepassados das pessoas citadas.

No terceiro capítulo “*Estabecimentos ribeirinhos. – Tábua e Cruzeiro. – Arraial de Formiga*”, Urbino narra que o “Arraial das Formigas” foi estabelecido a partir da Fazenda Montes Claros. Nessa narração, comenta os limites naturais da fazenda e suas plantações. Como fonte de pesquisa, cita informações que lhe foram passadas pelo Major Antônio Prates Sobrinho; menciona a escritura da fazenda Riachão e “*Cartas Soteropolitanas*”, que foram publicadas em um livro denominado “*H. T. do Brasil, Chorografia Mineira – O Município de Montes Claros*, sem registro de data. No quarto capítulo “*A capela de Nossa Senhora da Conceição e São José – o patrimônio – sua legalidade. Morte do instituidor*” apresenta a religiosidade montes-clarence. Viana reporta-se, nesse capítulo, ao início da formação religiosa na cidade. Inicia seu texto colocando os preceitos católicos ao mencionar o quanto fora importante o cruzeiro, implantado no largo, destacando-o como símbolo da religiosidade local. O surgimento

de casas em torno do cruzeiro deu início ao povoamento do Arraial de Formigas. Menciona, adiante, o seu “instituidor” - Alferes José Lopes de Carvalho - se referindo a ele como um homem de honra e religião.

“*Vila de Montes Claros de Formigas – Elevação a freguezia*” foi o título dado ao quinto capítulo da obra, nesse capítulo o autor escreve sobre os anos de 1831 e 1832, ocasião em que o Arraial das Formigas estava passando a Vila de Montes Claros. Nas páginas que compõem esse capítulo, Urbino Viana, praticamente, só homenageia “as famílias tradicionais” que moravam no então Arraial das Formigas. Nesse capítulo, ainda encontramos lista de nomes de pessoas importantes da sociedade e que ocupavam cargos administrativos, fazendo referências às suas atuações na cidade. A nota de rodapé consta apenas a genealogia de dois nomes mencionados.

Após ter escrito sobre a elevação do arraial à vila, Urbino, em sua obra, apresenta no capítulo seguinte a “*vida administrativa inicial*”, no qual escreve sobre os fatos ocorridos na cidade durante o período de 1834 a 1891, cita leis e acontecimentos que envolveram a Câmara Municipal, tendo sido introduzidos da seguinte forma:

Embora sómente no decorrer deste mesquinho trabalho ditado pelo muito amor que temos a esta terra, possamos tratar de muitos factos que se relacionam com o dispartar sociológico da região, daremos aqui uma resenha limitada do que mais importante julgamos, ora por seu valor histórico, ora a titulo de curiosidade (VIANA, 2007, p. 63).

Ao se pronunciar como selecionador dos fatos considerados importantes e, portanto, dignos de serem registrados, Urbino acabou fazendo um “recorte” de elementos que passaram a ser entendidos como fundamentais para se entender a “história de Montes Claros”.

O sétimo capítulo foi dedicado à “revolução liberal de 1842”, intitulado “A revolução de 42 e os acontecimentos de 49”. Nele, o autor, em apenas duas páginas, coloca sua posição de conservador e defende seus companheiros de “luta” ao utilizar frases como “absurdos foram ordenados, autorizados e aplaudidos, invadiram-se lares, desrespeitadas foram as famílias” (VIANA, 2007, p.72), coloca uma frase que me leva a crer ter se utilizado da oralidade e da memória de outros para escrever: “seria longo enumerar tudo quanto nos disseram pessoas vindas dessa época” (Ibid., p. 74).

No capítulo seguinte, o autor trabalha com a ideia do progresso advindo do partido conservador. O título desse capítulo é “No regime monarchio – os partidos políticos – “Sociedade emancipadora” – uma candidatura histórica”. O autor apresenta o

retorno do partido conservador ao poder como sendo um “período de vida administrativa normal”, e de “vagarosa mas constante, levado por um outro partido” (Ibid., p.75). Segue suas observações colocando as benfeitorias praticadas por esse partido na cidade:

Virma-se nas novas obras ser empreendidas e realizadas, entre as quaes a Santa Casa de Caridade, reforma da Matriz, Cemitério, construcção de ponte, abertura de estradas, estabelecimento de empresa de fiação e tecelagem, obras para o abastecimento d’água, alargamento de ruas, delineamento de praças, edificação de casas; crescendo a cidade dia a dia (VIANA, 2007, p. 75).

A narrativa segue citando quem eram os representantes dos partidos liberal e conservador, nesse trecho o autor cita Camillo Prates e Honorato Alves utilizando os mesmos adjetivos para os dois. Após citar os participantes do partido conservador, apresenta uma ressalva em relação ao coronel Celestino Soares:

Este ultimo veio a preponderar, depois da queda da monarquia, praticando política de paz, sem ódio nem rancores, recusando o prestígio da força que certo governo lhe oferecera, preferindo ver se lhe escapar das mãos o batião de comando, a ouvir lamentos de viúvas e prantos de orphãos. A historia lhe fez a devida justiça, rezervando-lhe, em seus annaes, um lugar de honra e distincção (Ibid., p.80).

Tal ressalva comprova a predileção por parte de Viana em relação à tendência camilista, deixando evidente a característica tendenciosa do autor. No mesmo capítulo, o autor segue contando como em 19 de outubro de 1884 foi implantado, em Montes Claros, o partido conservador, cita os nomes dos participantes e as expectativas em ampliar o partido para a cidade de Jequitay.

No capítulo 10 intitulado “*Monarchia para a Republica*” Viana narra um fato inusitado, a então banda musical que representava os conservadores não aceitou apresentar-se no evento que anunciava a Proclamação da República, sendo preciso vir a banda de Coração de Jesus, e isso só foi possível no dia 26 de novembro.

Assim, entendo que, em 1916, a historia/memória de Montes Claros é uma sequência linear de fatos e o autor ameniza ou amplia os conflitos políticos conforme seu interesse, não deixando de “criar” heróis de ambos os lados políticos.

*A imprensa. – Alguns contemporâneos intellectuaes. – Filhos illustres. – Notas biographicas*, título do décimo primeiro capítulo, em que o autor narra a trajetória da imprensa em Montes Claros, tendo sido a primeira, dentre as cidades do Norte de

Minas, a publicar jornais<sup>48</sup> e se tornar sede da disputa dos partidos liberais e conservadores. Os jornais mencionados por Urbino Viana foram criados como porta-voz desses grupos políticos e irradiavam seus ideais para as cidades circunvizinhas de Montes Claros. O primeiro que ele menciona é o *Correio do Norte*, ao qual tece vários elogios e descreve com palavras de sentimento e pesar o fechamento do mesmo. Urbino associa o fechamento desse jornal à sucessão dos liberais pelos conservadores na política nacional. O *Correio do Norte* foi substituído pelo *Montes Claros*, sendo que esse teve como primeiro administrador coronel Camillo Philinto Prates, numa gestão que, segundo o coronel, “não tinha cor política e não se dedicava aos interesses do povo” (VIANA, 2007, p. 92). Contudo, segundo Viana (2007), só funcionou por um ano, sendo posteriormente adquirido pelo liberal Honorato Alves, a partir disso Urbino não fala mais a respeito do jornal, passando, então a mencionar a criação, por Honorato Alves, da *Imprensa Official*, que era mantida pelos cofres públicos.

O autor faz referência, ainda, aos periódicos: *O Estudante*, *União Operária e Patriótica*, *Agricultor* e *A lucta*. Registra que de 1900 a 1905 a cidade ficou desprovida de jornais, surgindo em 1905 *A opinião do Norte*, *O Boêmio* e *A verdade*, jornais esses que tiveram pouca circulação. Imediatamente após esses comentários, o autor menciona a Escola Normal e os “intelectuais” que a cidade “produziu” ou que foram “adotados” como filhos ilustres. Nesse sentido, aponta homens e mulheres que considerava de grande capacidade intelectual e que, de alguma forma, direcionavam a cidade.

No capítulo 12, o autor comenta a “instrução”<sup>49</sup> na cidade. Faz uma ressalva à história da Escola Normal e aos professores que nela lecionaram. Continua o capítulo, apresentando uma sucinta descrição dos grupos escolares fundados na cidade, enfatizando o “Grupo Escolar Gonçalves Chaves” e as professoras que lá lecionavam. Dessa forma, além de “indicar”, no capítulo anterior, uma série de homens considerados intelectuais, nesse, o autor, aponta mulheres merecedoras de “respeito e glória” por exercerem o magistério.

Para falar das comunicações em Montes Claros, Viana (2007) escreve o capítulo 13, com o título *Correio, Telegrapho e Telephonio*, no qual o autor relata uma reunião ocorrida na Câmara Municipal que teve como assunto principal a instalação de uma agência dos correios, em 1832. Obtendo o apoio dos representantes municipais,

---

<sup>48</sup> O que nos faz pensar no pioneirismo destes discursos como espaço de formação de opinião não somente em Montes Claros, mas em todo Norte de Minas.

<sup>49</sup> Título do capítulo 12.

segundo o autor, o próximo passo seria organizar o “caminho das cartas”, cujo trajeto seria por Diamantina e teria como destino a cidade de Ouro Preto. Em 1885, outro momento marcou as comunicações na cidade, com a lei n. 3.326, de 5 de outubro do corrente ano, no qual foi postulada uma linha telegráfica que ligaria Diamantina à Januária, passando por Montes Claros e São Francisco. No mesmo capítulo, o autor expõe a inauguração, em 1912, da rede telefônica, cuja exploração foi concedida por 25 anos ao senhor Antônio Augusto Teixeira.

O capítulo 14, “*Administração Municipal*”, coloca em foco a eleição de 1912. O capítulo 15 narra a “Divisão Jurídica”<sup>50</sup>, e cita os nomes de diversos juizes e serventuários da justiça em ordem cronológica e, da mesma forma, relata as alterações distritais pelas quais passou o Norte de Minas, começando por 1839, quando da criação do Santíssimo Coração de Jesus, cujo nome atual é somente Coração de Jesus.

Urbino Viana escreveu essa obra em 1915, publicou-a em 1916, a mesma passou pelo crivo da Câmara Municipal de Montes Claros e foi indicada para ser distribuída nas escolas. Essa obra assinala os sujeitos que aparecem como “heróis”, e que eram componentes das famílias tradicionais. Já Hermes de Paula escreve o seu livro entre 1956 e 1957, para os festejos de comemoração do centenário de elevação da condição de vila à cidade. Ele também cria heróis em sua obra, e confere a Urbino Viana o título de historiador. Ambos, os autores, ainda são referência de pesquisas, principalmente no Ensino Fundamental. Em 2007, essas obras passaram a compor a *Coleção Sesquicentenária*, editada nesse mesmo ano. Esse fato foi outro momento festivo. As duas obras disputavam espaço na memória da cidade, reafirmando uma narrativa linear que cristaliza o passado de alguns grupos que tinham interesse em legitimar esse passado para a cidade. A distribuição da coleção, nas escolas, validou e oficializou esse passado para muitas gerações, até a contemporaneidade.

Além das produções dos memorialistas, os jornais davam ênfase às disputas políticas. Essas eram divulgadas pela imprensa montes-clarense de forma intensa, mesmo porque os anos pesquisados foram anos de eleições e de mudanças na legislação eleitoral. A formação da chapa do Sétimo Distrito e a condução da escolha dos candidatos dessa chapa foram amplamente divulgadas:

Conforme notícia telegráfica recebida de Bello Horizonte, foi construída a chapa dos candidatos ao lugar de deputado federal por este districto, sendo indicados os seguintes cidadãos: Cel. Manoel

---

<sup>50</sup> Título do capítulo 15.

Fulgencio, dr. Honorato Alves, dr. Epamnondas Ottoni, Cel. Camillo Prates e dr. João Pandiá Calogeras (MONTES CLAROS, 3 de Fevereiro de 1918, p.1).

O Sétimo Distrito foi disputado com garra pelos participantes. Mas a influência exercida por alguns políticos da região já era sólida, ao ponto do grupo honoratista não se pronunciar com a ausência do nome do líder<sup>51</sup>. Honorato Alves, na edição publicada em 3 de fevereiro de 1918, não foi mencionado, pois as articulações políticas, ao que tudo indica, já estavam feitas e Honorato já contava com o apoio de outro grupo. A esse respeito, o jornal *Montes Claros* foi porta-voz do grupo político de Honorato.

A disputa era tão acirrada que qualquer ação dos juízes eleitorais, candidatos ou articuladores, era motivo de divulgação na imprensa. Tanto que na mesma edição de 3 de fevereiro de 1918 foi publicada uma matéria sobre as mesas eleitorais. No caso do jornal *Montes Claros*, a ênfase foi dada ao partido honoratista, que, segundo a matéria intitulada “Mesas eleitoraes”, elegeu mesas unânimes tanto para as eleições federais, como para estaduais<sup>52</sup>. Essa divulgação se justifica porque as mesas eram responsáveis pela apuração dos votos e por lavrarem as atas<sup>53</sup>, logo a eleição de “mesas honoratistas” conferia aos seus constituintes a liderança, o que lhes daria acesso aos locais de votação, apuração e finalmente a responsabilidade de lavrar a ata com os resultados finais.

O que a imprensa divulgava não era tão tranquilo. Os conflitos internos eram visíveis nas narrativas dos jornais, o mesmo jornal que publicava o conflito político, publicava também matéria intitulada “Pela política – traços gerais” que diz: “Não há paiz nenhum, podemos affirma, onde haja mais de dois partidos politicamente organizados e que disputem a mesma opposição [...]” (MONTES CLAROS, 31 de Agosto de 1916, p. 1). Naquele período a política era bipartidarista, e as uniões locais e estaduais eram importantes para garantirem supremacia. A sequência da matéria, acima mencionada, diz que Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro se uniram em torno da candidatura do Senador Salles e salienta a candidatura de Ruy Barbosa à presidência, diz também que São Paulo e Rio Grande do Sul se uniram, mas não diz em torno de qual candidatura. Como apontado na introdução, o jornal *Montes Claros*, apoiava

---

<sup>51</sup> *Montes Claros*, 03 de fevereiro de 1918. p. 1.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p.3

<sup>53</sup> Neste sentido vide: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto- o município e o regime represenativo, no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. 225 p.

Hermes da Fonseca e o *Gazeta do Norte* apoiava Ruy Barbosa, cada grupo defendendo os interesses dos seus respectivos candidatos.

O fato de o jornal se posicionar em defesa do candidato de sua preferência, por si só não sustentava os alistamentos partidários. A Constituição Republicana de 1891 produz mudanças no sistema eleitoral daquele período e como se não bastasse, a lei Rosa e Silva número 1.269 de 15 de novembro de 1904 sofre alterações em 1916 pelo decreto n. 12.193 de 6 de setembro, esse decreto estendeu o processo de alistamento para as eleições estaduais e municipais, aumentando para cinco o número de deputados para cada distrito, passando a responsabilidade da apuração das atas aos presidentes das Câmaras Municipais do distrito eleitoral. Porém, a imprensa montes-clarense divulgou que esse decreto moralizaria o sistema de alistamento eleitoral e sanaria as manipulações e fraudes nos pleitos eleitorais:

Era preciso pôr um dique à onda avassaladora da politicagem nefasta, que campeava orgulhosa por toda a parte, encontrando campo livre, para forjar e improvisar eleitores, nos domínios da lei Rosa e Silva. Foi obedecendo a estes elevados intuitos que o legislador republicano elaborou a lei n. 3139, lei evidentemente moralizadora, pois, procura sabiamente cercar o processo do alistamento eleitoral de exigências e de garantias, que o ponham a salvo da acção perniciosa e corruptora dos falsificadores do regime (MONTES CLAROS, 26 de outubro de 1916, s/p.).

A imprensa afirmava com frequência a ligação desse decreto com a moralização do processo eleitoral, na mesma edição, seguiam as “características” do cidadão que poderia ser eleitor.

Para ser deferido deve ser acompanhado de prova:

- a) Da idade de 21 annos;
- b) De exercício de industria ou profissão ou de renda que assegure a subsistênica;
- c) De residência por mais de dous mezes no município (Ibid., loc. cit.).

Com esse perfil e a lei de alistamento, estava feita a base do “novo” eleitor. Isso justifica a quantidade de vezes que o alistamento eleitoral foi divulgado pela imprensa de Montes Claros como notícia de urgência, pois, caso contrário, corria-se o risco, segundo a imprensa de os eleitores não se alistarem<sup>54</sup>. Essa matéria apresenta informações de que o alistamento eleitoral obrigatório foi uma decisão do Partido

---

<sup>54</sup> *Montes Claros*, 22 de março de 1917. p. 1.

Republicano Mineiro de Montes Claros - PRM, e comunicou aos eleitores de outras localidades que o PRM havia preparado hospedagem para aqueles que viessem à cidade a fim de se alistarem. Isso possibilita o entendimento de que a prática do clientelismo era comum na cidade de Montes Claros e no Norte de Minas, chegando a ser publicada com naturalidade pela imprensa e ainda sendo considerado como se fosse serviço de utilidade pública, pois o que a matéria informa é que a existência desses lugares era necessário, pois facilitaria o exercício da cidadania. Surge aí a relação que a imprensa estabelecia entre cidade e cidadania, pois para ela, e principalmente para esse grupo político, o exercício da cidadania só seria possível se a cidade de fato existisse.

A sequência das matérias traz, constantemente, pautas sobre eleições e alistamentos eleitorais, transmitindo os interesses dos auxiliares que faziam “conversas” nas páginas dos jornais. Cada passo do PRM montes-clarence era motivo de divulgação pela imprensa, como na edição de 07 de junho de 1917 que publicou a estadia de Honorato Alves na cidade de Montes Claros, a serviço do alistamento eleitoral, com o propósito de aumentar o número de eleitores desse partido. Tanto o comportamento de Honorato Alves como as ações de Camillo Prates eram de interesse do jornal *Montes Claros*:

Fomos informados de que membros da facção política que obedece à orientação do sr. Deputado Camilo Prates, procuram seduzir pessoas da roça, residentes nos vizinhos municípios de Grão – Mogol, Inconfidência e Brasília, para se alisarem por este município, a fim de engrossar as fileiras do seu partido aqui.

[...]

O cidadão deve se alistar pelo município de sua residência, como preceitua a lei, e não por município diferente, com provas addrede forjadas.

Procurando assim prevenir o abuso, chamamos sobre elle a atenção da autoridade competente, com cujo auxilio contamos para a moralidade do nosso alistamento.

Montes Claros, 20 de junho de 1917.

Sentinela Avançada (MONTES CLAROS, 28 de junho de 1917, p.1).

Percebo que o *Montes Claros* tinha duas posturas, tratava o “ajeito” para receber eleitores de Honorato Alves como utilidade pública, e as práticas de Camillo Prates como “sedução”. Assim o jornal contribuía para a formação das mesas eleitorais a favor de Honorato Alves e denunciava Camillo Prates, enfraquecendo-o.

Com a mudança da lei eleitoral, acrescentada por Afrânio de Melo Franco<sup>55</sup>, os eleitores deveriam comprovar renda e residência no município em que votavam<sup>56</sup>. O que possibilita entender que as práticas estavam sendo “alteradas”, e já não era mais possível votar em lugares distantes. Todavia, o jornal *Montes Claros*, na mesma matéria, afirmou que fazendeiros, criadores e lavradores pouco vinham à cidade, dando a entender que havia um problema nessa emenda.

O alistamento eleitoral, para o jornal *Montes Claros*, mais parecia uma festa do que um ato cívico. Na edição de 21 de outubro de 1917, a descrição do alistamento foi noticiada em tom festivo. Segundo a matéria, amigos do deputado Honorato Alves se deslocaram de regiões longínquas para se alistarem como votantes. E os amigos não vinham sozinhos, pois, de acordo com a matéria, traziam consigo seus amigos, os quais igualmente se alistariam, valendo a máxima popular: “amigo de meu amigo, também é meu amigo<sup>57</sup>” e esses faziam grandes entradas na cidade. O que, para esse jornal, significava o prestígio desse líder político, assim, o jornal contribuía para forjar a memória do líder forte e salvador do Norte de Minas:

#### **Alistamento eleitoral**

Os amigos do dr. Honorato Alves, nosso ilustre representante no Congresso Federal, continuam a affuir animadamente ao alistamento eleitoral, tomados de verdadeiro entusiasmo.

[...]

Reuniram alistados de vários municípios [...]

[...]

A noite foram os alistados visitados pela philarmonica Operaria que executou excellente peças musicaes, sendo então organizada uma passeata cívica que em boa ordem desfilou pelas principaes ruas da cidade, acclamando entusiastamente os nomes dos ex. srs. Dr. Wenceslau Braz, dr. Delfim Moreira, Senador Francisco Salles, Deputado Arthur Bernardes, Deputado Honorato Alves, dr. Américo Lopes, cel. Francisco Ribeiro, cel. Leolino de Souza, major José Elias Trindade, major Benicio Prates, cap. Miguel Braga, major Camillo Maia, major José Dias Zeca, cap. José Lopes, cap. Conrado Pereira, dr. João Alves e muitos outros amigos do partido[...]. (GAZETA DO NORTE, 31 de Agosto de 1918, s/p.).

---

<sup>55</sup> Afrânio Camorim Jacaúna de Otingi de Melo Franco- [diplomata](#) e [político brasileiro](#). Formado na [Faculdade de Direito de São Paulo](#) em 1891, foi [promotor público](#) em municípios do interior de [Minas Gerais](#) e, posteriormente, entrou para a carreira diplomática, tendo sido designado, já em 1896, segundo secretário de legação na [embaixada](#) em [Montevideú](#) ([Uruguai](#)). . Na [Câmara dos Deputados](#) foi atuante em comissões de assuntos internacionais e também foi um dos relatores do [Código Civil Brasileiro](#). Em 1919, comandou a delegação do Brasil na primeira conferência internacional do Trabalho, realizada em [Washington](#).

<sup>56</sup> *Montes Claros*, 30 de agosto de 1917. p. 1.

<sup>57</sup> Fala popular, comum no Norte de Minas.

O confronto político era claro; na verdade, todas as outras colunas, mesmo que com assuntos diferentes, tendiam a dar sinal desse embate. As matérias de assuntos políticos, a exemplo das eleições, eram claras e diretas, tanto no *Montes Claros*, como no *Gazeta do Norte*. O debate publicado no jornal *Gazeta do Norte*, sobre eleição e representação popular, era mais agressivo, com tendência democrática e apresentava um ar de mudança, buscando o novo. Diferente da postura encontrada no *Montes Claros*, que era mais conservador e não falava sobre democracia.

Encontrei nos arquivos da UNIMONTES, no acervo do Jornal *Gazeta do Norte*, uma coluna chamada *As Eleições*, publicada a partir do mês de agosto de 1918. A primeira delas enfoca a lei do alistamento, assunto também abordado, exaustivamente, pelo jornal *Montes Claros*, só que o *Gazeta* sugeria, nessa coluna, que a lei do alistamento estendesse também aos jurados eleitorais, ou seja, esses deveriam, também, residirem e atuarem como jurados no mesmo lugar em que moravam. Os eleitores, de acordo com essa lei, deveriam ser decentes, “ter meio de subsistência, serem maiores e serem eleitores no município onde residiam” (MONTES CLAROS, 31 de Agosto de 1918, s/p.). Não satisfeitos com esse esclarecimento, em 26 de outubro de 1918, foi publicado na coluna *As eleições* um texto em tom agressivo e com denúncias aos comportamentos tidos como não almejados pelos supostos democratas:

### **As eleições**

É que o systema representativo entre nós, até agora pelo menos, achase tão distanciado do que se pratica nas verdadeiras democracias que não vale a pena qualquer candidato gastar tempo, papel e tinta, para dizer a seus concidadãos o que fará, si for eleito.

Em nosso paiz não vale a pena um individuo qualquer, por melhor intencionado que seja, ou sejam quaes forem o seu mérito e competência, apresentar-se candidato a qualquer cargo electivo, si não contar com o apoio govenamental, ou se não for incluído nas chamadas chapas officiaes.

Em toda a parte do mundo mudam os governos, mudam os que representam o povo.

No Brasil são elles vitalícios porque uma vez guinados aos lugares que ambicionam, tornam-se ali permanentemente.

[...]

Nos Estados Unidos, onde se pratica verdadeiramente o regime representativo, até 1913 esteve no poder o partido republicano, do qual sahiram os presidentes (?)

[...]

Nesse anno, a apposição, representado pelo partido democrático, em lucta profiado/democratico e digna elegeu Wilson, o actual presidente da grande Republica e que tão decisiva influencia tem exercido nos

destinos da humanidade. (GAZETA DO NORTE, 26 de Outubro de 1918).

Os comentários buscavam, com frequência, alinhar a política norte mineira à norte americana, indicando um ar liberal para o grupo de Camillo Prates. Naquele período, os Estados Unidos da América eram uma referência de desenvolvimento, milhares de quilômetros eram ligados por ferrovias e a industrialização era uma realidade. Dessa forma, todo e qualquer grupo que utilizasse os Estados Unidos como exemplo, automaticamente, passaria a imagem de progresso e de avanço.

# Saneamento dos sertões

## O povo

Em artigos que temos publicado a respeito d'este paup'ante problema, affirmámos que o governo, empenhado como parece estar em encontrar para elle uma solução pratica e definitiva, não tem meio algum a não ser a construcção de estradas de ferro atravessando as regiões doentes. E não se diga que é uma affirmacão gratuita; nos Estados Unidos, em que tudo é grandeza e progresso, os governos têm innumeradas vezes lançado mão d'este meio efficaz para sanear regiões pestilentas e para povoar desertos.

N'uma longa viagem que fizemos pelo norte de Minas, de Buenopolis para cá, pudemos observar a verdade desta affirmacão.

Os homens de governo, que vivem entre sedas e veludos, no meio do conforto de nossas capitães, não fazem a menor ideia do que é o sertão, dos contrastes immensamente impressionantes que se vêm a cada passo entre as extraordinarias riquezas do solo e as miserias horribes da população rural que vive como desterrada em sua propria patria, ás margens de rios e correios paludosos.

E eu admiro muito este povo heroico; admiro-o pela sua infelicidade, admiro-o, insulado em sua miseria, a lutar heroicamente contra o desprezo em que o deixa o seu governo, contra as inclemencias do solo, contra as epidemias, a contemplar pacientemente a vastidão sem fim dos sertões desertos, sem uma queixa, sem um lamento, sem uma esperanca!...

Bem razão teve o grande luzzeiro da medicina brasileira, Miguel Couto, quando n'um discurso recente, depois de salientar «o defeito das qualidades de nossa terra», assim exclamava:

«O esforço humano que tiver de lutar contra taes elementos precisa ser formidavel e colossal, e os que vencerem são heroes.

Eis porque nos devemos orgulhar do nosso povo. Não sei de outro que se medisse com taes difficuldades e dellas se salisse com mais proveito; imagino quantos teriam fugido e emigrado; nenhum conneço que, affrontando tantas inclemencias juntas da natureza, fosse capaz, no curto prazo da nossa vida independente, de progredir mais, de se tornar mais digno.

Em outras terras cada homem vale por um e tanto basta: na nossa ha de valer por dois e tem valido».

Dizer-se depois que o sertanejo é um povo inerte, é faltar á mais clara verdade e commetter uma grande injustica, porque inertes têm sido os nossos governos que não volveem nunca as vistas para este povo resignado e heroico.

O sertanejo tem uma fé profunda e santa, um culto verdadeiro a Deus porque sabe que é o unico poder que lhe vale e lhe socorre no abandono em que vive.

Os filhos do sertão que se educam em centros adiantados, sahem-se sempre pela sua audacia, pela sua energia de ferro, pela pujança e vivacidade de intelligencia e de caracter como expoente de nobres qualidades que dormem latentes no animo dos sertanejos.

O abandono do nosso sertão deve figurar em nossa bandeira como uma mancha negra, assim como o foi para a nossa patria a escravidão: para laval-a, deveriam se empenhar ardorosamente não só os filhos do sertão, mas todos os brasileiros dignos deste nome. E mais tarde ou mais cedo, quando os governos volveem os olhos para o nosso sertão, numa acção justa e proficua, certamente que ha de brilhar em nossa historia mais uma pagina gloriosa: a integração do sertanejo na vida de nossa patria. E para isto, basta que o governo faça penetrar pelos sertões a estrada de ferro, que será então como um nervo sensível e motor, fazendo vibrar fortemente a terra, o ar e o povo, será como uma arteria, levando em cada pulsacão, uma onda de sangue, um sopro de vida por onde passe, despertando ambições, accordando energias e espalhando

se, despertando ambições, accordando energias e espalhando alegrias e esperanças.

E o apito da locomotiva, ressoando de quebrada em quebrada, através de serras magestosas e rios caudalosos, dirá ao sertanejo: accorda, chegou o dia da tua redempção.

E então, á luz da civilisação, do progresso e do movimento, as epidemias e endemias, por si mesmas, desaparecerão para sempre, como phantasmas açoitados e vencidos.

Dr. X.

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

A notícia da eleição no Norte traz uma convocação para o povo votar, não em quem fazia favores pessoais, mas em um candidato idôneo. Segundo a matéria, na maioria das vezes, os candidatos não apresentavam um programa de trabalho e para a situação do Norte de Minas, quanto às eleições, era dever da República resguardar a singularidade do cidadão:

[...]

O Norte de Minas tem elementos para indicar os seus candidatos e quando seja elle erguido pelo valor de seus filhos, quando elle possa desejar e querer, sahindo do marasmo em que tem vivido, outra será a sorte e o futuro de toda a vasta zona de que elle se compõe.

O Norte de Minas nada possui, a não ser as suas riquezas naturaes e a oporosidade de seus filhos, trabalhem este por um ideal definido e deixará elle de ser uma zona destinada a sancionar os conciliabulos políticos daquelles que delle só se lembram em épocas eleitoraes.

Eduquem-se o povo do norte: faça-se com que elle comprehenda seus deveres cívicos e ter-se-há mudado essa passividade doentia de que temos dado provas por uma collaboração benéfica em prol desta vasta região fadada a um grandioso futuro (GAZETA DO NORTE, 8 de Março de 1919, p.1).

Na sequência, há uma matéria que informa o resultado de uma convenção na qual o Dr. Epitácio Pessoa saiu vencedor. A indignação do repórter foi tanta que ele, no último parágrafo, fez uma comparação da situação do Brasil com a dos Estados Unidos, e afirmou que a autonomia e desenvolvimento norte americano devia-se ao fato de o povo norte americano votar, coisa que não acontecia no Brasil – principalmente no Norte de Minas. Até mesmo as intrigas políticas foram retratadas pelo jornal *Gazeta do Norte*. Em 29 de março de 1919 foi publicada uma matéria falando sobre o manifesto circular, no qual correligionários do PRM se manifestavam indignados com a indicação ao pleito presidencial, convocando o povo norte mineiro a ser crítico no dia da eleição. Não satisfeitos com essa manifestação, em 5 de março de 1919, foi publicado, sob o título *O eleitor e o voto*, um texto que reafirmava a falta de autonomia popular para votar e chamava os eleitores à reflexão:

[...]

Não pode haver democracia e nem se entende que haja Pátria livre nos paizes em que os eleitores abdicam de seus direitos, permitindo que meia dúzia de figuroes senhores das mazelas eleitoraes, disignem, por meio de fraudulentas actas, aqueles desejam como representantes o povo [...] (GAZETA DO NORTE, 5 de Abril de 1919, p. 1.).

O ataque era diretamente dirigido aos “manipuladores” do povo, e a ideia era a de um jornal democrático à frente do seu tempo e que sempre se mostrava indignado com os atos e práticas desses. A indignação com a indicação de Epitácio Pessoa a presidente da República provocou a ira de um grupo de “senhores” da cidade, que publicaram o seguinte:

[...]  
Suprema vergonha nacional! Revoltante injustiça da casta política!  
A assembléia falsa que, sob o rotulo dourado de convenção nacional, indicou o nome do dr. Epitácio Pessoa para presidente da República, mentiu á nação, mentiu ao eleitorado, mentiu a todos e a cada um de nós!  
Assinam: Antônio Texeira de Carvalho, João Martins da Silva Maia, José Corrêa Machado, Antônio Dos Anjos, Francisco José Souto, Antônio A. Spyer, José Cândido P. Salgado, A. Ferreira de Oliveira, Antônio Versiani dos Anjos, Ulysses P. da S. Leal, Honor Sarmento (GAZETA DO NORTE, s/d., s/p.).

Na mesma reportagem, há a informação dos “grandes comícios” realizados na cidade em favor da candidatura de Ruy Barbosa. Conforme a matéria, homens e mulheres de “bem da cidade” subiam ao palanque para falar sobre a candidatura de Ruy Barbosa. Mas somente essa movimentação não era suficiente, o povo da cidade também foi agraciado com elogios feitos pelos correligionários de Ruy e do jornalista do *Gazeta*:

[...] Montes Claros, como todos os logares adeantados do pais, vibra de entusiasmo, pela apresentação do nome de Ruy Barbosa, para o seu primeiro magistrado e, não satisfeita em organizar um comitê que trabalha para que seja o seu nome suffragada comventemente nas urnas, iniciou uma série de conferências que se tem realizado com o maximo brilhantismo, e com regualridade e animadora concorrência [...] (GAZETA DO NORTE, 12 de abril de 1919. p. 2).

O que salta aos olhos é que esse grupo entendia que não adiantava escrever no jornal *Gazeta* sem trabalhar o ego da população, se o grupo era adiantado e próspero, seus eleitores e leitores também o eram. O jornal, então, era utilizado como meio de trabalhar a população nesse sentido. Aqui observo que ocorre uma mudança de tática, por parte do jornal, antes o seu espaço era usado para apontar o sertão, o atraso, agora o

que temos é: “Montes Claros, como todos os lugares adiantados do país”. Se Ruy Barbosa era, para esse jornal, o candidato do progresso, a criação de um comitê e conferências, só se justificaria se tivesse resposta da população. Assim, o texto aparece com a expressão “Montes Claros adiantado como outros lugares”. O que reafirma a minha hipótese de que, quando convinha, a cidade aparecia como adiantada ou moderna.

O assunto da eleição nacional foi realmente destaque nas páginas do *Gazeta do Norte*. Na edição de 12 de abril de 1919, os opositores políticos se encontraram. Na primeira página, há duas notas<sup>58</sup>, uma impressa ao lado da outra, reafirmando o conflito eleitoral. Uma com o título *Ao eleitorado do município* – defendendo a candidatura de Epitácio Pessoa, e assinada por várias pessoas da cidade. Ao lado dessa, a nota *Eleição Presidencial*, comparando Ruy Barbosa ao presidente norte americano Wilson, assinado por “João Maia”. O fato das reportagens terem sido publicadas lado a lado indica que havia uma divisão entre o grupo de Camillo Prates e o próprio jornal: quem deveria ser apoiado para a eleição presidencial? O apoio ao candidato norte americano foi apenas figurativo, pois a real intenção era afirmar uma divisão entre os correligionários de Camillo Prates.

No dia 19 de abril de 1919, há uma matéria intitulada *Depois do Pleito*, afirmando que Montes claros se comportou de forma “civilizada”, porém Minas, como um todo, elegeu quem o povo não queria, e sim aquele que era da vontade de um pequeno grupo:

[...]

Pleito Presidencial

[...]

O governo, ao passo que mantinha na Imprensa a declaração de que daria a maior liberdade, por intermédio do Secretário do interior fazia questão fechada da votação do candidato da convenção (?)

Aqui na cidade onde o entusiasmo era promissor de um progresso cívico digno de registro, foi esse entusiasmo arrefecido pela mais forte pressão de que temos conhecimento.

Desde as promessas, até a ameaça, desde a cabala até troca de chapas, de tudo se lançou mão, inclusive do recursos, pouco compreendido por muitos, de serem entregues, a boca da urna, as cédulas com que os eleitores vão mostrar que são capazes de exercer as suas qualidades de representantes da soberana popular.

[...]

Quanto aos outros devem ficar a espera da construção de cadeia, criação da Escola Normal, terminação do nosso ramal férreo e outros

---

<sup>58</sup> *Gazeta do Norte*, 12 de abril de 1919. p. 3.

melhoramentos sempre promettidos em ocasiões taes (GAZETA DO NORTE, 19 de Abril de 1919, p. 2).

A denotação de civilização que aqui aparece se une à construção da cadeia, à criação de escolas e à conclusão das obras da linha férrea; enfim, esse grupo unia as construções e as práticas do voto à ideia de civilização, assumindo, assim, o discurso do progresso, do novo ou da “cidade”. Em nenhum momento as práticas de vida são mencionadas, pelo contrário, ao elogiar que tudo correu bem, o jornalista afirma que o esperado seria a confusão, isso porque, em outros tempos, alguns problemas poderiam ter ocorrido.

O jornal *Gazeta do Norte*, sempre em tom de “legalismo” na política, não perdia a oportunidade de apontar problemas políticos. E não foi diferente com a eleição de candidatos de outras regiões, que receberam voto da população do Norte de Minas:

#### **Notas aos fatos**

Não há quem, em matéria de eleições, tendo assistido as que se realisavam no tempo da monarquia, não sinta surpresa pelo modo porque hoje se elegem os representantes do povo, nesse democrático regime em que vivemos.

O Norte de Minas então, tem sido o viveiro de onde tem sahido innumerous representantes que nenhuma ligação tem com esta zona, não lhe tendo nunca prestado serviço de qualquer natureza e que, nem ao menos, por uma circular de mera cortezia, tenha-se dirigido ao eleitorado pedindo-lhe a fineza de um voto.

[...] (GAZETA DO NORTE, 25 de Novembro de 1919, s/p.).

A proposta era fortalecer a representação local e fazer oposição aos candidatos de outras regiões que buscavam apoio nas cidades norte mineiras. Os confrontos políticos e as disputas eleitorais aparecem no *Gazeta do Norte* de forma “democrática”, porém desarmando as alianças políticas do grupo de Honorato Alves, e criando, à sua maneira, outros comportamentos que não ficavam tão distantes do comportamento político dos honoratistas. Nesse confronto, percebo que a estrutura de linguagem utilizada pelo *Gazeta do Norte* se apresentava mais questionadora, levantando debates sobre o cotidiano e sobre o comportamento dos políticos locais que, de alguma forma, atrasavam a região. Já o jornal *Montes Claros* falava das pessoas de forma mais respeitosa e próxima. Em algumas publicações do *Gazeta*, ao escreverem sobre o atraso da região, ficava subentendido que a população local também era

atrasada. Para o jornal *Montes Claros*, quando o assunto era propaganda eleitoral, a população era apresentada de forma menos hostil. No entanto, os dois usavam práticas próximas para “ampararem” seus respectivos mentores. O jornal *Gazeta* saiu à frente do *Montes Claros* ao trabalhar questões que eram pouco divulgadas para o grande público como o alistamento eleitoral e as eleições.

Se a imprensa norte mineira era instrumento de divulgação ou criação de um projeto de cidade moderna, as questões de administração e, mais especificamente, de política, não poderiam deixar de ser registradas pelos periódicos. Assim foi com as disputas políticas e a questão do voto, debatida, e amplamente divulgada pelos jornais *Gazeta do Norte* e *Montes Claros*. Se nos outros temas encontrei embates, nas colunas de política havia muito mais, como afirma Nelson Werneck Sodré: “[...] mas a matéria principal deles é também a política, e essa luta política assume, neles, aspectos pessoais terríveis, que desembocam, quase sempre, na injúria mais vulgar” (1999, p. 324.).

Quando o debate é de História e Poder, temos como enfoque o comportamento eleitoral das massas, processos de votação de várias instâncias, biografias coletivas e instituições públicas<sup>59</sup>. Analisar as fontes pesquisadas na tese, nessa perspectiva, permite-me salientar os embates políticos e todos os comportamentos que derivam desses. Assim, o que surge é uma sociedade que já tinha ampla participação política ou o contrário: uma sociedade cujo voto era privilégio de alguns e esses eram “direcionados” pelos interesses de pessoas que, geralmente, já ocupavam cargos de administração. Dessa forma, encontrei nessas fontes várias reportagens que abordavam o tema da representação política e do voto:

#### O eleitor e o voto

[...]

Um povo que não vota é um candidato a escravidão em que fatalmente terão de caher, em benefício dos que, por esse abandono, se apoderarem da direcção dos negócios públicos.

[...]

Pensem os srs. Eleitores, na situação delicada que atravessa o nosso paiz, como a imagem de pátria de um lado, e de outro, os nomes dos candidatos ao pleito de 13 de abril consultarem a sua consciência e sem olhar o interesses pessoais, regionais, ou subalternos, sigam impávidos e exercer o mais sagrado de todos os seus deveres: voltar naqueles que podem salvar nossa pátria [...] (GAZETA DO NORTE, 5 de Abril de 1919, p. 1).

---

<sup>59</sup> Sugestão de Vandermier para temática de pesquisas em História Política. Neste sentido vide: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história- Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 80 p.

A ideia de salvação é positivista, ufanista. Amor a terra, ao povo, ao processo de eleição – dos quais muitos não participavam. Publicar uma nota como essa, conferia ao *Gazeta do Norte*, um ar de consciência política e urbanidade, tratar do assunto do voto, evidenciava que esse jornal estava a serviço do Brasil da “Respublica”. Na edição de 27 de setembro de 1919, foi publicada uma charge sobre as eleições e a candidatura de Ruy Barbosa:



Figura 3- Charge: VOTEM NO EPITACIO. EU? EU VOTO E NO BARBOSA.  
Fonte: Jornal Gazeta do Norte, 1919, p. 4. Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

Marialva Barbosa afirma em “História cultural da imprensa” que:

Mesmo antes da ilustração da fototipia na imprensa, que possibilita o uso de fotografias, fundamentais também para a proliferação das revistas ilustradas, os jornais diários mais populares utilizavam as ilustrações como representação privilegiada da vida urbana. Nessas páginas, observa-se uma espécie de redefinição o olhar que passa a existir no início do século XX (2007, p. 31).

Esse pensamento me faz salientar que, a introdução do desenho (charge) no texto do jornal confere ao mesmo uma característica de jornal urbano, com uma

imprensa progressista. Ainda que seja a figura de um sertanejo, o que me chama a atenção não é o desenho, mas o fato de que esse imprime ao jornal uma estética técnica e moderna. Outro elemento é o filtro do olhar, aí eu me refiro à figura mostrada no desenho – o sertanejo. Esse é retratado como um sujeito simplório, roupas rasgadas, botinas e apresentado uma aparência de cansado. Essa descrição confirma minha hipótese de que, naquele momento, por conveniência, o sertão sobressaia, sendo conferida a identidade de sertanejo aos moradores da cidade.

Na mesma edição, na coluna “*Notas aos Factos*”, foi publicada uma nota que explicava o comportamento da Liga Nacionalista em São Paulo, quanto à campanha dessa em favor do voto. Tratava-se de uma organização política de cunho cívico-patriótico vinculada a uma sociedade secreta. Abrigando, em seu interior, representantes de camadas médias da população, inclusive professores que eram contrários ao Partido Republicano Paulista –PRP, sendo que esse existiu durante o período de 1917 a 1922. Esse texto foi assinado por F. Vergueiro Steidel<sup>60</sup> – relatando uma campanha projetada na tela dos cinemas. Nele, o autor fez as seguintes perguntas:

Se ainda não sois eleitor não sois ainda verdadeiro patriota. Só há democracia onde todos os bons cidadãos são eleitores. / Para que servem as tuas oposições si não és eleitor? Por que prosperam os politiquinhos? Por que há cidadãos que não votam. O diploma de eleitor é um attestado de patriolismo e amor ao dever (GAZETA DO NORTE, 27 de Setembro de 1919, p.2).

A imprensa tomou para si uma prática da sociedade da época em prol da consciência do voto, imprensa e cinema – os quais eram os principais meios de comunicação daquela época. Esses divulgavam e chamavam para o debate sobre cidadania e voto. Ao final da matéria, havia um comentário sobre o livro de Sampaio Doria, “*O que o cidadão deve saber*” – que continha um resumo da constituição. A partir dessa matéria, em várias edições seguintes, ao final da última página, vinha a coluna *O que o cidadão deve saber...*, após o verbo saber, palavras de interesse: voto, cidadania, liberdade, representação política e outras do tipo.

Essa campanha tinha a função de divulgar trechos da obra que apresentava a constituição republicana de 1891. Esses trechos foram publicados como o intuito de “preparar” os leitores para as eleições que se aproximava. O *Gazeta* já havia demonstrado interesse em debater o tema em outros momentos. Essa atitude me faz crer

---

<sup>60</sup> Residente da Liga Nacionalista, mentor da campanha a favor do voto secreto e obrigatório.

que a intenção era convencer os sertanejos sobre a importância do voto, e sobre como votar. Na apresentação da coluna – *O que o cidadão deve saber...* –, há uma explicação interessante que afirma não publicar um folheto literário, sem utilidade, o que contribui para o entendimento de que a arte de publicar obras fragmentadas nos jornais, fato comum nos jornais das capitais, foi reproduzida aqui. Todavia, no sertão norte mineiro, publicar uma obra era válido, porém, essa deveria ter uma função. Foi o que ocorreu com a publicação dos fragmentos do livro de Sampaio Doria, cuja função era proporcionar a reflexão a respeito do processo eleitoral<sup>61</sup>.



concernentes a liberdade, à segurança individual, é a propriedade (GAZETA DO NORTE, 1º de Novembro de 1919, p. 3).

Figura 4 – O que o Cidadão deve saber. Gazeta do Norte, s/d, última página.

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

<sup>61</sup> *Gazeta do Norte*, 27 de setembro de 1919, p. 2.

<sup>62</sup> *Gazeta do Norte*, 25 de outubro de 1919 (*O que o cidadão de vê saber da sociedade liberdade [...]*. Nas sociedades atrasadas, o governo tirânico impõe demasiadas restrições ao poder de ação dos seus súditos. [...]. Sociedade medieval = atraso/liberdade = iluminismo).

Além de publicar, uma semana depois, a reportagem *Liberdade religiosa de culto*<sup>63</sup>. A liberdade, naquele momento, era o projeto maior da República e a abolição da mão-de-obra escrava e substituição do monarca, pelo presidente, eram só o começo da prática de liberdade no Brasil. Para alguns grupos, o exercício do voto e a igualdade de todos perante a lei era mais um passo na construção dessa liberdade. Assim, publicar trechos da obra de Sampaio Dória significava aproximar ou apresentar a constituição ao povo, demonstrando que, a maioria da população, desconhecia a carta constitucional, e que a falta de debate contribuía para não colocar em prática o que essa constituição previa.

Se a constituição não era conhecida, pensar em aplicar a soberania era mais difícil ainda. E a palavra soberania foi explicada em 15 de novembro<sup>64</sup>, (data da Proclamação da República), o que me parece muito pertinente o questionamento: “Quem faz as nossas leis? O brasileiro [...]. logo a soberania é de natureza coletiva, é um poder social, e não prerrogativas de indivíduos” (GAZETA DO NORTE, 22 de Novembro de 1919, p. 3). Por conseguinte, a liberdade foi associada ao voto que, por sua vez, associou-se à soberania, o que me permite pensar no poder social. O texto de Sampaio Dória convida o eleitor/leitor a refletir sobre sua participação eleitoral, e a sequência dos textos, deixa claro que a resposta era negativa, não existia. Somente a soberania não era o suficiente para a questão da constituição, o voto também deveria ser mencionado, explicado e, no caso dessa coluna, “determinando” quem votava:

#### **Do voto – a) à seleção do eleitorado**

[...] Esta delegação não se opera praticamente por todo o povo, sem exceptuar ninguém, porto pertença a nação inteira a soberania. As crianças, por exemplo, não podem, nem devem votar (GAZETA DO NORTE, 29 de Novembro de 1919, p. 3).

Na continuidade desse comentário, no dia 6 de dezembro de 1919, mais um ponto sobre a “universalidade” do voto, que, para Sampaio Dória, era mais seletivo do que universal. O que indica que alguns intelectuais que “pensavam” conceitos e

---

<sup>63</sup> *Gazeta do Norte*, 8 de novembro de 1919. p. 3.

<sup>64</sup> *Ibid.*, 15 de novembro de 1919. p. 3.

comportamentos da época viam na segregação de determinadas camadas sociais uma situação mais que legítima para a seleção do eleitorado:

### **O voto**

#### **a) a seleção do eleitorado**

[...] o suffragio universal ou faculdade de voto concedida a todos, sem excepção, si é arma terrível contra os absolutismos seculares, é o espírito, ao da anarchia, onde nunca existio, ou desapareceu a cultura popular.

A negação, pois, do voto aos incapazes é ponto que ninguém pode por em duvidam, por ser o voto, nas mãos delles, como arma de fogo nas mãos de crianças.

[...]

E que são cidadãos? (GAZETA DO NORTE, 6 de Dezembro de 1919, p. 3).

A República não era definida pela etimologia da palavra, e em muitos lugares a implementação dessa estava diluída nas práticas urbanas, no jeito de ser e viver dos grandes centros. O que ocorria, no Norte de Minas, era uma tentativa, por parte de alguns, de incorporar práticas liberais à administração pública e mudanças na forma de eleição dos representantes. Para outros, a continuidade do modelo imperial, na forma de administrar e eleger representantes era a certeza da permanência no poder, mesmo que essa continuidade fosse disfarçada em discursos e acordos “aos moldes republicanos”. Nesse confuso “jeito de ser” da República nascente no Norte de Minas, entender quem eram os cidadãos, era buscar, numa lógica própria, um conceito pouco entendido naquele momento. Pelos jornais e documentos do acervo da Câmara Municipal, percebo que era considerado cidadão aquele que entendesse e conseguisse por em prática as normas e comportamentos que pedia a “Res-pública”. Porém, como a minha pesquisa questiona uma sociedade que ainda não vivia os termos básicos de “organização urbana”, cujo conceito de civilização era pregado naquela época, tenho a nítida impressão de que, para muitos, não haveria como surgir a cidadania nessa região. Portanto, a coluna “*O que o povo deve saber...*” tinha a função de “ensinar” como ser cidadão, e conseqüentemente, no mínimo, só aprenderia a ser cidadão, aquele que tivesse acesso ao debate proporcionado pelo jornal ou que participasse das rodas de conversas sobre eleição, voto e direito.

Nessa perspectiva, o jornal assumiu, frente à população, um papel de porta-voz e de construtor da cidadania, uma vez que a formação histórica dessa sociedade, não

favoreceu o desenvolvimento da consciência, da coletividade e do tratamento urbano. A imprensa, ao assumir essa postura, deixa para a posteridade o registro de pessoas frágeis e facilmente manipuladas e que não tinham condições de por em prática sua categoria de cidadão, condição essa, já concedida pela constituição de 1891.

A sociedade republicana do início do século XX tinha como fundamento de comportamento eleitoral a referência da indicação do voto dos mandatários e de fazendeiros que se apropriavam de acordos e barganhas políticas, o que caracterizava o coronelismo<sup>65</sup>. A sequência das matérias tinha como tema o **“Do voto – c) o seu caracter secreto”** que trazia: “A lei do voto obrigatório deve conter medidas que evitem as perseguições dos poderosos contra os cidadãos desprotegidos e honrados”(GAZETA DO NORTE, 27 de Dezembro de 1919, p. 3). Isso reafirma minha análise de que a população aparece como carente e sem condições de discernir a sua nova situação política. O texto dá margens ainda para pensar a condição que o coronelismo impunha, o voto pensado na prática coronelística era fechado, tinha seu alvo definido, e voto em caráter secreto era incerto. O jornal se apresentava como defensor dessa incerteza, porém, para ocorrer tal mudança a representação teria que ser alterada. A coluna *“O que o povo deve saber...”* se encerra trazendo a questão da representação das minorias:

#### **d) a representação das minorias: conclusões**

[...]

São evidentes os inconvenientes desta troca de governo da vontade nacional pelo governo da vontade da maioria [...]. um sistema eleitoral, pois, que vedasse a representação da minoria no governo, seria um instrumento de opressão da maioria, e nunca um meio apto, a que o governo seja o povo, pelo povo, e para o povo [...] (Gazeta do Norte, 17 de Janeiro de 1919, p. 3).

#### **Do voto d) a representação das minorias: conclusões**

[...]

Forjamos um corpo, esquecemos de lhe soprarem o espírito. Republica e effectividade do voto são termos equivalentes. [...] Que nos falta? A realidade do voto. Esta realidade do voto? Esta realidade só é possível, cominando penas aos infractores do sufrágio. Venha, pois, a obrigatoriedade do voto, será deveras a República (Gazeta do Norte, 7 de Fevereiro de 1920, p. 3).

---

<sup>65</sup> QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira – Estrutura de poder e economia (1889-1930) Tomo III – O Brasil Republicano. 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Pg. 172-212.

O voto era uma prática distante de todos, pelo menos nas matérias publicadas. O ato de explicar o voto pela representação foi o ponto final para que o *Gazeta* definisse seu perfil liberal e se fizesse um jornal de articulações políticas, comportamento que não era novo. Para o Norte de Minas, o momento mais importante da política, durante a Primeira República, na imprensa, foi o Congresso das Municipalidades ocorrido em Diamantina, em 1907. Esse pretendia reunir os administradores das principais cidades da Região Norte do Estado para debater os problemas da Região. A pauta do Congresso foi publicada no jornal e percebe-se uma preocupação em relação à situação do Norte:

### **Congresso das municipalidades**

(Diamantina, 8 de julho de 1907)

O sr. Senador olympio Mourão, dirigiu-se aos presidentes das seguintes Câmaras Municipais do Norte Serro, Concieção, Itabira, Ferros, Guanhaes, Peçanha, São João Baptista, Minas Novas, Arassuahy, Theophilo Ottoni, Salinas, Grão mogul, rio Pardo, Tremedal, São Francisco, Januaria, Montes Claros, Bocayuva, Curvello, Sete Lagoas, convidando-os a tomar parte do Congresso pelo seguintes modos:

“o exemplo salutar das municipalidade do Sul e da Matta do nosso Estado, colligando-se para a proteção e defesa dos interesses communs, echoou no município de Diamantina, que ora vem, conuante na solidariedade mineira, e pelo órgão legitimo de sua representação, convidar as municipalidades norte-mineiras, a sereunirem em congresso de seus representantes, nesta cidade, no dia 7 de setembro do corrente ano [...]”

Pontos de elevação:

1º Unificação operosa dos poderes locais à acção fecunda do governo do Estado.

2º O conagraçamento de todos as vontades e todos os recursos para a lucta de êxito das operações tendentes ao nosso progresso, em todos os departamentos da vida publica.

[...]

Essa solução ao ensino, primário e técnico.

1º Auxilio ao ensino primário e technico.

2º Auxilio ao desenvolvimento da industria extractiva em todas as suas variantes.

3º Colonização dos municípios, fixando o colono ao solo.

4º Estabelecimento de prêmios de animação, para adapção de processos à agricultura.

5º Abertura de estradas viccinaes e de rodagem.

6º Melhoramento hyenicos e de policia das cidades.

7º Exposições locais e regionaes (O NORTE, 1907, P. 2).

Percebo que aí surgem comissões para debater assuntos relevantes, que abrangiam os problemas, mas que, ao mesmo tempo, apontava um projeto de modernização do Norte. Educação como salvação do atraso, ocupação e exploração do solo – agricultura, estímulo à mecanização da agricultura, contagem da população, evidenciando, em números, uma prática mais transparente em relação à cobrança e à aplicação dos impostos. A dinâmica desse encontro foi a divisão dos representantes de vários lugares em grupos e o debate de temas relevantes para a região. Após os debates, foi distribuído um questionário para os grupos e o mesmo foi publicado na íntegra pela imprensa:

### **Questionário**

1º Comissão

Quaes as medidas que devem tomar as câmaras para impulsionar e desenvolver a instrução primaria em seus Municípios?

2º Comissão

Não é conveniente a colonisação dos Municípios fixando o colono ao solo, e quaes os meios de realizar essa medida?

3º comissão

Não é de conveniência que as Câmaras Municipaes estabeleção, de commum accordo, prêmios de ainimação para os lavradores que introduzirem em suas lavouras os modernos instrumentos aratorios, de que a mecânica e chimica agrícolas ensinão?

4º Comissão

Não é conveniente que se organise a serviço de estatística de todo o movimento industrial e commercial da Zona, bem como do recenciamento de sua população?

5º comissão

Não é de conveniência que cada câmara, revendo suas tabellas de impostos, de'ellas elimine os impostos intermunicipaes já abolidos por lei, e procure, quanto possível, uniformisar a tributação Municipal em todos os municípios representados no Congresso? (O NORTE, 1907, P. 3).

O projeto, começado em 1907, em Diamantina, com a organização e a divulgação do Congresso das Municipalidades no jornal *O Norte*, resultou em benefícios em 1919, quando o jornal *Gazeta do Norte* publicou uma reportagem comparando o civismo montes-clarence ao civismo diamantinense<sup>66</sup>. O jornal chamava a atenção para a precariedade de prédios públicos e para a extinção da Escola Normal que, além de um sentimento de desprezo pela cidade, se irritava com o fato do Ramal,

---

<sup>66</sup> Essa discussão será abordada no capítulo 4.

naquela época, ter sido transferido para Pirapora, e não chegar a Montes Claros. Com esses pontos, a partir da iniciativa do Congresso das Municipalidades ter ocorrido ainda em 1907, percebo que a cidade de Diamantina esteve à frente de Montes Claros no debate e discussão de questões políticas e que o sentido de liderança por mudanças estava muito mais ligado à cidade de Diamantina do que à Montes Claros.

Para entender a imprensa sendo utilizada como “órgão de interesse do Norte” , recorri aos memorialistas Urbino Viana e Hermes de Paula que retrataram os conflitos políticos, bem como as mudanças ocorridas na lei eleitoral que proporcionaram à imprensa um debate sobre pleito eleitoral, cidadania e direitos. Porém, para fechar o debate entendo ser necessário analisar a postura e o comportamento desses políticos, pois esse comportamento e essa postura foram construídos pela imprensa. Cada grupo político trabalhava e publicava seu “perfil” de acordo com o que acreditava.

O jornal *Montes Claros* se interessava em retratar não só a posição e o comportamento dos políticos locais como também dos políticos de outras localidades. Isso pode ser verificado na matéria intitulada “trilhando um bom caminho”, publicada nesse jornal no dia 10 de agosto de 1916. A matéria elogiava a atuação dos Deputados Federais pela aprovação de um determinado valor – não mencionado – para a “Associação Comercial do Rio de Janeiro”. Além de revelar interesse no comportamento e posição dos políticos, percebo também, nessa matéria, que existia de forma velada um discurso de elevação do Regime Republicano na união de três forças: comércio, lavoura e indústria. Este tripé é percebido em várias outras reportagens, seja de forma direta ou indireta.

O jornal *Montes Claros*, mesmo dando ênfase aos fatos ocorridos na política de maneira geral, como o acima citado, não perdia o foco da política local. Prova disso é o grande alarde feito em torno do acordo político assinado em 2 de outubro de 1916 pelos principais participantes da política local – deputado Camillo Prates e Honorato Alves, bem como pelos “coronéis” Francisco Ribeiro dos Santos e José Rodrigues Prates, delegados dos partidos, tendo os primeiros como chefes. O acordo definia a quantidade de representantes que cada partido teria e foi feito em forma de ata. O jornal, sem perder tempo, tratou de publicar a ata na íntegra. Entendo que a publicação dessa matéria deixava evidente o posicionamento do jornal em relação à questão da cidadania no que se refere ao processo eleitoral, tendo em vista que esse era um projeto da nação e quando o jornal se tornava porta-voz desse projeto, ele estava intencionando que o

Norte de Minas também assimilasse o projeto de cidadania, pois, segundo a imprensa, isso favoreceria o progresso.

O partido chefiado pelo dr. Honorato Alves elegerá dous vereadores e o Juiz de Paz da cidade, o presidente da Câmara, dado empate na votação será designado pela sorte.

[...]

Os partidos se compromettem a fazer com que qualquer que seja o resultado da eleição, não se altere, de forma alguma, a substancia do accordo nem as clausulas do presente pacto (MONTES CLAROS, 12 de Outubro de 1916, p. 2).

Ao que tudo indica, os cargos estratégicos da cidade foram distribuídos entre eles mesmos nesse acordo. O equilíbrio político parecia despontar, mas isso porque, naquele momento, era interessante para os Prates e os Alves. Acordos políticos, medidas isoladas, medidas do partido, não importava, qualquer ação merecia nota na imprensa, principalmente no jornal do próprio partido. O *Montes Claros* mais parecia uma agenda política dos honoratistas, mas quando convinha e quando beneficiasse o jornal, os camilistas eram mencionados:

### **Horas vagas**

O nosso illustrado representante no Congresso Federal sr. Camillo Prates, apresentou à Câmara um projecto de lei punindo a quem quer que derrubar ou queimar mattos que estejam cobrindo nascentes outros mananciaes, sejam de propriedade publica ou particular as terras em que se encontrem essas nascnetes. Vê-se, pois, que o intuito do projecto é proteger as nascentes de águas, corrigindo,tanto quanto possível, o perigo das seccas, intuito louvadissimo e a que ninguém recusará aplausuos.

[...]

Como fazer com a lei proibitiva?

Obrigar sertanejo a plantar fora d'alli, aconselhando-o a quem irregue sua roça por processo mechanico, é aconselhar-lhe o impossível [...] (MONTES CLAROS, 2 de Novembro de 1916, p. 2).

Aos poucos percebo que os assuntos políticos foram configurando o jornal *Montes Claros*. No período de 18 de janeiro de 1917, foram publicadas aproximadamente cinco atas de reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, nas quais as deliberações e as reivindicações de verbas foram constantes. Na primeira ata publicada, os então vereadores, se manifestaram de forma favorável ao “acordo político” feito pelos deputados Camillo Prates e Honorato Alves. As quatro atas

seguintes trazem as solicitações de verbas para a construção do mercado público municipal, a ampliação do prazo para “pagamento de impostos atrasados sem multa”, pavimentação da estrada que ligaria Montes Claros à cidade de Bocaiúva, construção da cadeia pública e liberação de verba para os festejos da inauguração da luz<sup>67</sup>, dentre outras. Como nota final, o jornal publicou “elogios” à Câmara pelos “trabalhos realizados”<sup>68</sup>.

Para o jornal *Montes Claros*, nada parecia mais importante do que proteger os interesses de Honorato Alves e de seu grupo político. Como na publicação que dava conta da criação do Diretório de Juramento, fato que mexeu muito com os ânimos dos políticos locais por causa da exclusão do Cel. Luiz Maia, sendo que esse era aliado de grande prestígio de Honorato.

Em 5 de julho de 1917, foi publicado outro comentário sobre o Partido Republicano Mineiro. Mas, o mais interessante, é que, a sequência que começa em 31 de maio, foi de sete manchetes sobre a Câmara Municipal. Nessas matérias, a Câmara Municipal informava aquisições e benefícios, além de esclarecer a liberação de verba para a compra de uma balança americana<sup>69</sup>, desapropriação de casas para nivelar ruas<sup>70</sup>, construção de ponte sobre o rio Pacuhy<sup>71</sup>, liberação de verbas para pagar transporte de balança<sup>72</sup>, verbas para mobília de escola<sup>73</sup> e levantamento da existência de prédio na cidade para averbar<sup>74</sup>. Percebo, nessas matérias, um esforço da câmara para pavimentar, sanear e organizar a cidade. Mas o curioso, é que, essa prestação de contas, apareceu sem nenhuma explicação por parte dos jornalistas ou representantes da câmara, simplesmente de uma edição para outra as manchetes surgiram, prestando contas dos gastos da Câmara com as pavimentações:

#### **Câmara Municipal de Montes Claros**

Lei nº 319, de 2 de outubro de 1917.

Orça a receita e fixa a despesa 1º districto da cidade.

Districto de Morrinhos, disctrictos de Juramento. Brejo das Almas, ( sangue de gado, aluguel de pasto e imóveis).

Capitulo II

---

<sup>67</sup> Rejeitada a proposta por falta de verba. Na mesma reunião que foi solicitada a verba, já houve a resposta, e foram ambas publicadas na mesma ata no jornal *Montes Claros*.

<sup>68</sup> *Montes Claros*, 18 de janeiro de 1917. p. 3.

<sup>69</sup> *Ibid.*, 26 de julho de 1917. p. 4.

<sup>70</sup> *Ibid.*, 17 de julho 1917. s/p.

<sup>71</sup> *Ibid.*, 19 de julho 1917. p. 4.

<sup>72</sup> *Ibid.*, loc. cit.

<sup>73</sup> *Ibid.*, loc. cit.

<sup>74</sup> *Ibid.*, loc. cit.

Da despesa Ordenado de empregados, repartições – instituições a) Santa Casa de Caridade, b) conferencia São Vicente de Paulo c) Escola Normal d) Caixa Escolar? Grupo Gonçalves Chaves e) União Operária.

Construções, pavimentações (MONTES CLAROS, 14 de Outubro de 1917, s/p.).

A urbanização parecia, cada vez mais, uma realidade, com a construção do cemitério público<sup>75</sup>, (Câmara Municipal Lei 321, de 19 de outubro de 1917), a transferência de professores, contratação etc. (Lei n. 325 de 19/10/1917), criação de uma escola dedicada ao sexo masculino (Escola São Geraldo, Lei n. 327. 19/10/1917), construção do pontilhão e do esgoto na rua Grão Mogol cruzamento com Bello Horizonte<sup>76</sup>.

Entendo que as notas sobre a urbanização da cidade, eram publicadas pelo jornal com a finalidade de unir tais ações à figura do político Honorato Alves, criando, em torno dele, o mito de bom político, e com isso, cunhar na população a ideia de que mito e cidade era a mesma coisa. Na matéria que publicou a Lei nº 320 de 2 de outubro de 1917<sup>77</sup>, há a afirmativa sobre: “*a competente e criteriosa presidência do illustre clínico e prestigioso chefe dr. João Alves*”, o que reafirma a utilização desse jornal no sentido de efetivar o mito do líder político. De acordo com minha pesquisa, a criação desse mito ultrapassou os limites de Montes Claros. Encontrei no arquivo da Biblioteca Antônio Montenegro em Diamantina a seguinte matéria no jornal *A Voz do Norte*.

#### **Deputado Honorato Alves**

Fala de aniversario : biografia, mais de uma página de texto.

[...]

ora de homem igual, quem não admira as qualidades que o fazem tão respeitado e querido?

[...]

A nossa linguagem é muito pobre, a nossa força de expressão muito fraca, o espaço do nosso jornal é pequeno para com elles significaremos o entusiasmo e o prazer nosso, quando, tendo occasião de nos referirmos ao amigo de tantos anos, verificamos também que elle é o mesmo homem publico do qual fazia, há muitos anos, um jornal local, o nosso collega “A opinião do Norte”, o

---

<sup>75</sup> Cemitério localizado no terreno do que anos depois seria a Catedral de Montes Claros, e na década de 1950 com a urbanização da cidade para os festejos dos 100 anos de elevação a condição de cidade, este cemitério foi retirado deste local, e os restos mortais sepultados ali foram transferidos para o cemitério que fica hoje localizado na região sudeste da cidade.

<sup>76</sup> *Montes Claros*, 21 de outubro de 1917, p. 4.

<sup>77</sup> *Ibid.*, 14 de outubro de 1917, s/p.

seguinte conceito com que fechamos este artigo: (Segue artigo de Diamantina) (O NORTE 1917, p.3).

Esse comportamento instituiu, na imprensa da época, um imaginário sobre Honorato Alves. Pelo que encontrei, até 1917, o jornal *Montes Claros*, associava Honorato à pavimentação da cidade. As matérias sempre falavam dele e da pavimentação de ruas e espaços, construções de prédios públicos e saneamento básico, associando sua imagem a esses fatos. No ano seguinte, segundo César de Queiroz Porto (2002), os jornais de Montes Claros, continuaram a construir o imaginário sobre Honorato. Agora como o “apóstolo da caridade sertaneja”<sup>78</sup>, era o que faltava: modernidade e benevolência para fechar a construção da memória sobre esse político.

Nesta altura do texto continuarei abordando a respeito da postura e do comportamento dos políticos, daquela época, que os jornais montes-clarences construíram em suas páginas, porém darei destaque às figuras do então governador de Minas Gerais Artur Bernardes, do presidente da República Dr. Rodrigues Alves e do Dr. Delfim Moreira, substituto de Rodrigues Alves, quando do seu falecimento. Entendo que analisar o comportamento desses políticos se faz necessário para responder ao problema da tese, uma vez que os mesmos eram correligionários de Honorato Alves e Camilo Prates.

Há uma reportagem do *Gazeta do Norte* intitulada *Governo Artur Bernardes* na qual o jornalista afirma ter certeza de que com o então governador o Norte seria lembrado<sup>79</sup>. A posse de Arthur Bernardes foi noticiada, bem como a recepção com detalhes dos desfiles de batalhões da capital e da “participação popular” em massa<sup>80</sup>. O *Gazeta* faz ainda referência, em sua primeira página, ao primeiro dia de trabalho de Artur Bernardes como governador do Estado de Minas Gerais: “O Novo governo – Assume hoje o governo do Estado, o dr. Arthur Bernardes e seus auxiliares. A *Gazeta* do Norte confiante na acção do novo governo, saúda-o” (grifo do autor) (1918, p.1). Segue fazendo uma extensa narrativa sobre as habilidades políticas do novo governador e dos seus auxiliares, sempre associando esses ao progresso. Ao final do texto há um apelo em relação ao Norte de Minas:

---

<sup>78</sup> PORTO, César Henrique de Queiroz. **PATERNALISMO, PODER PRIVADO E VIOLÊNCIA: O campo político Norte – Mineiro durante a Primeira República**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2007.

<sup>79</sup> *Montes Claros*, 13 de outubro de 1918. p. 1.

<sup>80</sup> *Gazeta do Norte*, 14 de setembro de 1918. p. 1.

O Norte do Estado que não tem contado com a boa vontade dos governos, ousa esperar um pouco de interesse deste que hoje se inicia, pelo menos para que delle sejam conhecidas as suas dificuldades e são ellas de tal natureza que estamos certos, não se farão esperar medidas que venham beneficiar essa extensa zona de riquezas innumeraveis.

[...] (GAZETA DO NORTE, 7 de Setembro de 1918, p. 1).

O Norte sempre esperançoso de que, com um novo governo, as mudanças viriam para a região. A publicação da nota no dia 7 de setembro reafirma a memória da ruptura e da esperança. Antes da existência das prefeituras, eram as Câmaras Municipais, que administravam os municípios. Com os trabalhos da constituinte de 1891, a administração pública passou a ser “descentralizada assim como a federação”<sup>81</sup>. Em 1905, cria-se a intendência geral (prefeitura) cujo, intendente era indicado pelo presidente do estado e os vereadores continuavam a ser eleitos pelo voto do povo. A campanha a favor da prefeitura, no *Gazeta*, está associada às mudanças que se faziam necessárias. O *Gazeta do Norte* tinha a função de anunciador ou propagador desse novo tempo:

Dissemos e repetimos que não nos preocupa o lado jurídico da questão: o que nos faz tratar da conveniência da criação de prefeituras, é a necessidade que tem, muitos municípios de progredir, entregue sua administração a pessoas alheias a política local e que possam arrecadar impostos, punir empregados relapsos e executar as leis, sem que a política, senhora desses administradores, venha com suas exigencias crear embaraços a administração.

[...]

Por que não são cobrados essas rendas?

[...] os amigos não querem pagar impostos e os adversários, gritam, se lhes cobramos o que devem ao município.

[...] (1918, p.1)

Além de apresentar ironia em relação à cobrança de impostos, a reportagem do *Gazeta* criticava a postura de proteção aos amigos, já a campanha do jornal *Montes Claros* fazia o contrário<sup>82</sup>, deixando transparecer que a prefeitura era prejudicial. Porém, o próprio jornal *Gazeta do Norte* publicou que “Não somos tão ingenios que acreditemos que com a criação de prefeituras terminem as lutas políticas dos municípios” (GAZETA DO NORTE, 28 de Setembro de 1918, p. 1), porém, apesar dessa declaração, defendiam que a ausência da prefeitura estacionaria o progresso da

---

<sup>81</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto- o município e o regime representativo, no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 80.

<sup>82</sup> *Montes Claros*, s/d.

cidade. Fica fácil perceber os interesses políticos que estavam por traz desse embate travado entre os dois jornais. Para Camillo Prates, dono do *Gazeta do Norte*, e seu grupo, a cobrança de impostos e a execução das leis era a certeza de que o progresso seria implantado: “é a necessidade que tem, muitos municípios de progredir” (GAZETA DO NORTE, 1918, p.1). Honorato Alves, dono do *Montes Claros*, por sua vez, considerava que a criação das prefeituras alteraria as relações políticas e, conseqüentemente, ele e o seu grupo perderiam espaço político.

Percebo que o Jornal *Gazeta do Norte*, já se mostrava, naquela época, um jornal dinâmico e, como assinalei anteriormente, procurava estabelecer uma estreita relação com a população, dando a entender que “falava a língua deles”. Isso transparece na matéria intitulada *O problema presidencial*. A matéria abordava sobre uma convenção que, segundo o jornal, deveria ser constituída por comerciantes, agricultores, literários, corporações científicas e o corpo docente das escolas superiores<sup>83</sup>, o fato de mencionar que essa convenção deveria ser constituída por vários segmentos da sociedade, caracterizava essa atitude de proximidade com a população. A matéria a qual nos referimos acima inicia falando da morte de Rodrigues Alves: “A ‘Gazeta do Norte’ sem ligações partidárias e sem interesses em jogo, apoiará e recomendará o candidato que possa promover o engrande [...]?” (GAZETA DO NORTE, 1º de Fevereiro de 1919, p. 1) e segue dando conta da enfermidade do Dr. Rodrigues Alves e da possível substituição desse, em virtude da sua enfermidade, pelo Dr. Delfim Moreira, além de citar os seus ministros<sup>84</sup>. O jornal considerava que, se era interessante à vida pública tomar conhecimento do falecimento de Rodrigues Alves, ainda mais nesse caso; em que os “problemas” da sucessão estavam em questão. Entendo que, mais uma vez, o jornal *Gazeta* quer se posicionar como imparcial, mas, entretanto, não deixa de, nas entrelinhas, se posicionar em favor de um determinado candidato.

A publicação, por parte do *Gazeta do Norte*, dessa e de outras matérias que encontrei em minhas análises, me fazem perceber que, segundo o entendimento do jornal, essa era uma forma de lutar por medidas que melhorassem o norte, como no exemplo transcrito baixo:

### **Pobre Norte!**

---

<sup>83</sup> *Gazeta do Norte*, 01 de fevereiro de 1919. p. 1.

<sup>84</sup> *Gazeta do Norte*, 23 de novembro de 1918. p. 1.

Quando se falla, escreve ou se repete que o Norte jaz abandonado pelos poderes públicos parecerá a muita gente que seja isso uma expressão sem sentido empregada unicamente para produzir effeitos ou para que se consigam favores de que os governos tem sido pródigos para outras zonas.

[...]

Montes Claros, não tem pontes e nem estradas: não em cadeia nem uma casa decente onde funcionem juizes e tribunais: na ontem um estabelecimento de instrucção: o correio até hoje, chega de três em três dias, não havendo na agencia um carteiro que distribuía a correspondência de 7.000 almas: entrentanto o povo paga todos os impostos federaes, estadoaes, e municipaes com uma resignação evangélica.

[...]

Depois de todas as considerações que fazemos, no intuito de sermos ouvidos pelos poderes públicos, não podemos deixar de exclamar: Pobre Norte! (GAZETA DO NORTE, 15 de Fevereiro de 1919, p. 1).

Outro aspecto que observo é que a sequência das reportagens, o ir e vir dos assuntos e o espaçamento das datas de publicação, também foram usados pelo jornal de forma estratégica, com a intenção de prender o leitor e forjar um posicionamento semelhante ao defendido pelo jornal. É o que fica evidente quando o *Gazeta* volta a publicar a respeito da candidatura de Ruy Barbosa, dizendo que, segundo relato de um informante por correspondência telegráfica, a sua candidatura parecia estar “sacrificada”, mas não explica o porque de ter usado esse termo<sup>85</sup>. Em 1º de março, outra matéria, agora com o título de “o resultado da convenção”, dando o resultado da indicação de Epitácio Pessoa à presidência, e dizendo que a convenção teria sido “manipulada” pelos participantes. A matéria afirma ainda, que o caráter dos políticos participantes era duvidoso<sup>86</sup>. A mesma matéria apresenta o pronunciamento de um deputado a respeito da situação econômica do Brasil que, naquele momento, não era boa, esclarecia a necessidade de todos ficarem sabendo do valor da dívida externa, pelo *Funding*, e que Ruy Barbosa estava certo ao afirmar:

Ou o Brazil entra immediatamente numa reconstituição profunda, ou começa immediatamente a entrar huma phase, de que não sahirá nem com as suas instituições, nem com a própria honra da sua situação internacional intacta (GAZETA DO NORTE, 1º de Março de 1919, p.1).

---

<sup>85</sup> *Gazeta do Norte*, 22 de fevereiro de 1919. p. 1.

<sup>86</sup> *Gazeta do Norte*, 01 de março de 1919. p. 1.

Há também um retorno ao assunto sobre a falta que fazia a existência de uma prefeitura na cidade de Montes Claros, salientando o comportamento “errado” de determinados líderes políticos<sup>87</sup>. Compreendo que tudo era considerado, pelos jornais locais, motivo e pretexto para tocar no assunto referente à criação da prefeitura. Encontrei com data de 02 de agosto de 1919 outra reportagem – *O novo governo da República* – que retornava ao tema sucessão, salientando as características morais e tidas como louváveis do candidato à presidência Eptácio Pessoa<sup>88</sup>. É curioso observar que o tempo todo o jornal criava um “elo” entre as matérias referentes à sucessão presidencial e às notícias locais, como quando, na mesma reportagem citada acima, fala, com uma espécie de ironia, sobre o dinheiro municipal, com o título: “Como se vai o dinheiro municipal?”, questionando os gastos da Câmara Municipal e, ao final, termina: “ah as prefeituras!!!” (GAZETA DO NORTE, 16 de Agosto de 1919, p. 1).

Em 30 de agosto de 1919, o *Gazeta do Norte* publicou uma nota intitulada *As prefeituras - duras tamen vera, saxa cavantur aqua*, a qual inicia falando as melhores características que um mineiro deveria ter, dentre elas a aversão à “politicagem”. Descreve brevemente as qualidades da política nascente e narra as ações dos políticos corruptos. Para finalizar o texto, diz:

Felizmente para Minas aparece os primeiros clarões de uma autora sorridente devido talvez à energia do seu Presidente, promovendo a reforma da constituição onde preceitos muito salutareos são apontados. Entre elles está a criação de prefeituras que na nossa humilde opinião trata a solução do magno problema que infelicita o Brasil.

As prefeituras resolverão todos os problemas das politicagens?

[...]

Ora nestas condições a única solução para o problema é o governo do Estado ter em cada município um empregado da sua confiança, que faça o mesmo que os presidentes da câmara dando-lhe todo apoio mas que sejam demissíveis ou removíveis, quando sobre elles pesarem accusações cirteriosas. [...] (GAZETA DO NORTE, 30 de Agosto de 1919, p. 1).

Sobre as prefeituras, no período lido, a maior campanha do *Gazeta* foi a criação dessas. E sobre o primeiro aniversário do governo de Artur Bernardes, o jornal *Gazeta* salientou as ações que colocaram “ordem na casa” e acabaram com práticas corruptas. E assim finalizou:

---

<sup>87</sup> *Gazeta do Norte*, 22 de março de 1919. p. 1.

<sup>88</sup> *Ibid.*, 2 de agosto de 1919. p. 1.

Finalmente sabemos que S. Exa. Pretende olhar um pouco para o Norte de Minas e isso, quanto mais não fosse, seria o bastante para que com sinceras sympathias olhássemos para o seu governo, delle esperando alguma cousa nosso beneficio (GAZETA DO NORTE, 6 de Setembro de 1919, p. 1).

Em 6 de dezembro de 1919, o *Gazeta* fez uma espécie de desabafo sobre a má administração e sobre a precária educação escolar da região, intitulado *Egoísmo e Inércia*, demonstrando a falta de instrução escolar e os desmandos de grupos políticos, comentados por esse jornal:

Desses dous males decorrem todas as desditas dos que vivem no sertão, e o prestígio dos políticoides que, mais que esses, necessitam de energia moral para se manter perante seus superiores e são todos aquelles que, mais alto, lhes podem fazer mal, quanto fazem a seus concidadãos.

[...]

É preciso pois, ensinar o povo.

Quando este souber comprehender os seus direitos, outra será a situação nessa nossa muito amada – República dos Estados Unidos do Brazil (GAZETA DO NORTE, 6 de Dezembro de 1919, p. 1).

Em 20 de dezembro de 1919, foi publicado, com o título de *Revisionismo*, solicitando-se, então, mais uma vez, a criação de outros partidos políticos no Brasil – lembrando que, naquela época, o comum eram dois. E amplia apresentando notícias da capital que diziam: “Rio de Janeiro, coloca que para surgir mais partidos é importante a revisão constitucional” (GAZETA DO NORTE, 20 de Dezembro de 1919, p. 1).

Dessa forma, percebo que a política era o fio condutor do embate entre os jornais pesquisados, esse embate se devia ao fato de termos o *Gazeta do Norte* em defesa de Camilo Prates, político que o representava e o *Montes Claros*, por sua vez, em defesa do seu líder político, Honorato Alves. Esses políticos usavam, com propriedade, o espaço do jornal como disputa do projeto de cidade que eles intencionavam implantar no sertão. Honorato e Camilo se serviam dos temas: educação, linha férrea e linha de tiro para alimentarem o debate sobre sertão e cidade. Cada qual requeria pra si maior destaque como responsável pelo projeto de modernidade pensado pela imprensa.

## CAPÍTULO 2

### A Imprensa ao Nascer do Século XX

O processo histórico tanto do jornal *Montes Claros*, como do jornal *Gazeta do Norte* apresentava informações, as quais destacamos: a 1ª Guerra Mundial, o acordo feito entre os Alves e os Prates, a instalação da luz elétrica, a reabertura da Escola Normal e a gripe espanhola, dentre outras. A veiculação dessas informações, pela imprensa, constrói uma memória que se torna referência em outras regiões em relação ao Norte de Minas, sendo que as mesmas passam a ser veiculadas de acordo com a conveniência dessa.

No caso da nossa pesquisa, o que percebemos é que, quando convinha, a imprensa local considerava o sertão como atrasado e precisava se modernizar e, para isso, era preciso mostrar o “progresso” chegando ao sertão. Nessa perspectiva, percebo que os jornais de Montes Claros, sempre retratavam não a dicotomia “sertão *versus* cidade”, mas os “projetos de modernização” do sertão publicados e disputados nas páginas desses jornais. A minha tese quer evidenciar a simultaneidade dos fatos noticiados pelo jornal: se a cidade se modernizava, o sertão, concomitantemente, passava pelo mesmo processo<sup>89</sup>?

Percebo, a partir da leitura dos jornais, que o sertão era retratado de forma preconceituosa, criando estereótipos. Davam maior destaque às calamidades, com discursos que foram, e ainda são, apropriados por políticos e administradores em suas campanhas eleitorais para a formação de políticas públicas. No caso do Norte de Minas, percebo que a “memória do norte mineiro como miserável e sofrendor” foi o discurso que sedimentou a sua incorporação na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Em 15 de dezembro de 1959 foi criada a SUDENE, intermediada pela lei n. 3.692<sup>90</sup>, com o objetivo de sanear as mazelas do Nordeste do Brasil, região de clima semi-árido, que enfrenta longos períodos de seca,

---

<sup>89</sup> Ver as colunas *Assuntos da roça* e *Calendário do lavrador*, forma de ensinar ou ajudar os lavradores norte mineiros a plantarem no intuito de modernizar seus ofícios, pois o Norte de Minas, desde sua colonização é agrícola e pastoril, e estas colunas ensinavam técnicas mais modernas para lavradores que já plantavam há muitos anos.

<sup>90</sup> OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (et al.). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. 217 p.

A região do norte de Minas é composta por oitenta e nove municípios e possui uma área territorial de 128.602 km<sup>2</sup>. Para os geógrafos, o norte de Minas compõe uma região de transição entre o cerrado e a caatinga, com clima tropical semi-úmido<sup>91</sup>, sendo, portanto, considerada uma mesorregião<sup>92</sup>.

Com o objetivo de dar embasamento à minha tese é necessário apresentar a definição do termo “sertão”, situando o Norte de Minas e explicando, através da historiografia, como esse termo é construído por diversos autores, sendo que cada um adota uma metodologia própria.

Essa região é associada ao sertão por órgãos oficiais como “polígono da seca”<sup>93</sup>. A ideia de um espaço “chamado sertão” está associada às fronteiras imprecisas entre Portugal e Espanha<sup>94</sup> que criava um “desertão” ou um espaço sem habitação. Porém, durante o processo de colonização, os espaços que não eram habitados ganharam nova denominação e passaram a ser chamados pelos primeiros viajantes de “sertão”. Dessa forma, o interior da colônia que foi civilizada gradativamente pelos colonizadores europeus, passou a ser retratada, desde os primeiros escritos do Brasil, como o lugar da barbárie por ser um espaço ocupado por inúmeras tribos indígenas<sup>95</sup>. Portanto, a violência e a ideia da falta de civilização está intimamente ligada ao imaginário de sertão. Esses espaços foram sendo definidos como sertão e foram gradativamente ocupados e teoricamente “civilizados” pelos deslocamentos de grupos que queriam “ocupar, explorar e civilizar”.

---

<sup>91</sup> PEREIRA, Anete Marília. **A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões**. In: PEREIRA, Anete Marília & ALMEIDA, Maria Ivete Soares de (orgs.). **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Ed. Unimontes. 2004. 15 p.

<sup>92</sup> Uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, criada pelo IBGE. Ibid., loc. cit.

<sup>93</sup> Com o propósito de facilitar ações para combater as secas e amenizar os seus efeitos sobre a população sertaneja, o Governo Federal delimitou em 1951, o chamado Polígono das Secas. Inicialmente o Polígono abrangia cerca de 950.000 km<sup>2</sup>, estendendo-se pelas áreas de clima semi-árido. Entretanto, após a ocorrência de grandes secas, a área do Polígono foi ampliada, alcançando parte do estado de Minas Gerais, também atingido pelas estiagens. Diversos órgãos do governo são responsáveis pelo combate às secas, especialmente o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que coordena programas de irrigação, construção de poços artesianos e açudes, bem como outras funções, visando amenizar os problemas da população. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Sert%C3%A3o\\_brasileiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sert%C3%A3o_brasileiro). Acesso em: 24 de set. as 09:22).

<sup>94</sup> LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos. História social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996. 310 p.

<sup>95</sup> No caso do Norte de Minas, em estudos por nós realizados em meados de 1999, percebemos que nas margens do rio São Francisco, mais especificamente onde hoje é a cidade de Januária, havia no início da colonização pelos bandeirantes nesta região, a predominância de índios Kayapós, e estes foram fundamentais para a solidificação econômica da região, uma vez que somente a mão- de- obra africana não foi suficiente para tal. Estes índios segundo estudos são considerados extremamente bravos e violentos. Nesse sentido vide RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral & BATIGNIANI, Rosângela de Fátima. **Um olhar sobre a cidade de Januária**. In: **Caminhos da História**, Montes Claros. v. 5, 2000, 73-89 p.

Para concretizar esses feitos, sertanistas, bandeirantes e aventureiros<sup>96</sup> foram adentrando aos espaços chamados de sertão, no período colonial brasileiro, percorrendo os leitos dos rios. Fato que contribuiu para delinear geograficamente o Brasil, e ocupar a grande faixa de terra que separava o litoral habitado, da colônia espanhola na América do Sul. Essa ocupação colaborou para uma prática determinante na economia brasileira, a utilização da terra.

Das práticas que sobressaíram, naquele período, a agricultura e a pecuária foram as que se consolidaram como elementos econômicos permanentes e que proporcionaram a formação de modos de vida que ganharam significado no campo. As práticas camponesas que foram se tornando experiências de vida pautadas na dependência das águas fluviais, geraram, para a colônia, um tipo específico<sup>97</sup>, um sertanejo camponês fixo a terra, agricultor que nem de longe lembrava o burocrata ou “homem cordial” da cidade<sup>98</sup>.

Historicamente, o termo sertão foi utilizado, no Brasil, para denominar vários espaços. Como o território brasileiro é espacialmente vasto, essa denominação é utilizada para vários lugares do país, ou formando o que o professor Victor Leonardi (1996) chama de “junção de muitos sertões”<sup>99</sup>. Assim sendo, se não há um espaço “fixo” ou determinado, o que seria o sertão? Como entendê-lo e analisá-lo? Para isso a possibilidade mais plausível seria investigar as práticas, códigos de comportamentos e histórias de vida de pessoas que habitam as várias áreas denominadas de sertão no vasto território brasileiro.

Para Janaina Amado (1995), o sertão pode ser pensado de acordo com as seguintes categorias: espacial, (viva em toda a extensão do território, todo o Brasil tem sertão); de pensamento social (historiografia, viajantes, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as obras de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Sergio Buarque de Holanda e sociólogos como Maria Isaura Pereira de Queiroz); cultural (aquela em que temos a literatura como expressão máxima nas obras de Antônio

---

<sup>96</sup> Sertanistas: pessoa que conhecia o interior do Brasil, não necessariamente bandeirantes, mas índios que percorriam longos caminhos dos sertões; Bandeirantes: homens que formavam bandeiras e tinham objetivos de explorar pedras preciosas e aprisionar índios e Aventureiros: homens que se adentravam o sertão sem objetivos específicos mas exploravam de alguma forma o sertão.

<sup>97</sup> Para Sergio Buarque de Holanda os leitos dos rios foram importantes para os sertanistas adentrarem o sertão da colônia e favoreceu o surgimento de núcleo de povoação. Nesse sentido vide: HOLANDA, Sergio Buarque. **Samaritanas do sertão**. In: **Caminhos e Fronteiras**. 3ª ed. São Paulo; Cia das Letras, 1994. 36 a 42 p.

<sup>98</sup> Ibid., p. 71 a 92.

<sup>99</sup> LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos. História social nos sertões do Brasil**. Brasília; Paralelo 15 Editores, 1996. 315 p.

Cândido e Walnice Nogueira Galvão a geração de 30 – Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, Guimarães Rosa, Ariano Suassuna e João Ubaldo Ribeiro) e por fim a categoria construída durante a colonização (ideia de distância do litoral, falta de civilização).<sup>100</sup>

Para se entender o sertão é preciso muito mais do que simplesmente “saber onde está localizado o sertão”. A narrativa e a memória de pessoas que habitam ou habitaram um espaço entendido como sertão são elementos capazes de contribuir com o debate acerca da definição do mesmo. Gilmar Arruda (1997), na sua tese de doutorado<sup>101</sup>, propõe entender como a ideia de sertão aparecia nas narrativas e como, por intermédio dela, organizavam-se os relatos dos eventos e as descrições dos locais de vivência, utilizando a metodologia de investigar a memória da família paterna que viveu o processo de modernização pela “marcha do café”. Nesse texto, o autor mostra como ritmos de trabalho e hábitos diferentes marcaram aquilo que foi considerado pela memória como sertão<sup>102</sup>.

O cinema é outra expressão que, em vários momentos, se apropriou do tema sertão para debater a violência, a miséria, o banditismo social. Na tentativa de analisar a identidade nacional através do cinema, Marina César Boaventura (2002) propôs uma reflexão sobre as diversas concepções e valores que as imagens do sertão produzem e qual é o espaço ocupado no imaginário social brasileiro pelo sertão e pelo sertanejo. Para isso a autora analisou os filmes *Corisco* e *Dada* (1996) e *Baile Perfumado* (1996), a partir dos quais concluiu que esses não traduzem a realidade do sertão, pois as questões religiosas, abordadas nesses filmes, são imagens construídas a respeito do sertão com o objetivo de comercialização<sup>103</sup>.

Nenhuma intenção em “retratar” o sertão, aqui no Brasil, é mais volumosa e expressiva que a literatura, aí encontraremos a primeira forma de como apareceu o espaço e os modos de vida dos sertanejos. Vários textos, em diversos momentos, remontam esse tema, é interessante perceber que as personagens que são apresentadas, nesses textos, carregam consigo um emaranhado de força e fragilidade. Geralmente, homem sertanejo é caracterizado como forte, destemido e valentão, porém frágil em relação aos fenômenos naturais (seca, por exemplo). Trabalhos mais recentes

---

<sup>100</sup> AMADO, Janaína. **Região, sertão e nação. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, n 15, 1995.

<sup>101</sup> ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. UNESP- Assis 1997.

<sup>102</sup> Ibid., p. 136.

<sup>103</sup> BOAVENTURA, Mariana César. **Redescobrimo o sertão**. In: FRANÇA, Vera Regina Freitas (org). **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver**. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2002.

questionam a figura do sertanejo, como o texto<sup>104</sup> de Bruno Flávio Lontra Fagundes (2003), no qual é abordada a relação entre a obra *Grande Sertão Veredas* e a “memória do real”, numa perspectiva em que a memória é agregada ao texto literário, possibilitando ser entendida como documento. A obra de Guimarães apresenta uma série de jagunços e coronéis que habitaram o Norte de Minas durante o período compreendido como Primeira República. Esses registros só foram possíveis graças à memória de homens e mulheres os quais Guimarães conheceu e conversou em “andanças” pelo Vale do Urucuia<sup>105</sup>, essas memórias, por sua vez, foram registradas e formatadas em texto. Daí a possibilidade de analisar o caso de Antônio Dó, habitante real do sertão Norte Mineiro, mencionado por Guimarães Rosa.

Assim como foi apresentado o conceito de sertão, é importante que eu apresente também o conceito de cidade. Para a historiografia essa é mencionada como espaço organizado, com construções esquadrinhadas, cujos habitantes possuem comportamentos “civilizados”. O geógrafo Roncayolo (1986) assinala “a cidade aparece associada à maior parte das civilizações e, muitas vezes, são consideradas como a sua expressão mais completa” (p. 396). Nas cidades, o cotidiano se apresenta mais acessível, pois os produtos e serviços, oferecidos por elas, são encontrados com facilidade e em grande quantidade. Esse fator dá a falsa impressão de totalidade e de que a tecnologia é imprescindível. Entretanto, a sobrevivência na cidade está condicionada ao cumprimento das leis que a regem, assim sendo, se faz necessário que os seus habitantes assimilem práticas e hábitos comportamentais que sejam condizentes com tais códigos, a fim de que não incorram em infrações.

Ao perceber a seara de possibilidades que é estudar a cidade, Roncayolo (1986) chama a atenção para a possibilidade de questionar a memória que lhe é conferida. Segundo esse autor é preciso “Interessar-se pela justificação social destas práticas, pelos valores associados a certos lugares, pela combinação dos espaços e das referências, por tudo o que constitui a *memória* da cidade” (p. 379). Portanto, estudar a cidade é, do mesmo modo, pensar os lugares significativos, as construções e as práticas que são atribuídas à vida na urbe. Nesse sentido, procuro refletir, em minha tese, as práticas, vivências e construções que se apresentavam nas páginas dos jornais *Montes Claros e*

---

<sup>104</sup> FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. **Ardis da Tradição Documental: o Grande Sertão: Veredas entre a História e a Literatura**. Lócus, Juiz de fora: Ed. UFJF, 2003. n° 17.

<sup>105</sup> Localizada a 310 km de Montes Claros, na mesorregião do Norte de Minas, e na microrregião de Januária.

*Gazeta do Norte* no período estudado, quando esses, através de suas publicações, intencionavam divulgar o projeto de cidade que almejavam para Montes Claros.

Algumas linhas de pensamento historiográfico entendem que “o urbano é um problema de quem intervém na cidade” (BRESCIANI, 2002, p.18), esse pensamento parte da premissa de que urbano é dado da realidade. Essa surge ao final do século XVIII, momento em que as reformas sanitárias estavam acontecendo em função da industrialização, desse modo, o estudo sobre a cidade busca a racionalidade dos espaços.<sup>106</sup> Entretanto, a proposta apresentada na minha tese é a história e a memória do modo de viver e organizar a cidade para a imprensa montes-clarense e, dessa forma procurar entender as pessoas como sendo o elemento fundamental nessa construção histórica, problematizando a historiografia que apaga os sujeitos. Um bom exemplo para se pensar a investigação histórica social é a tese “Nem tudo é italiano. São Paulo e Pobreza ( 1890-1915) de José Ferreira dos Santos, a qual estuda como a memória de trabalhadores italianos seria “extinguida”, porém, as fotografias destinadas a retratarem construções, praças, ruas e avenidas do centro de São Paulo de 1890 a 1915, registraram a presença de trabalhadores braçais, o que reavivou a memória sobre a existência dessas pessoas e de seus ofícios.<sup>107</sup>

Nesse exercício de pensar a cidade, não poderia deixar de dialogar com Raymond Williams (2005), quando ele em “Base e superestrutura na teoria cultural marxista” sugere ser necessário pensar as práticas residuais e emergentes. Partindo da definição do próprio autor para residual, que afirma: “quero dizer que algumas experiências, significados e valores, que não podem ser verificados ou expressos nos termos da cultura dominante, são, apesar de tudo, vividos e praticados sobre a base de um resíduo- tanto cultural quanto social – de alguma formação social prévia” (WIL, 2005, p. 216). Desse modo, entendo que buscar o conceito de cidade nos jornais aqui selecionados é perpetrar a leitura das práticas que vieram das experiências vividas no campo. As pessoas quando passam a viver na cidade, reproduzem suas experiências, adequando-as ao espaço, às outras pessoas e às relações que já existiam naquele ambiente. Para assim chegar ao nível definido por Williams (2005) como “emergente”,

---

<sup>106</sup> BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org. ) Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002. p. 17-35.

<sup>107</sup> SANTOS, José Ferreira dos. **Nem tudo era Italiano. São Paulo e Pobreza ( 1890 – 1915)** São Paulo: Annablume / FAPESP. 1ª ed. 1998.

para quem: novos significados e valores, novas práticas, novas experiências, são criadas continuamente” (p.217).

Diante disso, observo que as experiências das pessoas que habitavam o norte de Minas no período de 1910 a 1920, estavam pautadas na elaboração de suas vidas a partir da vivência campesina, tendo como cerne a agricultura de subsistência. As cidades eram pequenas e a comunicação com os centros maiores era bastante precária. Havia poucas escolas e faltava assistência à saúde, existia grande conhecimento de plantas medicinais e a religiosidade era bastante acentuada.

Nesse período, os jornais publicavam artigos que eram utilizados para reafirmar o comportamento político de determinados grupos da cidade de Montes Claros, e esses jornais eram, então, instrumentos de domínio e disputas sociais. Os livros dos memorialistas<sup>108</sup>, tanto de Montes Claros como de São Francisco, eram utilizados como disputas de uma memória local pautada em convicções morais e políticas, as quais se tornaram “História Oficial” e memória hegemônica. No período estudado foi possível analisar o literato Urbino Viana (2007), autor de *Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos* que se tornou o livro de história oficial, adotado pelas escolas públicas em 1916. A produção literária sobre o Norte de Minas, na década de cinquenta e na primeira década do século XXI, é considerada bastante significativa, não em números, mas na importância das obras produzidas.

Faz-se necessário, para responder ao problema apresentado nesta tese, entender três aspectos: o conceito de sertão, anteriormente mencionado; os memorialistas Urbino Viana, Hermes de Paula e a metodologia de abordagem do jornal enquanto fonte, que será apresentada a seguir.

A historiografia que trabalha a imprensa como fonte para contar a história *de* é mais utilizada e a história *na* ainda é pouco trabalhada, no sentido de pensar a memória registrada por meio da imprensa e, principalmente, pensando-a como linguagem específica de cada região e de cada grupo social. E aqui, nesta pesquisa, o fio condutor é analisar o sertão e a cidade descritos por essa imprensa.

Se pensarmos a imprensa a serviço do progresso, perceberemos que a política era o principal tema de notícias. Assim, no início do século XX, o crescimento

---

<sup>108</sup> VIANA, Urbino. **Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos**. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Editora UNIMONTES, 2007. E, BRAZILIANO, Braz. **São Francisco nos caminhos da História**. São Francisco: Lemi, 1977.

urbano passou a ser tema tão importante quanto a política, e foi, portanto, associado a essa. Novos projetos para a cidade seriam o novo jeito de se fazer política, sem contar que o novo jeito de fazer jornal tinha agora o telefone e o telégrafo que agilizavam a transmissão de informações<sup>109</sup>. Essas são características, não só da imprensa dos grandes centros, como também do interior. A circulação dos jornais da capital, para o interior e do interior para a capital, reconfigurava aos poucos o novo jeito de fazer imprensa.

Outro ponto relevante para o momento foi a influência da vinda dos jornais do Rio de Janeiro, então capital nacional, para o interior. Segundo Martins e Luca (2008), depois da grande divulgação da reforma carioca, os jornais de outras capitais, e mesmo os do interior, passaram a supervalorizar a prática de divulgar a revitalização de espaços<sup>110</sup>.

Do século XIX para o século XX, a imprensa passa a contar com o telégrafo agilizando a circulação de informações<sup>111</sup>. E além dos objetos – telefone e telégrafo – houve uma mudança no comportamento dos jornalistas. Antes, o que era uma atividade secundária e mesmo uma diversão, passou a ser profissão organizada, e a própria imprensa se prestava a divulgar essa passagem:

#### **Associação de Imprensa Mineira**

No salão nobre do Club Bello Horizonte, realizar-se-a hoje, ao meio-dia, uma reunião da futura associação, há pouco fundada nesta Capital.

Será submettido a discussão o projecto de estatutos, formulado pela comissão composta dos srs. Deputados Ferreira de Carvalho, drs Carlos de Sá e Couquim Francisco de Paula, Da Costa e Silva e Azevedo Netto.

Deverá ser eleita a directoria da Associação (MINAS GERAIS, 22 de Setembro de 1912, p. 3).

Minas Gerais, naquele momento, contava com a existência de vários jornais, e passava pelo que Sodré (1999) chama de imprensa-empresa, surgindo a Associação da Imprensa Mineira, que dava indícios dessa transição e apontava a reconfiguração do

---

<sup>109</sup> MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008. 83 e 84 p.

<sup>110</sup> Ibid., p. 97.

<sup>111</sup> BARBOSA, Marta Emília Jacinto. **Famintos do Ceará**. Imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX. 2004. Tese (Doutorado em História) – São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2004. 62 p.

papel social da mesma no estado. Isso não ocorreu somente em Minas Gerais, mas as fontes apontam ter sido uma ação mais ampla, diríamos mundial:

### **O Segundo Congresso Mundial de Imprensa**

O Congresso Mundial de Imprensa, creado na reunião internacional de jornalistas que tomaram parte na Exposição Panamá-Pacífico, vai reunir-se na cidade de Sidney, na Austrália, em abril de 1918 (MINAS GERAIS, 18 de Março de 1916, s/p).

A proposta era criar as bases da imprensa: “As decisões officiaes do congresso vão ser editadas sob a direcção do sr. Jason Rozers globe de Nova York, e distribuídas pelo mundo jornalístico”<sup>112</sup> (MINAS GERAIS, 18 de março de 1916, s/p). O que indicava uma padronização no jeito de se fazer jornal. Se a empresa “jornal” mudava, o profissional “os jornalistas”, também mudavam. No Brasil, durante o período colonial, não podia ter escola de jornalismo, e os jornais que circulavam eram editados na Europa, somente em 1938 é que o governo iria regulamentar a profissão de jornalista<sup>113</sup>, até esta data todos os jornais eram escritos por bacharéis ou letrados que se interessavam por política, pelas cidades e por fazer circular as informações. Em 1947 foi criado o primeiro curso de jornalismo<sup>114</sup>, sendo, portanto, necessário o surgimento do profissional habilitado, o que a própria imprensa divulgou com alegria:

#### **A escola de jornalista: Primeiro parecer sobre a sua criação**

[...]

Este será evidentemente elevado a nível muito superior, com a função da Escola de Jornalistas. Extincta a ignorância disseminada mais ou menos nos núcleos de informação e critica que são os nossos jornaes, a má fém as prevenções, os processos menos decorosos de fazer imprensa dessa gente desaparecerão. E é lictito suppor que, de hoje a alguns annos, os profissionais, educados e habititados, formem a sociedade ideal dos homens de jornal.

[...]

Parece-nos também que deverá ser director da Escola dos Jornalistas o presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

[...]

E, para que fique bem patente a nossa sinceridade, declaramos ser conditados à matricula na projectada Escola de Jornalistas (MINAS GERAIS, 1º de Abril de 1917, s/p).

---

<sup>112</sup> Todas as questões jornalísticas, mesmos religiosas e políticas.

<sup>113</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Estado Novo: Novas Histórias**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 6ªed. São Paulo: Contexto, 2007.

<sup>114</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_de\\_jornalismo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_jornalismo). Acesso em: 16 de novembro de 2010, às 10:48.

A formação do jornalista passou a configurar a imprensa como profissão, não mais como partidarismo ou passa tempo. Além do aspecto profissional, mudava também o aspecto ético, antes não se falava em ética para a imprensa, no entanto, no início do século, percebemos que o profissional passa a ter “normas” e urbanidade para a condução de situações no tocante à profissão. O primeiro “clamor” que encontramos foi sobre o anonimato:

### **Ethica jornalística**

[...]

Parece que, não seria completamente inútil exigir para o jornalista, - não um diploma que seria ridículo- porem uma garantia da sua moralidade e a sua intelligencia. O diploma é uma responsabilidade indirecta que assume o Estado, mas que, na pratica, não existe; a obrigação de assegurar os artigos será, ao contrario, uma responsabilidade pessoal e directa que terá na pratica uma grande e benéfica efficacia.

[...]

Quando encontramos nos jornaes certos ataques violentos contra esta ou aquela pessoa, contra uma sociedade ou uma instituição qualquer, e ao pé do artigo não deparamos uma assingnatura, pensamos naturalmente, por associação de idéias, em uma certa anonyma.

É verdade que se objecta ser responsável pelo que se publica nas suas columnas o *organismo jornal*.

Mas, essa responsabilidade, na maioria dos casos, é difícil de tonar-se effectiva. E é justo, nesse caso, que não se saiba quem louva ou insulta, acobertado pelo anonymato? (MINAS GERAIS, 6 de Novembro de 1919, p. 3).

O fato de ter essa matéria publicada no *Minas Gerais* demonstrava indícios de uma pretensa mudança no jeito de se produzir jornal. Após essa matéria, não encontrei nenhuma resposta ou comentário a respeito do anonimato nas matérias jornalísticas. O que entendo ser um assunto que não gerou polêmica; a própria imprensa pretendia que a ética jornalística fosse implementada, afinal, para a imprensa-empresa, existir um padrão de comportamento, centralizava o produto a ser vendido e diminuía o tempo que se perdia em pensar como escrever rápido e como gerar um produto desejado pelos consumidores.

Na década de 1920, a formação da Associação da Imprensa e, depois a Associação Brasileira de Imprensa<sup>115</sup>, fez dessa linguagem uma voz autorizada. Quando o jornal era ligado a alguma instituição, era considerado como um “oficial”. Em Montes Claros, na Primeira República, além dos dois jornais aqui questionados, tivemos também, o jornal “A Verdade” que era da Igreja Católica. Já naquele período, percebe-se a existência das conhecidas redes de comunicações entre os jornais, estabelecendo uma espécie de rixa, eram publicadas ofensas e desrespeito uns sobre os outros, como no caso da matéria do jornal *Montes Claros*, que abordava a contenda dos jornais “A Verdade” – Montes Claros e “A Penna” – Januária<sup>116</sup>. constatei, com isso, que a rede de comunicações não atuava somente como prática de solidariedade, mas também, como espaço de ofensas.

As intrigas políticas eram assuntos para as matérias na imprensa, bem como os acordos políticos estabelecidos. Como pude verificar na edição de 03 de agosto de 1916 do jornal *Montes Claros*, que estampava na primeira página a ata da reunião que “selou” o acordo político dos honoratistas e camilistas, tendo sido apresentada na íntegra<sup>117</sup>. Ao lado dessa matéria, há uma reportagem sobre o jornal espírita *Tribuna Espírita*, da cidade do Rio de Janeiro, fato curioso, uma vez que as matérias não têm correlação. Mais adiante, outro fato chama a atenção, nesse mesmo periódico, só que na 3ª página, voltam a publicar sobre a repercussão do acordo na cidade do Rio de Janeiro, tendo como título “Política do município”, repetindo o que ficou decidido sem apresentar detalhes de como a notícia teria sido publicada no jornal carioca e tampouco mencionando o nome do jornal<sup>118</sup>. Tal publicação se justifica pelo fato de a imprensa considerar que o município de Montes Claros ocupava importante espaço no cenário político da época. O município aparece como gigante, os conceitos de moderno ou de progresso não aparecem, porém o gigante aponta a grandeza, ou que a cidade de Montes Claros estava à frente. E como município “grande”, a comunicação com as demais cidades do Estado de mesmo porte eram fundamentais. Não há maiores informações sobre esse acordo político, ou sobre o que ocorrera antes desse acordo, simplesmente o jornal informou sobre o mesmo. A rede de comunicação só se fortalece se pensarmos a evidência que os jornais davam aos que tinham opiniões e posicionamentos parecidos.

---

<sup>115</sup> MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008. 94 p.

<sup>116</sup> *A Penna*, 18 de dezembro de 1913, s/p.

<sup>117</sup> *Montes Claros*, 3 de agosto de 1916, p. 1. **Accordo Político** / Ata publicada na íntegra .../ “Assignem a “Tribuna Espírita” da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>118</sup> *Montes Claros*, 3 de agosto de 1916. p. 1.

Era uma espécie de parceria para o fortalecimento de determinadas ideias. Apesar da distância, mas cumprindo a rede de comunicações, foi publicada no *Montes Claros* uma matéria sobre o jornal “A Família” da cidade de Teófilo Otoni:

### **A família**

Com o seu numero de 19 de agosto passado, viu tanscorrer o seu quarto anno de luctas profícuas e bem travadas em prol da boa causa da Religião e da Sociedade, “A Família”, escellente semmanario de feição moderna e nítida que se publica na importante cidade de Theophilo Ottoni.

Este orgam, competente e brilhantemente redigido pelos padres Fransciscanos daquela cidade, aborda, com maestria e sólida cultura, os variados assumptos da vida em seus múltiplos aspectos. Felicitamos a distincta collega-por esta ephemeride gloriosa de sua vida jornalística e d’aqui mandamos os nossos ardentes votos ao ceo para que a sua trajectoria ainda e percorrer seja longa e sempre aurelada dos mesmos triumphos que até aqui” (MONTES CLAROS, 19 de Outubro de 1916, p. 1).

Os cumprimentos e votos de felicitações eram a certeza de que a fundação de mais um jornal alimentaria a rede de comunicação, mesmo estando esse sob a direção da igreja. A rede de comunicação se configurou não só com a publicação de informações e felicitações de um jornal em outro, mas também pensando na circulação dos impressos, como é o caso das ferrovias, que levavam os jornais de uma região para outra, ou os telégrafos e telefones que difundiam informações.

Assim, o jornal, não só por interesse dos grupos que o compunham, mas também para “levar” os periódicos, procuravam, em suas publicações, fortalecer a campanha da estrada de ferro. O que me parece é que a relação da imprensa com a estrada de ferro extrapolava o limite do texto. A construção e conservação dessa, facilitaria a circulação dos jornais e, ao mesmo tempo, facilitaria também a divulgação de informações, unindo lugares distantes:

### **Estradas de rodagem**

Ninguém ignora: é do domínio de todos, mesmos dos espíritos medíocres e despreocupados, que a facilidade de comunicação entre os logares constitue a base do progresso de um povo, o ponto de partida da grandeza desses mesmos logares. E dentre todas as comunicações a mais rápida e que leva com mais arroja e inthusiasmo o elemento vital as populações, é a estrada de ferro [...]. O “Correio da Manhã” brilhantemente orgam carioca, em uma de suas ultimas edições, tracta magistralmente do assumpto. Já se vê, pois que não é uma questão de importância parcial: interssa a todo o paiz.

[...]

O assumpto está sendo tractado e carinhosamente amparado na metrópole do paiz, onde as bases do primeiro congresso de estradas e rodagem já foram lançadas. Aguardemos, pois, com anciedade e esperança as deliberações da magna assembléia e aguardemol-as!  
XIS (MONTES CLAROS, 19 de Outubro de 1916, p. 1).

O que reafirma o pensamento de Barbosa (2008) apresentado em sua pesquisa, sobre a imprensa como prática social<sup>119</sup>, faziam campanhas em favor da estrada de rodagem e pensavam nas mudanças que essa traria para a região, o que, conseqüentemente, alteraria os modos de vida e os modos de pensar dos moradores. Para a autora, pensar a imprensa enquanto prática social é entender que a mesma apresenta um “momento de constituição e instituição de modos de viver e pensar” (BARBOSA, 2004, p. 22). Essa definição é debatida e elaborada a partir do trabalho da professora Heloisa de Faria Cruz:

Essas proposições lançam luzes para a compreensão de diferentes circuitos e linguagens que constituem as redes de comunicação. A palavra impressa, o desenho, a fotografia compõem um horizonte de práticas que definiram visões de mundo, produziram opiniões, divulgaram projetos, construíram memórias (CRUZ, 2000 apud BARBOSA 2004, p. 22).

Neste debate, de acordo com as minhas análises, os jornais produzidos em e sobre o norte de Minas também apresentavam caminhos para a compreensão de “circuitos e linguagens que constituíam as redes de comunicação<sup>120</sup>”. Salientar a cidade ou o sertão foi, para os grupos políticos, que estavam por traz desses jornais, um caminho para se colocarem e se imporem frente aos seus opositores. A “palavra impressa”, nesse embate, “produzia opinião e divulgava os projetos” pretendidos por esses grupos, tanto entre seus corregilionários como entre seus rivais políticos. Ao “construírem memórias”, além da disputa do momento, projetavam, também, essa disputa para o futuro. Pois, depois de escritos e materializados, os textos, certamente,

---

<sup>119</sup> BARBOSA, Marta Emisia, e LIMA, Jorge Luiz Ferreira. **História, imprensa e redes de comunicação**. In: **Historia & Perspectivas**, 2008. N° 39, 44 p.

<sup>120</sup> Os conceitos “circuitos e linguagens que constituem as redes de comunicação”; “palavra impressa”; “produz opinião”, “divulga projeto” e “construírem memórias” foram elaborados por Cruz (2000). Nesse sentido vide: CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)**. São Paulo: Ed. EDUC; FAPESP, Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

teriam suas idéias, pensamento, permanência e circulação; através do elemento jornal, configuradas em objeto.

Todo esse debate sobre a construção de ferrovias se formava em torno de um projeto de nação. A passagem do Império para a República, em um país, cujo território é de extensão continental e que teve sua formação de maneira regionalizada, configurava-se como um sério problema de constituição da administração pública que se almejava. Dessa forma, a nação existia no papel e de, alguma forma, tinha que passar a existir de fato. O circular da imprensa parecia ser uma grande contribuição para o projeto da nação, tanto que o trânsito de notícias gerava a sensação de unidade. O jornal era instrumento de divulgação desse projeto, por isso publicavam-se informações do litoral no sertão, bem como do sertão no litoral, a exemplo disso temos a coluna “**Cartas Cariocas**” do jornal *Montes Claros*, de 22 de fevereiro de 1917, em que aparece publicação a respeito da onda de calor na cidade do Rio de Janeiro, dando ênfase a atuação de médicos e exaltando a modernidade daquele lugar. A publicação fala também da diferença existente entre ricos e pobres para enfrentarem essa onda de calor, logo depois, passa a noticiar sobre a guerra<sup>121</sup>. Qual seria a justificativa para que uma notícia com esse teor fosse publicada no sertão norte mineiro? Penso que a intenção era alimentar a rede de comunicação e fortalecer o projeto de nação, pois esse projeto, como pude perceber, certamente, ajudaria na instituição da “Nova República”.

O que delimita a passagem do Império para a República é a Constituição de 1891, que tinha características liberais. Porém, para o interior do país, essa passagem não significava muito. Daí a importância para os segmentos interessados em trabalhar o imaginário da “Rês – pública”, no interior do Brasil. Além do simbolismo e das paradas militares, a nova carta magna se configurava como um divisor de águas. Os 26 anos, ou cada ano a mais de promulgação dessa constituição, significavam reafirmar que a “respublica”, ao menos no papel, estava consolidada,. A imprensa, portanto, buscava registrar seu posicionamento.

Nelson Werneck Sodré afirma em “História da Imprensa no Brasil” que : “a mudança do regime não alterou o desenvolvimento da imprensa” (1999, p. 251), isso porque, para esse autor, os principais jornalistas do país ocupavam cargos estratégicos. Em Montes Claros, o que percebo é que, após a proclamação da República, a imprensa local buscava alinhar-se com a nacional, pois, o grupo de Honorato Alves

---

<sup>121</sup> *Montes Claros*, 22 de fevereiro de 1917, p. 1.

“questionava”, sempre em tom de crítica, o governo federal a respeito da constituição. Foi publicado em 1º de março de 1917 o posicionamento desse grupo sobre a Constituição:

### **A constituição brasileira**

O aniversario da promulgação de nossa lei fundamental, 24 de fevereiro, suggeriu-nos algumas notas que vamos aqui inserir. De há muito se debatem e se chocam no paiz duas correntes volumosas, julgando-se cada qual melhor aparelhada já pela opinião publica, já pelas lei vigentes e já pelo direito evoluindo com a razão e com as necessidades sempre crescentes do povo – a revisionista e a anti-revisionista.

[...]

Para todos os escândalos do proteccionismo e para todos os escândalos de excessivo vigor, abre os nossos homens excepções na constituição, desrespeitam na e a tornam um traste inútil e estovante até.

Seria melhor, ou por outra, será melhor que continuemos assim. Vamos progredir materialmente primeiro, vamos nos instruir antes convenientemente, collocando-nos assim na altura de bem compreender organizar e respeitar a lei que um dia nos há de reger, a todos, soberanamente e forte (MONTES CLAROS, 1º de março de 1917, p. 1).

O jornal *Montes Claros*, publicava as questões nacionais sempre aproximando-as de Montes Claros. Quando isso não era possível, a saída era publicar em forma de coluna de outro lugar, o que compõe, no jornal, uma característica de aproximação do Norte de Minas com o restante do país. Como ocorria, comumente, na coluna “Cartas Cariocas”<sup>122</sup>. Apesar de se tratar de uma coluna de informações da capital carioca, encontrei essa coluna em várias edições do jornal, e nela, festas e acontecimentos eram sempre associados ao interesse geral:

### **Cartas Cariocas**

Capital federal, 14 de fevereiro de 1917.

Apezar de estarmos na semana que precede o tríduo carnavalesco, esses dias de festa verdadeiramente popular, a única que faz vibrar o povo carioca, foi este agitado pela nova plase em que entrou a guerra européia, devido as declarações da Allemanha, de que iria começar agora o bloqueio aos alliados – torpedeando, sem aviso e sem attender a nacionalidade, todos os navios ao alcance de seus submarinos.

[...] (MONTES CLAROS, 1º de março de 1917, p. 1).

---

<sup>122</sup> Coluna encontrada neste jornal que publicava cartas que já tinham sido publicadas em jornais cariocas.

Publicar essa matéria no jornal de Montes Claros era inserir, naquela região, o interesse pelo conflito mundial e dar à festa popular um significado para os sertanejos, além de trabalhar, no leitor, a importância social dessa festa como sendo um momento possível de nivelar as diferenças sociais: “É verdade que o carnaval nivela todas as classes, e permite liberdades que em outra ocasião não se tolerariam [...] (MONTES CLAROS, 8 de março de 1917, s/p). Ao afirmar a liberdade incondicional vivida durante os festejos de carnaval, a ideia do “outro” é tolerada, se não encorajada no “sertão”, pois essa era uma festa com características urbanas. A guerra e o carnaval carioca, elementos que pareciam tão distantes do Norte de Minas, eram publicados, comentados e passavam a fazer parte do cotidiano do montesclarenses pela imprensa. A publicação da matéria sobre a situação da guerra na Europa demarcava o espaço sobre o posicionamento do Brasil em favor dos Aliados. A junção: guerra e carnaval, fazia com que os acontecimentos do Brasil tivessem a mesma importância do conflito vivido na Europa. A inserção desse tipo de notícia fez surgir, na configuração do jornal, uma transição para a qual Sidney Garambone chama a atenção:

O novo jornal não suporta mais espaços generosos para artigos de eminentes personagens da sociedade, mais interessados no prestígio de um nome do prelo do que na apuração e divulgação de alguma notícia importante (2003, p. 38).

Esse “novo jornal” apontado pelo autor é a nova configuração que a imprensa brasileira passava a ter com a Primeira Guerra Mundial. Para o jornalista que publicou a matéria que abordava os conflitos da guerra, os jornais “*em vez de servirem de tribuna para política, viram negócio sério*” (Ibid., loc. cit.), porém, em Montes Claros, o jornal ainda era tribuna de políticos. Entretanto, com o fortalecimento das redes de comunicação, e a publicação de notícias de interesse geral, os jornais, aos poucos, passavam de um “jornal personalista” para um “*negócio sério*”. Essa mudança não ocorria somente no teor das matérias, mas também na estrutura do jornal enquanto empresa, e principalmente segundo Garambone (2003), jornais de vida curta ou fundados por políticos para serem apenas seu instrumento de fala daria lugar a empresas organizadas<sup>123</sup>. Sem contar que a matéria prima, com os conflitos, aumentou significativamente, fazendo com que o preço dos impressos sofresse um brusco

---

<sup>123</sup> GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2003. 39 p.

aumento<sup>124</sup> e, finalmente, o texto em si que, de acordo com a interpretação de Mário Isnenghi (1995) “Seja como for, a razão de ser dos jornais em tempo de guerra não é tanto de fornecer informações mas sim de vê-las, negá-las e fabricá-las com habilidade” (p. 66).

Foi função da imprensa, durante o período de 1870 a 1914, defender interesses particulares, prática social que ainda está presente na imprensa atual; verifico, também, que ainda hoje, permanecem as chamadas redes de comunicação e os interesses políticos, comuns na imprensa daquela época. Porém, a Primeira Guerra Mundial altera a função e o jeito de se fazer imprensa, essas alterações propiciaram a passagem da imprensa político-pessoal para imprensa-empresa. Em Montes Claros, é possível perceber essa mudança com o fim das atividades do jornal *Montes Claros*, em 1918, uma vez que se preocupava apenas em criar o mito da família Alves, não acompanhando a evolução pela qual passava a imprensa nacional. Além de informar os acontecimentos, o jornal *Montes Claros*, era uma espécie de divulgador da agenda do deputado Honorato Alves. Apesar de a coluna “Cartas Cariocas” dar a impressão de “nova imprensa”, e reafirmar a rede de comunicação, percebo que quando o assunto é “Honorato Alves” várias matérias eram escritas para saudá-lo ou mesmo comunicar seus atos, cumprindo, ainda, o papel da “velha imprensa” a serviço de um político. Isso se confirma nas publicações dos registros das visitas e homenagens feitas ao deputado, além dos discursos que feitos por ele<sup>125</sup>:

#### **Deputado Honorato Alves**

A manifestação de apreço que lhe foi feita. O Entusiasmo popular – ligeiras notas.[...]

Rua 15 de Novembro – pharmacia “Americana” manifestação – vanda Operaria – vivas ao presidente do Estado, ao Presidente da República, ao Senador Francisco Salles, ao presidente da câmara Municipal, irmão de H. Alves, João José alves, Agente Executivo Municipal.

[...] O deputado Honorato Alves, convidou o povo a entrar para que lhe fosse servido um copo de cerveja (MONTES CLAROS, s/d, p. 1).

Sendo que esta tese tem como problema o embate estabelecido entre sertão e cidade presente nas páginas dos jornais montes-clarences, no período de 1910 a 1920, é fundamental abranger a transformação sofrida pela imprensa local, nesse período, para

---

<sup>124</sup> Ibid., p. 45.

<sup>125</sup> Encontramos registrados visitas, homenagens e discursos deste. São vinte notas com informações sobre horários, lugares e motivos das presenças deste e são onze discursos sobre a cidade, pessoas, inaugurações e sobre a Escola Normal Norte Mineira. Sendo que são sessenta e oito números do jornal *Montes Claros* pesquisado e neste jornal não há registro de informes sobre agenda pessoal ou discurso de outro político senão Honotaro Alves.

que se compreenda a construção de cidade e sertão feita por essa imprensa. Para tanto, o presente capítulo procura responder ao problema da tese questionando as duas edições especiais dos jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte*, quando esses completam um ano de funcionamento. Naquela época, foram publicadas diversas matérias que exaltavam os feitos dos próprios jornais, bem como listas de nomes de pessoas importantes da sociedade local e que eram, na verdade, os grandes “patrocinadores” desses. Com ares de uma nova imprensa que surgia em Montes Claros os jornais acompanhavam as mudanças que ocorriam na imprensa nacional. Ainda respondendo ao problema da tese apresento a Rede de Comunicação constituída entre Montes Claros e Diamantina. Diamantina se posicionava criticamente no embate: Norte *versus* Sul, reivindicando, para si, a liderança desse movimento e intencionando, com isso, ocupar espaço político de destaque. A imprensa montes-clarense também disputava esse mesmo espaço, e criava-se, dessa forma, uma intensa rede de comunicação entre as duas.

A partir da análise das primeiras edições do *Jornal Montes Claros*, verifico que as justificativas para a sua fundação foram as diferenças políticas existentes entre representantes da região: “*São discursos da urbanidade e da promoção da paz*” teor da nota intitulada “*O nosso aniversario*”, que tinha a função de divulgar e comemorar o primeiro ano de funcionamento do jornal, essa nota tinha o objetivo de celebrar e, é claro, conclamar os leitores em torno de uma só causa: “a paz política” no município:

#### **O nosso aniversario**

Primeiro aniversario [...]. A verdade aqui sempre teve culto, defesa a virtude, a justiça acatamento e respeito.

O “Montes Claros” surgiu à luz da publicidade em um momento de excepcional gravidade. Este florescente município mal emergia de uma formidável luta política e debatia-se em uma perigosa e estéril agitação, que ameaçava comprometter o seu futuro.

Visando servir os interesses permanentes da collectividade, entramos na liça firmes e resolutos, trazendo o propósito irretactavel de não concorremos jamais para alimentar a agitação. Foi assim que sempre fugimos de incendiar os ânimos exacerbados, evitamos sempre desencadear ódios e paixões, que desvairam nessas épocas anormaes os espíritos mais equilibrados, os homens mais reflectidos.

[...]

Os nossos leitores, aquelles que nos teem amparado com as suas sympathias e que dia a dia, numero a numero, nos tem acompanhado nesse desgastar de energia, que é a imprensa sertaneja, dirão com conhecimento de causa e com imparcialidade si temos cumprido o nosso dever, si vamos ou não satisfazendo os nossos compromissos.

[...] o “Montes Claros” agradece essas manifestações de solidariedade, às quais procurará corresponder trabalhando indefessamente pela vitória de todas as causas, nobres e generosas e mais particularmente propugnando com ardor por tudo quanto se relacionar com o progresso e engrandecimento do Norte de Minas, parte primacial do seu programma (MONTES CLAROS, s/d, p. 1).

A nota causou grande repercussão, haja vista que, na mesma página, foram publicados dois telegramas de Belo Horizonte, ambos do presidente do Estado de Minas Gerais, parabenizando o Jornal pelo seu primeiro ano de existência. Foi publicada, ainda, uma breve biografia de Honorato Alves e, ao lado, na coluna “Aqui”, um comentário sobre o aniversário do jornal *Montes Claros* e denúncias sobre a cidade de Montes Claros, reafirmando a imprensa sertaneja. Na mesma página, o Directorio Político de Juramento assegura Honorato Alves como o delegado desse diretório<sup>126</sup>. A configuração estética apresentada, nessa edição comemorativa, foi perfeita para os propósitos do grupo: unir e misturar os festejos do aniversário e a biografia do seu fundador às denúncias políticas.

O Jornal *Montes Claros* se apresentava como um jornal popular, procurando estabelecer com os leitores uma proximidade de interesse e opinião<sup>127</sup>. Mas, mesmo sendo imprensa sertaneja, o motivo da sua existência era retirar os “moradores do sertão” do “atraso” e aconselhar era a melhor tática. Salientar a importância da escola, comentando o malefício do “ócio” e trabalhar a ideia de que a praça, a rua e a roça eram espaços negativos, para os filhos:

#### **Horas vagas**

É preciso que os paes se convençam todos de que a freqüência às aulas é indispensável, occupar uma criança em outras misteres nas horas de estudo é um abuso sem qualificação; é peor ainda é deixal-a vagar desoccupada, a esmo, pelas ruas ou pelas roças em vez de preocupada, a esmo pelas ruas ou pelas roças em vez de precurar a escola. Por mais triviaes que sejam estas verdades, necessário é repetil-as infatigavelmente [...].  
Assina H.P. (MONTES CLAROS, s/d, p. 2).

A matéria acima citada tem como propósito iniciar um debate velado a respeito da necessidade de modernização da cidade de Montes Claros. A partir desse discurso inicia-se a campanha em favor da construção e ou melhoria de prédios

---

<sup>126</sup> *Montes Claros*, s/d, p. 1.

<sup>127</sup> *Montes Claros*, S. D. p. 3.

públicos. A cidade precisava de instituições de ordem (cadeia, escola, hospital) para se tornar moderna. Assim, já no início desse debate, fica claro o empenho do jornal *Montes Claros* nas campanhas em prol da melhoria do prédio da cadeia: “**A cadeia desta cidade** - [...] depois de várias campanhas no jornal do mesmo jeito” (MONTES CLAROS, s/d, p. 4). A matéria salientava que até o prédio da Escola Normal, em período de férias, funcionou como Fórum<sup>128</sup>, o que dá a entender que não havia um prédio próprio para essa instituição. O *Montes Claros* reafirma o sentido de moderno através da propaganda sobre a chegada da Linha de Tiro em Montes Claros. Na verdade, o conceito de moderno não aparece explícito, porém as manchetes mencionadas possibilitam entender que, para a imprensa, o sentido de moderno estava diretamente ligado à existência e a atuação dessas instituições.

O sentido de modernidade também estava presente nos assuntos referentes à campanha eleitoral. Como na campanha em favor do candidato Wenceslau Braz à presidência da República<sup>129</sup>

No aspecto político, cada jornal tomou partido por um candidato, porém não era somente a campanha presidencial que interessava. A postura política é notada, igualmente, por meio das redes de comunicação, que são fortemente percebidas na matéria *Pela Imprensa*<sup>130</sup> publicada, primeiramente, pelo Jornal *A Voz do Norte* e, posteriormente, pelo Jornal *Montes Claros*, em que comenta sobre a imprensa em vários lugares, comunica que recebeu o número três de *A voz do Norte* e publica a respeito da cidade de Diamantina como sendo uma cidade culta, reafirmando a diferença de práticas sociais e expressão política entre esta e Montes Claros. Essa diferença sempre existiu, mas foi acentuada depois de 1940, com Juscelino Kubitschek no governo de Minas, e depois na presidência<sup>131</sup>.

A partir da análise de outras fontes (jornais de Diamantina e relatórios do governo), fica evidente que a diferença existente entre as duas cidades se dava em virtude da postura adotada pelos representantes políticos de Diamantina que buscavam recursos para a cidade, enviando ao governo do Estado solicitações e relatórios com as necessidades do município o que não era feito pelos representantes políticos de Montes

---

<sup>128</sup> Ibid., s/d, p. 4.

<sup>129</sup> Sucessão presidencial de Minas Gerais. Coloca candidatura de Artur Bernardes, salienta características positivas na biografia e pede apoio ao povo. Nesse sentido vide: *Montes Claros*, s/d, p. 5.

<sup>130</sup> Só tem neste número.

<sup>131</sup> *Montes Claros*, 23 de agosto de 1917. p. 1 **Pela imprensa** - o número 3 de “A Voz do Norte” – Diamantina, chama – culta cidade, e números 1e 2 “O Ibiriti?” Rui – Serro Frio, interesses do Serro (*Montes Claros*, 23 de agosto de 1917. p. 1).

Claros. Isso se confirma a partir da leitura dos relatórios da Secretaria da Agricultura, Indústria, Terra, Viação e Obras Públicas<sup>132</sup> do Arquivo Público Mineiro, onde sempre, ao final, apareciam informações sobre onde e quando as verbas seriam gastas, essas informações traziam os nomes das respectivas cidades que enviaram tais relatórios, e apresentavam, também, informações de que “a região norte do Estado não havia enviado o relatório para aquela secretaria” (ARQUIVO PUBLICO MINEIRO, 1911,) o que me faz reafirmar que as lideranças políticas locais não estavam cumprindo com as normas necessárias para se obter as verbas estaduais, evidenciando o desinteresse dos representantes políticos para com a região.

No entanto, verificamos que a imprensa, nesse caso o jornal *Montes Claros*, não noticiava somente assuntos referentes ao governo, mas também, publicava as práticas sociais, econômicas e religiosas da cidade. Como se pode constatar na nota sobre as Festas de Agosto, que já a descrevia como linda, datando-a de antiga, reforçando o que até hoje é dito – essa festa é “tradicional” na cidade de Montes Claros<sup>133</sup>, reafirmando, assim, o sentido de pertencimento e identificação da população com a festa.

Mas nada parece ter sido tão importante quanto a construção da linha ferroviária na cidade. Se a sua vinda rendia muitas notas, também se tornava notícia a oposição, por parte de algumas autoridades da época, para construção da ferrovia. Divulgar que havia lideranças contrárias a esse fato era, para o jornal *Montes Claros*, mais importante que anunciar sua vinda, pois, os que a negavam deveriam ser conhecidos pelos moradores. O jornal publica, em 30 de agosto de 1917: “Havendo dinheiro e boa vontade, tudo se consegue”. Faltava dinheiro e boa vontade para estabelecer a estrada férrea e melhorar as estradas<sup>134</sup> (p. 1). A campanha feita no jornal *Montes Claros* foi mais agressiva que a do *Gazeta do Norte*. Na mesma edição, precisamente na mesma página, encontrei uma matéria, na Coluna “*Aqui*”<sup>135</sup>, em que foi publicada uma carta relatando que alguém – não diz quem – não conseguiu passar

---

<sup>132</sup> Arquivo Publico Minério, Relatórios da Secretaria da Agricultura, Indústria, Terra, Viação e Obras Públicas dos anos de 1911 a 1919.

<sup>133</sup> *Montes Claros*, 23 de agosto de 1917. p. 3. **Vida Social**. Fala que a festa acabou – linda / chama a festa de popular e velha. Mesma pagina, as festas de agosto calendário e festeiros.

<sup>134</sup> Prolongamento da central em Montes Claros, um apelo ao honrado sr. Presidente da republica. Deputado da comissão de finanças negou verbas para continuar a construção salienta importância do ramal de Montes Claros.

<sup>135</sup> Coluna sempre publicada no jornal *Gazeta do Norte*, na primeira página que começava na parte AQUI falando de Montes Claros, ALI fazia comentário fora de Montes Claros, e ACOLA sempre comentário sobre alguma situação que de alguma forma tinha ligação com as duas mencionadas antes.

um telegrama para Montes Claros, porque o funcionário do telégrafo não conhecia a cidade, na mesma matéria o redator diz que algumas cidades da Zona da Mata<sup>136</sup> são conhecidas, como se Minas Gerais se resumisse apenas às cidades da região central do estado. Porém, para amenizar, termina dizendo que o mesmo acontece com o Brasil: “No Brasil aconteceu o mesmo, comprador de café conhece São Paulo e não sabe que fica no Brasil” (MONTES CLAROS, 30 de agosto de 1917, p. 1). A matéria questiona a visibilidade de Montes Claros em relação a outras regiões do país e reafirma a necessidade de construir o ramal de Montes Claros no sentido de acabar com o sertão e, consequentemente, com o desconhecimento da região.

As pesquisas feitas para a construção desta tese apontam para dados que revelam uma postura adversa adotada pelos jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte*, enquanto o primeiro se ocupava em divulgar fatos políticos e sociais, sempre querendo se posicionar como jornal popular que defendia os interesses da população e reivindicava melhorias e progressos para a região; o segundo se apresentava como um instrumento de comunicação da elite. No entanto, mesmo querendo mostrar essas diferenças, os dois jornais se apropriavam do mesmo discurso, e apontavam Montes Claros e o Norte de Minas como um região atrasada e sertaneja. No terceiro capítulo da presente tese serão apresentadas publicações do Jornal *Gazeta do Norte* que evidenciavam um posicionamento diferente frente ao Norte de Minas, como no caso da introdução de técnicas de plantio e colheita iguais às dos grandes centros.

Assim como o *Montes Claros*, o *Gazeta do Norte* também publicou sobre o seu aniversário e fez um número especial de oito páginas com muitas fotografias de amigos<sup>137</sup> e colaboradores. Na primeira página, há o desenho de um grande sol e de um homem com o impresso na mão e, nos pés, várias palavras: ambição, inveja, calúnia, despeito, politicagem, intriga, OLHA A GAZETA (GAZETA DO NORTE, 5 de julho de 1919, p. 1), indicando que eram os sentimentos que influenciavam a sociedade de Montes Claros.

---

<sup>136</sup> [Juiz de Fora](#), [Ubá](#), [Muriaé](#), [Manhuaçu](#), [Ponte Nova](#), [Cataguases](#) e [Viçosa](#).

<sup>137</sup> Sendo estas de: fotos redator chefe, Jose Thomaz de Oliveira, do agrimensor Luiz de Oliveira, do Dr. Lincom Prates da Faculdade de Direito de BH, e todo o número foi dedicado ao José Augusto de Castro (amigo) e do Dr. Hugo Kopp (amigo). Nesse sentido vide: *Gazeta do Norte*, 5 de julho de 1919, p. 1.

1919

JULHO

Santa Philomena

5

Uma folha a 11

SABADO

# GAZETA DO NORTE

ANNO I -- Montes Claros -- N. 52

Jornal de grande circulação no Norte do Estado

Redacção e Officinas  
— PRACA DR. CHAVES —  
Montes Claros — Minas

Ergamos o  
Norte  
de Minas

SEMANARIO INDEPENDENTE  
Redactor chefe e director  
DR. JOSE THOMAZ DE OLIVEIRA

Tudo  
pela  
Patria

Collaboradores diversos  
PUBLICA-SE AOS SABBAADOS  
Telephone n. 25



OLHA A "GAZETA"

Figura 5 – Olha o Gazeta. *Gazeta do Norte*, 5 de julho de 1918, p 1.

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

A terceira página do número foi editada com uma longa listagem de nomes de pessoas da cidade de Montes Claros, Belo Horizonte e algumas cidades do Norte de Minas que, segundo o jornal, eram colaboradores do periódico<sup>138</sup>, (ver anexos). Na semana seguinte, o jornal trouxe vários comentários sobre a repercussão dos eventos do aniversário, com o seguinte enunciado título:

#### **O aniversario da “Gazeta”**

O inicio das festas, Amigos da gazeta offereceram ao seu pessoal uma lauta ceia. Ao amanhecer do dia 5 – A Gazeta recebe innumeradas pessoas as quaes offerece um profuso copo de cerveja. A sahida do numero de anniversario e saudada por uma salva de 21 tiros, ao som da excellente banda “Euterpe montes clarence”, e com vivas entusiasticos do grande numero de pessoas que enchiam litteralmente todas as dependências do edividio o festival de gala pormovido pelo “Grêmio Dramático montes clarence”. O espectaculo correu com a mais animação estando o thetro repleto. No dia 6 realisa-se um almoço da “Gazeta” em retribuição a ceia que foi offerecida ao pessoal. A esta da caridade- o baile- pessas presentes- A GAZETA recebe saudações pessoalmente, por cartas e telegramas- notas e factos (GAZETA DO NORTE, 12 de Julho de 1919, p. 2).

Além de uma grande matéria, foram publicados também telegramas recebidos de José Thomas e de Pedro Guimarães e Costa Junior, Lincom Prates de Belo Horizonte e um telegrama de Coração de Jesus, sem assinatura<sup>139</sup>. O aniversário foi festejado não só pelo próprio jornal, como também por simpatizantes, políticos e profissionais liberais.

Percebo que as edições comemorativas dos jornais pesquisados pretendiam, dessa forma, produzir uma imprensa progressista, uma vez que as pessoas retratadas nessas edições trabalhavam em prol do progresso e faziam disso uma bandeira que,

---

<sup>138</sup> *Gazeta do Norte*, 5 de julho de 1919. p. 3.

<sup>139</sup> *Gazeta do Norte*, 2 de agosto de 1919. p 2.

pretensamente, defendiam em favor da tão almejada modernidade, contudo, verifico que o discurso do progresso camuflava os interesses pessoais o que dava a essa imprensa características de retrocesso.

Para Marialva Barbosa a condição de modernidade de uma dada sociedade é a existência de uma imprensa:

“*Maravilhosa invenção*”, / A tecnologia da linotipo ao lado das modernas máquinas a vapor, que a invadem as publicações da cidade na cidade do século XX, traz na sua essência a idéia de rapidez. O tempo cotidiano parece estar voltado para um projeto de futuro que é construído no próprio presente (2007, p. 27).

A existência da imprensa confirmava, o tempo todo, que mudanças teriam que ocorrer e que, para isso, novas práticas deveriam ser implementadas. Essa reconfiguração do tempo e dos espaços com a interferência da imprensa fazia das cidades, no século XX, o lugar “do novo”. Conforme Sodré (1999), naquele período, a imprensa passava a ser empresa, tornando-se, automaticamente, um elemento capitalista, o que conferia ao seu conteúdo estímulo para superação de práticas arcaicas por práticas modernas.

O próprio espaço da redação, aos poucos, foi mudando. As funções dos jornalistas e atendentes, a disposição das mesas nas redações, enfim, o jornal como um todo mudava. Sem contar a mudança na configuração do jornal<sup>140</sup>:

A reportagem, por sua vez, é dividida em dois setores: a informação local, e o serviço telegráfico do interior e do estrangeiro. As notícias da cidade, ou as “locais”, como se chamava na época, são desvendadas por hábeis repórteres, responsáveis pelas diversas seções (BARBOSA, 2007, p. 38).

A divisão comentada por Marialva Barbosa (2007) se confirma no jornal *Minas Gerais* e no *Gazeta do Norte*, o que não é tão evidente no *Montes Claros*. Isso me ajuda a entender que a imprensa de Montes Claros acompanhava a tendência do momento. O pensamento de Barbosa (2007) é completado por Martins e Lucca (2008), quando descrevem o processo histórico da virada do século XIX para o XX:

---

<sup>140</sup> Nas redações existem lugares definidos para os jornalistas de acordo com a função, redator de plantão, jornalista encarregado de receber os pobres, e depois redatores e reportes responsáveis pelas seções dos jornais. Nesse sentido vide: Barbosa, Marialva. **Historia cultural da imprensa – Brasil – 1900/2000**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2007. 38 p.

Esse amplo rol de transformações, aliado aos artefatos modernos e aos novos meios de comunicação que invadiam o cotidiano – carros, bondes elétricos, cinema, máquinas fotográficas portáteis, máquinas de escrever, fonógrafos, publicidade e, nos anos 1920, o rádio-, delineavam tanto uma paisagem marcada pela presença de objetos técnicos como configuravam outras sensibilidades, subjetividades e formas de convívio social. Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano, e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração (p. 150).

Portanto, verifico que a existência da imprensa é elemento fundamental para a consolidação da modernidade no início do século XX, além de ser instrumento de divulgação e veiculação dessa modernidade. Surge, naquele período, uma nova prática, tratava-se da publicidade que divulgava o comércio e estimulava o consumo, fazendo da imprensa “uma fonte essencial de recursos” (MARTINS e LUCCA, 2008, p. 151).

Para Eric Hobsbawm (2009), naquele período denominado por ele de “*Era dos Impérios*”<sup>141</sup>, a imprensa passa a ser elemento de mobilização das massas e também instrumento de militância popular, chegando ao extremo de pressionar eleições<sup>142</sup>. Outra característica, apontada pelo autor, é que a imprensa era utilizada pelos candidatos para que suas propostas chegassem ao povo<sup>143</sup>, também a publicidade e as artes eram, naquele período, amplamente divulgadas pela imprensa<sup>144</sup>. Assim o jornal revolucionou nas artes e nos *cartoons*<sup>145</sup>, o que Hobsbawm denominou de moderno:

Ademais, como este livro tentou deixar claro, a Era dos Impérios assistiu ao nascimento da maioria dos fatores que ainda caracterizam a sociedade urbana moderna de cultura de massas, das formas internacionais de esporte para espectadores à imprensa e o cinema (2009, p. 514).

Assim sendo, tudo o que à imprensa estivesse associado seria considerado moderno, ou seja, para a maioria dos pesquisadores que trabalham com esse período as inovações tecnológicas e a divulgação de notícias pela imprensa eram associadas ao conceito de moderno. Ainda pensando no conceito de moderno, a Constituição de 1891 era, naquele momento, considerada uma lei moderna e após sua promulgação a imprensa passou a publicar mais matérias sobre política, associando ações políticas ao

---

<sup>141</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios. – 1875 /1914**. 13ª ed. São Paulo: PAZ & TERRA, 2009.

<sup>142</sup> Ibid., p. 144.

<sup>143</sup> Ibid., p. 145.

<sup>144</sup> Ibid., p. 348.

<sup>145</sup> Ibid., p. 370.

conceito de moderno. Assim, toda ação e todo homem público que a ela fosse “associado” seria também considerado moderno, saindo da condição de “atraso”, como aparece de modo evidente na nota sobre Eritácio Pessoa:

#### **O novo presidente e a acção da imprensa**

“Cidade de Barbacena” saúda Eritácio, sempre pronto a receber os jornalistas [...]

Pelos termos com que se referiu ao papel da imprensa, percebe-se que s. ex. é um homem adeantado, que não prescinde dos órgãos mais directos da opinião pública e, antes, o exige mesmo pauta maior clareza dos seus actos.

[...] (GAZETA DO NORTE, 9 de Agosto de 1919, p. 1).

Com isso a imprensa “cria” seus preferidos e compõe a memória do novo, nada melhor para o “novo presidente” – Eritácio Pessoa – ter sua imagem associada ao moderno através da imprensa. Para o Norte de Minas, essa publicação significava que os nossos “representantes públicos” também deveriam seguir o exemplo, do então presidente, ou seja, aparecerem mais na imprensa, aceitarem os jornalistas e incorporarem aos seus cotidianos as notas publicadas pelos jornais.

Ao término da década de 1910, a imprensa ainda não tinha um consenso sobre suas próprias práticas. Ao ler os jornais de Montes Claros, percebo que, aos poucos, em suas páginas, eram publicadas práticas e normas as quais os próprios jornais deveriam se adequar para “evoluir” enquanto linguagem. Assim, os “pensadores” da imprensa nacional, buscavam, na constituição, fundamentos para acabar com o anonimato e, conseqüentemente, diminuir as “intrigas”, como as que ocorriam na imprensa de Montes Claros. Excluir o exercício do anonimato tinha seus benefícios, pois tirava do jornal uma prática do século anterior - o espaço da rivalidade pública, pelo menos nos, termos aqui apresentados, deixava de existir.

## CAPÍTULO 3

### **As cidades narradas, as cidades construídas, as cidades vividas**

Pretendo, com o presente capítulo, ponderar a maneira como foram publicados, pelos jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte*, conteúdos a respeito de Montes Claros, não no sentido de cidade, mas evidenciando as práticas e reivindicações que deveriam ser salientadas e que, portanto, fariam de Montes Claros uma cidade moderna. Também ponderarei a respeito das instituições, que de acordo com esses jornais, seriam necessárias para legitimar o projeto de cidade, a saber: a Santa Casa de Misericórdia (já existente), o Asilo São Vicente de Paulo (um projeto em andamento), a construção da estrada de ferro e estrada de rodagem, e, principalmente, a denúncia de “hábitos tidos como atrasados”. A partir desse debate, espero abranger a intervenção da imprensa nas práticas e, notadamente, o entendimento de cidade que se pensava naquela época. Hoje, ao andar pelas ruas de Montes Claros observo os modos de vida dos moradores e percebo que a concepção de cidade ainda está aquém daquilo que era defendido pela imprensa no período estudado, pois, mesmo com as reivindicações datando daquela época, o projeto de urbanização de espaços e a mudança de comportamento dos moradores não foram como o esperado.

Este capítulo se articula com a tese no sentido de que, nesses jornais, havia uma concepção de cidade que estava fragmentada em temas e informações sobre pavimentações e construções que compunham certo conceito de cidade. Para os jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte* informar as melhorias necessárias e lutar por elas, significava disputar um lugar junto a essas “melhorias” e, ao mesmo tempo, “criar” a memória de progresso e de “evolução” daquele processo histórico.

Para desenvolver essa análise, percebo que a imprensa norte mineira publicava projetos de intervenção na cidade diferentes daqueles que eram publicados pela imprensa de outros lugares. No trabalho intitulado *O Tempo das ruas – na São Paulo de fins do Império*<sup>146</sup> os jornais pesquisados falavam das reivindicações da população em relação às ruas, e é possível verificar que não há publicação direta dos mesmos, mas comentários populares, e ainda assim, esses não eram publicados como

---

<sup>146</sup> FREHSE, Fraya. **O Tempo das ruas – na São Paulo de fins do Império**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

sendo da população, mas do grupo de jornalistas que compunham o jornal. Comparando esse fato, bem como outros analisados, percebo a postura diferente adotada pelos jornais que circulavam no país, naquela época, em relação aos analisados nesta tese.

Entendo que a análise das obras de memorialistas e historiadores de Montes Claros é um bom caminho para que eu possa compreender como se deu o processo de construção da memória da cidade. Para tanto, inicio com a obra “*Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos*” do memorialista Urbino Viana, escrita nos anos de 1915 e 1916. O livro possui estrutura narrativa e descritiva, não contém considerações do autor, mas, ainda assim, revela, em seus textos, a concepção de Montes Claros como cidade e, mesmo sem negar o passado agrícola da cidade, ele não faz associação ao conceito de sertão. A obra apresenta seis partes: histórica, geográfica, fatores econômicos (agricultura, comércio e indústria), distritos, religião e bispado e, ao final, na parte descreve os usos populares e o folclore. No livro há um mapa da cidade e dos principais distritos, retratando o olhar de Urbino Viana:

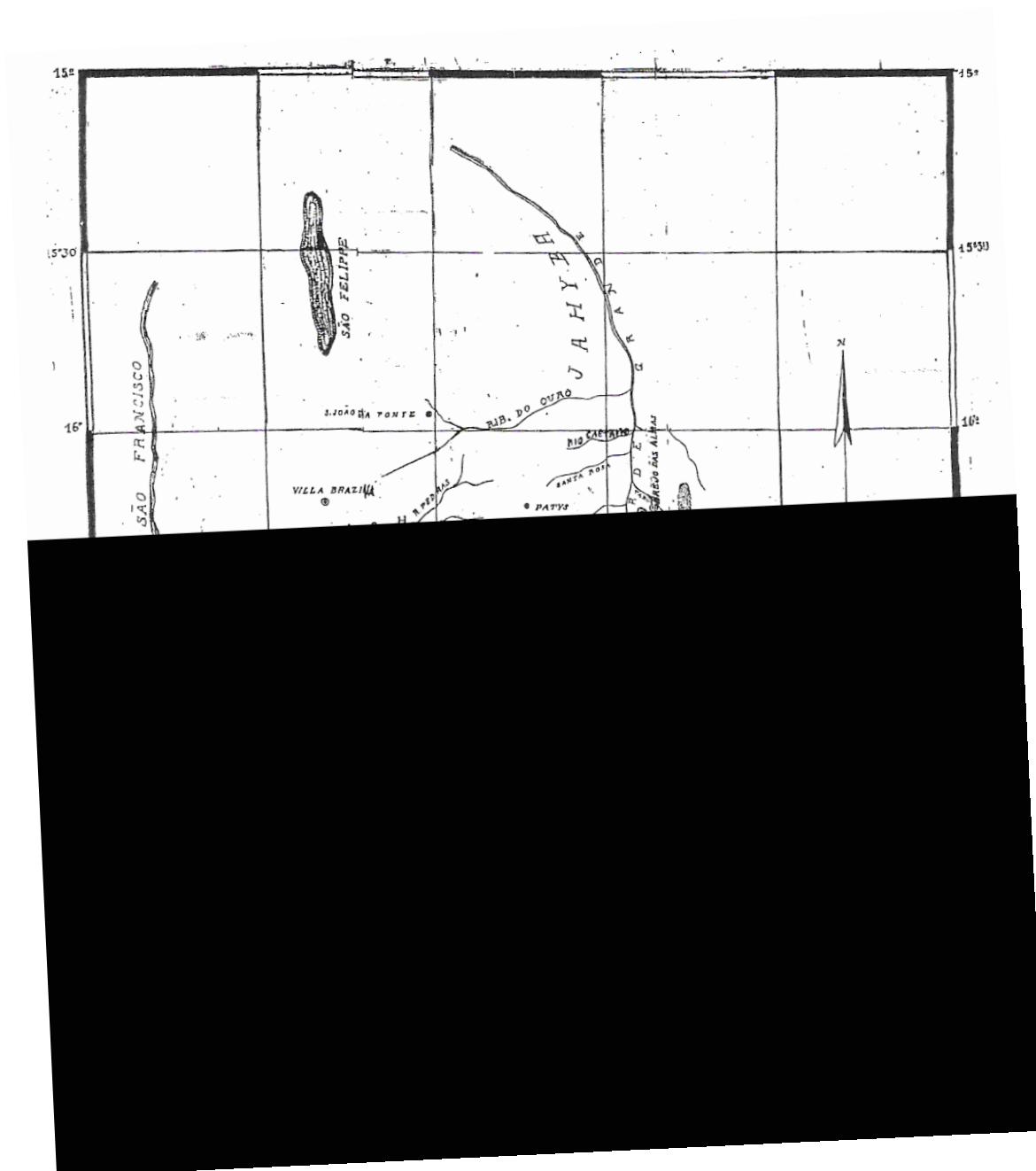


Figura 6 - Mapa de Montes Claros e dos principais distritos, retratando o olhar de Urbino Viana.

Fonte: Viana (2007, s/p - encarte).

Outro memorialista que considero de grande importância para a compreensão da construção da memória a respeito de Montes Claros é Hermes de Paula (2007), autor do livro *Montes Claros sua história, sua gente, seus costumes*<sup>147</sup>, que narra a história dos feitos e dos homens empreendedores da cidade. O livro foi escrito para as comemorações dos 100 anos de elevação da vila à categoria de cidade. O

<sup>147</sup> PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2007.

primeiro texto intitulado “Um retrato” inicia com a sentença “MILAGRE do sertão”, dando pistas de que, na interpretação do autor, a cidade vingou por “milagre”, pois, ainda conforme ele, tudo contribuía para o contrário. A geografia, o clima, a vegetação, as práticas econômicas e administrativas não eram favoráveis para que Montes Claros se tornasse de fato uma cidade, mesmo assim, a cidade “milagrosamente” se formou e chegou em 1957 ao seu centésimo aniversário. Ou seja, a cidade se ergue em meio há muitos elementos contrários à sua formação, reforçando a ideia de que o sertão sobrepunha à cidade, mas ela existia.

O livro “*Montes Claros de ontem e de hoje*”<sup>148</sup> escrito em 1999 por Ivone Silveira e Zezé Colares é outro exemplo de contribuição para a construção da memória a respeito de Montes Claros, a forma como as autoras constroem o livro evidencia que as mesmas possuíam um conceito de cidade diferente do apresentado pelos memorialistas acima citados, como pode ser verificado na ordem e disposição dos assuntos abordados nas páginas do livro. No início da obra apresenta-se o desenho do “chinelão”<sup>149</sup>, (ver anexo), monumento que simbolizava o homem sertanejo, logo depois, temos um texto sobre o homem tropeiro, em que as autoras fazem um agradecimento aos tropeiros por terem desbravado o sertão. A seguir temos o texto “Vila de Montes Claros e Formiga” em que são apresentados: os estilos de vida das pessoas da época, o “sobradão”, os templos religiosos, a agência dos correios, a instrução na vila, o matadouro na rua da força, a intendência, o comércio, o fórum, o tribunal, a cadeia e a delegacia; o texto menciona, também, a respeito dos partidos políticos existentes naquela época. No segundo texto “A cidade de Montes Claros de ontem”, temos uma breve narrativa de como a Vila de Montes Claros de Formigas passa à cidade e narra os eventos literários ocorridos na Escola Normal. Outra parte do livro cujo título é “Arte e Cultura” aborda a imprensa montes-clarense, a fábrica do Cedro, as máquinas que foram compradas a fim de gerar o progresso. Na parte final do livro temos “Cidade de Montes Claros de Hoje” em que as autoras afirmam a continuação do progresso na década de 1940, dando enfoque aos pontos que elas denominam destaque: praça de esportes, imprensa hoje, o progresso com a SUDENE. Ainda nesse trecho temos “Os caminhos da cultura através das artes”, nesse texto as autoras homenageiam a Academia Montes-clarence de Letras, e em especial a professora Dulce Sarmento, os escritores Cyro dos Anjos, Nelson Viana

---

<sup>148</sup> SILVEIRA, Yvonne; COLARES, Zezé. **Montes Claros de ontem e de hoje**. Montes Claros: Gráfica Giordani Editora Ltda., 1999.

<sup>149</sup> Monumento feito por Konstantin Christoff, artista plástico de Montes Claros, para simbolizar o homem tropeiro.

e Darcy Ribeiro. As autoras fazem menção honrosa ao conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandes, aos cantores montesclarenses e ao folclore regional<sup>150</sup>. Homenageia também os políticos da época: Elbe Brandão, Jairo Athaide, Gil Pereira, Carlos Welth e Humberto Souto, considerados, pelas autoras, como construtores do progresso. Para elas, a cidade é fato consumado, mesmo abrindo a obra com o desenho do “chinelão” e com um texto saudosista que faz referência ao homem tropeiro. Segundo as autoras a cidade já se apresentava com ares de redentora do progresso, mesmo porque a obra produzida após a chegada dos incentivos da SUDENE. Desse período, considero, que Montes Claros tenha ficado apenas com as lembranças do que recebeu com os incentivos, porque nas ruas do centrais da cidade, o que vejo, atualmente, são construções comerciais que remetem aos anos 60 e construções residenciais históricas que ostentavam a riqueza dos moradores daquela época. Hoje, ou estão fechadas, ou estão em péssimo estado de conservação.

As três obras estudadas apresentam memórias sobre a formação de Montes Claros, construídas a partir de razões e processos históricos distintos. Urbino Viana (2007) entende que a história da cidade de Montes Claros se deu através da passagem direta do campo para a cidade, ele informa ao leitor que, sem as práticas agrícolas não teríamos chegado a ter a cidade. Já Hermes de Paula (2007) se mostra mais apaixonado, por ter feito parte da comissão que organizou o “centenário”. Hermes de Paula transfere para sua obra a paixão pelo grandioso evento de comemoração do centenário e escreve o sertão como elemento pejorativo: e a cidade “milagrosamente” surgindo deste caos. Para as autoras Silveira e Colares (1999) o progresso é permanente desde a colonização dos bandeirantes, a forma como as autoras elaboram a composição da obra revelam a técnica e o progresso existentes na cidade. Dessa forma, entendo que nos memorialistas locais tenho diversas possibilidades de interpretação: primeiro o equilíbrio entre cidade e sertão; segundo a permanência do sertão e terceiro a cidade sempre progressista.

A leitura de alguns historiadores permite afirmar a cidade como existente, ora em busca do progresso, ora reafirmando seu passado sertanejo. Para a historiadora Filomena Luciene Cordeiro (2006), Montes Claros é uma cidade que tem a sua memória comprometida por não cuidar e não ter uma política de preservação de documentos. O professor César Henrique de Queiroz Porto (2002), em sua dissertação, apresenta a cidade a partir das relações políticas culturais, fazendo associações aos políticos, uma

---

<sup>150</sup> Banze, candomblé, teatros, artes.

vez que a cidade descrita não aparece, mas os feitos e acordos políticos sim<sup>151</sup>. Já na obra do professor Gy Reis (2006) a cidade é apresentada em seu “momento de passagem do atraso para o progresso”, com pavimentações de ruas e mudanças na vida cotidiana das pessoas. Mesmo sendo recente, realizada entre os anos de 2002 e 2006, a historiografia apresentada por esses historiadores não deixa de associar práticas e comportamentos do campo ao “sertão atrasado”, isso porque as fontes indagadas apontam para essa definição.

Entretanto, nos jornais trabalhados na minha tese, percebo que existe a necessidade de reafirmar a existência da cidade e do progresso e a mudança das práticas cotidianas; que saia de uma situação que remetia ao passado e apontava para uma realidade que indicasse um futuro mais liberal.

Quando penso na categoria cidade, sempre me vem à mente um conceito já cristalizado pela mídia como sendo um espaço organizado para um grupo de pessoas que vive e trabalha tendo o lazer como principal elemento norteador de suas relações, priorizando a coletividade e o respeito mútuo.

No caso do Norte de Minas, essa explicação não se aplicava no início do século XX. O que a imprensa local evidenciava era um amplo conflito sobre cidade e sobre as práticas que existiam e as que se queriam<sup>152</sup>. Os espaços não estavam tão bem definidos, as práticas que indicavam uma cidade organizada ainda não existiam e não havia um consenso sobre horários e regras para o funcionamento do comércio. O código de postura datado de 20 de agosto de 1909<sup>153</sup> apresentava um debate sobre qual deveria ser o horário de funcionamento do comércio, porém havia uma diferença para os pequenos estabelecimentos e os grandes. Não é difícil encontrar notas como a que se segue tentando solucionar o impasse sobre a abertura ou não do comércio local aos domingos: “Não temos ainda associação commercial, sociedade que resolve, sempre com bom êxito, casos como este, regulando as horas de serviço [...]” (MONTES CLAROS, 7 de janeiro de 1917, s/p.).

---

<sup>151</sup>PORTO, César Henrique de Queiroz. **“Paternalismo, poder privado e violência”**: o campo político norte-mineiro durante a primeira república Belo Horizonte, 2002, 173 f. dissertação de Mestrado em História – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>152</sup> Devemos pensar a constituição histórica da cidade, percebendo os processos de transformação social, entendendo que cidade é uma categoria formada por práticas sociais. Nesse sentido vide: RONCAYOLO, Maciel. **Cidade**. Enciclopédia. Região. Einaudi. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1986. (8).

<sup>153</sup> Notação: APMC.32.11.01/000.001; Endereço topográfico: TX/EP14 (82)/ CP 21/ PC714/DPDOR/FD002.182.

A cidade de Montes Claros, desde o século XIX, apresentava um comércio ativo e atrativo para vendedores e compradores de várias cidades do Norte de Minas. O que o tornava uma importante atividade econômica; mas, ainda não era entendido, pelos jornalistas, como suficiente para que esses publicassem a cidade como sendo moderna. Denunciar a falta de uma associação comercial indicava, portanto, que os jornalistas, ou o grupo político que representavam entendiam que seria preciso criar a Associação Comercial para que Montes Claros pudesse ser considerada uma cidade moderna. O que a imprensa apresentava era uma cidade que faltava muitos elementos constitutivos, ou seja, era uma cidade, porém atrasada, ainda sendo visível a ideia de sertão e de atraso.

A imprensa ao divulgar, não somente informações sobre Montes Claros, mas também sobre o Norte de Minas, relatava a existência de doenças que estavam associadas às práticas higiênicas inadequadas e a espaços desabitados, o que era comum no interior do país. Esses relatos propiciavam a associação desses elementos ao sertão. Nesse caso, refiro-me à notícia a respeito da epidemia de Peste Bubônica, ocorrida na cidade de Juazeiro – Bahia. A matéria faz relação com a cidade de Montes Claros e o Norte de Minas<sup>154</sup>, em outras palavras, a imprensa, nesse caso, o jornal *Montes Claros*, associava o Norte de Minas ao sertão, apontando-o como tal devido à existência da peste, muito comum no interior do Brasil, em áreas menos habitadas.

Outras práticas e acontecimentos eram igualmente divulgados pela imprensa com a finalidade de apontar se era cidade ou sertão. Na coluna *Vida Social*<sup>155</sup> do jornal *Montes Claros*, em 9 de novembro de 1916, foi publicada uma nota informando a existência de mendigos na cidade, o que me faz crer que existia, naquela época, um grande número de pedintes nas ruas de Montes Claros. Entendo, assim, que havia má distribuição de renda, gerando, já naquela época, grande êxodo para a cidade<sup>156</sup>. No entanto, a reportagem é dúbia: primeiro, posiciona-se contra a vadiagem, o que contradiz com a imagem construída em torno da figura do sertanejo, pois esse era visto, e ainda hoje é, como um homem trabalhador; segundo, coloca a caridade como característica do homem do campo<sup>157</sup>, para esse jornal o sertanejo era sinônimo de trabalho e caridade.

---

<sup>154</sup> MONTES CLAROS, 12 de outubro de 1916.p.1.

<sup>155</sup> Coluna publicada para divulgar acontecimentos, aniversários, nascimentos, falecimentos, casamentos, chegada e saída de pessoas consideradas ilustres, ou seja, o cotidiano social da cidade de Montes Claros.

<sup>156</sup> Fiz este comentário porque na década de 1960, com os incentivos da SUDENE, a cidade de Montes Claros triplicou o número de moradores em função do êxodo de pessoas a procura de emprego.

<sup>157</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

No ano de 1916 várias publicações do jornal *Montes Claros* revelaram o desejo de que a cidade tivesse suas ruas e algumas<sup>158</sup> casas iluminadas, apontando para a ideia de que a iluminação faria da cidade de Montes Claros uma “moderna cidade iluminada”. Ao ler esses jornais em busca de informações para responder ao problema de pesquisa da minha tese, percebo que, mesmo de forma sutil, a instalação da energia elétrica parecia ser o fio condutor dessa memória de progresso, e que a partir desse feito (a instalação da energia) outras formas e ou práticas de progresso viriam a acontecer.



Figura 7 – Luz electrica. O Montes Claros, s/d nº 32.

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

Coronel Francisco Ribeiro<sup>159</sup>, responsável pela instalação da energia elétrica, já tinha sua agenda bastante divulgada pela imprensa, mesmo antes da instalação. Os jornais locais faziam questão de publicar notas dando conta dos feitos do coronel:

<sup>158</sup> Digo algumas, porque, pelos jornais, a proposta era para algumas casas, não todas.

<sup>159</sup> Foi proprietário da Cia. Cedro e Cachoeira, fábricas de tecidos, e em 1917 foi responsável pela instalação da luz elétrica em Montes Claros. Presidente o PRM, incentivou pecuária e agricultura, principalmente a cultura do algodão. Neste sentido vide: BRASIL, Henrique de Oliva e **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1983. p. 213.

“Regressou de sua viagem ao Rio, São Paulo e outros pontos, este nosso ilustre amigo e industrial de valor, como por mais de uma vez temos tido o prazer de salientar destas colunas [...]” (MONTES CLAROS, 10 de agosto de 1916, p. 1). Na viagem, em que fora adquirir equipamentos e recursos para as obras de instalação da luz elétrica, recebeu elogios por parte do jornal *Montes Claros*. Na edição de 28 de setembro de 1916 do jornal *Montes Claros*, foi divulgada nota sobre o aniversário do coronel, informando a quantidade de pessoas que o felicitaram em sua propriedade. A mesma reportagem divulgava a inauguração da luz para o dia 15 de novembro de 1916. Inaugurar a luz, em Montes Claros, no dia 15 de novembro, era reafirmar a vigência da República no Norte de Minas, seguindo um pensamento que se articulava em bases positivistas, que então imperava. Ou seja, a “Res-pública” é o moderno, com novas práticas e novas tecnologias. Assim, Montes Claros estaria efetivando-se na nova “fase” da política nacional.

No mesmo número, na coluna “*Aqui, Ali, Acolá*”<sup>160</sup>, no item “*Aqui*” é esclarecido, em tom de convencimento, os benefícios que a energia elétrica<sup>161</sup> traria para a cidade, principalmente no tocante à higiene<sup>162</sup>: “aguardamos com esperança a luz que além de nos vir tirar das trevas nos livrará igualmente das epidemia” (MONTES CLAROS, 28 de setembro de 1916, p. 1).

Todos os passos da instalação foram noticiados, desde a chegada do eletricitista que fez a instalação em 19 de outubro de 1916, até o dia 20 de janeiro de 1917: “No dia 20 d’este às 20 horas e poucos minutos, a luz se fez. A cidade quieta e sortuna vestiu-se repentinamente de galas; um frêmito de entusiasmo transbordou pelas ruas, em toda a urbs”. (MONTES CLAROS, 25 de janeiro de 1917, p. 1).

A instalação da luz gerou uma edição que continha apenas informações sobre esse fato. O evento contou com a presença de vários jornalistas, tanto de outros jornais de Montes Claros, como de cidades da região e de outros estados, a exemplo d’*A Verdade de Montes Claros* e do periódico paulistano *O Estado de São Paulo*.

---

<sup>160</sup> Coluna que falava de acontecimentos e pessoas da cidade.

<sup>161</sup> O termo encontrado nos jornais é energia elétrica, mas o que apuramos é que se tratava de uma corrente elétrica, produzida a partir de um motor que era ligado ao amanhecer do dia e desligado por volta de 22:00 horas.

<sup>162</sup> Manteremos, nessa pesquisa, nas citações diretas, a ortografia vigente nos documentos da época.

Em 25 de janeiro, o jornal *Montes Claros* publicou uma edição especial, com o discurso proferido pelo coronel Augusto Spayer<sup>163</sup> encerrado nestes termos: “Mas quando, em momentos como este, n’um desvão ignoram de sertão remoto, se me deparam espectáculos como o que presenciamos, sinto-me sacudido por um longo frêmito de santo orgulho” (MONTES CLAROS, 25 de janeiro de 1917, p.1). A publicação do discurso fez com que o coronel Spayer, fosse sempre lembrado e tivesse seu nome associado à implantação da energia, criando uma memória em torno do evento. Essa edição especial publicou telegramas de felicitação recebidos pelo coronel Francisco Ribeiro, sendo três vindos de Januária, quatro de Belo Horizonte, dois de São Francisco, um de Minas Novas, um de Vila Brasília e um de Arrashuay<sup>164</sup>, o que gera dois pontos de interpretação: primeiro é que a cidade de Montes Claros tinha um bom relacionamento e boa comunicação com as cidades que se manifestaram e, segundo, demonstrava o quanto a instalação de um sistema de luz elétrica significava, naquele momento, ao ponto de autoridades de outras cidades apresentarem congratulações por esse acontecimento, revelando a importância dada à inauguração de estruturas urbanas tais como a eletricidade.

Toda essa movimentação em torno da instalação da luz na cidade não parecia ser suficiente para confirmar pela imprensa a “modernidade” em Montes Claros. Se a luz era entendida como sinônimo de progresso, o mesmo não acontecia com a água que era consumida na cidade. Duas matérias chamam a atenção sobre esse assunto e possibilitam refletir sobre modernidade e atraso conforme suas representações na imprensa local. A água consumida em Montes Claros era extraída de cisternas e, segundo matéria divulgada no dia 26 de julho de 1917, não era própria para o consumo:

### Água Potável

[...]

Cada cisterna, das que existem actualmente é verdadeiro poço de infecção, já de uma variedade enorme de micróbios, que vivem n’água, já por serem ellas verdadeiro criadores de mosquitos portadores das bacterias e dos emato(?)

---

<sup>163</sup> Tipógrafo do “Correio do Norte”, professor, vice-presidente da câmara municipal, agente executivo – prefeito, deputado estadual, jornalista do “Lyra”, “Montes Claros”, “A ordem”, “A opinião do norte”. Nesse sentido, vide: BRASIL, Henrique de Oliva e **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1983. p. 212.

<sup>164</sup> *Montes Claros*, 25 de janeiro de 1917. p. 2

Este é um ponto que depende muita reflexão, porque com taes todos poder-se hão desenvolver aqui doenças de desimar a população [...]

É necessário forçoso mesmo que sejam entupidas todas as cisternas, para que os habitantes da cidade possam dormir doravante, livres da infinidade de mosquitos que diariamente sahem das mesmas.

O meio de se conseguir tão importante medida hyggienica, é canalisar, água por toda cidade provinda de caixa suprida costantetemente por bombas, que a aspiram do lençol existente.

[...]

Só isso era e é bastante para se declarar guerra as cisternas, é adaptar-se de vez a resolução de se obter água limpa para o nosso uso.

[...]

O lençol deve ser aproveitado e captado pela municipalidade e caso Ella não o queira fazer, o povo deve reunir, organizar o capital necessário, tornando uma sociedade que com o competente contrato com a Câmara Municipal, dote Montes Claros de água potável boa e hygienica, tirando disso os proventos que estiverem nos limites do direito (MONTES CLAROS, 26 de Julho de 1917, s/p).

A presente matéria mostra que a prática de consumir água retirada de cisternas era comum, naquela época, e que não havia controle das condições de uso dessa água. Havia um incômodo por parte da imprensa em relação a essa prática, pois se tratava de uma campanha para instalar água encanada, isto é, uma campanha de mudança de comportamento. A mesma matéria compara o Norte de Minas a outras regiões do país, no caso o sul do Brasil, que já tinha água encanada. Percebo claramente a relação de comparação entre o norte “atrasado [que] usa cisternas” e o sul desenvolvido (ou em desenvolvimento) que tem água encanada. Além das práticas de utilizar energia elétrica e água encanada, o lazer também definia ou indicava o atraso e a modernidade, conforme as enunciações da imprensa local.

Para que uma cidade fosse percebida como desenvolvida, era comum que existisse um calendário festivo, pois, nas cidades desenvolvidas os ciclos festivos eram evidenciados pela imprensa. Caso isso não ocorresse o calendário festivo, já existente no interior, deveria se aproximar do calendário dos grandes centros.

Para as cidades litorâneas, as datas cívicas e o calendário religioso foram, desde o início da colonização, sinônimo de festejos e feriados. Em Montes Claros, a relação construída com as datas cívicas e religiosas não foi diferente, e ao retratar o carnaval, em 22 de fevereiro de 1917, o jornal *Montes Claros*, fez questão de enaltecer o comportamento “educado” dos foliões:

[...] mas o carnaval que se faz nos grandes centros, onde a população fervilha sob todas as matizes e sob todos os costumes e onde as licenciosidades são permitidas em larga escala. [...]

O carnaval sertanejo só se parece com a que alludimos, na forma, no fundo é inteiramente o inverso - brinca-se muito, diverte-se a vontade, a expansão a todos domina e arebata, havendo, porém, sempre o máximo respeito e observância irrepreensível de todos os princípios de moral e educação [...] (p. 2).

Como se tratava de uma festa popular, talvez o esperado para o carnaval sertanejo fosse o contrário, um comportamento não muito civilizado. Porém, o que temos nessa matéria é o conceito de moderno como sinônimo de civilização ou comportamentos “refinados”. No que diz respeito ao Norte de Minas o carnaval foi publicado de forma favorável, louvável, assim o que percebo é que, ao comparar os habitantes daqui com os do litoral, aflorou um sentimento positivo, pois, o jornalista menciona que a festa é animada, existe respeito, moral e educação, elementos de “civilização”.

Além do lazer, as condições de limpeza da cidade eram igualmente associadas ao progresso. Colocava-se em pauta a varrição das ruas, que era feita durante o dia, o que incomodava os transeuntes. A solução sugerida seria varrer durante a noite<sup>165</sup>, tal como procediam as “grandes cidades”, argumentava o jornal *Montes Claros*. Três meses após a primeira publicação dessa reivindicação, a mesma solicitação foi publicada no jornal *Montes Claros*, dessa vez afirmando que varrer as ruas da cidade durante a noite era mais que saudável para os transeuntes. Ainda nessa reportagem, reafirmava-se a grande contribuição que a luz elétrica traria:

A iluminação publica ahi está até às 5 ou 6 horas da manhã, para auxiliar e facilitar mesmo, enormemente que a limpeza seja executada à madrugada. A esta hora não há transeuntes nem casas comerciais ou de família abertas para receberem o pó que se levanta em densa e grossa nuvem, e também o ar puro e oxxygenado da manhã protege aos encarregados que absorvem em grande quantidade de poeira (MONTES CLAROS, 14 de Junho de 1917, p. 2).

A pavimentação da cidade passava também pela urbanização de espaços. A construção de um coreto na praça Dr. Chaves foi divulgada, reforçando um comportamento coletivo. Na edição de 31 de maio de 1909, foram noticiados os nomes

---

<sup>165</sup> *Montes Claros*, 29 de março de 1917, p. 3.

dos cidadãos que contribuíram para a construção desse coreto, associando essas pessoas ao ato de fazer o moderno. Houve um grande esforço por parte da imprensa em reafirmar que a higiene e a pavimentação de espaços eram elementos fundamentais para que se tivesse em uma cidade moderna. A implantação de máquinas que “agilizariam” determinados serviços também estava associada a esse debate. Tanto que foi registrada de forma lírica a instalação de um descaroçador na cidade:

Há dias ouvimos de nossa redacção um apito que attraiu a attenção fazendo com que a nossa curiosidade fosse despertar. [...] Attraidos por sinal de progresso, [...] srs. Jayme Rabello visitamos a installação do novo descraçoador de sua propriedade, movido a vapor, a rua Joaquim Nabuco.

[...]

O sr Jayme occupa 5 empregos tendo o projecto de addicionar outras machinas a sua installação em futuro próximo.

[...]

São com esses elementos de progresso que Montes Claros certamente, firmará a sua propriedade e por isso não podemos deixar de enviar os nossos parabens ao sr. Jayme Rabello pela sua iniciativa da qual virá para o povo incalculável benefícios (GAZETA DO NORTE, 19 de Julho de 1919, p. 1).

Dessa forma, entendo que os jornais, ou pelo menos as reportagens que analisei até aqui, evidenciavam o conflito do sertão se transformando em cidade. Contudo, pelo que percebo, para a imprensa, ainda era pouco. Ainda havia hábitos rurais ou “atrasados” na cidade. Mesmo com ações e práticas de cidade, com espaços sendo urbanizados e pavimentados, a imprensa retratava ações e comportamentos considerados “atrasados” para uma cidade moderna e progressista: animais soltos pelas ruas. Essa situação não era nova, no Código de Postura de 1877 as leis municipais procuravam restringir a circulação de animais nas vias públicas, punindo os seus donos, caso esses transgredissem as várias normas impostas para a criação de animais. Não obstante, também se percebe que as várias infrações a essas normas denunciavam a presença dos animais nas vias públicas como algo corriqueiro. Em julho de 1877, um relatório do fiscal da Câmara Municipal denunciou a presença de porcos, cães e cabritos nas ruas da cidade<sup>166</sup>. Três anos depois, em agosto de 1880, ainda se discutia casos de apreensão de porcos soltos nas ruas. Naquela ocasião, o fiscal comunicou às autoridades competentes, procurando saber quem eram os donos dos animais para que fossem multados, fazendo, dessa forma, cumprir a lei e garantir a manutenção da ordem e da

<sup>166</sup>

tranquilidade pública<sup>167</sup>. Também no distrito de Jequitaiá, em 1881, o fiscal solicitou as posturas da Câmara para que melhor procedessem com relação à criação de animais no comércio<sup>168</sup>. Contrapondo a documentação do Código de Postura com a imprensa, percebo que essa era responsável por organizar e ou “civilizar” as práticas e estruturas da cidade. Tratava-se de discursos que intencionavam apagar as práticas do sertão e fazer surgir práticas urbanas, coisa que o conjunto de leis ainda não havia conseguido. Isso demonstra que a população resistia aos códigos de leis, e mantinha práticas que eram significativas para sua sobrevivência, há exemplo de outros momentos, em que as leis eram “burladas” ou “recriadas” para se manter uma “lógica de sobrevivência”.<sup>169</sup>

Como já disse anteriormente, a imprensa apontava problemas, denunciava ações consideradas atrasadas e, principalmente, cobrava dos poderes públicos uma melhor ação ou projetos para acabar com essas práticas. Para entender, essa função da imprensa, recorri ao Código de Postura vigente no período, a fim de analisar os hábitos da época e a solução encontrada pelos administradores do poder público. Esse documento afirmava normas de conduta para moradores e trazia as punições em caso de infração. O Código de Postura citava quais deveriam ser os procedimentos para o abatimento de bois e porcos<sup>170</sup>, os modos de plantio para os sitiantes do entorno da cidade e quais as normas para construção de casas e principalmente o alinhamento das construções<sup>171</sup>. O código proibia a circulação de animais pelas ruas e principalmente praças, várias vezes foi citada a Praça da Matriz<sup>172</sup>, falava da limpeza de estradas<sup>173</sup>, da limpeza urbana e da produção de alimentos e segurança<sup>174</sup>. Nesse Código fica claro que a Câmara Municipal estava intervindo junto à população para “civilizar” os modos de

<sup>167</sup> Notação: APMC.13.05/000.009 Endereço Topográfico: TX/EP14(80)/CP09/PC265/DPDOR/FD001.173

<sup>168</sup> Notação: APMC.14.05.03/000.004 Endereço Topográfico: TX/EP14(80)/CP10/PC302/DPDOR/FD001.278

<sup>169</sup> THOMPSON, E. Palmer. **Costumes em Comum** – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

<sup>170</sup> Notação: APCM.32.15.02/000.002 Endereço Topográfico: TX/EP14(82)/CP21/PC718/DPDOR/FD002.187

<sup>171</sup> Notação: APCM.13/05.02/000.001 Endereço Topográfico: TX/EP14(80)CP09/PC265/DPDOR/FD001.165

<sup>172</sup> Notação: APCM.13/05.02/000.001 Endereço Topográfico: TX/EP14(80)CP09/PC265/DPDOR/FD001.165

<sup>173</sup> Notação: APCM.13/05.02/000.001 Endereço Topográfico: TX/EP14(80)CP09/PC265/DPDOR/FD001.165 e Notação: APCM.13.05.02/000.005 Endereço topográfico: TX/EP14(80)CP09/PC265/DPDOR/FD001.169

<sup>174</sup> Notação: APMC.13.05.02/0007.007 Endereço Topográfico: TX/EP14(80)/CP09/PC265/DPDOR/FD001.171

vida e os jornais locais publicavam essa intervenção para também serem vistos como “instrumento modernizador” da cidade.

Com características, digamos poéticas, o *Montes Claros* publicou na coluna “*Vida Social*”, uma denuncia sobre cães:

Tal o numero de cães que vagueia e perambula pelas ruas de nossa cidade, que nos recordamos da formosa Constantinopla, aquella metropole de um milhão de habitantes. Lá, disse alguém, há um cão (ou pelos menos havia) para cada habitante. A cidade vista do mar, é uma das mais bellas do globo e apresenta ao forasteiro um panorama tocante e cheio de evocações. Penetrando-se, porem, na cidade e percorrendo-se suas ruas e passeios, a alma do visitante se confrange, o seu coração sente-se disilludido e o seu estomago – (si não for capaz de moer pedras) revolta-se e desta fora tudo quanto houver ingerido, tal é a imundice que se lhe depara e o aspecto asqueroso que a cidade imprime a rafeirada de todas os matizes.

Assim esta quase sendo com a nossa Montes Claros que, contemplada de cima de um de seus pontos culminantes, offerece aos olhos do observador um conjunto agradável e risonho, mas, vista de perto e observadas cuidadosamente as suas ruas, outra é a impressão que se crava na retina do observador e outro é o juízo que elle fica fazendo de massas leis municipais e de nossa evolução de costumes, com parando – a, a cada passo, em tudo por tudo ( menos a formosa Bahia) com a capital dos turcos.

De dia, a qualquer hora, é a correia, são as brigas e são os latidos infernaes da cauzada, não sobresaindo tanto esta nota destoante, por causa do rumor dos affazeres diurnos.

À noite, porém, principalmente quando a lua do alto de um CEO escampo e estrellado, envia – nos a claridade poética de seus raios, a (?), uiva, ladra e alvoroça as ruas, quebando-lhe a quictude tão reclamada a estas horas.

A culpa não é nossa nem do povo, porque este, pelos seus representantes, já criou leis cohibindo esses abusos e mostrando os meios que auxiliam a referida cohibição.

Já se vê, pois, que o culpado é o executor da lei que e não executa nem a faz ser executada.

Ainda bem que os cães se limitam a ladrar à lua e as sombras que esta projeta para a terra (MONTES CLAROS, 5 de Outubro de 1916).

Para o autor do trecho acima, a prática de deixar cães soltos nas ruas da cidade já deveria ter sido “superada” na cidade de Montes Claros. Ou pelo menos o código de postura ou a administração local deveriam impor ou homogeneizar esse tipo de prática. Outro elemento que pode associar esse trecho ao sertão é a narrativa da noite: lua e uivo (ideia de animal do campo). Como se a cidade de Montes Claros fosse um grande campo, cuja noite os “*animaes uaivam tranquilamente*”. A questão de cães nas ruas parece ter sido realmente motivo de muito problema para as cidades do Norte

de Minas. No jornal *A palavra*, da cidade de Januária, encontrei uma reportagem que também fazia menção aos cachorros soltos nas ruas, embora, nesse caso, no contexto de denúncia sobre o ataque a uma criança:

### **Uma criança ferida**

No dia 18 do mez p. passado, no largo da Matriz, nesta cidade, uma criança foi mordida por um cachorro, sobre a região do fígado, tendo corrido ensangüentada para a casa de uma família que reside no referido largo.

Esta ahi, pois um facto que por demais merece ser lastimada.

É necessário e urgente que a camara municipal desta cidade cuide de fazer a extincção destes cães que andam ladrando e mordendo às pessoas com quem se encontram.

#### **Referimo-nos aos cães que não estão registrados.**

Ao menos estes que os seus donos não pagam imposto devem ser mortos pelo fiscal, afim de se evitar o mais possivel a reprodução de factos da natureza deste que acima relatamos [grifo meu] (*A PALAVRA*, 10 de Março de 1910, p. 8).

O que nos apresenta essa matéria é que a cidade de Januária, diferente de Montes Claros, já havia tomado providências administrativas em relação à prática dos proprietários de cachorros que os deixavam à solta nas ruas. Conforme grifo meu, já havia uma legislação que normalizava e previa punição para os proprietários de cães, o que ajuda a pensar que a vivência, em Januária, já estava sendo “pensada” enquanto “cidade organizada”.

Analisando o comportamento, digo “a vontade”, da população, quando o assunto incidia sobre as autoridades, os jornais também se posicionavam. Avançando um pouco na cronologia, mas ainda pensando nas práticas e comportamentos retratados pela imprensa, encontrei publicado no jornal *Gazeta do Norte*, do dia 8 de fevereiro de 1919, na primeira página, o seguinte texto:

### **Cousas da cidade**

Não podemos deixar sem registro a acção enérgica desenvolvida pelos srs. Fiscaes em relação ao inveterado abuso de andarem pela cidade, animaes soltos e o que é pior, usarem muitos proprietários de vaccas, o péssimo costume de prender em seus quintaes os beserros e deixal-as nas ruas durante toda a noite.

[...]

Mas o brasileiro em geral, pouco cuidadoso de seus direitos e deveres, adopta- a formula (?) – queremos dizer (?) ou nada.

[...]

Fora disso é absurdo e atendendo as reclamações feitas, chamamos para o caso a atenção do illustre srs. Dr. João Alves, presidente da câmara, que, decreto não sancionará tal abuso (p. 1).

Essa sequência de reportagens mostra que não só cães, mas também bois, vacas e bezerros (e outros quadrúpedes), eram criados ainda à solta, como se estivessem no campo. Não havia por parte dos donos desses animais o entendimento de que esse era um espaço urbano e de convivência regularizada por leis. O que essas reportagens revelam é que não se tratava de um espaço que impunha a prática de prender ou não, mas sim a cronologia do dia, durante o dia eram pastorados (no caso do gado), à noite ficavam à vontade, soltos. Os cães, por sua vez, sendo dia ou noite, faziam das ruas seus espaços de convivência. Outra estratégia utilizada com o intuito de coibir tal prática era chamar João Alves para resolver a questão, o que também ajudava a promover a imagem do então presidente da câmara.

Mais do que urbanizar a cidade, o que o código de postura impunha era civilizar, apagar comportamentos que estavam desorganizando a vida em sociedade. Os animais soltos indicavam que os seus donos não faziam diferença entre campo e cidade. Para os legisladores e, principalmente, para a imprensa, esse fato não era saudável para a cidade que se queria. Não só os animais eram motivo de manchetes, os “marginais”, também estavam na pauta da imprensa.

Os casos não resolvidos pela administração eram, então, sugeridos, pela imprensa para que se tornassem caso de polícia, a exemplo da manchete publicada no jornal *A Penna*, da cidade de Januária:

#### Os vagabundos

Infectando com suas palavras mais, e seus estylos indiabrados, abundam nas praças, ruas e travessas desta cidade, essa classe de gente desocupada e perversa, descansando ou arrematando a sua vagabundagem nos cães Minicipal, onde occupam-se exclusivamente a atirarem pedras a tudo e a todos. A pezar de não termos numero sufficiente de praças para deitar em ordem **todos esses abuzos não seria mao, que o Dr. Delegado de Policia correcto e leal no seu cargo como tem sido, tomasse uma providencia para isso não ficar assim, embora mesmo**, dando cabo a *essa gente* obrigando-a trabalhar [grifos meus]<sup>175</sup> (A PENNA, 16 de Agosto de 1913, p. 2).

---

<sup>175</sup> *A Penna*, 16 de agosto de 1913. p. 2 .

As reclamações sobre hábitos e comportamentos pareciam intrigantes para a imprensa Norte Mineira. Se “alguns habitantes”, realizavam práticas não mais aceitas ou toleradas nos espaços públicos, cabia, pois, à polícia – como força de organização – “enquadrar” essas pessoas com hábitos não compatíveis à cidade (ócio e jogar pedras), reeducando-as para comportamentos compatíveis com a vida coletiva na cidade. O que temos até aqui é a imprensa “denunciando” fatos e ações que não “condiziam” com espaços urbanizados ou em fase de urbanização. Porém, não bastava a mudança de práticas inadequadas, o que a imprensa pleiteava era a atuação do poder público e a intervenção na construção e estruturação da região, isso sim, marcaria a passagem do atraso para o moderno.

A estrada de ferro, a estrada de rodagem e os correios eram o que, para o período, realmente indicava a chegada do progresso, uma vez que uma cidade moderna necessitava, naquele tempo, de acesso fácil e de boa comunicação. Como a imprensa foi o espaço de debate e divulgação da “modernidade”, a ideia de acabar com o sertão e proporcionar o progresso estiveram presentes nas páginas dos jornais no período de 1910 a 1920. O que a imprensa da época apresenta é um excesso de associações da construção de terminais férreos e estradas que remontam ao século XIX<sup>176</sup>. Assim, percebo que a estrada de ferro foi um projeto amplamente divulgado na imprensa, já no século XIX, mas só foi difundido no Norte de Minas apenas no início do século XX.

Na Primeira República, não eram somente as estradas de rodagem ou estradas férreas que eram associadas ao “progresso”, o deslocamento de pessoas e mercadorias feitas pelos rios era também entendido como sinônimo de modernidade. Na edição de 17 de Julho de 1910, no jornal *Minas Gerais*, foi publicada na seção *Vida Mineira*<sup>177</sup>, uma carta que salientava o trânsito dos vapores na cidade de Pirapora para outras cidades, tanto para o Norte de Minas, como em direção à Bahia. A inauguração do Porto em Pirapora foi, segundo o autor da missiva, mais um “grande passo para acabar com o sertão”, pois, paralelo ao acontecimento, temos a conclusão das obras da construção da estrada de ferro que ligava a região central do estado às margens do São Francisco, na cidade de Pirapora.

Para o redator do jornal, essa carta trazia mais que informações da região Norte do Estado – era também um marco, que sinalizava o fim do “deserto”:

---

<sup>176</sup> LESSA, Simone Narcisio. Trem de ferro o mito da modernidade no sertão. In: BARBOSA, Carla Cristina (Org.). **Sertão: cultura e poder**. Montes Claros: UNIMONTES. 2007. 14 p.

<sup>177</sup> Coluna que informava acontecimentos de cidades mineiras. A cada edição era publicava-se sobre uma cidade, de acordo com a importância de fatos ocorridos nestas.

Tudo isso é animador.

Assim, se vae o sertão acordando, para as luctas fecundas do trabalho, só com a sua rápida comunicação com os centros civilizados (MINAS GERAIS, 17 de Julho de 1910, p. 7).

Fica claro que, para o jornalista, as medidas de construção da estrada de ferro, construção do porto e a possibilidade de comunicação e transporte com outras cidades seria o elemento que, de uma vez por todas, poria fim ao sertão na região. Vale lembrar que esse jornal era e é produzido na capital Belo Horizonte, e que aqui cabe o discurso do outro, ou seja, o Norte de Minas é o sertão, e aqui (no caso do lugar da publicação) é a civilização. Toda a movimentação para “ligar” o Norte de Minas às regiões desenvolvidas do país não teria sucesso se essa ideia não contemplasse um projeto maior. Nos jornais que analisei percebo que a preocupação com aberturas de estradas, construção de pontes e construção de estrada de ferro estava sempre relacionada a um projeto de governo.

Minas Gerais, no início do século XX, passou ou optou por uma posição de fundamentos de modernidade. Projetos de Escolas Agrícolas, Congressos Econômicos e projetos de tecnologia, tendo à frente João Pinheiro e seus correligionários, fortalecendo as bases do pensamento positivista, que pregava a técnica como sinônimo de modernidade<sup>178</sup>. A imprensa mineira, principalmente o jornal *Estado de Minas Gerais*, estava organizado ou “antenado” com o projeto positivista de progresso. Como já abordado, os congressos que evidenciavam as práticas que gerariam o progresso, além de serem informados antes de acontecerem, já tinham os discursos dos conferencistas publicados na íntegra, eram textos que anunciavam sempre o futuro progressista. Na prática, temos notícias de reuniões, ementas dos congressos e seminários, enfim, uma movimentação para realizar os planos mirabolantes de “saneamento do sertão”.

Essas articulações publicadas nos vários jornais tinham, no jornal *Estado de Minas Gerais*, um cuidado maior. Encontrei um texto que foi apresentado no 2º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, escrita por Lourenço Baeta Neves, E. M. C., representante da Escola de Engenharia de Bello Horizonte<sup>179</sup>. O texto foi dividido em três partes, e publicado nos jornais dos dias 06, 09, 10 e 11 de novembro de 1919.

---

<sup>178</sup>GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 114 p.

<sup>179</sup> *Minas Gerais*, 06 de novembro de 1919, p. 2.

No trecho que se segue, há a defesa incondicional ao projeto das Estradas como salvadora do interior:

Facilitando o viver, valorizando as terras do interior, dando seguro escoamento aos productores agrícolas, reduzindo, em tempo; o afastamento dos campos, reanimando o habitante das fazendas, a vossa obra meritória deve ter os applausos de todos os brasileiros<sup>180</sup> (MINAS GERAIS, 06 de Novembro de 1919, p. 2).

No olhar do engenheiro, a construção das estradas seria também a salvação dos moradores, mais do que qualquer outro elemento:

Teremos que vencer as difficuldades oppostas pela topografia altimetrica do nosso sólo e as grandes distancias, intercalladas de terras pobres, separando disseminada população, em zonas afastadas das linhas férreas de penetração, existentes ou projectadas (MINAS GERAIS, 06 de Novembro de 1919, p. 2).

A dobradinha estado/indústria que estava no auge, até então, foi também mencionada pelo engenheiro, que tecia uma narrativa apontando “hoje, não temos nada, amanhã poderemos ter muito com as estradas de rodagem e de ferro” (MINAS GERAIS, 1919, p. 2). No periódico seguinte, foi publicado o segundo trecho do relatório:

Dentre as primeiras estradas de rodagem, que se construíram em Minas, Província e Estado, destaca-se pela perfeição de suas obras, a conhecida “União e Industria”, devida ao gênio emprehendedor do grande e inexquecível mineiro. Mariano Procópio Ferreira Lage (Ibid., 09 de Novembro de 1919, p. 3).

Isso impunha mudanças na geografia, pois as terras de Minas são compostas de montanhas, vales, rios, enfim, uma topografia irregular, que tornavam as construções dispendiosas, mas ainda assim necessárias. Portanto, para conseguir tal empreendimento, seria necessário unir todos os segmentos sociais. O engenheiro responsável apresentou os dois pilares da construção: a união do Estado e a Empresa Particular. O projeto estipulava que a construção das estradas deveria ser assumida, primeiro pelo governo e segundo por particulares ou empresa. Quando pelo estado, os estudos e construções deveriam ser feitos com benefícios do governo, no segundo caso,

---

<sup>180</sup> Minas Gerais, 06 de novembro de 1919, p. 2.

os estudos e construções seriam feitos com benefícios de particulares<sup>181</sup>. Na edição dos dias 10 e 11 de novembro segue o terceiro trecho: “Melhoramentos sugeridos por Dr. Antonio Guimarães: modificações no traçado (reduzir curvas e regularizar alinhamentos), escoamento de águas, compressão da superfície” (MINAS GERAIS, 10 e 11 de Novembro de 1919, p. 2). Em nenhum momento a reportagem faz comentários sobre o valor desses trabalhos, de onde viria a verba, ou apresentava o orçamento necessário para a execução, o que havia eram três longos textos com técnicas de como fazer e quais os benefícios proporcionariam. A população das regiões que seriam afetadas pelas modificações também não é mencionada e não há registros de como suas práticas cotidianas seriam alteradas.

Assim, percebo que para a imprensa, principalmente a belo-horizontina, sanear e pavimentar o sertão era responsabilidade de todos, do Estado e de empresas privadas. Dessa forma, conseguiriam “modernizar” espaços e práticas.

As estradas se tornaram um dos principais temas no debate sobre sertão e cidade. Interligando Minas, de norte a sul e de leste a oeste, consolidariam o projeto de modernidade. Se a estrada de rodagem era necessária, a estrada de ferro, naquele momento, era essencial.

No final do século XIX, início do século XX, a explosão de ideias em explorar a fauna e flora do país, numa perspectiva tecnológica, foi responsável por um deslocamento de análise. A ideia imperial de mão-de-obra escrava já não existia mais, porém ainda não era aceita com naturalidade pela sociedade para a exploração de trabalho agrário e técnica. Tal pensamento comunga com o projeto de união do território, ou seja, a união do vasto território e a técnica salvariam os espaços “atrasados”, o passado e o futuro se estabeleceriam por meio de práticas modernas. Esses pensamentos foram perfeitos para se refletir “a natureza no tempo da técnica”<sup>182</sup>, a exploração do sertão pelas técnicas de plantio e, principalmente, contando com as estradas de rodagem e a linha férrea para estabelecer comunicação com outras regiões do país. A supremacia das estradas de ferro no Brasil percorreu toda Primeira República; tornou-se sinônimo de progresso e anunciadora das novidades que chegariam às cidades e vilarejos por onde a “*serpente emplumada de fumaça*” (ARRUDA, 2000, p. 107) passasse. Assim, tanto as práticas mudavam, como a região

---

<sup>181</sup> Minas Gerais, 10 e 11 de novembro de 1919, p. 2.

<sup>182</sup> Neste sentido Vide: ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a história e a memória. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 63.

ganhava nova configuração geopolítica. Para Gilmar Arruda (2000), o interior de São Paulo ganhou nova delimitação com a construção das ferrovias “Alta Paulista, Sorocabana, Arraraquiareense, Mogiana, etc.” (Ibid., p.110). Esses “novos pontos” estavam ligados a projetos maiores, à ideia de um “*Estado-Nação Moderno*”; para a historiografia<sup>183</sup>. O projeto e os esforços do governo federal da Primeira República indicam a ampliação da força do Estado para regiões distantes, em que, na maioria das vezes, o Estado não se fazia presente.

Para os moradores do Norte de Minas, os problemas que viviam se devia a uma defasagem causada pela falta de escola e de comunicação com outras regiões. Na edição de 3 de agosto de 1916, as páginas do *Montes Claros* dão o primeiro indício da associação sertão, atraso e falta de comunicação com outras regiões. Na primeira página, temos uma longa reportagem, cujo título é “*Um ponto de partida – precisamos de dois elementos apenas*” e, no decorrer do texto, toda uma explicação da relação entre a falta da estrada de ferro, com um forte apelo em favor da melhoria da agricultura e da pecuária, caso fosse instalada a linha férrea nessa região. Nesses discursos não havia pré-disposição dos moradores e líderes administrativos do lugar, pois a solicitação era destinada ao governo federal, no entanto, percebe-se um interesse por parte do escritor do texto em contribuir com a construção, uma vez que esse se apresentava assinado no plural:

**A instrução e a ferrovia! Não precisamos de mais nada.**

Que os governos nos dêem, pois, a instrução amolamente difundida e criteriosamente dirigida e algumas centenas de caminho à locomotiva, e o mais deixem por nossa conta.... (p.1).

O governo, pelo menos nos jornais lidos, não apresentou nenhum interesse, nem condições de iniciar a construção do Ramal de Montes Claros. Ao contrário, na edição de 21 de setembro de 1916, há uma reportagem que consta a ementa proposta por Honorato Alves ao Congresso Federal visando à construção do Ramal com financiamento privado. Sendo que esse Ramal seria contemplado com cinco favores, entre eles o “direito de desapropriação por utilidade pública dos terrenos necessários à

---

<sup>183</sup> Nesse sentido, vide: MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. São Paulo: EDUC, 1998. ; ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru, SP: EDUSC, 2000 e LESSA, Simone Narcisio. **Trem de ferro o mito da modernidade no sertão**. In: BARBOSA, Carla Cristina (Org.). **Sertão: cultura e poder**. Montes Claros: UNIMONTES, 2007.

construção e tráfego da Estrada” (p.2), diante disso concluo que, por mais que a imprensa publicasse e promovesse campanhas, o governo não demonstrava interesse na construção do Ramal de Montes Claros. Tanto que a saída era contar com a ajuda e empenho de verbas privadas.

Nesse ínterim, o jornal de *Montes Claros* saiu à frente, informando sobre o impasse Estado/Ramal de Montes Claros com a publicação: “*rede de comunicação*”, nessa publicação há informações a respeito da tramitação no Congresso Nacional e sobre a verba de construção do Ramal de Bocaiúva a Montes Claros<sup>184</sup>. Tal fato aponta o quanto a imprensa se alinhava, quando convinha, pois o *Estado de Minas Gerais* falava em nome do governo do estado, além da questão da rede de informação, continuava a colocar o sertão como uma terra sem infraestrutura, sendo que, nesse contexto, só a linha férrea poderia acabar com esses problemas. Outro argumento favorável para que se investisse em favor das estradas férreas era a necessidade de escoar as produções. Porém, pela *Coluna do Lavrador*, percebo que a produção agrícola local ainda não era tão intensa, embora as técnicas e informações ali apresentadas pudessem contribuir para se chegar a essa produção – ou seja, à produção agrícola em escala comercial.

Essas reportagens, ao tratarem o Norte de Minas conforme as conveniências, para “pedir” a ferrovia, precisavam caracterizar a região como sertão e apresentar a ferrovia como um projeto de modernidade. Para superar a precariedade das picadas e estradas que existiam até então, procuravam induzir o governo a perceber, na expansão das linhas férreas pelo interior do Brasil, a chance de garantir a soberania e o controle administrativo do país<sup>185</sup>. Assim, solidificava-se o binômio Estrada de Ferro/Modernidade. Aqui percebo que o jornal, afirmando o sertão, e para superá-lo, necessitava da linha férrea. Além desse conflito de memória – sertão/modernidade – essas manchetes são figurativas e representam espaço propício para se fazer campanha política:

O nosso operoso representante ao Congresso Federal deputado Honorato Alves, tem enviado todos os esforços para conseguir a continuação dos serviços de construçãodo nosso ramal terreo e conforme noticiou o nº 63 desta folha empenhou-se como exm. Sr. Presidente da República, com o Ministro da Viação, Director da Estrada e relator da comissão do orçamento para dotação de verba

---

<sup>184</sup> *Montes Claros*, 30 de agosto de 1917. p. 1.

<sup>185</sup> LESSA, Simone. Trem de Ferro. O mito da modernidade no sertão. In: BARBOSA, Carla Cristina. **Sertão**: cultura e poder. Montes Claros: UNIMONTES. 2007, p. 13 a 43.

necessária à conclusão dos serviços da estrada até Bocaiúva [...] (MONTES CLAROS, 13 de Setembro de 1917, p. 1).

Esse fato foi perfeito para desencadear conflitos entre os deputados federais que representavam Montes Claros. A propósito, tramitava no Congresso Nacional uma emenda assinada pelo deputado Camillo Prates que sugeria a construção do Ramal de Bocaiúva até Tremendal, sendo que Honorato Alves, pelas reportagens publicadas no *Montes Claros*<sup>186</sup>, afirmava que o projeto de Camillo Prates não era viável, mas o dele sim. Contudo, como a imprensa já sobrevivia pelas redes de comunicação, logo o jornal da cidade de Teófilo Otoni<sup>187</sup>, denominado o *Mucury*, publicou seu apoio ao projeto de Camillo Prates, que naturalmente seria contemplado<sup>188</sup>.

O jornal *Montes Claros*, nesse contexto, tratou de defender o seu político mor e mencionar o quanto Honorato Alves era fiel aos interesses regionais do Norte de Minas, chegando a chamar de *Coronel*, em nota, o Dr. Camillo Prates. Além de se pronunciar em favor de Honorato Alves. O *Montes Claros* também passou a “apresentar” outro deputado que estava “lutando” pela causa do Ramal de Montes Claros. Era o deputado Paulo Frontin, a quem foi endereçado três telegramas vindos de Montes Claros, publicados na edição do *Montes Claros* em 16 de dezembro de 1917, um com agradecimentos do próprio Honorato Alves, outro em nome do povo de Montes Claros, e um terceiro endereçado ao senador Ruy Barbosa.

Nesse constante ir e vir, observo que a campanha, na imprensa, para a construção do Ramal de Montes Claros aos poucos se tornou questão pessoal para os representantes políticos da região. Além de a ferrovia ser associada ao projeto de modernidade, outros problemas do Norte de Minas eram associados à falta da ferrovia: educação, saneamento básico e doenças. Entre o jornal mencionado e a edição de 20 de julho<sup>189</sup>, foi publicada uma matéria intitulada “*A Estrada de Ferro e o Sertão*”, a qual apresentava os problemas de doenças do sertão:

Desde já, porém, lembramos que o único meio conducente e profícuo, e que por si só constitui um magnífico elemento destruidor das endemias, é a construção de estradas de ferro.

---

<sup>186</sup> Criaram o perfil do bom político, publicando em 4 de novembro de 1917.

<sup>187</sup> Localizada há aproximadamente 720 km de Montes Claros.

<sup>188</sup> *Montes Claros*, 11 de novembro de 1917, p. 2.

<sup>189</sup> A distância entre as datas (de seis meses) é uma lacuna no arquivo.

Essa via leva e introduz nas populações sertanejas novos elementos de vida, espanta e afugenta a coorte dos hematozoários, dos treponemas e dos barbeiros (s/d, s/p).

As verminoses e a doença de Chagas<sup>190</sup> eram, naquele momento, motivo de inúmeras mortes e mazelas no Norte de Minas. A associação dessas doenças ao isolamento era um apelo mais que justificável para pedir a estrada de ferro. Toda essa movimentação na imprensa só se justificava em função do comportamento de líderes políticos locais para se tornarem os “pais” da ideia ou aquele que conseguiria a proeza de trazer o ramal.

Tanto o jornal *Montes Claros* quanto a *Gazeta do Norte* publicavam de forma maçante a campanha. Mas foi o *Gazeta do Norte* que noticiou a vinda dos trabalhos da linha férrea. E foi também o *Gazeta* quem primeiro agradeceu tal “conquista” em nome do povo de Montes Claros: “Ao exmo. sr. Dr. Afrânio enviamos desde já os nossos agradecimentos em nome de toda a população desta vasta zona do norte” (14 de Dezembro de 1918, p. 1), sempre publicado em nome da população de Montes Claros, fortalecendo a ideia de imprensa como porta-voz dessa.

É interessante notar que o próprio *Gazeta*, após ter se desentendido com o proprietário do jornal *Montes Claros*, publicou uma matéria que salientava o bom trabalho e o comportamento da população da cidade sobre a construção do ramal:

Até o estabelecimento do escritório que executaria os trabalhos da instalação, “A estrada de ferro vem mesmo – no sabbado ultimo havia grande ajuntamento na Praça dr. Carlos, onde diziam, ia ser batida a primeira estaca da estação do ramal da Estrada de Ferro Central do Brazil” (31 de Agosto de 1918, p.1).

A edificação do Ramal de Montes Claros era algo tão desejado que a notícia da interrupção da construção da estrada para Curalinhos foi entendida como se essa fosse ser transferida para Montes Claros, o que gerou grande satisfação ao ponto de publicarem no *Montes Claros*: “no dia em que trilhar aqui o apito da locomotiva Montes Claros ressurgirá tornando-se em pouco, podemos assegurar, a primeira cidade do Norte de Estado” (MONTES CLAROS, 21 de Dezembro de 1918, p. 1), sugerindo que, com

---

<sup>190</sup> Descoberta em 1919, na cidade de Lassance – Norte de Minas, por Carlos Chagas, foi recentemente associada à chegada da ferrovia à região, por uma série de reportagens “comemorativas do centenário da descoberta da doença”, pelo jornal MGTV (Rede Intertvê – Sucursal da Rede Globo de Televisão - em Montes Claros), no mês de abril de 2009.

essa construção, o Norte de Minas despontaria no cenário estadual e quem sabe nacional.

#### A ESTRADA DE FERRO

### Proseguimento do Ramal Curralinho--Montes Claros

**A ação do nosso representante  
dr. Honorato Alves, em  
torno do assumpto**

Por uma carta, datada de 19 do passado mez e dirigida pelo sr. Deputado dr. Honorato Alves, nosso illustre e devotado representante, na Camara Federal, meu digno irmão, o exm. sr. João Alves, dedicado e operoso representante da Camara Municipal da cidade, tivemos a auspiciosa noticia, que aqui agradavelmente registramos, da possibilidade ou quasi certeza de serem atacados, de novo, os serviços de construção da Estrada de Ferro — Curralinho a Montes Claros — no trecho comprehendido entre Buenopolis e Bocayuva.

Por essa alludida carta, que gentilmente nos foi apresentada, verifica-se que o exm. sr. Deputado Honorato Alves tem empregado actividade, todos os esforços possiveis para conseguir a continuação das obras de construção do nosso ramal e que nutre mesmo toda esperanza de obter o andamento do serviço.

de beneficios desta ordem, que consultam directamente os interesses communs e vitaes dos habitantes desta vasta região Norte Mineira, que têm vivido eternamente condemnados a um verdadeiro supplicio de Tantalos: precipitados no meio de um mar immenso de riquezas variadissimas, conhecendo o modo de utilizal-as, a necessidade urgente de aproveitall-as, como meio immediato de saciar a sede que sentem pelo progresso e desenvolvimento desta parte esquecida e importantissima da commu.nhão social e, entretanto, sentenciados a morrer de inanición, sem recurso de se salvar dessa tão critica situação, unicamente por lhes faltar o meio de transporte, a estrada de ferro, que é o escoadouro por onde poderiam chegar aos grandes centros consumidores as grandes produções, de que é capaz toda esta zona.

ção das obras de construção do nosso ramal e que nutre mesmo toda esperanza de obter o andamento do serviço.

Nesse sentido, já havia S. Exc. conferenciado com o exm. sr. Presidente da Republica, com o exm. sr. Ministro da Viação e com o reator do orçamento, verificando estarem todos animados da melhor boa vontade, sendo certo que o sr. Presidente, a seu pedido, já havia dado as necessarias ordens ao Director da Estrada de Ferro Central, para se fazer um orçamento geral das obras feitas e das que serão ainda precisas para se levar a estrada até Bocayuva.

Assim, pois, pensa o exm. dr. Honorato Alves, com bons fundamentos, poder obter a consignação do orçamento de verba ou de autorisação ao governo para o proseguimento das referidas obras.

Conhecedores, como somos, do seu modo de pensar e de agir, modesto e completamente inimigo de noticias espalhafatosas, dando sempre como possivel e provavel o quillo que muitas vezes constitue uma realidade, podemos considerar, como consummado, o inilamento, em breves dias, do serviço do nosso ramal ferreo, ordenado pelo patriotico governo do nosso distincto e illustrado compatriota o exm. sr. dr. Wenceslau Braz, que tem dado as mais inequivocas provas do seu alto tino administrativo e do seu entranchado amor, especialmente por este Estado, que tem a gloria de ser o seu berço.

Será isso mais um dos muitos relevantes serviços prestados a esta zona pelo ex n. sr. Deputa-

to por onde poderiam chegar aos grandes centros consumidores as grandes produções, de que é capaz toda esta zona.

E' disso, exclusivamente disso que precisamos: — a construção do nosso ramal ferreo; e o mais nos virá, depois, como uma consequencia forçada.

Que se transforme, pois, em realidade, esse ideal, que constitue a nossa mais ardente, mais elevada, mais justa e razoavel aspiração.

Figura 8 – Prosseguimento do ramal Curralinho-Montes Claros. O Montes Claros, 9 de agosto de 1917, p 1.

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

Para o *Gazeta do Norte*, a campanha em favor da estrada de ferro já começou ousada. A primeira reportagem da série, a que tive acesso, inicia comentando o “prolongamento da Central do Brasil até Belém do Pará” (8 de Fevereiro de 1919, p. 3). De acordo com essa notícia, a ideia é que o Vale do Rio São Francisco seria o melhor caminho para construir o prolongamento do Ramal. A reportagem salienta, ainda, os trajetos que seriam mais adequados e apresenta três bons motivos para que isso ocorresse: “1º entroncamento por estradas, 2º passar a estrada pelas zonas mais férteis do Estado e 3º barateamento da construção” (Ibid., loc. cit.), ou seja, o Vale do Rio São Francisco também seria um bom lugar para se investir no progresso.

De fato, posso concluir, a partir dos estudos feitos, até o momento, que existia um impasse, por parte dos memorialistas e jornalistas em relação à dicotomia sertão *versus* cidade, o que é confirmado perante o posicionamento dos historiadores aqui mencionados. Continuando em defesa do problema apresentado na tese, passarei a análise de como a imprensa denunciava a diferença existente entre o Norte e o Sul. Isso é claramente, percebido nas publicações que mostravam as deficiências dos correios, a precariedade de estrutura e atendimentos feitos na Santa Casa de Misericórdia e o flagelo sofrido pela região quando da epidemia da gripe espanhola. Uma nota, datada de 26 de janeiro, publica uma interpretação de como seria importante para Montes Claros o projeto de unir o sul do país ao norte, através da construção do Ramal de Montes Claros:

#### **Relação estrada seca**

Carta aberta – Aos exmos. Snrs. Presidente da Republica, ministro da viação e director da central.

Dos problemas a se resolver sobre a vida do Brazil, nenhum deve prender mais a atenção do governo da Republica, do que seja o da

secas periódicas do nordeste brasileiro, onde de tempos a tempos centenas de nossos irmãos, pagam com suas vidas e seus haveres o tributo da crise metereológica. [...]

Na nossa humilde, porém sincera opinião, a solução primeira do problema, será ligar por estradas de ferro, aquelle pedaço do Brazil, aos outros estados que não correm o perigo das secas periódicas.

Os estados centrais e do sul do paiz, devem ser de preferênciã ligados ao nordeste, pois nelles poderão os filhos daquella zona flagellada, encontrar relativo conforto, quando a secca, a fome e a crise apparecer.

A Central do Brazil e outras estradas de trafego mutuo, já ligaram o ramal de Montes Claros a todos os estados do centro e do sul do paiz.

Por outro lado, a rede bahiana já está ligada a quase todo nordeste falgellado pelas seccas, por tanto a ligação do ramal de Montes Claros a rede bahiana resolve o problema, pondo em contacto o nordeste com o centro e sul do paiz. [...]

Além de tudo é um trecho de construcção estratégica pois, uma vez em trafego, a capital da República com rapidez poderá attender a qualquer invasão ou revolução no Nordeste do paiz, mandando para alli elementos de ordem.

Por todos estas razões estamos convencidos de que o sr. Dr. Epitácio Pessoa que melhor do que nós conhece os horrores da secca da sua terra natal, o dr. Pires do rio que tem dedicado os mais ingentes esforço na solução d'aquelle problema e o dr. Assis Ribeiro que perfeitamente conhece as vantagens da cosntrução desse trecho de estrada, meditação e terão prompta solução ao problema.

Confiados no patriotismo dos nossos dirigentes, tomamos a ousadia de lembrar por esta carta, tão magno assempito a ser resolvido.

Pobre Norte! (GAZETA DO NORTE, s/d., s/p.).

Pelo texto, percebo que o discurso era afirmar a posição estratégica de Montes Claros, e assim mostrar a importância dessa cidade para a comunicação do país e, nesse caso, resolver os problemas sociais. Se as doenças e a educação já haviam sido associadas, agora eram as secas que seriam usadas como trunfo para a construção da linha férrea. O revide maior viria na mesma edição, em outra matéria, intitulada “Pobre Norte”, cujo autor assinou seu trabalho como “Zé da Galeria”. O autor da publicação narra sua viagem para Belo Horizonte, onde presenciou a instalação da bitola larga do Ramal de Montes claros e, em viagem para o norte do Estado foi observando, ao longo da estrada, a situação da construção, comentava a morosidade dos trabalhos e até afirmava: “Muita gente diz e eu não contesto: ‘o Estado de Minas é Bello Horizonte’. Cá este extremo norte forma um outro Estado. É o Estado da Jahiba, pobre, desconhecido, abandonado e rotineiro [...]” (GAZETA DO NORTE, s/d). Nesse dizer, quando o repórter afirma Belo Horizonte como sendo o Estado de Minas, o faz com o propósito de reafirmar a ausência dos trabalhos pelo interior e o quanto a região central

era beneficiada por investimentos e obras. Para o redator a denominação Estado da Jahiba faz alusão ao início da colonização do Norte de Minas, quando a fazenda Jahiba foi fundada e, anos depois, surgiu nas suas demarcações a cidade de Janaúba, atualmente uma das maiores cidades do Norte do Estado de Minas Gerais.

Para o jornalista, essa morosidade tinha um motivo – poderia ser atribuída aos representantes políticos locais, que segundo o redator,

Na sua maioria são coronéis effectivos os honorários, feitos por aclamações dos amigos, vivem sempre envolvidos na ensidiosa teia de nefandas politicagem de intriguinhas baixas. Têm suas prerogativas e atribuições bem definidas no código political. [...] (GAZETA DO NORTE, s/d).

Assim, o norte do Estado ou “Estado da Jahiba”, como afirmado, ficou à mercê de interesses privados, sendo falseado na administração pública, por prática de coronéis. O interessante é que, na mesma edição, porém em outra página, há uma chamada que foi publicada nas demais edições – a partir dessa – procurando funcionários para trabalharem no Ramal:

#### **Construção do Ramal de Montes Claros – Alfredo Dolabella Portella**

Precisa de carpinteiros, pedreiros, trabalhadores, carros e carroções, ordenados de pedreiro e carpinteiro de 5\$500 a 6\$500, de trabalhadores, de 3\$500 a 4\$500, carros e carroções, serviços por viagens, de 12\$000 a 18\$000 diários.  
Informações com o dr. Marciano Alves Mauricio em Montes Claros. (GAZETA DO NORTE, s/d., s/p.).

Esse anúncio e a persistência de sua publicação em outros números do jornal, evidenciava que as vagas não foram preenchidas imediatamente. Isso porque a mão de obra disponível na região não contemplava a demanda, uma vez que a ocupação que absorvia a maioria dos trabalhadores era a agricultura e o pastoreio. Ou seja, quando os planos de construção do Ramal entraram em ação, o Norte de Minas não estava preparado para tal.

Para tanto, como já afirmado, a imprensa considerava que a ferrovia resolveria todos os problemas do Norte de Minas. Os empecilhos para que isso acontecesse não interessavam, mas, o que realmente importava era quem conseguiria tal feito, se seria o grupo camilista ou o grupo honoratista. E, como dito anteriormente, não só a ferrovia, mas a agilidade das comunicações também justificavam os planos de

modernidade. Os correios foram, no período estudado, sinônimo da angústia em que viviam os moradores da região setentrional do Estado de Minas Gerais.

Encontrei, no período de 1916 a 1920, várias reportagens que retratavam o antagonismo da região. O fato de existir uma Agência de Correios na cidade de Montes Claros, e de essa encaminhar as correspondências para outras cidades<sup>191</sup> do Norte de Minas, não era garantia de comunicação eficiente. Segundo os periódicos, as correspondências chegavam da capital a cada três dias, porém com a transferência do percurso de Palma<sup>192</sup> para Bocaiúva, e a falta de pagamento dos tropeiros que transportavam as malas com as correspondências, essas não estavam chegando corretamente à região<sup>193</sup>. Dessa forma, no mês de junho de 1917, foi frequente, no jornal *Montes Claros*, a indignação dos jornalistas, moradores e comerciantes quanto ao atraso na entrega das correspondências:

Muitas são as reclamações que nos são constantemente feitas a respeito: uns nos mostram cartas do Rio, e mesmo Bello Horizonte, com 20 ou 30 dias de demora; outros nos queixam que não recebem o “Minas Gerais” e que as folhas cariocas quando chegam aqui as suas notícias já estão velhas e sem oportunidade, negociantes recebem cargas ( que quase sempre gastam 40 dias) antes da respectivas facturas, alguém deixa de assumir um cargo publico e de nomeação por aqui chegar fora do prazo o competente titulo, e assim por diante – um infinito rosário de anomalias e desencontros (MONTES CLAROS, 14 de junho de 1917, p.1).

Essas reclamações dão indícios do quanto a cidade de Montes Claros, no ano de 1917, dependia de um sistema de comunicação e transporte eficientes, pois o cotidiano da cidade, o comércio e a população necessitavam de uma instituição que atendesse às necessidades do “progresso”. Todavia, as reclamações não ficavam somente para o uso prático da Agência dos Correios, pois, na semana seguinte da reportagem, salientada anteriormente, também na primeira página, foi publicada outra matéria, cujo título era: “Ainda como o correio – o comércio está enormemente prejudicado” (MONTES CLAROS, 28 de Junho de 1917, p. 1), que indicava os problemas que a instituição ou o precário atendimento desse órgão poderiam causar. Nesse caso, o discurso da República Positivista foi posto à frente da ineficiência do

---

<sup>191</sup> Bocaiúva, Januária, Grão-Mogol e outras.

<sup>192</sup> Cidade atualmente conhecida como Várzea da Palma. Para resolver as questões mau resolvidas, o jornal, de 1916, achou que o *Minas Gerais* publicou o esforço do deputado Honorato Alves para a transferência da rota de correio de Várzea da Palma para Buenópolis.

<sup>193</sup> *Montes Claros*, 21 de junho de 1917, 1ª página.

serviço de postagem, o “civismo” apareceu como ameaçado e o “povo”, desprestigiado e abandonado:

Esta é a norma de governo em nosso paiz, esta é a norma de conducta dos responsáveis pelas repartições a seu cargo. Todas para si, para as suas posições, para o seu bem estar. Ninguém pelo povo, ninguém pela collectividade “marchante”!

Os elementos estão divididos dentro da pátria e entrechocando-se numa luta sem proveito e sem resultados. E este estado de cousas proveito e sem resultados. E este estado de cousas há de nos levar a um fim bem triste – o desaparecimento completo do civismo (MONTES CLAROS, 21 de Junho de 1917, p. 1).

Assim, as páginas do jornal *Montes Claros* formavam ou construíam uma memória em defesa da pátria (civismo), unida ao sentimento do povo e às necessidades dos sujeitos sociais que foram prejudicados por esse serviço e que ainda se tornaram vítimas de outros periódicos que também denunciavam a falta de competência dos correios:

De todos os pontos da vasta zona do norte nos chegam reclamações, e os jornais de cada localidade que os possui, vêem pejados de artigos e notas a respeito. E alguns até, como “A Penna” de Januária, commettem a injustiça de nos atribuir a nos as suas desgraças de não receberem correspondência ou receberem – n’á truncadas, como si não fossemos também victimas de tão lamentável balburdia (MONTES CLAROS, 28 de Junho de 1917, p.1).

Assim, a rede de comunicação entre jornais ficava fragilizada, pois essa mesma rede era utilizada para almejar melhorias e fazer denúncias. Como no trecho citado, se um jornal publicava uma manchete como essa, difamando uma cidade e seus jornais locais, logo era “quebrada” a rede, a força de expressão e a capacidade de resolver problemas por parte da imprensa ficava comprometida. Afinal, a ideia era uniformizar os discursos e fortalecer a imprensa enquanto linguagem e não o contrário.

Para que a República existisse era necessário que algumas instituições existissem e funcionassem bem. Pelos jornais lidos e para alguns historiadores como José Murilo de Carvalho (1999), a República era a superação de práticas e posições morais imperiais, e alguns profissionais liberais, dentre eles os jornalistas, eram ferrenhos militantes na luta pela moralização de instituições que colocassem em prática

a República<sup>194</sup>, com isso percebo o porquê das várias matérias publicadas sobre os Correios e as péssimas condições de funcionamento desse no Norte de Minas.

O jornal *Montes Claros*, nessa campanha em favor da Agência dos Correios de Montes Claros, foi incansável; tanto que, no mês seguinte (julho de 1917), as publicações sobre o tema se intensificaram ao ponto de ser divulgado, no dia 12 de julho de 1917, em uma única reportagem, dois telegramas, o primeiro vindo de Diamantina, assinado pelo sub-administrador Regional – Álvaro da Matta Machado, declarando que, ao saber da situação em que se encontrava a Agência de Montes Claros, procurou solução para o problema, mas infelizmente a falta de recursos financeiros inviabilizava tais medidas. Na sequência, a reportagem apresentava cálculos e justificativas do jornalista, provando que a Agência de Montes Claros era rentável. E, indignado, continuava à espera de resposta plausível. Mas, apesar da indignação, o jornalista relatava uma ponta de esperança, e publicava o telegrama recebido de Delfim Moreira<sup>195</sup>:

Espero o Administrador que o referido serviço continue a ser feito logo com toda a regularidade [...].

Sem outro assumpto e às ordens, subscrevo-me com apreço”.

Patr. e adm.

Delfim Moreira (MONTES CLAROS, 28 de Junho de 1917, p. 1).

A interferência de Delfim Moreira parece ter sido positiva, pois no exemplar da semana seguinte, encontrei nota sobre os correios:

Por acto do sr, Administrador de Correios de Minas, acaba de ser nomeada para o cargo de ajudante da nossa agencia postal, a ex. senhor Antônio Velloso dos Anjos.

São as nossas reclamações, alias justas, que estão sendo attendidas, pelo que se torna credor do nosso aplauso e do nosso agradecimento, o sr. Candido Valle Junior, digno Administrador dos Correios (Ibid., loc. cit).

Essa sensação de problema resolvido durou pouco, pois nos exemplares seguintes as lamúrias referentes à ineficiência dos correios continuaram. No exemplar do dia 16 de agosto foram publicadas reclamações dos correios das cidades de

---

<sup>194</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas – o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 25 e 26 p.

<sup>195</sup> Advogado, presidente do Brasil de 15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919. Foi deputado e Secretário do Interior de Minas Gerais em 1902.

Buenópolis, Villa Brasília, Inconfidência e São Francisco<sup>196</sup> e, no dia 18 de novembro de 1917<sup>197</sup>, foi publicada a denúncia de que o funcionário responsável por receber as correspondências em Buenópolis teria abandonado o emprego, o que aumentou a revolta dos jornalistas do jornal *Montes Claros*, que fizeram uma descrição das péssimas condições de trabalho do agente naquela cidade, atribuindo o fato à falta de prestígio da Região Norte: “Qual! O Norte ainda mostrou o seu valor real! Não quis ainda pesar, como lhe cabe, na balança política [...]” (MONTES CLAROS, 18 de Novembro de 1917, p. 1).

A ânsia em resolver o problema, ou os problemas, de comunicação do Norte de Minas foi tamanha que, nas duas semanas seguintes os jornalistas do *Montes Claros* transcreveram e publicaram as receitas e as despesas da Agência dos Correios na cidade de Montes Claros. E ainda, em uma edição sem data<sup>198</sup>, há uma longa reportagem que relata os transtornos causados pelo fato de não existir uma “ligação” dos Correios do Brejo das Almas<sup>199</sup> à Grão Mogol<sup>200</sup>, o que gerava problemas, pois as correspondências retornavam de Montes Claros para Buenópolis e, de lá, para Diamantina e somente depois para Grão Mogol, Salinas, Fortaleza<sup>201</sup>, Rio Pardo e Tremendal.

Nos exemplares que se seguem, sempre que os correios eram mencionados, a referência é pejorativa. No dia 25 de novembro de 1917, a referência é a “balburdia continua...”. A solução, ou pelo menos a tentativa de solução, veio a ser publicada no dia 17 de junho de 1919, ou seja, mais de um ano depois da intensa campanha feita pelo jornal *Montes Claros*. Dessa vez, a campanha estava no jornal *Gazeta do Norte*, que publicou o edital de concurso para *pratinantes de telegráfo*<sup>202</sup>; a vaga era para a cidade de Diamantina, o que não resolvia o problema de Grão Mogol, mas já indicava que as autoridades estavam se mobilizando.

Na edição de 5 de julho de 1919 – edição especial, que comemorava o 1º ano de circulação do jornal *Gazeta do Norte* – em meio a várias reportagens, há uma notícia

---

<sup>196</sup> *Montes Claros*, 16 de agosto de 1917. p. 2

<sup>197</sup> *Montes Claros*, 18 de novembro de 1917. p.1

<sup>198</sup> A data do jornal não está visível no acervo do DPDOR/ UNIMONTES.

<sup>199</sup> Atualmente Francisco Sá.

<sup>200</sup> Segundo a reportagem, seriam apenas “13 léguas – 78 Kilômetros” de distância entre o Brejo das Almas e Grão Mogol. E o administrador Estadual enviou um telegrama ao redator informando que os correios não dispunham da verba necessária para efetuar tal ligação, o que foi ridicularizado pelo redator: “com o custeio da linha ligando [...] num percurso de 13 léguas, a Administração dos Correios, teria de dispensar **apenas** a pequena quantia de 600\$000 annuaes” (grifo nosso). Nesse sentido, vide: *Montes Claros*, sem data.

<sup>201</sup> Atualmente Pedra Azul.

<sup>202</sup> Funcionários.

em tom festivo. Trata-se da criação, na cidade de São Paulo, de uma agência telegráfica especializada em receber notícias do interior do Brasil:

A imprensa em organização prestará muit(?) tumaveis serviços às publicações (?) sertão, pois a sua que se (?) sua frente, (?) sobe (?) vida jornalista interior e as dificuldades (?) desorganizadas, deixou as nações que nella mais fortemente se empenharam ( p. 2).

Segundo o jornalista que escreveu a matéria, a criação dessa agência era o que faltava para fazer o “sertão falar”, indicando que o interior se comunicaria com os grandes centros. Tal fato foi tão significativo que, na edição de 16 de agosto de 1919 há o anúncio do pleno funcionamento do Serviço de Informação Telegráfica à imprensa do interior<sup>203</sup>.

Em 1920, os problemas continuavam, e agora, além das cartas, os telegramas apareciam prejudicados. Tanto que, em 7 de fevereiro de 1920 foi publicada esta nota:

Um outro serviço que precisa mais um pouco de cuidado é o da transmissão de telegramas.

Quasi todos os que recebemos de nossos correspondentes, aqui chegam truncados, a ponto de não poderem ser decifrados por ser impossível organizar-se ser lido para elles<sup>204</sup>. (GAZETA DO NORTE, p. 1).

Isso prejudicava também a imprensa, pois, naquele momento, Montes Claros estava “ligada” à Belo Horizonte, pela “rede” de comunicação, que fazia circular informações do interior para a capital, e da capital para o interior, sendo que nessa última continham-se também informações de outras capitais para a capital mineira e, conseqüentemente, para o interior. Assim, percebo que o bom funcionamento da Agência dos Correios na cidade de Montes Claros era a garantia de superação do isolamento.

As notícias veiculadas pela imprensa dão conta de que algumas cidades, e principalmente Montes Claros, chegaram ao início do século XX com práticas construídas da forma como foram possíveis até aquele momento. O que a imprensa fazia era disputar projetos que mudariam muito rápido o modo de vida. Mesmo que a população almejasse essas mudanças, as notas e as reivindicações da imprensa não se

---

<sup>203</sup> Gazeta do Norte, 16 de agosto de 1919. p. 3

<sup>204</sup> Gazeta do Norte, 7 de fevereiro de 1920. p. 1.

aproximavam do real, antes, se configuravam como ideias de melhorias e, claramente, como projetos de grupos políticos em disputa.

A mesma imprensa que disputava projetos mirabolantes de mudança, de igual modo, se apropriava da “propagação do bem” a fim de solidificar o convencimento da necessidade de “matar o sertão”.

No “sertão norte mineiro”, longe da capital do Estado – Belo Horizonte – e tendo em volta, ao norte, a Bahia e, a oeste, Goiás, não tinha como ter um bom atendimento de saúde. Tanto que as práticas de curandeiros e rezadores continuaram existindo. Contudo, essa região, ainda que de forma precária, já contava com a existência de uma Casa de Misericórdia.

Encontrei na edição de 15 de fevereiro de 1917 uma nota sobre a história e a função dessa instituição:

Fundado em 28 de setembro de 1872 e tendo como membros de sua primeira mesa – o cônego Antônio Gonçalves Chaves, provedor, Te. Cel. Justino de Andrade Câmara, vice-provedor; Cap. Francisco Durães Coutinho, secretário, major Manoel Luiz de Carvalho, tesoureiro; Torquato Maximo Orsini e Castro e Tenente Riserio Alves Passos, procuradores: João Baptista Correia Machado, João Martins do Rego, alferes Silvio Texeira de Carvalho, Francisco Barbosa de Oliveira, Capm. Vicente dos Santos Pereira e Manoel Carlos de Oliveira. Visitadores [...].

Dr. Honorato Alves entrou para a irmandade, uma nova phase de modificações e adaptações. Surgiu e beneficentemente impulsionou o estabelecimento na rota da evolução e do progresso. [...]

Quando todas as instituições de qualquer ordem lutam com dificuldades sérias e vêm-se em pé de uma bancarrota irremediável, e uma casa de caridade aqui neste recanto do sertão transpõe a salvo um anno tão criticamente financeiro como o de 1916 [...].

O Cel. Francisco Ribeiro, nem surto magnanismo de benemerência, offereceu ao Estabelecimento a iluminação gratuita do mesmo [...] (MONTES CLAROS, p. 1).

Em 1916, a Santa Casa de caridade ainda era motivo de “orgulho” para os montesclarences, tanto que existem várias propagandas da Santa Casa de Caridade. Essa instituição era socialmente e juridicamente aceita e respeitada. O jornal *Montes Claros* deu grande ênfase às reuniões e às deliberações dos provedores dessa instituição de saúde, assim como as prestações de conta do hospital que eram publicadas mensalmente para conhecimento da sociedade<sup>205</sup>. Não era difícil encontrar nas páginas do jornal *Montes Claros*, ao lado ou próximo às notícias vindas da Santa Casa de Misericórdia, as propagandas de médicos e remédios. No caso do elixir de Inhamé, foi frequente a

---

<sup>205</sup> *Montes Claros*, 25 de fevereiro de 1917, s/d.

publicação de propaganda desse depurativo próximo às informações sobre o hospital. Cumprindo a função da propaganda, tinha-se no jornal uma forma de divulgação de novas práticas de cura.

CURADO COM O  
**Elixir de Inhame**  
Engordou 4 kilos



Dolores Alves dos Santos — Espreira  
Minerva — BELLO HORIZONTE  
EMPREGADO NO COMMERCIO  
EM BELLO HORIZONTE DIZ:

Sofria eu uma erupção na pelle  
emmagrecimento e falta de apetito  
que muito me incomodava. Foi-  
me então dado a conhecer a exis-  
tencia do ELIXIR DE INHAME,  
do qual comprei um vidro e usei  
obtendo logo resultado satisfatorio  
e por isso continuei até usar o  
vidros.

Hoje tenho a pelle fina, minha  
cor é rosada, o apetite augmentou  
e peso 63 kilos quando antes de  
tomar o seu preparado só pesava 59.

Agora ja me sinto disposto para  
o trabalho e lembrei-me que tinha  
por dever communicar-lhe este  
facto tão apreciavel devido unica-  
mente ao ELIXIR DE INHAME.

Figura 9- Elixir de Inhame. O Gazeta do Norte 14 de dez de 1918.  
Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes  
Claros.

A Santa Casa não era a única instituição de caridade que existia naquela época, a Associação São Vicente de Paulo também atuava em Montes Claros e, em 1917, mais precisamente na edição de sete de outubro, o jornal *Montes Claros* publica uma grande matéria comentando a respeito da reunião da cúpula das duas instituições (Santa Casa de Misericórdia e Conferência São Vicente de Paulo), com a intenção de unirem forças para dividirem uma verba conseguida pelo Deputado Honorato Alves e

angariada junto ao Governo de Minas Gerais para os “pobres” do Norte de Minas. Esse tipo de matéria era ideal para fazer a memória do bom político e reafirmar a higienização da cidade, pois doentes e idosos agora teriam um lugar adequado.

No jornal *Gazeta do Norte*, também deparei com reportagens que falavam sobre doenças, hospitais e saneamento sanitário, o que coloca esses três assuntos como tripé do elemento modernidade. Afinal, uma região moderna precisa de saneamento sanitário e hospitais, ambos para acabarem com determinadas doenças.

Para efetivar esse tripé, no jornal *Gazeta do Norte* foi publicada a coluna Conselhos Médicos<sup>206</sup>: “A idéia é feliz e oportuna porque um jornal que se proponha a tratar de interesses do povo, não pode e nem deve se esquecer do que esse povo tem de mais precioso – a sua saúde” (GAZETA DO NORTE, 6 de Julho de 1918, p. 2). Essa nota inicia falando sobre a importância da imprensa mencionar, divulgar e dar dicas para a saúde do povo. Delimita-se, aí, um espaço de utilidade pública para a imprensa. A proposta me parece ser a de “ensinar” a população a tratar doenças com remédios e, assim, abandonarem as práticas de curandeirismos.

Foi com base na tese de Schleger, citado por Vital Brasil, que o jornal *Gazeta do Norte* publicou, na edição de 27 de julho de 1918, o tema “*mordidura de cobra*” (MONTES CLAROS, 20 de Junho de 1918, s/d), em que eram ensinadas técnicas sobre como se tratar e cuidar em caso de picada de cobra. A ideia era atingir diretamente os “*curadores*”, uma vez que esses ensinavam determinadas práticas que eram contrárias às ensinadas pela medicina. Assim, enquanto houvesse curadores, as teorias desses pesquisadores não fariam sentido, sendo, portanto, necessário acabar com “charlatães”: “Esses curadores são os menos perigosos, porque deixam ao doente a liberdade de lutar contra a intoxicação ophidica, e, não raro o organismo triumphs” (GAZETA DO NORTE, 17 de Agosto de 1918, p. 1).

A matéria continua explicando que existem tipos de cobra que são venenosas e tipos que não são. Mas o fato é que como a população não sabia distinguir, terminava usando um procedimento único nos dois casos: “Método de chupar no lugar picado [...]. Mas, infelizmente na prática não observa nenhum êxito curativo” (GAZETA DO NORTE, 31 de Agosto de 1918, p. 1). A matéria segue explicando a origem do soro fisiológico<sup>207</sup>, e os seus benefícios<sup>208</sup>. É interessante observar que esse texto foi

---

<sup>206</sup> Coluna que divulgava conselhos de higiene.

<sup>207</sup> Ibid., 14 de Setembro de 1918. p. 1.

<sup>208</sup> Ibid., 28 de Setembro de 1918. p. 1.

publicado em vários números do *Gazeta de Norte*. Além dessas matérias encontrei uma que julgo muito interessante, em 12 de outubro de 1918, há uma publicação intitulada “*Conferências médicas*”, a qual publica sobre uma conferência ocorrida na cidade de Montes Claros:

### **Conferência Médica**

A terceira conferencia que teve lugar domingo [...] conferencista dr. Antônio Texeira de Carvalho, veio provar que Montes Claros, é um meio onde apesar de todas as dificuldades existentes, as idéias são [...] contram sempre guarida e são acolhidas com verdadeiro entusiasmo.

Levantou-se no Brazil, graças a iniciativa de Belisario Penna e outros, a idéia de saneamento do paiz, os governos fizeram suas leis referentes ao assunto; discutiu-se pela imprensa a maior ou menor quantidade de flagellados, mas os nossos sertanejos continuam a manter a mímica.

Montes Claros por sua imprensa, tratou desse urgente e magno problema, e desde logo foram alvitados as conferências que se outro mérito não tiveram servirão para mostrar ao povo, que sofre, que alguém se lembrou de tratar da remoção dos males que o [...].

O conferencista discorreu sobre o mal dos nossos sertões, descreu a molestia [...] o ankylostomo [...] <sup>209</sup> (GAZETA DO NORTE, 12 de Outubro de 1918, p. 2).

Diferentemente das constantes matérias a respeito do abandono do Norte por parte do Estado, ou mesmo dos profissionais liberais, essa matéria vem informando o contrário, uma grande preocupação por parte da classe médica, e uma sequência de conferências sobre o assunto. É curioso que a matéria salienta, ao final, que a imprensa, na pior das hipóteses, demonstrava que “alguém” se preocupava com o povo. Ou seja, o caos era tamanho que só o fato de imaginar que alguém estava tentando melhorar suas vidas já era o suficiente.

A reportagem aponta que aquela já era a terceira conferência, duas já haviam sido publicadas, apesar de que não as encontrei. Percebo através das reportagens que as autoridades, ou pelo menos um grupo social, preocupava-se com as moléstias e se mobilizava em busca de melhorias. Outra questão aqui é a posição que a imprensa manteve no caso: o *Gazeta* tomou partido sobre a questão das moléstias. Falar sobre elas era desmistificar crenças já existentes e tentar substituir práticas populares por práticas científicas, além de salientar que “os nossos sertanejos”, ou seja, o povo/o

---

<sup>209</sup> A título de conhecimento, Belisário Penna foi um médico sanitarista brasileiro que combateu a febre amarela e a malária; participou do Movimento Tenentista e da “Revolução de 30”.

sertanejo não estava sozinho. A causa era de “todos/deste grupo”: se o povo não era capaz de sozinho sair da ignorância, a imprensa e os médicos os guiariam.

Após a citação dessa conferência, aparecem outras matérias com assuntos ligados a doenças e condições de vida, eram matérias sobre mordida de cobra, de insetos ou a influenza. Tudo e qualquer assunto de saúde interessou ao *Gazeta do Norte*, ao ponto de criarem colunas específicas sobre doenças e como saná-las. A coluna sobre a “‘Influenza’ - Gripe Espanhola”, que matou muitas pessoas na cidade e no restante do país, foi exaustivamente comentada. Foi tão preocupante que foi criada uma coluna no *Gazeta*, uma espécie de boletim, informando sobre a epidemia na cidade. A primeira reportagem sobre a doença comentava:

### **A Epidemia**

Quando Ella se manifestou no Rio, acharam os responsáveis pela Saúde pública que era uma forma de influenza comum e dahi a sua disseminação rápida por todo o paiz. Chegando a mortalidade, sem exagero, a cifra de perto de dez por cento.

Tome-se como exemplo, Belo Horizonte moderna, com soberbas, condições de hygiene e onde o governo, auxiliando pela iniciativa particular, tomou desde logo as mais efficazes providências. [...]

Raro é o lar em que Ella ainda não entrou e si bem que até agora não sejam numerosos [...].

Não queremos alarmar a população, mas não devemos deixar de chamar a atenção de nossos poucos todos os cuidados (26 de Novembro de 1918, p.1).

A matéria segue comentando sobre a distribuição de folhetos na região, os quais abordavam a doença e informavam que a câmara havia constituído um comitê chefiado pelo Doutor João Alves, pelo Major Honor Sarmento e pelo farmacêutico Ferreira d'Oliveira para prestar assistência medica aos doentes. A matéria se encerra comentando a respeito da postura do jornal *Montes Claros*, que publicou uma lista enviada às senhoras “distintas” da cidade de Montes Claros para se encarregarem de recolher donativos em socorro aos doentes da influenza. Esses procedimentos refletem um perfil de solidariedade na imprensa montesclarenses, mesmo que não fosse interessante para nenhum dos dois jornais fazerem propaganda para o jornal adversário. Porém, nesse caso, a melhor propaganda era a benevolência.

Foi noticiado, ainda, uma medida mais drástica para conter a gripe, a instalação de um hospital no prédio da Escola Normal Norte Mineira<sup>210</sup>, sob a direção do Major Honor Sarmiento e da religiosa irmã Rufina, tendo como médico o clínico Dr. João Alves. O que indica que o *Gazeta do Norte* não teve pudores ao publicar o papel relevante do médico e do político João Alves. Ainda que tivesse interesses políticos distintos do grupo liderado por Camillo Prates, o *Gazeta* publicou a liderança do doutor João Alves no socorro às vítimas da influenza. O que percebo é que houve toda uma movimentação na cidade para cuidar dos doentes e tentar deter a contaminação de alguns. A necessidade de divulgar a doença fez surgir, na coluna “*Epidemia*”, uma característica peculiar, uma espécie de estatística dos enfermos. Tratava-se de contabilizar a entrada e saída (por cura ou morte) dos doentes no hospital que fora instalado na Escola Normal.

O que para o professor César Henrique de Queiroz Porto (2002) foi uma construção de imagem pública, pois em sua dissertação defende a tese de que os irmãos Alves (João e Honorato) utilizaram da profissão de médicos para se tornarem “homens públicos comprometidos com sua comunidade”, ao ponto do Dr. João Alves, ficar popularmente conhecido como “o apóstolo da caridade sertaneja”<sup>211</sup>.

A cada edição, o jornal *Gazeta do Norte* noticiava mais números referente às mortes pela doença:

[...] sem exagero podemos asseverar que mais de dois terços da população de Montes Claros foi atacada pela influenza, elevando-se a 57 o número de obitos cujos enterramentos foram feitos no cemitério da cidade (14 de Dezembro de 1918, p. 1).

Em 21 de dezembro de 1918 foi publicada uma nota sobre a redução de infectados na Santa Casa de Misericórdia e no Hospital implantado na Escola Normal. A nota ainda advertia a importância do “Hospital da Escola Normal”, pois esse foi decisivo para não aumentar o número de infectados<sup>212</sup>. Na edição seguinte, foram publicados os nomes das pessoas que contribuíram para o bom funcionamento do

---

<sup>210</sup> Este hospital fora implantado no prédio da sede da Escola normal, pois a Santa Casa de Misericórdia não estava comportando o número de doentes. Assim, um grupo de moradores da cidade, composto de médicos, profissionais liberais e suas esposas, bem como por pessoas que doavam alimento e roupa, reuniram-se e propuseram tomar conta dos doentes, improvisando um hospital.

<sup>211</sup> Nesse sentido, vide: PORTO, César Henrique de Queiroz. **Paternalismo, poder privado e violência:** o campo político norte-mineiro durante a Primeira República. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. 109 p.

<sup>212</sup> *Gazeta do Norte*, 21 de dezembro de 1918. p. 4.

‘Hospital da Escola Normal’ – sendo que as ajudas foram em forma de doação de remédios, roupas de cama, comida e trabalho voluntário (no caso de enfermeiros, médicos e farmacêuticos)<sup>213</sup>. Após o fim, ou pelo menos a redução do número de pessoas doentes, o jornal, aos poucos, foi deixando de publicar sobre o tema. Outros elementos passaram a ser incorporados à saúde, nesse caso a Linha de Tiro e a luz elétrica. Em 1917, uma manchete chamava a atenção para o papel do saneamento que seria realizado pela Linha de Tiro:

Além de outras innumeras vantagens de caracter hyggienico que proporcionam os exercícios e disciplina militares, releva notar-se ainda as regalias que o Regulamento Militar faculta áquelle que fazem o teracinio, da linha de tiro [...] (GAZETA DO NORTE, 29 de Março de 1917, p. 1).

Assim como a luz elétrica:

Além de outros innumeros benefícios conhecidos que a iluminação electrica nossa cidade nos irá proporcionar existe um, no tocante e a higgene que certamente muitos o ignoram<sup>214</sup> (Ibid., 28 de Setembro de 1916, p. 1).

A imprensa começou a publicar sobre higiene e saneamento associando esses elementos à ordem, dando indícios de que a incorporação de novas práticas seria decisivo para a efetivação do progresso. O jeito de produzir imprensa estava, naquele momento, se voltando para a formação da rede de comunicações, o que possibilita perceber a ampla função dessa sobre a saúde:

#### **Uma epidemia perigosa**

Lemos na “Folha do Povo” semanário que se publica na cidade de Juazeiro, e da Bahia o seguinte local:

“Apezar dos cuidados que nos tem dispensados a Comissão Sanitária, foram verificados, no dia 25 do corrente, mas dois casos de peste.

As victimas não procuram serviços da comissão [...] no isolamento existem três doentes em franca convalescença. Continuam as desinfecções, dos ratos, que é o indispensável – “Guerra aos Ratos”.

Eis ahi a constatação de um facto que nos deve alarmar e pôrnos ao mesmo tempo de sobreaviso, dados as relações de contacto entre aquella cidade bahiana e o Norte de Minas (MONTES CLAROS, 12 de Outubro de 1916, p. 1).

---

<sup>213</sup> *Gazeta do Norte*, 28 de dezembro de 1918. p. 1.

<sup>214</sup> Ibid., 28 de setembro de 1916. p. 1.

Dessa forma, percebo que, no projeto de modernidade, a saúde, suas práticas hospitalares, a superação de ações de curandeiros e o “novo procedimento dos médicos” constituíram, para a imprensa, um tema que salientava e associava a cidade à modernidade.

Quando a gripe espanhola amenizou, o *Gazeta do Norte* e o *Montes Claros* redimensionaram seu foco para as ordens religiosas. O jornal *Montes Claros* deu ênfase ao Asilo que estava sendo planejado pela Associação São Vicente de Paulo. O jornal *Gazeta do Norte*, despontava em outra direção, criando um espaço chamado ‘Caixa dos Pobres’, também com a intenção de promover a beneficência. O jornal *Montes Claros* publicou, em 7 de outubro de 1917, uma reportagem que unia a Santa Casa de Caridade e a Conferência São Vicente de Paulo. A junção dessas instituições soou como um apelo à sociedade, no sentido de que a ajuda a essas ordens de caridade era papel e obrigação de todos.

A ideia de benevolência deveria ser de todos, ou pelo menos do jornal, ficou claro na edição de 17 de agosto de 1916, no jornal *Montes Claros*, quando foi publicado:

#### **A conferência Vicentina**

Esta sympathica associação beneficente vae pelitear perante o Congresso mineiro, uma subvenção para a fundação e manutenção nesta cidade, de um albergue para o recolhimento dos desprotegidos da sorte, dos pobres inválidos. É um projecto altruístico que bem merece unânimes applausos e não deixará de ser tomado na devida consideração pelos representantes do povo mineiro (p.1).

Já se antecipava a solicitação de verba para o orçamento de 1917 e os apelos de ajuda intensificaram até que, em 12 de outubro de 1917 houve a fundação da associação:

A nossa modesta associação, fundada em 15 de maio de 1904 por Excia Revma. D. Joaquim Silvério de Souza, preclaro Arcebispo – Bispo de Diamantina, vêm à causa dos indigentes, dos alujados, dos inválidos, aos quaes tem levado o conforto da caridade chistã na triste situação angustiosa de privações e de miséria, em que se acham.

[...]

Será um acto de caridade, ao mesmo tempo que um acto de justiça social e um acto de solidariedade humana (MONTES CLAROS, 12 de Outubro de 1916, s/d).

A Coluna *Aqui*, do jornal *Montes Claros*, publicou uma pequena nota comunicando a obtenção de uma verba de 500\$000 destinada à construção de um “dispensário” para os pobres e agradecendo ao deputado Cel. Ignácio Murta que defendeu a concessão da verba<sup>215</sup>. Na mesma nota, constam informações sobre várias doações de outras instituições benevolentes do Norte de Minas, o que indica que havia uma espécie de rede de benevolência. Já o jornal *Gazeta do Norte* utilizou outro recurso para trabalhar ou construir a imagem de “Imprensa Benevolente”. Esse jornal criou uma coluna chamada “Caixa dos Pobres”, conforme mencionado anteriormente, na qual, através da aquisição de um cartão, era arrecadado dinheiro, que, posteriormente, seria usado na compra de alimentos, remédios, roupas e construção de moradias para os moradores necessitados.

Na edição de 14 de junho de 1919, a coluna trouxe um informe de que, na edição comemorativa do aniversário do *Gazeta*, iniciaria o recolhimento da ajuda. O que contribui para entender que a intenção era dar visibilidade, pois não seria em uma data qualquer que a campanha iniciaria, mas durante os festejos comemorativos do jornal. Além da visibilidade dada ao jornal, também se tornariam conhecidos aqueles que contribuíssem com a campanha, uma vez que esses teriam seus nomes publicados nas páginas do jornal. Na edição de 16 de agosto de 1919 foi publicada uma nota reverenciando a doação de um clube: “Do Brazil Athlitico Club recebemos a quantia de 2\$000 para os pobres da Gazeta do Norte, que penhorados agradecemos” (GAZETA DO NORTE, 16 de Agosto de 1919). A solidariedade parece ter sido um tema marcante na imprensa Norte Mineira, validando a ideia de que onde o estado não atuava a população se unia para sanar os problemas sociais.

Além das instituições de abrigo, a construção de templos religiosos também fazia parte da construção da benevolência. Com o tema: a propagação do bem, tanto o jornal *Montes Claros*, quanto o *Gazeta do Norte* traziam manchetes sobre a Igreja Católica na cidade. Isso não significa que não havia outras manifestações religiosas como: protestantes, evangélicos, culto afro-brasileiros e espíritas. Além de propagandas referentes à igreja católica, também encontrei, nos jornais pesquisados, propaganda de livros da doutrina espírita.

O acompanhamento da movimentação das festas religiosas, quermesses e missas pelo jornal *Montes Claros*, foi bastante tímido, porém, suficiente para ajudar na

---

<sup>215</sup> *Montes Claros*, 12 de outubro de 1916, p. 1.

construções de templos e na realização de obras necessárias à igreja católica. As obras realizadas em prol da igreja e as ações dos padres eram assuntos para a imprensa local. A viagem do padre João Pimenta fora amplamente divulgada, narrando a trajetória e os problemas de infraestrutura enfrentados por esse religioso, associando as dificuldades da viagem (falta de estradas, pessoas que acolhiam o padre, vivendo em situação de miséria, rios sem pontes e, principalmente, a ameaça constante de contrair doenças) às provações divinas. Todo e qualquer assunto servia como pretexto para denunciar a falta de estrutura. Como a região apresentava forte traço de religiosidade essa foi, também, utilizada para salientar as precárias condições de vida. Isso se confirma, tanto na matéria acima comentada, como na que se segue, em que fica evidente a grande preocupação com a figura do religioso que andava pelo Norte de Minas afim de “catequizar” e levar a civilização<sup>216</sup>:

- a) distribuir pedindo ajuda,
- b) publicar pela imprensa local os nomes de todos os que atenderem ao seu justo appello e a auxiliarem com a quotta estipulada na rerida circular
- c) festa
- d) publicar despesas (MONTES CLAROS, 7 de Junho de 1917, p. 1).

O que percebo, nesse aspecto, é que a igreja estimulava a participação dos fiéis nos festejos religiosos e os jornais, por sua vez, registravam, com ênfase, a manifestação popular. O que contribuía sobremaneira para o sucesso dos festejos. Como exemplo disso, o mês de maio, conhecido como Mês de Maria, pela igreja católica – foi bastante divulgado e mencionado com muita poesia e narrativas líricas:

A igreja, já illuminada à luz elétrica regorgita de gente: familiares de “roceiros” de tez bronzeada pelo sol, com seus chales de cores berrantes, regras de carapinha coberta por grandes lenços vermelhos; finalmente, famílias da nossa melhor sociedade, todos esperando a hora da principal cerimônia, aquella que conduz tanta gente à egreja – a coroação.

Acabada as cerimônias; ninguém vai directamente para casa, à porta da egreja o povo dispersa-se em bandos, que ficam a passear pelas ruas illuminadas. Lá pelas onze horas, quando a cidade fica deserta,

---

<sup>216</sup> Percebemos que não somente os jornais de Montes Claros, mas igualmente de cidades vizinhas, promoviam as autoridades religiosas com a ampla divulgação das suas ações sociais e catequéticas. Nesse sentido, vide: CRUZ, Pedro Henrique da. **Missão Premosnratense em Bocaiúva: práticas e discursos etnocêntricos (1903/1950)**. 2009. (Monografia em História) – Montes Claros, Universidade Estadual de Montes Claros, Departamento de História, 2009.

aparece a lua, desdenhosa e altiva, rindo-se ironicamente talvez, como a dizer às lâmpadas electricas:-voçês ahi da terra nunca hão de igualar o meu brilho, por mais que façam nunca poderão comparar-se commigo, quando despejo luar por essas florestas e várzeas immensas do sertão, quando, pelas quebradas das serras, deixo ver o meu briho prateado ao rouxinol cantando amores por entre os copados ganhos do jacarandá!<sup>217</sup> (MONTES CLAROS, 14 de Maio de 1917, s/d).

Fé, festas, luz elétrica: para o jornal *Montes Claros*, havia aí uma harmonia lírica, que não poderia fazer alusão aos “roceiros”, ou seja, esse tipo de manifestação era vivido intensamente pelas famílias que habitavam o entorno da cidade de Montes Claros. Pelo menos para o autor dessa matéria, a ideia era essa, sempre reafirmando que o moderno e a religiosidade se complementavam, “pois nada mais bonito que a igreja iluminada”. Além do mês de maio, havia, ainda, os festejos do mês de agosto<sup>218</sup>, cujos primeiros registros remontam a 1831 e que, na edição de 23 de agosto de 1917, foram anunciados com muito entusiasmo.

Como difusora de caridade e obras sociais, a construção da Catedral de Nossa Senhora e São José rendeu à imprensa montes-clarence algumas notas. Tanto que até as “conversas de comadre”<sup>219</sup> foram retratadas. Em 18 de novembro de 1917, foram publicadas conversas que circulavam sobre desvio de verbas destinadas à construção da Catedral.

Os rituais religiosos não aconteciam somente nos templos. Como a imprensa afirmava que a cidade estava se modernizando, as cerimônias religiosas fora dos templos se alinhavam com a ideia: “moderna sim, atéia não”. Qualquer instituição que promovesse atos religiosos merecia grande divulgação. Foi o que encontrei em uma das várias matérias publicada na coluna *Escola Norte Mineira*, do jornal *Montes Claros*, que narrou passo a passo a forma como ocorreu a “entronização” de uma imagem na Escola Normal. A matéria descrevia detalhadamente a cerimônia, desde a ornamentação, o comportamento das crianças vestidas de anjo, até a participação da Banda Euterpe Montesclareense:

#### **As festas de entronização da imagem do crucificado na Escola Normal norte Mineira**

---

<sup>217</sup> *Montes Claros*, 14 de maio de 1917, s/d.

<sup>218</sup> Festa realizada em devoção a São Benedito, à Nossa Senhora do Rosário e ao Divino Espírito Santo, contando com o desfile de reinados vestidos com as cores dos santos de devoção e acompanhados de Marujos, Caboclinhos e Catopês.

<sup>219</sup> Fofocas que circulavam entre os participantes do evento.

A 26 de novembro p. passado, conforme noticiamos em o nosso numero de 25 daquelle mez, realizou-se a solennidade da enthronisação da Imagem de Nosso Senhor, na secretaria da Escola (2 de Dezembro de 1917, p. 1).

As campanhas e ações divulgadas pela imprensa solidificavam a memória de uma sociedade benevolente e para que essas coisas acontecessem, a cidade carecia de saneamento e solidariedade, o que não era diferente com a Força Pública. Não eram somente os “bons fiéis”, que mereciam destaque nos jornais norte mineiros, também os pobres e os “presos pobres”<sup>220</sup>.

E como tudo era associado ao atraso, a falta de policiamento também era visto da mesma forma. A região, segundo os jornais, era violenta, e a participação da população para organizar, e mesmo manter a cadeia parece ter sido imprescindível. A cidade de Montes Claros, segundo a imprensa local, sofria vários atos violentos, e uma região se destacava: o arraial de Morrinhos<sup>221</sup>:

### Dois crimes

No arraial de Morrinhos foi assassinado há poucos dias o Sr. Cypriano Ribeiro da Silva por Severiano de tal, conhecido desordeiro na aquelle logar.

[...]

Quando a sociedade esta assim assaltada por homens corromptado e perversos, não lhe é bastante appellar para os juizes e delegados de policia porque elles são ainda insufficientes e incompetentes para separar os homens nocivos dos homens criteriosos, honestos e [?]

E FEITO TODO PROCEDIMENTO O JURI ABSROVEU

A hypotese acima tem se realisado nesta comarca, innumeras vezes, e os jornais desta cidade tem já reclamado contra esta acto da instituição do jury, que não passa de um grandíssimo mal praticado contra a sociedade, pois este acto mu triplica o numero de criminosos.

[...]

A sociedade sente-se necessidade de appellar para os homens que funcionam como jurados no tribunal do jury afim de que sejam das

---

<sup>220</sup> Nome de uma coluna do jornal Montes Claros.

<sup>221</sup> Este arraial surgiu do aglomerado de casebres em um morro ao sul da cidade de Montes Claros; em 1884, foi construída uma capela no topo do morro, em pagamento de uma promessa de dona Germana Maria de Olinda. Circula na cidade que a construção desta capela deu-se em função de uma promessa dessa senhora, cuja filha teria fugido com um circo. Se sua filha retornasse, ela pediria esmolas até construir a capela. Como sua filha retornou, ela então pediu esmolas de casa em casa e em pedidos divulgados por jornais da cidade, em 1884. Dois anos depois, a capela estava erguida, com o nome de Capela de Santa Cruz, com imagem do Senhor do Bonfim. Parte desta história foi registrada por vários memorialistas da cidade (SILVEIRA, Yvonne; COLARES, Zezé. **Montes Claros de ontem e de hoje**. Montes Claros: Gráfica Giordani Editora Ltda, 1999). Com a ampliação dos limites da cidade, hoje este morro não é mais um arraial de Montes Claros, mas sim um bairro, e um dos mais centrais da cidade, que tem no seu terreno a sede da emissora Inter-TV, afiliada da Rede Globo de Televisão, da emissora de Rádio FM 98.9 e do centro de tratamento e distribuição de água da COPASA.

justificativas do C. penal, tenham cometido qualquer delicto [...] (A PALAVRA, 10 de Março de 1910, p. 8).

Os impasses eram sempre resolvidos com violência, e tinham, sem grandes problemas, a absolvição por parte do júri. Conforme anunciado no jornal esse era o cenário perfeito para que a violência imperasse no cotidiano dos moradores da cidade. Se os Morrinhos era a região mais violenta de Montes Claros, São Francisco, por sua vez, era a cidade mais violenta do Norte de Minas. Foi, nessa cidade (São Francisco), nesse mesmo período, que viveu o bandoleiro Antônio Dó<sup>222</sup>. Neste processo de entender a imagem do sertão e da cidade nas páginas dos jornais, encontrei várias notícias sobre violência, polícia (ou ordem militar) e principalmente sobre o prédio da cadeia e do Fórum. Isso me leva a entender que, de acordo com a imprensa local, essas instituições eram fundamentais para que o sertão deixasse de existir e a cidade surgisse, pois sem elas como isso seria possível?

A “preocupação” com os prédios públicos, principalmente com a cadeia, tinha a função de reafirmar a existência da cidade ou de indicar a melhoria dessa. Na medida em que os prédios administrativos, nesse caso a cadeia, passasse a existir e atuar, haveria solução para os problemas, a exemplo dos comportamentos indesejados, a serem “civilizados” pelo Estado. O péssimo estado de conservação dos prédios onde as instituições estaduais funcionavam, comprometia a atuação eficiente do Estado, portanto, os jornais encampavam o assunto a fim de sensibilizar as autoridades. O jornal *Montes Claros* teve, em várias edições, grande “preocupação” com o prédio da cadeia. Não foram poucas as reportagens que traziam a indignação com a situação da cadeia pública de Montes Claros. Na edição de 7 de outubro de 1917, publicou-se o seguinte:

[...] sendo que muitas pessoas, mais prudentes e precavidas, nem lhe passam perto – umas com nojo e repugnância da fedentina que do prédio exhala, e outras por medo de serem atingidas por alguma telha ou adobe ou cousa que o valha do velho casarão (MONTES CLAROS, 7 de Outubro de 1917, p.1).

A necessidade de construção ou reforma do prédio da cadeia devia-se a quantidade de atos violentos que eram cometidos. Vale ressaltar que o norte de Minas era conhecido por seus “homens bravos” e pelo clima de “*bang-bang*”<sup>223</sup> que imperava

---

<sup>222</sup> Nesse sentido, vide: RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Antônio Dó: um bandido social das margens do Rio São Francisco – 1910/1929**. Uberlândia. Dissertação de Mestrado - UFU. 2004.

<sup>223</sup> Expressão em inglês que significa o estalo das armas disparadas durante os tiroteios.

na região, a exemplo dos irmãos Caetanos, que promoviam, no final do século XIX e início do XX<sup>224</sup>, violência e medo em Montes Claros.

A ajuda prestada aos presos pobres incomodava a sociedade da época, porém isso era feito para suprir a ineficiência do Estado. No jornal *Montes claros*, a coluna “presos pobres”, trazia campanhas de arrecadação de roupas e cobertores, enquanto a coluna “café dos presos”, sugerida por um leitor e que acabou se tornando uma campanha para que famílias ou “*senhoras bem quistas da sociedade*” oferecessem, aos presos, o café do meio dia. Tanto na coluna *Presos Pobres* como na *Café dos Presos*, percebo, implicitamente, uma ideia de benevolência, pois quando um coronel era mencionado nessas colunas, tomava para si a posição de detentor de alguma função estratégica de benevolência na sociedade. Ao que tudo indica, para a imprensa, além da educação, a Linha de Tiro<sup>225</sup> seria outra instituição ou ordem que “acabaria” com o sertão.

---

<sup>224</sup> Nesse sentido, vide: SOARES, Fernanda Mendes. **Célebres Caetanos**: um bando em Montes Claros (1894-1922). 2004. (Monografia em História) – Montes Claros, UNIMONTES, Departamento de História, 2004.

<sup>225</sup> Ou Tiro de Guerra. Era um serviço militar das cidades do interior.



Figura 10 – Café dos Presos. Gazeta do Norte, 21 de set de 1918, p.

2.

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

Historicamente, o Norte de Minas, desde sua formação colonial, sempre resolveu os seus problemas com base na violência. Onde o Estado não atuava, lá estavam os jagunços dos fazendeiros e coronéis<sup>226</sup>. A Linha de Tiro, nesse contexto, foi apresentada, pelo jornal *Montes Claros*, como a instituição que realmente tiraria Montes Claros da condição de sertão e passaria à condição de cidade:

<sup>226</sup> Nesse sentido, vide: PERNAMBUCANO, Frederico. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

# 

Desta novel associação, ha pouco fundada nesta cidade, com o nobre e patriotico intento de ministrar aos nossos moços, e aos que o desejarem, a instrucção do tiro de guerra e evoluções militares, recebemos o officio que, penhorado e satisfeito, abaixo publicamos.

Eis o officio:

Exm.º Snr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª que solennizando a gloriosa data de 24 de Maio, um grupo de patriotas, em numero superior a 100 fundou a Linha de Tiro Montes Claros, approvando Estatutos modelados pelos da Confederação do Tiro Brasileiro e elegendo a seguinte directoria:

Presidente, Dr. José Thomaz de Oliveira; Vice-Presidente, Dr. Marciano Alves Mauricio; Director tecnico, capm. Cesario Rodrigues Brandão; Thesoureiro Pharm. Antonio Versiani dos Anjos; Secretario, capm. Clemente Moreira da Silva. Vogaes: Dr. Olyntho Martins da Silva, Dr. Herculino Pereira de Souza, Pharm. A. Ferreira de Oliveira, Leopoldo Laborne Valle, capm. Joazeiro Rabêdo Junior. Commissão de Censura: Bello Arthur Gustavo Rodrigues Valle, tel. Antonio Augusto Spyer, tel. Pedro Augusto Velloso.

A nascente corporação já conta com a adhesão das principais entidades do municipio e procurará com brevidade, de, instalar o curso de Tiro de evoluções militares, certa de attender aos interesses tecnicos do momento.

cisamos de tomar sobre os nossos proprios hombros, porquanto todos as conhecem de sobejo. Limitamo-nos, portanto, a congratular-nos sincera e profundamente com os propugnadores de tão nobre e significativa ideia, e tambem com os membros da primeira directoria da sociedade que acaba de se constituir.

O nosso contingente de conhecimento da materia é nullo, e nosso apoio, fraquissimo; em todo caso, pomo-nos desde já inteiramente á disposição da illustrada directoria, prestando-nos da mais boa vontade a propagadores da Linha de Tiro, sendo o seu interprete junto ao Ministerio da Guerra e por ella pleiteando o que fôr de direito e de justiça.

Avante, mocidade e todos os montesclarenses bem intencionados e cheios de amor a este logar!

Abracemos a Linha de Tiro "Montes Claros", prestemos-lhe o nosso braço forte e largos proventos e innumerados beneficios nos advirão della, por certo!

Bello Horizonte, 26 — Official.  
Capm. Clemente Moreira da Silva — Secretario da Linha de Tiro "Montes Claros".

Figura 11 – Linha de Tiro. O Montes Claros, 31 de maio de 1917, p 1.

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

## 

Fundada no dia 24 de maio próximo passado, nesta cidade, essa benéfica sociedade, instituída pela lei 1.860 de 4 de maio de 1908 e aprovada pelo decreto no. 6.947 de 8 de maio do mesmo anno, com o fim único o cumprimento do seu dever relativamente à pátria, especialmente no momento histórico em que nos achamos, devem todos aquelles que estão dentro da idade de 21 a 30 annos, e ainda os de 16 annos a cima [...] em breve, trazer a a tranquillidade espirital a muitos lates neste município, situado-no extremo Norte de Minas (MONTES CLAROS, 7 de Julho de 1917, p. 3).

A inauguração dessa ordem foi muito comentada pela imprensa de Montes Claros. Encontrei na edição de 13 de maio de 1917 a publicação de vários telegramas, assinados por Herculano Assumpção, encarregado do registro militar do Estado, Delfim Moreira e Wenceslau Braz. Em 4 de novembro de 1917, foi publicado um comunicado

sobre a definição do departamento do governo quanto à incorporação da Confederação do Tiro Brasileiro à Linha de Tiro de Montes Claros, que passou a pertencer ao 6º Distrito de Fiscalização<sup>227</sup>. Após o estabelecimento da Linha de Tiro, a imprensa de Montes Claros deu ênfase à saída do Tenente Paula Rego. Esse tenente parece ter sido muito querido pela população e principalmente pelos jornalistas da cidade, pois a sua saída foi tão marcante que o *Montes Claros*<sup>228</sup> publicou uma matéria com um abaixo-assinado em prol de sua permanência na cidade. Como o *Gazeta do Norte* não podia fazer parte do abaixo-assinado, mas não queria se furtar em comentar o assunto publicou o seguinte texto:

**A dispensa do te. Paula Rego, do cargo de Delegado de Polícia Especial  
Desgoverno ou capricho?**

A nós, como a toda a gente, já habituada ao socego e tranqüilidade que a permanência do tenente Paula Rego havia trazido a esta cidade, causou surpresa a dispensa que o governo do Estado fez de seus serviços, neste município.

Todas sahem aqui e em toda parte do Estado que Montes Claros há annos tinha uma vida desasosegada pois **o desrepeito e a desordem campejavam altivamente, sendo communs os factos mais reprehensíveis, de falta de respeito à lei.**

[...]

Pois bem! Depois da chegada do distincto militar, restabeleceu-se a ordem e hoje, **Montes Claros é uma cidade policiada e portanto civilizada.**

[...] tirou este delegado

Os partidos locais estavam satisfeitos com sua administração na policia [grifos meus]<sup>229</sup> (GAZETA DO NORTE, 2 de Agosto de 1919, p. 2).

O que comprova mais uma vez a associação de polícia, civilização e ordem. Sem a polícia, a desordem imperava; com a ela, haveria ordem e a civilização se estabeleceria. Para a imprensa, o tenente Rego foi um grande “benfeitor”. Em 9 de agosto de 1919 foi publicada uma nota da cidade de São Francisco agradecendo a paz imposta pelo militar e em 30 de agosto de 1919, foi publicado no *Montes Claros* uma nota do jornal *Estado de Minas Gerais* parabenizando o Ten. Paula Rego pelo bom trabalho realizado. Criar mitos de militares heróis era, naquele período de solidificação

---

<sup>227</sup> *Montes Claros*, 4 de novembro de 1917. p. 3.

<sup>228</sup> *Gazeta do Norte*, 2 de agosto de 1919.

<sup>229</sup> O abaixo assinado foi organizado pelo jornal *Montes Claros*, por isso o *Gazeta* não pôde assiná-lo.

da República, uma prática muito comum. No entanto, há, como na reportagem abaixo, exemplos de que essa imagem de herói muitas vezes era desconstruída pela própria imprensa, quando denunciava atos de violência e excessos cometidos pela polícia. Pois, o que se esperava da polícia era a manutenção da ordem *“afim de que se não diga que a polícia, paga para manter a ordem assassina friamente”*:

**Um caso grave – uma escolta, vinda de Brasília, mata um pobre homem, a tiros de carabina contra a vítima não havia mandado de prisão com as formalidades legais. É necessário um rigoroso inquérito.**

Um caso grave e que necessita um rigoroso inquérito, com a necessária imparcialidade, acaba de se dar nesta cidade, despertando interesse e emocionando a população de Montes Claros.

Pelas primeiras horas da manhã de antiehonem, coreu a noticia de que havia sido assassinado pela policia, com requintes de selvageria, um pobre homem que seguia para Buenopolis em procura de emprego.

Em busca de informações sohimos, obtendo as seguintes: José Martins, vulgo Cearense, vindo de Brasília, com destino a Buenopolis, passou por esta cidade, clamamente, em companhia de uma mulher, tomando o caminho de Lagoinha, estrada de bocayuva.

Pouco depois, aqui chegava uma escolta, vinda de Brasília, no encalço do pobre homem, e entendendo-se com o delegado local, seguiu para captura-lo.

Ali chegando, segundo uns sem resistência, segundo outros tendo resistido, foi alvejado pelas praças de policia, vindo a fallecer ao chegar a esta cidade, momentos depois de recolhido a cadeia local.

Afirmam pessoas que ali se achavam e entre estas, a mulher que o acompanhava que o pobre homem não resistiu, de modo algum.

Para que se apure isso devidamente é que dissemos acima, urge um rigoroso inquérito, afim de que se não diga que a policia, paga para manter a ordem assassina friamente.

São innumeras, como dissemos, as versões e informações que correm a respeito, não nos queremos fazer eco das mesmas, aguardamos o inquérito deve ser rigoroso para desafronta da sociedade offendida.

Informam-nos por exemplo que à victima, foi negada assistência medica e que, podendo serem tomadas suas declarações, não foram ellas reduzidas a termo.

Há inúmeras testemunhas sobre o facto, sejam ellas ouvidas a caia a responsabilidade em que deva tel-a sob os hombros.

[...]

Não havia mandato de prisão.

Sabemos finalmente que o exmo Sr. Juiz Municipal tem agido com a máxima energia para o desagravo da justiça (GAZETA DO NORTE, 24 de Julho de 1920, p. 1).

Entendo que o conflito que se estabelece nas páginas dos jornais pesquisados sobre sertão-jagunço, deve-se ao fato de que a imprensa não levava em consideração que a violência é pertinente, tanto ao espaço rural quanto ao urbano, sendo assim, para

ela, sertão era igual a violência e civilização igual a polícia. A matéria citada deixa evidente que o estabelecimento da ordem militar, na região, transfiguraria o sertão.

Quando os jornais abordavam, em suas páginas, questões como: melhoria do aspecto físico da cadeia, festejos religiosos, espaços violentos, luta pela construção do Ramal e campanhas para a manutenção do hospital de caridade, entendo que queriam, com isso, disputar a cidade e o conceito de moderno, trabalhando junto à população local a consciência de que mudar seus modos de vida não seria ruim, mas uma necessidade do momento. Mesmo porque, por mais que o número de leitores fosse pequeno, frente ao número de habitantes, os discursos e pensamentos dos jornais eram reproduzidos, e esses, como uma prática social de linguagem, disseminavam diretamente um projeto de mudança. Ainda que os “sertanejos” não se percebessem nessas mudanças, elas eram essenciais nesse processo.

Segundo os jornais, práticas que identificavam a cidade eram aquelas que apresentassem sinais de civilidade ou eram normatizadas por leis ou pelo código de postura. Ainda de acordo com os jornais, as instituições necessárias para legitimar o projeto de cidade seriam: a Santa Casa de Misericórdia, incorporando os hábitos da medicina clínica; o Asilo São Vicente de Paulo, dando ar de bem estar aos idosos, retirando-os do abandono e a construção da estrada de ferro e estrada de rodagem, pois essas ligariam Montes Claros aos grandes centros e finalmente acabaria com o fantasma do “isolamento”. Assim, percebo o quanto a imprensa local tomou para si a postura de defender Montes Claros e o norte de Minas do atraso, fosse denunciando as práticas que precisavam ser mudadas, fosse reivindicando estradas e pavimentações ou fazendo campanhas beneficentes.

Apreendo, tanto nas páginas do jornal *Montes Claros* quanto nas do *Gazeta do Norte*, uma concepção própria de cidade que narrava, buscava e articulava a saída desse projeto para sua implementação de fato. No entanto, ainda hoje, quase 100 anos depois, considero que as pessoas não assimilaram o conceito de moderno, defendido naquela época, pois verifico, ao andar pela cidade, que ainda existem práticas e posturas “atrasadas”. No entanto, não há como negar que, bem ou mal, houve um posicionamento por parte da imprensa local.

Para analisar a cidade, recorro a Raymond Williams (1988), no capítulo 14 de sua obra *Campo e Cidade*, em que esse autor afirma que “*a cidade no século XIX, na Grã – Bretanha como em outros lugares, seria uma criação do capitalismo industrial*” (p.205). A concepção de cidade está, pois, atrelada ao capitalismo, às relações frenéticas

e principalmente às mudanças constantes, sejam na paisagem ou nas práticas sociais. Entretanto, no mesmo capítulo Londres é apresentada como “*resultado de capitalismo agrário e mercantil, no contexto, de uma ordem política – aristocrática*” (Ibid., loc. cit.), ou seja, não há como separar o campo da cidade. Se a cidade cresceu, mudou e progrediu, pelo menos no caso de Londres, essa se transformou graças ao campo. Ampliando esse debate para o Norte de Minas, tenho, segundo Marcos Fábio (2000), dois elementos importantes que possibilitam uma reflexão: o primeiro é a formação histórica “*expansão de pecuária e agricultura com bandeirantes*”<sup>230</sup>, ou seja, essa região foi formada com características econômicas de agricultura e pecuária, tendo a hegemonia do campo. O segundo é como “*no século XVII o norte de Minas já era estruturado para a produção agro-pastoril*”<sup>231</sup>, sendo que a característica de ser a mantenedora da região das minas e a função de suprir a região mineradora não invalidava práticas econômicas, pelo contrário, existia uma economia pulsante, pautada na prática do plantio e colheita, do pastoreio, do abatedouro e venda, contrariando afirmativas que diziam que essa região estava isolada ou não era economicamente próspera. Entendo que havia sim prosperidade econômica, ao conseguir abastecer as minas o lucro era revertido em bens ou favorecia experiências de vida na lógica do campo, não na lógica da cidade. Diferente do que aconteceu com as cidades britânicas – por exemplo – sendo que foram de cidades inglesas, francesas e de outros países da Europa que veio o conceito de “cidade moderna”, o qual anos depois foi comparado às cidades brasileiras, mineiras e norte- mineiras. Ou seja, o caminho de formação entre as cidades norte mineiras e o exemplo de Raymond Williams (1988) são parecidos – o campo foi a base econômica. Porém, a reversão do lucro é que se distanciou, naqueles países investiram na “*urbis*”, aqui investiram no campo, considerando a lógica local.

---

<sup>230</sup> WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 180 p.

<sup>231</sup> Ibid., 190 e 191 p.

## CAPÍTULO 4

### **O sertão vivido, o sertão construído, o sertão narrado.**

Como mencionado no capítulo anterior, a ideia de cidade divulgada nas páginas dos jornais pesquisados apresentava uma concepção que estava longe de ser o que as pessoas viviam e sentiam. A imprensa local adotava práticas de prestação de serviços ou tinha atitudes de benevolência, dando a impressão de que falavam a língua do povo e que assim se estabeleceria entre ela (a imprensa) e a população certa aproximação. Dentro dessa perspectiva, a proposta deste capítulo é refletir como o sertão deixaria de existir segundo o que se apresentava nas páginas dos jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte*, em conformidade com as propostas salientadas nas colunas desses periódicos para a educação, a agricultura, as ordens militares. Também será proposta deste capítulo, pensar como o projeto de “nova agricultura”, que estava sendo implantado em todo o país, seria articulado em Montes Claros.

Com este debate, pretendo compreender o projeto de progresso que se referia às instituições consideradas como pilares de sustentação da sociedade, naquela época. Para que esse projeto prosperasse a imprensa considerava que a população deveria desfrutar dessas instituições; porém, a lógica de vida no sertão não era compatível com o que elas ofereciam, gerando, assim, a necessidade de que a imprensa “trabalhasse” os usos desses serviços e convencesse a população de como os mesmos seriam úteis em suas vidas. Nesse sentido, a expectativa é entender como a imprensa cogitou o projeto de modernização tendo como pilares a escola, a agricultura mecanizada e as ordens militares. A articulação desse capítulo com a tese dar-se-á com o entendimento de que o conflito “sertão *versus* cidade”, por mim estudado, a partir das páginas dos jornais locais, passa pelo convencimento de que a população deveria usufruir dos serviços prestados pelas instituições.

As colunas, dos jornais pesquisados, estão inseridas em um processo histórico que pensou a agricultura de modo a promover mudanças tecnológicas. Assis Brasil (1916)<sup>232</sup> foi um dos principais responsáveis pelas mudanças ocorridas no período – nas

---

<sup>232</sup> Nasceu no Rio Grande do Sul em 1857. Advogado, eleito deputado Provincial (Hoje Deputado Estadual), e eleito Deputado da Assembléia Nacional Constituinte, ocupou vários cargos junto a

três primeiras décadas do século XX-, ao lançar a obra “*A cultura dos campos*”<sup>233</sup>, que divulgava as modernas técnicas de plantio, e que Sônia Regina de Mendonça (1997) considerou como sendo “a bíblia da agricultura brasileira”<sup>234</sup>. Em 1900, em Chicago, aconteceu a primeira feira internacional de pecuária. Nesse mesmo período, a imprensa nacional divulgava a diversificação da agricultura e as informações e publicidade em torno dessa “nova agricultura” ganhavam, cada vez mais, as páginas dos periódicos<sup>235</sup>. Não raros eram os congressos para formar consensos sobre formas de plantar. A agricultura deixava de ser “coisa de homem do agreste, e passava a ser, coisa de homem instruído”. Assim, políticas públicas, ideias, revistas como *A Lavoura*<sup>236</sup> e, principalmente, o ensino agrícola para “civilizar” o campo passaram a ser comuns.

Ainda de acordo com Sônia Mendonça (1997), o projeto de superação do atraso era baseado no povoamento/colonização, na educação, modernização/racionalização produtiva e crédito/cooperativismo<sup>237</sup>. Esses projetos eram agregados e tornavam-se o foco do governo para mudar o perfil agrícola nacional, justificando, dessa forma, tanta intervenção no campo:

Desta feita, como já foi observado no tocante a atuação da Sociedade Nacional de Agricultura e ao debate ruralista, os mecanismos recomendados como capazes de dinamizar e “regenerar” a agricultura se conformavam, via de regra, mediante a atribuição de qualificações negativas ao a alteridade dos agricultores – os pequenos sobretudo-, conferindo-se ao discurso modernizador um caráter perenemente domesticador e civilizador. A proposta de uma “nova” agricultura, racional, científica e progressista, superadora do *atraso*, da *rotina* e da baixa produtividade, acabaria por imputar aos *estreitos horizontes dos produtores* – perante sua suposta resistência às inovações e seu baixo nível de escolaridade – a condição de obstáculos à sua plena instalação, graças à incapacidade daqueles que operarem com cálculos e procedimentos racionais. Para além desta problemática, é também a crítica permanente à ação insuficientemente o qual se constróem dois outros atributos da agricultura tida por modernizada: a diversificação produtiva e a abundância de créditos (MENDONÇA, 1997, p. 114).

---

presidentes da Primeira Republica. Publicou vários livros, cujos temas, variam de poesia a obras de historia. Faleceu em 1938. Acessado em: <http://assisbrasil.org/bio.html>.

<sup>233</sup> Para Sônia Mendonça (1997), o autor expõe suas idéias sobre diversificação e modernização para reverter a situação de atraso da agricultura brasileira.

<sup>234</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

<sup>235</sup> Ibid., 83-144 p.

<sup>236</sup> Esta revista é publicada deste 1897 pela Sociedade Nacional de Agricultura – SNA – destina a associados da instituição, e é distribuída em universidades. Acessado em: [http://www.sna.agr.br/publ\\_lavoura.htm](http://www.sna.agr.br/publ_lavoura.htm), 09 de janeiro de 2011, as 15:52.

<sup>237</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997, p. 83.

Como já apontamos, os caminhos eram muitos: escolas, seminários e propagandas. Essas propagandas apareciam na imprensa de várias formas: em artigos, colunas específicas sobre agricultura, discursos e informações sobre os seminários. As colunas que identificam o espaço rural e seus interlocutores continuavam publicando categorias que remetiam ao sertão. Temas que debatiam a terra, o plantio, as criações, formas e técnicas de plantio eram os assuntos mais comuns encontrados nos jornais pesquisados. Porém os temas eram sempre apresentados em “tom” de atraso.

No recorte aqui feito, darei ênfase à coluna “*Calendário do lavrador*”, publicação mensal que se orientava pelos meses e explicações sobre o porquê se plantava e colhia em determinado mês. Essa coluna era publicada no jornal “*Montes Claros*”; tratava-se de uma coluna transcrita do jornal “*Estado de São Paulo*”, e a primeira matéria foi um comunicado em configuração de informe: “Por julgarmos de interesse aos srs. Lavradores, vamos transcrever do “*Almanach d’O Estado de São Paulo*”, dados e informações úteis sobre a lavoura” (MONTES CLAROS, 2 de Novembro de 1916, p. 5). A citada coluna comentava como e o que estava sendo plantado no Brasil, dando dicas aos leitores que supostamente eram os agricultores e pecuaristas da região. Percebo que existe uma grande distância entre a agricultura realmente produzida em Montes Claros e região e as informações apresentadas na coluna, bem como as técnicas e dicas publicadas, pois essa trazia informações sobre o plantio de batata, couve flor, repolho e aveia, sendo que a aveia não fazia parte do cardápio do norte mineiro. No entanto, essas informações estavam registradas nas páginas do jornal *Montes Claros* e alguns produtos que realmente eram plantados na região não foram mencionados.

## O calendario do lavrador

### Janeiro

JANEIRO é, em quasi todo o Brazil, o mez mais quente do anno e de grandes chuvas, acontecendo, porém, haver em seu decurso dias seguidos de muito calor sem chuva alguma. Isto, que constitue o «veranico», é o terror dos agricultores do centro e sul do paiz. Poucas sementeiras se fazem neste mez, consistindo, em geral, os trabalhos agrícolas no preparo do terreno para a cultura de batatas, hortaliças, e cereaes europeus, de Março em diante. Destes, só a aveia pôde ser semeada e, assim mesmo, como forragem verde. Na horta, apenas alhos, cebolas, couve comum, couve-flor e algum repolho. Colhe-se o feijão «das águas» e em muitos lugares, começa-se o plantio do «da secca». Fazem-se carpas nos arrozais, milharaes e na canna plantada na primavera. Ainda se pôde plantar milho cafeeiro, ou quarenteno («quarentino», diz-se no sul).

No norte do paiz, ainda se cortam cannas de assucar e começam-se as roçadas para as plantações de inverno. No sul, amadurecem muitas variedades de frutas indigenas e exoticas, taes como: mangas, abacates, ananazés, melancias, marimellos, maçãs, peçegos, ameixas do Japão, peras, uvas, etc.

Em Janeiro deve o pomicultor redobrar os seus cuidados porque, sendo como se disse, mez muito quente e excessivamente humido, nelle se desenvolvem os insectos nocivos e molestias cryptogamicas que assolam os pomares. As frutas devem ser colhidas logo.

Figura 12 – O Calendário do Lavrador. O Montes Claros, 4 de jan de 1917, p 3.  
Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

Outro ponto que destaco é que o ato de plantar fora exaustivamente mencionado pela coluna, como se o leitor, ou mesmo os agricultores do Norte de Minas estivessem plantando pela primeira vez. A maneira como foi abordada a prática de plantio apresentava-se como uma tentativa de apagar o passado daquela sociedade, o que não considero justificável, uma vez que a mesma fora formada por uma colonização de base agrícola e pecuarista<sup>238</sup>.

É comum, nessa coluna, informações de como plantar algodão e cana. A coluna cita, também, o que deveria ser plantado em cada mês o como deveria ser a colheita, criando um verdadeiro calendário do lavrador, conforme indicava o título. Esse calendário abrangia todo o país, e informava o que estava sendo colhido, dando ênfase ao plantio e colheita realizados em São Paulo. Essa prática sugere a formação da já conhecida rede de comunicação e a divulgação de um projeto de agricultura comercial moderna, pois no mesmo período o governo de Minas Gerais criou um “curso itinerante”, em que os técnicos agrícolas iam às fazendas e arraiais “ensinar” técnicas de plantio aos fazendeiros e trabalhadores rurais<sup>239</sup>. Nesse sentido, o governo e a imprensa efetivamente estavam trabalhando em “prol” de uma agricultura moderna, comercial e uniforme em todo o país, dando, aos mais desavisados, uma sutil aparência de modernidade. Mas a questão é: será que as práticas sugeridas pelo governo e divulgadas pela imprensa eram realmente implementadas pelos fazendeiros e trabalhadores rurais? O próprio jornal *Montes Claros*, em outras colunas, traz manchetes e informações do cotidiano que indicavam que a resposta à minha pergunta é negativa, como verificado na coluna “*Saneamento do Sertão*” publicada no *Montes Claros* que afirmava a falta de estrutura da região e a ausência do Estado.

Outra coluna importante para minha análise é “*Assuntos da Roça*”, publicada no “*Gazeta do Norte*”, com aparência semelhante à coluna “*Calendário do Lavrador*”, do periódico concorrente, porém, uma leitura mais detalhada evidencia a existência de algumas diferenças entre as duas.

---

<sup>238</sup> Segundo Hermes de Paula (2007), Urbino Viana (2007), Ivone Silveira (1999), Simeão Ribeiro (1979), Oliva Brasil (1983) e outros memorialistas da região.

<sup>239</sup> Informação abstraída do Relatório da Secretaria de Agricultura do Ano de 1911.

Na primeira reportagem da coluna “*Assuntos da Roça*”, há uma espécie de apresentação do ambiente, nela há um diálogo entre personagens que compõem o espaço rural e ocupam, na sociedade, lugares relevantes. Um coronel e um matuto trabalhador - que seria um colono, um fazendeiro e alguns convidados que aparecem na narrativa quando “chamados” a comentarem assuntos ligados ao cotidiano do espaço rural:

Na fazenda das Carahybas, na bela noite de 24 de junho de 1918, sentados em um banco da varanda, se achavam o Cel. Dudu e seu compadre Tico; no peitoril, estava meio sentado e meio deitado, o Manduca; [...] vaqueiro, vestidos de gibão de couro de mateiro, num [...] alguns meninos e camaradas ladeiam um fogo, ao lado esquerdo da casa. Conversavam todos.

- Então, compadre Tico, como vamos da roça?

- Assim, assim, meu compadre Dudu, não se encontra gente para trabalhar mesmo assim, pretendo plantar milho, algodão e mamona. [...] Assim vamos conversar todos estes pontos.

J. Sexta-feira (MONTES CLAROS, 3 de Dezembro de 1916. p. 5).

Essa coluna fora criada para debater com os leitores procedimentos de plantio a exemplo da coluna “*Calendário do Lavrador*”; porém, as reportagens têm maior denotação política. Nela, os leitores são convidados a fazerem uma análise da postura política da situação, sendo que essa análise é feita a partir de uma prática do cotidiano da roça. É comum, no meio das “conversas”, insinuações, quando não denúncias diretas, sobre eleição e administração pública. Há, nessa coluna, uma forte tendência em convencer sobre as técnicas de plantio e práticas de criação, muito semelhante ao que aparece na coluna “*Calendário do lavrador*”..

Há, porém, um procedimento que distancia a coluna “*Assuntos da Roça*” da “*Calendário do Lavrador*”, percebo que na primeira há uma forte atenção com a realidade e práticas do norte de Minas. Enquanto a segunda apresenta maior ênfase à realidade e prática de regiões “economicamente desenvolvidas”.

Quando havia produtos comercialmente rentáveis na região, os jornalistas faziam uma espécie de campanha para convencerem os fazendeiros para que esses fossem implementados em suas propriedades. É o que observo nas inúmeras reportagens nas quais publicaram forte campanha em favor da criação do gado zebu. Foram várias reportagens que comentaram a respeito dessa raça e o quanto o pecuarista teria a ganhar com sua criação. E uma, em especial, salienta, de maneira enfática, o

poder econômico que a região passaria a ter com a implementação dessa criação, comparando Montes Claros à Uberaba – cidade do Triângulo Mineiro –, acentuando a diferença entre as regiões do Norte de Minas com a do Triângulo Mineiro: “quando Montes Claros tivesse gado zebu bom seria como Uberaba?” (GAZETA DO NORTE, 7 de Setembro de 1918. p. 2). Essa reportagem, além de reforçar o quanto Montes Claros teria a ganhar com a criação do gado zebu, salientava a diferença econômica entre as duas cidades e assinalava que Uberaba estava à frente de Montes Claros. A reportagem vai além ao comparar o plantio de algodão em cidades norte americanas com o plantio montes-clarence; “chega a questionar: quando Montes Claros plantar algodão como os Estados Unidos, será rico o município?” (*Ibid.*, 7 de Setembro de 1918, p. 2.). O periódico, apesar de levantar o questionamento, não oferece respostas, nem tampouco apresenta informações para que o próprio leitor as formule.

Acredito que as comparações, aqui apresentadas, faziam parte de um projeto amplo de desenvolvimento para a cidade e região, e funcionavam como procedimentos adotados com a intenção de induzir os leitores a refletirem sobre a implementação da criação do gado da raça Zebu na região e sobre o plantio do algodão. Já naquela época, a campanha em favor do algodão<sup>240</sup> era intensa, o que me fez perceber que a constante e consistente campanha dos jornais foi fundamental para que as décadas futuras também assimilassem o plantio do algodão, tanto que, na década de 1920<sup>241</sup> essa passa a ser a principal cultura do Norte de Minas. A impressão que tenho é que queriam aproximar os leitores do debate da política agrícola – uma espécie de conscientização em massa em prol das práticas e comportamentos políticos. Sublinhava-se, assim, o quanto as campanhas encampadas pelos jornais influenciavam diretamente o cotidiano das pessoas.

Além de serem os colonos eleitores, esses eram também cidadãos, que pagavam impostos, daí a importância de se posicionarem politicamente, pois, o próprio jornal, afirmava a importância da agricultura para a política. Segundo uma reportagem

---

<sup>240</sup> O forte do plantio do algodão foi nas décadas de 40 e 50. O que foi entendido por alguns economistas da UNIMONES como “Ciclo do algodão”. O fato é que do Norte de Minas ao Sul da Bahia tivemos uma intensa exploração do plantio do algodão.  
OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (et al.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros. Ed. UNIMONTES, 2000.

<sup>241</sup> *Gazeta do Norte*, 28 de setembro de 1918. p. 2.

do *Gazeta do Norte*, o povo pagava impostos e mantinha a política, conforme é mostrado no diálogo do coronel com o compadre<sup>242</sup>.

Na coluna “*Assuntos da Roça*”, percebo que o texto traz, no diálogo, um aspecto bastante diferente da coluna “*Calendário do lavrador*”, na primeira sempre é um matuto que conversa com médicos ou advogados, já na segunda há a transcrição de uma coluna de um jornal do Estado de São que apresentava um calendário com recomendações das práticas agrícolas de cada mês. Na edição de 2 de outubro de 1918, foi publicado um diálogo entre o matuto e o médico a respeito de uma palestra proferida pelo médico e assistida pelo matuto. No diálogo, o médico explicava de forma simples e bastante clara o que o matuto não havia entendido<sup>243</sup>, evidenciando a diferença social entre os dois, um era letrado e entendia de tudo, o outro um matuto da roça que não tinha instrução. Em outra reportagem, no início do diálogo, o principal assunto era a guerra os dois falam de uma festa que havia sido realizada em Montes Claros para comemorar o fim da guerra.

O assunto da guerra parece ter sido encarado pelos “matutos” do sertão norte-mineiro de forma bem distante, apesar de perceberem que o cotidiano e as práticas comunitárias se alterariam de alguma forma, não davam muita atenção a esse assunto e não viam com bons olhos essas mudanças. Isso é possível perceber quando, no diálogo, o matuto se mostra irritado com a cotação do algodão em virtude da guerra, e, no mesmo diálogo, depois de discorrerem sobre a guerra, o médico e o matuto continuam falando sobre o plantio da mandioca<sup>244</sup>. Pelo texto, percebo que o matuto entendia como a guerra atrapalhava a agricultura, diminuía a mão de obra disponível para o plantio e contribuía para empobrecer o solo. O empobrecimento do solo, para uma região de Cerrado, seria decisivo para aumentar a seca e alterar os modos de plantar e colher, fato que, por sua vez, alterariam também, de modo significativo, os costumes e vivências do lugar, desfigurando o universo pacato e repetitivo do matuto<sup>245</sup>.

Nesse processo, a Primeira Guerra Mundial contribuiu para expandir técnicas e aparelhos que, de alguma forma, “mecanizaram” o campo. Mas o que a imprensa de Montes Claros mostra é que essa tecnologia estava longe de existir aqui. O costume do homem do campo de se orientar pelo comportamento de animais e observar

---

<sup>242</sup> Ibid., 5 de outubro de 1918. p. 2.

<sup>243</sup> Ibid., 2 de outubro de 1918. p. 2.

<sup>244</sup> Ibid., 26 de outubro de 1918. p. 2.

<sup>245</sup> *Gazeta do Norte*, 30 de agosto de 1919. p. 2.

as mudanças de estação pelas plantas direcionavam algumas narrativas dessa coluna que, simultâneo ao universo rural, ratificava a cidadania do sertanejo:

– Quando vamos ter chuva aqui?  
– Breve, dr. Xisto, os sapos estão cantando, os vagalumes aparecem e as saracuras dão o sinal cedo, de modéstia *in rebus* já se pode ir plantando. [...] naturalmente o sr. Afrânio pensa que o sertão do Norte de Minas é o Sahara brasileiro; pois se é deserto para receber benefícios deve sel-o também para dar-lhe voto.  
Eu penso do mesmo modo tanto, que deu minha palavra, que com o meu voto elle não será eleito, de modus *in rubus* que nós devemos lembrar de quem se lembra desta terra, política para ficar só pedindo proteção e empregos, que nos servem. Bem, não precisamos é de homens de governo que nos arranguem algum beneficio (GAZETA DO NORTE, 11 de Outubro de 1919. p. 2).

O trecho acima salienta o hábito de observar a natureza para orientar práticas agrícolas que eram alteradas de acordo com as estações do ano. Como se tratava de um assunto importante, a exposição direta dos envolvidos no diálogo parecia ser comprometedor, assim, o pseudônimo ou anonimato foi utilizado. A coluna, além do tema, que interessava não só aos moradores do campo como aos da cidade, destacava-se pela técnica de escrita: encontrei uma nota explicativa sobre a ajuda de outro colaborador para a continuidade da publicação dessa coluna, comportamento que não encontrei em nenhuma outra do *Gazeta*:

Para que não fiquem os nossos leitores privados da secção – Assuntos da roça. Sempre muito apreciada na ausência de nossos distintos collaboradores, J. sexta, providenciamos para que sobre assuntos de lavoura, pecuária e agricultura. Nos promete o nosso não menos distintos collaborador João da Roça [sic] (GAZETA DO NORTE, 8 de Novembro de 1919, p. 2.)

Esse comportamento passou a ter sentido quando li duas reportagens sobre o plantio de algodão e a indústria têxtil. Ambas abordavam uma forte campanha, colocando em destaque a história do plantio do algodão<sup>246</sup>. Produção, que acredito ser de um outro jornalista, indicando que, dentro da empresa do jornal, qualquer sacrifício – e nesse caso substituir o jornalista – era válido para que a coluna não deixasse de circular.

---

<sup>246</sup> *Gazeta do Norte*, 20 de dezembro de 1919. p.1, e assina Zé da Roça.

Até aqui, percebo que o grande entrave para o fim do sertão era a falta das estradas de rodagem, uma vez que esse assunto recebeu atenção especial nas páginas do jornal *Gazeta do Norte*, ao ponto de se tornar manchete de primeira página: “- Então senhor só concerta a estrada se a câmara também o fizer? [...] - como eu concerto a minha se a prefeitura não concerta a de todos?” (GAZETA DO NORTE, 8 de Fevereiro de 1919, p. 1). Jogava-se a responsabilidade da pavimentação para a prefeitura, mesmo quando se tratava de uma propriedade privada. Esse assunto tornou-se polêmico, tanto que, em matéria por questão das chuvas e estradas – no próprio *Gazeta do Norte*: as muitas chuvas estavam trazendo malefícios para o gado, os chifres estavam caindo em função do excesso de água. Porém o próprio jornalista da matéria que comentava o excesso de chuva afirmou: “*chuvas no sertão nunca foram demais*” – o problema eram as estradas intransitáveis e afirmava: “a Câmara Municipal deveria mandar consertar as estradas mais movimentadas que passam pelas fazendas e os proprietários deveriam arrumar as demais estradas” (Ibid., 01 de Fevereiro de 1919, p.1). Abria-se, para os leitores, a possibilidade de debater o que seria público e o que seria privado, sendo que o próprio jornal afirmava que tal divisão não estava bem clara até mesmo para eles.

Ainda na coluna citada acima, na primeira página, agora com mais ênfase, aparece o comentário de que o Dr. Xisto<sup>247</sup> não fez parte da conversa da semana passada pois estava preso na fazenda, por falta de condições de trafegar pelas estradas, mostrando que a situação precária dessas atrapalhava o bom andamento da conversa sobre a eleição: “*gostei da chapa de Afonso Pena*”, “*protesto contra políticos que não entendem de lavoura*”, “*país agrícola deveria ter congresso de lavradores*” essas são frases que aparecem no texto da coluna, para associar eleição, agricultura e sertão. No mesmo diálogo, o matuto propõe leis:

- Art. I fica resolvido e acabado a convenção do P. R. M. por ser único na província.
- II O povo vota em quem quiser de preferência nos candidatos da lavoura, comercio e indústria.
- III Quem quizer e poder contar com os votos do povo pode ser candidato.
- IV. Quem fizer fraude, toma 30 anos de cadeia (GAZETA DO NORTE, 22 de Fevereiro de 1919, p. 1).

---

<sup>247</sup> Nome do personagem médico da coluna Assuntos da Roça.

Naquele momento a legislação eleitoral era a substituição da Lei “*Rosa e Silva*”<sup>248</sup>, pela reforma “*Senador Bueno de Paiva*”, a qual prevaleceu até o final da Primeira República. A reforma *Senador Bueno de Paiva* era composta de duas leis: sendo a primeira de 2 de agosto de 1916, sob o número 3.139, definindo que os Estados regulariam os alistamentos estaduais e municipais, e que as eleições federais seriam de competência exclusiva do judiciário. A outra lei era a 3.208 de 27 de dezembro de 1916, que mudava somente o fato de a apuração geral ser feita nas capitais por uma junta apuradora.<sup>249</sup>

No diálogo as propostas são feitas por um matuto, no entanto elas mais parecem ser de um letrado. Baseado nisso, constato que a utilização de metáforas, servia para “ampliar” o grupo de leitores, sendo uma forma de chamar a atenção da sociedade. Após indicarem leis para normalizar o processo eleitoral, nada mais natural, para o grupo, que além de salientarem os problemas, apontassem também as possíveis soluções. Desse modo, convenciam seus leitores de que sua proposta de voto era a melhor. Na sequência da publicação do *Gazeta*, a próxima manchete sugere “como os eleitores – sertanejos deveriam se comportar após eleitos os próximos legisladores”. A coluna segue dando dicas de como o candidato deveria proceder para obter voto do agricultor:

receber os programas dos candidatos, escritos e examiná-los, em sessão, quais os candidatos que em vista dos programas, deveriam ser recomendados ao partido. E sugere que guardem todos os programas ate o fim da legislatura para saber quais os candidatos que os cumpriram e que mais trabalharam a favor da lavoura, do comércio e da indústria (GAZETA DO NORTE, 01 de Março, 1919, p. 2).

À medida que o texto avança aparecem outros segmentos. Agora, surgem não só os lavradores, mas também os comerciantes e industriais. Essa mudança sugere dois pontos: o primeiro, é que até então, a base da economia da região era agrícola, e era também por esse segmento que passava a representação política, portanto a representação, assim como a atenção da classe política estava sendo “redimensionada” para outros segmentos sociais; segundo, é que houvesse um cuidado maior por parte da

---

<sup>248</sup> Lei número 1.269 de 15 de novembro de 1904 a qual estendeu processo de alistamento para as eleições estaduais e municipais , aumentou para cinco o número de deputados para cada distrito , e passou a responsabilidade da apuração das atas aos presidentes das Câmaras Municipais do distrito eleitoral. Neste sentido, vide: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto- o município e o regime representativo, no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. 227 p.

<sup>249</sup> Ibid., 228 p.

classe política, pois, de acordo com o texto, o incentivo era que a população cobrasse dos seus representantes as promessas não cumpridas.

Quase todos os números do jornal *Gazeta*, trazem uma proposta de mudança ou conscientização eleitoral. Para isso, sugere que o candidato que se adequava ao cargo pretendido era Ruy Barbosa. Para introduzir o nome de Ruy Barbosa, o *Gazeta* publicou vários debates sobre sua candidatura, e usou também o expediente de recuo em outro processo histórico para identificar outros tempos, outras práticas, outros códigos de moral e valores, com o propósito de fazer comparações, evidenciar mudanças e modernidades:

estou de acordo [...] esses homens do governo estão fazendo conosco, o que faziam antigamente os senhores de escravos que só transmitiam à ordem ao feitor, para no dia seguinte fazer o serão tal de madrugada e de [...] aquele escravo que não fizesse direito, entraria na taca (GAZETA DO NORTE, 29 de Março de 1919, p. 1).

Na sequência, depois de tantos rodeios, veio o pedido de votos para o candidato do grupo. Foram publicadas cartas aos eleitores pedindo voto para Rui Barbosa. As cartas apresentavam debates sobre direito e democracia, além de propaganda política destinada aos produtores rurais<sup>250</sup>. Várias metáforas eram utilizadas para chamar a atenção dos leitores, sempre ligadas à roça. O retorno dessa campanha era publicada de igual modo, revelando o que o povo pensava: “Bem. Dizem que irão votar em Ruy - até os galos pedem para votar no Ruy” (GAZETA DO NORTE, 16 de Abril de 1919, s/p.), e seguiam-se mais conselhos em quem votar.

Após longo debate sobre política, houve o retorno aos assuntos de agricultura, agora com o caso do fumo, que estava em voga, suscitando debates sobre sua evidência comercial<sup>251</sup>. Assim, metade da coluna falava da campanha para Ruy Barbosa e a outra metade ensinava como plantar: “Sim Sr. Xisto, já cumprimos o nosso dever de patriotas, plantar o Ruy nos poderes, agora voltemos a plantar o fumo, pois é na lavoura que temos o nosso assunto predileto. Continua como plantar fumo” (GAZETA DO NORTE, 19 de Abril de 1919, p. 2).

O aniversário de um ano da *Gazeta do Norte* foi anunciado e comemorado também na coluna *Assuntos da roça*, com um discurso nada sertanejo, mas que deixava transparecer a função dessa coluna: antes de mais nada, revela a intenção desse grupo

---

<sup>250</sup> *Gazeta do Norte*, 5 de abril de 1919, p. 2-3.

<sup>251</sup> O que esta coluna ocultava, era que sua real função era fazer propaganda para a campanha de Ruy Barbosa.

em “modernizar” o sertão, contribuir para a mecanização do campo e, principalmente, conscientizar politicamente os moradores da Zona Rural:

#### Aniversario da gazeta

[...] um ano ininterrupto de batalhar pelo progresso – o velar pelo bem estar da collectividade. Eu dou parabéns a mim mesmo por ter concorrido, para o triunfo da “Gazeta” neste anno, que finda e sinto-me satisfeito de termos mantido a nossa palestra sobre o assunto da roça, que teve por fim, guiar os nossos agricultores, na senda do progresso da nossa agricultura, fonte principal da nossa riqueza e a base, na qual se apresentam o comércio e a industria, como o bem estar do povo.- comenta papel da imprensa – a imprensa sr, é um poder constituído, entre os poderes temos aqui uma engrenagem que é a “Gazeta do Norte”. – agora temos que ir incorporados a “gazeta” abraçar o sr. Redactor chefe e o J. Sexta – Feira que se prestam de boa vontade a reportar nossa palestra (GAZETA DO NORTE, 5 de Julho de 1919, p. 6).

Ao deixar público, o propósito do jornal, justamente no aniversário de um ano, o grupo estava, além de delimitar espaço na “busca pelo progresso”, criando um marco, ação comum não só da imprensa, mas também na construção de monumentos, instituições do governo e outros<sup>252</sup>. A atitude de criar marcos históricos contribuía para instituir a memória coletiva dos “grandes feitos”, ressaltando que a data de 5 de julho seria, nos próximos anos, sempre associada ao aniversário do *Gazeta*, promovendo sua “luta pelo progresso”. Após a efervescência do aniversário do *Gazeta do Norte*, tenho, em meu acervo, uma diferença de aproximadamente oito meses, mas observando datas sequenciais das edições desse jornal encontrei outras reportagens da coluna *Assuntos da Roça*, que seguem dando dicas de como plantar o algodão e como selecionar os grãos para plantar:

O amanho do solo e da planta constitue uma das principaes preocupações para o agricultor que se dedica a lavoura do algodão [...]

O agricultor com um desbaste methodico conseguira, não só favorecer a vida vegetativa da planta como a mesma dará maior quantidade de cápsulas e de tamanho maior, amadurecendo mais depressa e completamente.

Alem disso, o agricultor assim procedendo, dá o primeiro passo para a seleção das plantas, pois, eliminando os fracos e deixando os fortes para a reprodução terá conseguido a verdadeira selecção phusiologicas.

---

<sup>252</sup> Neste sentido, vide: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Percebo que as técnicas e ensinamentos difundidos já eram conhecidos pelos agricultores, o que suscita a seguinte pergunta: se os lavradores já plantavam e colhiam há anos, qual o sentido desses ensinamentos? O que realmente queriam alcançar? A própria reportagem apresenta a resposta: “O agricultor com um desbaste methodico conseguira, não só favorecer a vida vegetativa da planta como a mesma dará maior quantidade de cápsulas e de tamanho maior, amadurecendo mais depressa e completamente” (GAZETA DO NORTE, 20 de Março de 1920, p. 3), ou seja, o plantio era feito há séculos, porém a resistência da planta e o seu bom estado não ocorriam porque a forma como a poda, o plantio e a colheita eram feitos não proporcionavam à planta um bom estado, o que segundo os cursos “técnicos em agricultura” se devia à falta de conhecimento científico. Além disso, queriam alcançar com a agricultura comercial, uma mentalidade de plantio que não fazia parte do cotidiano norte mineiro.



Figura 13 - Assumptos da Roça. Gazeta do Norte.

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

A sequência de reportagens apresenta um interesse peculiar sobre o algodão, o próprio jornalista, autor das manchetes, deixa transparecer que está escrevendo para uma região que já plantava algodão. Essa reincidência discursiva, no entanto, se justificava pela apresentação de novas técnicas, com novos resultados e com a missão de acabar com o misticismo e as crendices sobre a plantação:

Ainda sobre o algodão [...]

A maior parte dos lavradores acredita que o sucesso de sua cultura depende exclusivamente de correr bem o tempo, e do terreno, certos de que uma vez nascidas as sementes, haverá boa colheita. [...]

Ao agricultor prático pouco deve importar o nome técnico da semente, que elle deve exigir é que a experiência lhe demonstre seja tal ou qual semente, sob o ponto de vista agrícola, capaz de dar-lhe boa produção.

J. da Roça (GAZETA DO NORTE, 27 de Março de 1920, p. 3).

A imprensa visava a técnica, banalizando o plantio usual. Utilizar técnicas modernas significava mudar práticas de plantio, fazendo com que a agricultura saísse do atraso ou de pequena produção para agricultura comercial em alta escala. Percebo, assim, que a imprensa cumpria o papel de “divulgar e propagar” práticas e comportamentos sobre progresso e civilização, prestando um trabalho “a serviço do progresso”. Isso não aconteceu somente em Montes Claros, segundo James William Goodwin Junior (2007), a função, abraçada pela imprensa, de “anunciadora do progresso” ocorreu também em Diamantina e Juiz de Fora. Em relação à cidade de Diamantina, ficou evidente, pela documentação questionada na tese, que a imprensa de lá realmente tomou para si o discurso do moderno, no que se refere a Juiz de Fora percebo, através do trabalho de Goodwin (2007) que as distâncias geográficas não eram empecilho para o discurso da modernidade, pelo contrário, eram sim um desafio, pois para a imprensa daquela cidade era muito importante consolidar o “novo jeito de plantar, as novas técnicas de aproveitamento do corte e colheita da produção”, quanto mais distante era o lugar em que se faziam chegar essas informações mais satisfatório era o resultado da campanha e mais importante se tornava o jornal<sup>253</sup>.

É interessante observar que essas matérias realmente trouxeram projetos de outras regiões para o Norte de Minas. E, nesse caso, houve uma companhia do Estado de São Paulo que trouxe técnicas e formas para o Norte de Minas:

[...] A firma Rawlinson Muller & Comp. de São Paulo que tem feito, há longos annos varias experiênicas em uma estação experimental que mantem amexa a fazenda Salto Grande naquelle estado, aconselha o seguinte [...].

Em resumo, com uma racional, podemos não só augmentar a nossa producção por alqueires de terra cultivada, melhorando ao mesmo

---

<sup>253</sup> GOODWIN JUNIOR, James William. **Anunciando a civilização: imprensa, comercio e modernidade Fin-de-Siecle em Diamantina e Juiz de Fora, MG.** In: **Projeto História**. São Paulo, 2007.

tempo as qualidades do producto como alcançar o melhor preço no mercado.

J. da Roça (GAZETA DO NORTE, 03 de Abril de 1920, p. 3).

O trecho acima apresenta estímulo para produzir em maior quantidade e com mais qualidade, não levando em consideração a diferença do solo, do clima. Sem apresentar maiores detalhes de quais práticas deveriam ser substituídas para se ter este “novo modo de plantar, ignoravam as práticas de plantio local e ressaltavam o “plantio racional”. A divulgação dessas informações revela era uma forma desrespeito às diferenças. As redes de comunicação pareciam não “selecionar” a partir das necessidades locais, o que era realmente importante, percebo que por traz disso, estava camuflado os projetos de saneamento e desenvolvimento pretendidos pelos jornais. A imprensa nivelava, sem respeitar as diferenças, como se o que era pertinente a uma região, no caso São Paulo, fosse também pertinente a qualquer outra do país. A sequência da reportagem traz a palavra experiência, desmerecendo ou complementando um projeto de modernização, sendo que essa aparece no sentido de conhecimento técnico:

Sobre poda [...] sobre este assumpto, a experiência adquirida aconselha o seguinte: [...] A experiência tem demonstrado ser conveniente proceder se do seguinte modo [...].

J. da Roça (GAZETA DO NORTE, 01 de Maio de 1920, p. 3).

A experiência mencionada na matéria se refere ao plantio que era feito no Estado de São Paulo, o que não significava que poderia dar certo no Norte de Minas. É importante lembrar que as práticas agrícolas do Norte de Minas também eram experiências construídas ao longo de muitos anos. Eram, portanto, duas trajetórias distintas, dois espaços físicos distintos, que geraram experiências diferenciadas, entretanto, como a técnica estava a serviço da “experiência paulista” a mesma foi interiorizada como sendo o conhecimento que deveria prevalecer, e que seria, portanto, referência de plantio e o jornal *Gazeta do Norte*, cumprindo sua função de imprensa moderna e civilizada, ajudava a divulgar. Assim, concluo que a coluna “*Calendário do Lavrador*” assegurava um perfil mais regional que a coluna *Assuntos da Roça*, porém essa era também usada para fazer campanha em favor de Rui Barbosa e, aproveitando o ensejo, passava, de modo sutil, “técnicas” que não era compatíveis com a realidade dos habitantes no Norte de Minas.

As doenças presentes nessa região contribuíram para associar a imagem ou memória do sertanejo a um indivíduo inútil, como evidencia a reportagem da coluna “*Pelo Sertão*”, na qual o sertanejo é descrito como um sujeito inutilizado:

Que região sertaneja é perseguida por moléstias endêmicas e que muitos homens desta zona são uns verdadeiros inutilizados, é um facto – ninguém o contesta, sem correr o risco de cair no descrédito dos bem intencionados [...] (GAZETA DO NORTE, 14 de Dezembro de 1916, p. 1).

A doença de chagas, conhecida como a “doença do sertanejo”, descoberta primeiramente no município de Lassance, localizado no norte de Minas e que propagou, na região, a imagem do médico Carlos Chagas<sup>254</sup> é um exemplo disso. Entendo que os jornalistas, da época, ao publicarem reportagens como estas queriam indicar os problemas e apontar a solução, nesse caso, apresentada pelo governo:

[...] quando a calamidade é grande, abrangendo todos e todas arrastando ao sofrimento imonivavel das endemias, o governo se desanima e a sua ação se intibia, deixando a lucta a cargo somente da natureza; assim também, quando a situação é favorobilissima, elle se deixa ficar na sua poltrona, irradiando uma alegria jubilosa e orgulhando-se de ser temoneiro de um paiz tão feliz e de um povo tão robusto (GAZETA DO NORTE, 14 de Dezembro de 1916, p. 1).

Esta estratégia de criar nas publicações a imagem de um povo fraco e doente, esperando a salvação que viria do governo, gerava, no leitor, a confiança naqueles que divulgavam os debates, o que certamente influenciava na escolha dos candidatos. Dever-se-ia eleger quem mudaria as condições precárias de vida do sertão. Na sequência a coluna, salientava as doenças e apontava o governo como responsável em saná-las:

Em suma – o sertão possui endemias que prejudicam enormemente parte de seus habitantes, precisa dos homens de representação para que possa, em dias não remotos, ver as suas terras saneadas e povoadas de homens todos validos e capazes para o trabalho – único factor que dia tornará grande o Brasil e respeitada a pátria. Voltaremos de outra as assumpto, com dados seguros e irrefutáveis. Hoje é apenas um prelúdio, o intróito de uma campanha que

---

<sup>254</sup> Médico que estudou a doença popularmente conhecida como “Doença de Chagas”, cujo hospedeiro fixa-se em fissuras de paredes, comum nas casas mal acabadas dos sertanejos, matou e mata muitas pessoas no interior do Brasil, e principalmente no Norte de Minas.

pretendemos fazer em benefício do sertão e sobre tudo do nosso município (GAZETA DO NORTE, 14 de Dezembro de 1916, p. 1).

O propósito era evidenciar a necessidade de melhorar as condições de vida através do Estado na figura dos “homens de representação”. A meta dos jornalistas, nesse caso, era esclarecer a respeito das campanhas que viriam, mais uma vez reforçando a ideia de que era necessário mudar as práticas consideradas “atrasadas”. Na edição seguinte, na coluna “*Pelo Sertão*”, há um breve comentário sobre a imprensa carioca, informando que na capital do país havia pessoas preocupadas com os problemas do interior e que o jornal, fazendo sua parte, daria continuidade ao debate outrora iniciado. Nessa perspectiva, a edição do dia 21 de dezembro de 1916 questiona a República, quanto à etimologia dessa palavra. Será que o que estava em vigor era realmente uma República? Trazendo, dessa forma, para o centro do debate sobre os direitos “sociais”, a função do Estado:

Agora mesmo acabamos de ler uma phrase que nos calou bem vivamente e bem fundamente no espirito “não faltam republicanos sinceros resolvidos a renovar a propaganda da República, pois a que ahi está é a ANTITHESE daquela com que sonharam. Antithese! Bem de propósito e bem intencionalmente destacamos esta palavra que quer dizer “oposição de pensamentos a palavra ou o exactamente inverso do que se deseja ou se pretende fazer ou exprimir (Ibid., 21 de Dezembro de 1916, p. 1).

Criava-se, desse modo, uma espécie de divisão de ideologia por parte da imprensa. A imprensa carioca, ditando as regras, fazia propaganda da República, e o interior, por sua vez, se defendia dessas propagandas. Esta ação de utilizar a imprensa para definir ou mesmo afirmar a existência da “República”, enquanto forma de governo, não era uma prática nova, a imprensa carioca, debateu exaustivamente a respeito desse tema. Segundo José Murilo de Carvalho (1990), o jornal “*O Paiz*”, porta voz de Quintino Bocaiúva, era só um exemplo, da disputa de instituidor do novo regime<sup>255</sup>. Se entre os jornais cariocas havia esse embate, o mesmo ocorria entre os jornais da capital federal e os do interior. Entendo que ao se lançarem como “salvadores do sertão” a perspectiva dos jornais era associar a civilização ao regime republicano e ao mesmo tempo divulgá-lo junto à população, tendo a imprensa como base para essa divulgação.

---

<sup>255</sup> CARVALHO, Jose Murilo de. **A formação das almas - o imaginário da republica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 37 p.

Se, em outras situações, a imprensa do interior utilizou-se de informações e mesmo de reportagens que foram publicadas na íntegra, beneficiando-se dessas, na coluna: “*Pelo Sertão*” o que percebo é uma rivalidade, como se os jornalistas que escreviam para essa coluna não concordassem com a forma como a República se apresentava aqui, no interior. As matérias, com ares irônicos, afirmavam que não eram estes os “verdadeiros” republicanos, pois, se o fossem, não permitiriam tais mazelas no sertão: “É foi a imprensa sertaneja que validos e cultos das regiões sertanistas que colaborarão nesta obra de corrupção e de dismantelo? São elles, por ventura, os republicanos da actualidade? Esta claro que não” (GAZETA DO NORTE, 21 de Dezembro de 1916, p. 1). O trecho, anteriormente citado, denunciava a falta de atenção dos políticos para com a região e essa atitude contribuía para uma conscientização em massa sobre a relação estabelecida entre os políticos representantes da região e os moradores:

Este estado de causa deriva exactamente do descaso com que os dirigentes sempre olham tudo quanto se diz do povo, da desatenção revoltante e fria que dão às reclamações do povo, do desprezo cesariano que ligam à imprensa do interior que muita vez conduz em suas columnas a que queixa legitima e os echos doridos de um povo espesinhado e oprimido. Descaso dos políticos (Ibid., 21 de Dezembro de 1916, p. 1).

Essa narrativa sugere a posterior indignação com o então presidente da República, e a má condução do Estado por parte do mesmo. Tanto que o jornalista não poupou “sinceridade” ao falar do governo de Hermes da Fonseca, em uma campanha pública para Ruy Barbosa:

O povo brasileiro nunca teve representantes legítimos nem um chefe de sua plena eleição, porque o seu esforço e a sua vontade são multiplicados pelos conchavos, políticos e pelas comunicações onde só o individualismo impera e domina. Na memorável campanha Ruy versus Hermes de 1909 -1910, qual o candidato que sahiu triunphante? Qual o nome que despertou e fez vibrar de entusiasmo a alma até dos analphabetos? E quem foi reconhecido pelas câmaras reunidas? Quem subiu as escadas do Cattete e de lá governou, durante quatro anos (que pareceram séculos) os destinos de vinte milhões de brasileiros? (GAZETA DO NORTE, 21 de Dezembro de 1916, p. 1).

O texto é finalizado deixando claro o apoio do jornal na campanha eleitoral de Ruy Barbosa. Como já apresentado na introdução da tese, o jornal *Gazeta do Norte*

era um aliado na campanha desse candidato, e continuaram publicando sobre o descaso com a região, sendo essa entendida como falta de saneamento básico. Na sequência, as reportagens do dia 11 de janeiro de 1917 já faziam menção ao estado calamitoso dos rios em relação à propagação de vermes:

[...] Esta endemia, que se nos apresenta sob três formas diferentes e cada qual com a sua força pathológica bem definida, tem o seu micróbio, específico – o hematozooario. Este não prolifera e se desenvolve somente nas margens baixas e encharcadas dos rios, dos riachos e das ribeiras; também nos pântanos e baixios onde as águas se acumulam, tem elle o seu estádio e a sua ascendência malfazia [...] (Ibid., 11 de Janeiro de 1917, p.1).

Após indicar os locais mais propícios para a proliferação das verminoses, a manchete associa essa proliferação à pobreza, automaticamente transformando uma na outra, o que não era bem assim, pois nas propriedades dos ricos também havia indícios da doença; na verdade, a falta de saneamento é que era a responsável pela proliferação da verminose. Mas o jornal fazia questão de associar a verminose à pobreza, negligenciando a posição das autoridades políticas sobre ambas:

Bem. Estes são os que podem vir ou podem mandar buscar um recurso, e como se vê (é um facto do domínio publico, não exageramos) são em numero respeitável de dezenas e dezenas. E, agora os pobres, estes inteiramente esquecidos da sorte? Este quem, quando são, não podem vir à cidade por falta de um trampo que lhes tape a nudez? Ah! Estes, que são talvez em número superior aqueles, morrem miseravelmente, desampadamente ao fundo de suas choupanas, si a mão caridosa não lhes vae ali levar a allivio da fome e do soffrimento.” [...]

“E porque são elles tão pobres? Por uma indolência revoltante e por um abandono criminoso de si próprio? Porque lhes seja a natureza, pródiga, conferencendo-lhes de tudo ou proque a caridade publica nada lhes deixa faltar?”

[...]

De maneira que elles não são uns indolentes, são antes victimas imbelles do descaso e da incúria dos pobres competentes; são los-irmãos nossos que morrem aos pucos, definham lentamente ... E este quadro triste, doloroso, compungente, observa-se anualmente nas proximidades dos focos do hematozooario, os quaes se acham espalhados por diversos pontos da zona sertaneja (GAZETA DO NORTE, 11 de Janeiro de 1917, p. 1).

Aqui aqueles que fecham o tripé: “Estado, pobreza e atraso” transformam a pobreza em atraso e apontam o Estado como responsável, lembrando que a origem dessa matéria era a campanha eleitoral. O Estado seria o governo vigente, e esse era, o

responsável pelo atraso. A imprensa tem esta característica de juntar elementos para construir memórias, mas, às vezes essas memórias distorcem a realidade. Não que o estatuto da verdade seja a finalidade do historiador, mas a imprensa atravessa os fatos e cria a partir deles a sua própria verdade. A tese da professora Marta Emisia Jacinto Barbosa (2004) apresenta como a fome passou a ser sinônimo de seca<sup>256</sup>, assim como no Norte de Minas, em que a pobreza e o atraso foram “naturalizados” como sendo um só. Nesta “geografia” das doenças, a manchete apresenta os espaços que são “atingidos” pela verminose:

O dr. Moreira Pinto, em sua esplendida obra – chorografia do Brasil – tractando do clima e salubridade dos nosso Estado, cita a seguinte opinião de abalisado clinico: “as margens do São Francisco, como as de todos os seus confluentes, são doentias, principalmente nas barras ou foz, e bem assim os córregos e ribeirões de vagarosas correntezas são focos de febres palustres nesta zona o rheumatismo em todas as suas manifestações, as affecções cardio – aorticas e as moléstias dos aparelhos respiratório e digestivo. Notam –se alguns casos de febres typhoides, ulcerações cancerosas e escorbúticas. As febres biliosas e a dysenteria são comuns durante o verão (GAZETA DO NORTE, 18 de Janeiro de 1917, p. 1).

Os livros e monografias publicados, naquela época, falavam sobre as doenças existentes, e esses estudos apresentavam informações que caracterizavam a região como sendo de pessoas simples e desprovidas de hábitos saudáveis, informações essas que contribuíram para construir a memória de sertão. Esses estudos, geralmente, tinham suas publicações associadas a comentários de salvação, ou civilização dos sertões:

Um outro illustre médico brasileiro, o dr. Afrânio Peixoto, em brilhante monografia acerca da salubridade do Brasil, assim se externa: “doenças climáticas foram outrora a cholera, a malária, a doença do sonno: hoje teem uma etnologia conhecida, sem nenhuma subordinação ao clima, invadem terras sob todas as latitudes. Nas zonas de um mesmo clima teem recuado diante daquelles cuja hyggiene as tem sabido preservar. Emite outras considerações e temina. “Existem apenas moléstias evitáveis, contra as quaes a hygiene tem meios seguros de defesa e reacção. “A saúde, no globo, é independente da totalidade das latitudes: é uma conquista do esforço e do conhecimento humano”. A materia de que estamos tractando não é, pois, nova: é um assumpto que de longa data preocupa os nossos homens de sciência que, graças à sua tenacidade e esforço muito temconseguido dos poderes públicos em beneficio de certos e de

---

<sup>256</sup> BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Famintos do Ceará – imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do XX.** Tese – PUC /SP. 2004.

terminados pontos do paiz. É justo, portanto, que nós, apesar de não temos nenhum vislumbre de sciencia, nos ponhamos ao lado do no sentido de fazer a prophylaxia de nossos sertões, tornando- os parte integrante e útil da nação (GAZETA DO NORTE, 18 de Janeiro de 1917, p.1).

A sequência de manchetes da coluna “*Pelo Sertão*” é encerrada pelo jornalista com o cuidado de “construir” uma narrativa de denúncia e soluções, colocando-se no debate e indicando suas intenções. Fica claro, nessa coluna, o tom de denúncia, fazendo direta associação entre sertão e mazelas, salientando sempre que existem homens capazes de salvar o sertão:

Não é somente nos sertões de Minas, mas também no interior de quase todos os Estados brasileiros, que as endemias campeiam sobranceiras e orgulhosas, fazendo a sua colheita annual de milhares de vidas, já inutilizando para sempre outras. Ao lado do hematozoario e do titypanosoma que por aqui permanecem, sendo a cada passo, diariamente mesmo, innoculados pelos seus behiculadores próprios – morissoca e barbeiro – exste o treponema da syphilis a se transmitir de regação em geração, tornando-as rachiticas e entesandas. E todas estas entidades mórbidas, verdadeiras espantalhos da civilização e progresso de um povo, só cedem a uma prophylaxia systimatica e rigorosa; e esta so pode ser posta pratica com o auxilio dos governos e intervenção efficaz dos homens de sciencia e representação popular. Dahi a razão de ser desta nossa série de artigos desativados em que entra apenas uma larga somma de boa vontade e mais nada. Delinamol-os com dois intuitos únicos – provar a existência dessa moléstia em nosso meio, o que suppomos ter alcançado, e pedir o auxilio do governo nesta campanha patriótica, o que esperamos receber dentro em breve. Esta nossa esperança se funda no facto de existir no orçamento vigente do Estado, avultada verba consignada a soccorros públicos – calamidades, epidemias, etc. Ao invés de estarem os governos da União e do Estado a gastar sommas enormes com imigrações e colônias e núcleos, é mais consentanco, parece, tractarem elles de sanear às nossas terras, tornando-as assim aptas e capazes para o desenvolvimento não só dos seus naturaes, como também dos que para ellas immigram (GAZETA DO NORTE, 18 de Janeiro de 1917, p.1).

No trecho acima fica claro que o jornalista se posicionava, citava os problemas e as doenças sem associá-las à riqueza ou à pobreza, mas, a projetos de administração e responsabilizava a administração pública. O jornal reivindica o saneamento, cumprindo um papel político, papel esse que de fato tem pertencido à imprensa. Sublinho, nesta análise, o fato de a diferença entre o norte e o sul já está naturalizada como uma questão de administração pública ou de interesse dos representantes das suas respectivas localidades. O tema “Norte *versus* Sul” não aparece

claramente nos jornais de Montes Claros, a forma como foi tratado é muito sutil. Em compensação, no jornal *O Norte*, editado na cidade de Diamantina<sup>257</sup>, há uma longa campanha sobre a diferença entre as regiões Norte e Sul do Estado, sendo que essa diferença foi tratada como falta de atenção ou preconceito por parte do governo estadual em liberar verbas para o Norte do Estado.

Naquele período, início do século XX, havia um trânsito de pessoas, mercadorias e informações muito grande entre Montes Claros e Diamantina. Assim, ambas as cidades disputavam o lugar de cidade referência. Disputavam o privilégio de terem, em seu favor, políticos com maior influência nas câmaras estaduais e federais. Apesar de existir essa disputa entre as duas cidades, encontrei tanto em jornais de Montes Claros como nos de Diamantina “troca de elogios e cordialidades” de uma para com a outra.

O jornal *O Norte* saiu em defesa dos interesses da região Norte do Estado, como o mesmo publicava em seu slogan: “*o jornal de interesse do Norte*”. Percebo que aí estava presente uma ampla campanha para enaltecer aqueles que, com pequenas ou grandes ações, fizeram ou tentaram fazer algo pela região, como no trecho abaixo, cuja reportagem elogia Afonso Pena por visitar e observar os problemas estruturais, apontando esse comportamento como sendo o início de uma nova fase para a região:

#### **Fundadas esperanças**

[...]

A semelhança do que actualmente faz o presidente eleito da republica conselheiro Afonso Penna, em demanda das regiões do Norte, onde de vez de estudar as necessidades d’aquelle povo, pretende à nosso presidente menino observar incógnito diversas localidades, o que só é digno de elogios devido à nítida compreensão do que deva ser um verdadeiro estadista, não consentando seu meio de acção no estreito de uma capital belíssima, onde tudo é magestoso, mas que de modo algum traduz a realidade da luta pela vida no nosso meio (O NORTE, 7 de Junho de 1906, s/p.).

O estabelecimento de instituições do governo de determinadas cidades é, e foi, muito importante para essa precária região, ao ponto de o jornal “*O Norte*” de Diamantina publicar em suas páginas a disputa entre Montes Claros e Januária para a

---

<sup>257</sup> Neste período a cidade de Diamantina pertencia ao norte do Estado.

instalação de um destacamento militar, conforme mencionado no capítulo anterior, como teoria da intervenção militar<sup>258</sup>:

#### **“O Norte” – órgão dos interesses geraes do norte**

Opinião do norte, de Montes Claros, em vibrante editorial sob o titulo – desgoverno ou injustiça? Estranha o acto do sr. Dr. chefe de policia, designando a cidade de Januária para sede da grande circunscrição policial a que pertence também Montes Claros.

O confrade argumento no intuito de preferenciar Montes claros para sede da mesma circunscrição (O NORTE, 12 de Julho de 1906, s/p.).

O jornal como espaço de disputa de poder, fora, em Diamantina, utilizado como clamor e pedido de remissão para a região Norte, tanto que o discurso era de que ficassem atentos à região e que, caso houvesse investimento, o Norte, certamente, prosperaria:

#### **Solução**

Das espessas do passado, cujas linhas lhe são servindo de limites, despreendendo seus derradeiros raios governo que no último período dirigio o destino do grandioso estado de minas, gravão-se indelvumente os seus actos e deliberações.

[...]

Critério e luzes bastantes tem s. ex, para, empulsionando a lavoura, acariciando o commercio, e falicitando a indústria, fazer do estado fraco uns estado rico, forte, faustoso, principalmente na sua parte norte, onde tudo definha e se aniquila por difficuldades que se lhe antolhão.

Derrame s. ex. os bens do seu governo sobre esta zona opulenta, mas despresada, laboriosa, porém mal fadada, e teremos o norte, não um sorvedouro dos sacrificios do sul, como disse alguém, não um consumidor das receitas do estado, mas um grande e perenne manacial para o thesouro publico, uma ingatavel fonte de argumento das economias mineiras. “Lance s. ex. um olhar prescrutador sobre esta feracissima zona, e verá quanto futuro sem horizonte, quanta riqueza sem destino, se achão occultas pelas nuvens do esquecimento em que faz o triste norte de minas.

Não há estímulo para nada, e nas mais duras contingencias viu o seu povo sem meios de transporte, sem incentivo no trabalho, sem instrução, sem luz.

[...] Deto delgo (O NORTE, 26 de Julho de 1906, s/p.).

A ideia é sempre de que havia recurso e que com a ajuda do governo tudo daria certo, como divulgado na coluna *Pelo Sertão*, publicada no *Gazeta do Norte*.

---

<sup>258</sup> FAUSTO, Boris. *As ideologias de intervenção*. In: **História Geral da Civilização Brasileira – Sociedade e instituições (1889-1930)**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pg. 228.

Percebo que existia uma rede de comunicação entre os jornais de Diamantina e Montes Claros, pois tanto nas páginas dos jornais pesquisados em Diamantina, como nas dos jornais de Montes Claros, nota-se uma troca de informações e de posturas políticas, gerando um elo entre as cidades e, conseqüentemente, entre os jornais que estabeleciam um pacto de poder e influência em toda a região: “*A opinião do Norte, que sahe á luz da publicidade na adiantada cidade de Montes Claros*” (Ibid., 30 de Agosto de 1906, p. 3).

A imprensa trabalhava no sentido de que Montes Claros era, e deveria ser a principal cidade do Norte de Minas, porém, esta supremacia não afirmava o prestígio de sua representação política. Com o fim da lei que obrigava os candidatos a presidente do estado e a deputados estaduais e federais serem naturais dos respectivos lugares de sua representação política, o norte de Minas perderia prestígio em detrimento do sul, pois a região sul do estado era economicamente mais forte e, conseqüentemente, teria maior poder representativo. O jornal “*O Norte*” de Diamantina publicou a matéria intitulada “*Falência do Norte*”, na qual há a explicação de que a representação passaria a ser por indicação e não mais por eleição.

### **Falência do Norte**

Podemos dizer que o poder político do Norte de Minas, está falido, já os seus representantes, nas câmaras Federal e Estadual não precisam ter seu berço natal. N’um de seus municípios bastante que tenham sua baptismal na sede do P. R. M. no mais já se deu início, com a representação do sr. Col. Bueno Brandão, para deputado pelo 1º distrito na vaga deixando pelo sr. Pedro Luiz.

Embora esteja a altura de ser deputado federal, não nos consta ser exc. O ex-presidente de Minas, filho do Norte. Esta indicação é o symptoma crasso do esmagamento do Norte de Minas pelo Sul. Este facto veio positivar que o Norte tem um dever, apenas o direito de encher o thesouro do Estado, Sem o direito de fiscalizá-lo. Possui o Norte homens de valor igual ao condidato sulista à vaga deixada pelo deputado nortista, no entanto, vae ser imolado privado de um seu filho como representante. Que é isto politicamente senão a fallencia do Norte? (O NORTE, 30 de Agosto de 1906, p. 2).

A representação política era o principal elemento de existência ou satisfação de uma região. Segundo a reportagem, havia uma espécie de “*complô*” contra o Norte; a região Sul do Estado elegia seus representantes políticos e assim conseguia a

infraestrutura necessária para se desenvolver. Nesse momento de confrontos políticos, um grupo de políticos e cidadãos preocupados com a situação do Norte fundou um clube - o Clube Separatista de Diamantina, a exemplos dos clubes europeus que se reuniam para estudar e protestar contra a “ordem”. O Clube Separatista de Diamantina propunha recuperar o respeito da representação política do Norte do Estado<sup>259</sup>.

Se o Norte só servia para pagar impostos, nada mais legítimo que se separar do sul. Antes dessa data, outros movimentos separatistas já haviam ocorrido<sup>260</sup>. Porém, o Clube Separatista de Diamantina foi o mais ativo, pelo menos é o que ficou registrado na imprensa diamantinense, e através dessa, deixa claro que terá como aliada e como instrumento para as reivindicações e debates: “O club Separatista de Diamantina de facto e a sua acção será na imprensa, na tribuna e nas armas si preciso for” (O NORTE, 13 de Setembro de 1917, s/p.). Os discursos do Clube Separatista evidenciavam a importância de se eleger um representante da região para assim sanar os problemas de construção de pontes e pavimentação de estrada. Solicitação sempre presente, tanto nos jornais de Montes Claros, como nos de Diamantina: “só um representante “preocupado” com as necessidades do norte poderia reverter a situação em que se encontrava a região” (Ibid., loc. cit.). O jornal “A Noite” fez a sua parte ao reivindicar a pavimentação da estrada que ligava Mendanha, cidade de grande potência comercial, à Diamantina.

#### **O Norte abandonado – o início de reação – os políticos estão acordando: o Norte de Minas e A Noite**

Pelo lado das estradas terrosas, acima, citada que está ingranzitavel, temos ainda a do gavião, cuja construção já foi arrematada pelo sr. João Gonçalves que passeando em Bello Horizonte se esquece que com a entrada das águas não poderá iniciar sua construção e e isto muito prejudica lavradores e commerciantes norteistas. Mas é mesmo assim, um taverneiro qualquer, obtem arrematação de limpeza publica, alicia empregados (eleitores) e funda directorio político e zaz está de braços com o sr. Delfim e prompto a auxiliá-lo. Dias depois se transforma em constrictor e arremata uma construcção de estrada. A estrada é de difficil construcção fica mais caro que o orçamento desiste ou amolece o corpo, não constroe nem deixa outros construir,

---

<sup>259</sup> No caso de diamantina, com a acessão de Juscelino Kubitschek e outros políticos – acredito que este respeito foi alcançado.

<sup>260</sup> Para Bernardo da Mata-Machado, houve três momentos importantes antes da Primeira República sobre a questão de separação pelo Norte de Minas, que seria a criação do Estado do São Francisco. Primeiro em 1830, por projeto de lei, projeto este que não foi aprovado pelo governo imperial. O segundo e o terceiro foram levantados pela bancada federal baiana. Em 1850, a bancada baiana contou com o apoio das bancadas pernambucanas e piauiense. E, finalmente, em 1873, desta vez a separação dar-se-ia seguindo o curso do Rio São Francisco, com regiões das províncias de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Neste sentido, vide: MATA-MACHADO, Bernardo. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais**. 1690 – 1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p. 101 e 102.

ficando como empatada ..., prejudicando assim os lavradores commerciantes e todos os habitantes da zona norte mineira.

Não pode continuar este estado de cousas sr. Gonçalves diga logo se pode ou não e deixe outro construir.

Contra o abandono do norte pelos políticos sulistas já se iniciou neste município a reação, com a eleição do dia 16, em que elementos populares, tendo a frente membros do C. separatista, representam a candidatura de Artur Queiroga, cujos resultados foram ao mais brilhantes possíveis.

Saccudidos pelo nosso appello já se estão despertando os políticos norte mineiros. Os representantes dos municípios. Na convenção se manifestaram collectivamente aborrecidos com os meios dos políticos sulistas. Publicamos o telegramma expedido pelo correspondente da “A Noite” em Bello Horizonte áquella redacção (O NORTE, 20 de Setembro de 1917, s/p.).

Tendo a imprensa como aliada, o Clube Separatista, com o falecimento de Bias Fortes<sup>261</sup> e a necessidade de substituição no senado, encontrou momento oportuno para conquistar sua visibilidade com a indicação do candidato Artur Queiroga. O espaço da imprensa também foi utilizado, pelo clube, para educar e informar os eleitores a respeito da possibilidade de votar com antigos títulos. Na manchete de serviço especial do jornal “A Noite” foi publicado um texto no qual o jornalista delimitava espaços de representação do poder, ou seja, a Geografia das Minas como base para dividir a representação política, o que pode ser entendido como uma metáfora em favor dos ideais dos separatistas:

### Eleição senatorial

Foi frizante a atitude do Club Separatista de Diamantina, na eleição realizada, no dia 16 para preenchimento da vaga, no senado mineiro, aberta com o falecimento do sr. Bias Fortes. Assim que foi dada na

---

<sup>261</sup> Crispim Jacques Bias Fortes ([Oliveira Fortes, 25 de outubro de 1847](#) — [Barbacena, 14 de maio de 1917](#)) foi um [político](#) e [promotor brasileiro](#). [Faculdade de Direito de São Paulo](#), na qual se formou em [Ciências Jurídicas](#) em 1870. Retornou a Barbacena, onde exerceu os cargos de [promotor de Justiça](#) e de juiz municipal. Exonerou-se da magistratura em 1879 para atuar na política. Em 1881 elegeu-se [deputado provincial](#) pelo [Partido Liberal](#), sendo sucessivamente reeleito até o fim do [Império](#), ocupando por algumas vezes a presidência da Assembléia. Foi reeleito novamente em 1889, mas em decorrência de manobras dos partidos Liberal e Conservador, acabou não sendo diplomado como deputado provincial. No início da [República](#), recebeu convite de [João Pinheiro da Silva](#) para elaborar o anteprojeto da [Constituição](#) de Minas Gerais. Exerceu o governo provisório de Minas Gerais por nomeação do Marechal [Deodoro da Fonseca](#) em quatro breves ocasiões, que na prática se estenderam de [24 de julho de 1890](#) a [11 de fevereiro de 1891](#). Em 1894 teve de renunciar à cadeira de [senador](#) estadual em virtude de sua eleição para presidente do estado de Minas Gerais para o período de [7 de setembro de 1894](#) a 7 de setembro de 1898. Durante seu governo, realizou-se a transferência da capital mineira de [Ouro Preto](#) para [Belo Horizonte](#), em [12 de dezembro de 1897](#). Após o mandato de presidente estadual, retornou ao senado estadual, onde permaneceu até 1918, vindo a falecer durante o exercício do mandato. Acessado em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Crispim\\_Jacques\\_Bias\\_Fortes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Crispim_Jacques_Bias_Fortes), 22 de janeiro de 2011 às 11:43.

véspera a noticia de que o candidato era um sulista cujo nome ficaria occulto, até última hora, o C. S. Diamantina se movimentou e lançou a candidatura do professor Arthur Quiroga que foi abraçada immediatamente por elementos populares que distribuíram o seguinte boletim.

Nortistas a postos!

Realiza-se amanhã a eleição para preenchimento da vaga existente no senado mineiro com a morte do sr. Dr. Chispim Jaques Bias Fortes, e não se sabendo até hoje de candidato algum à vaga, e que será indicada fatalmente um sulista á última hora, convidamos o eleitor a suffragar o nome do querido nortista Professor Artur Queiroga ex-deputado estadual.

Chegou o momento de iniciarmos a repulsa contra as imposições políticas do sul. O Norte de Minas não deve e nem pode consertir no seu esbulhamento, sua asphyxia e aniquillamento pelos planos e manejos políticos do sul.

Temos homens de valor, que muito bem nos podem representar em quaesquer das câmaras federal ou estadoal.

Entre estes está o illustrado patricio Arthur Queiroga, cujo amor ao Norte e trabalhos em seu beneficio estão patentes na sua passagem luminosa pela câmara dos Deputados do Estado de Minas.

NOTA - para as eleições estadoaes podem os eleitores votar com os títulos antigos ou com os novos.

Os nortistas<sup>262</sup>.

Pelo lado das estradas terrosas, acima, citada que está ingranzitavel, temos ainda a do gavião, cuja construção já foi arrematada pelo sr. João Gonçalves que passeando em Bello Horizonte se esquece que com a entrada das águas não poderá iniciar sua construção e e isto muito prejudica lavradores e commerciantes norteistas. Mas é mesmo assim, um taverneiro qualquer, obtem arrematação de limpeza publica, alicia empregados (eleitores) e funda directorio político e zaz está de braços com o sr. Delfim e prompto a auxiliá-lo. Dias depois se transforma em constrictor e arremata uma construccão de estrada. A estrada é de difficil construccão fica mais caro que o orçamento desiste ou amolece o corpo, não constroe nem deixa outros construir, ficando como empitada ..., prejudicando assim os lavradores commerciantes e todos os habitantes da zona norte mineira.

Não pode continuar este estado de cousas sr. Gonçalves diga logo se pode ou não e deixe outro construir.

Contra o abandono do norte pelos políticos sulistas já se iniciou neste município a reação, com a eleição do dia 16, em que elementos populares, tendo a frente membros do C. separatista, representam a candidatura de Artur Queiroga, cujos resultados foram ao mais brilhantes possíveis.

Saccudidos pelo nosso appello já se estão despertando os políticos norte mineiros. Os represntantes dos municípios. Na convenção se manifestaram collectivamente aborrecidos com os meios dos políticos sulistas. Publicamos o telegramma expedido pelo correspondente da “A Noite” em Bello Horizonte áquella redacção (O NORTE, 20 de Setembro de 1917, s/p.).

---

<sup>262</sup> *O Norte*, sem data.

Notas do norte, sem data estavam no arquivo junto com outros jornais do período observado na tese (1910-1920) como outras matérias desta jornal comenta a Primeira Guerra e outros temas ficou claro para mim ser na mesma data.

Toda preocupação apresentada na matéria anterior tinha uma razão de ser. A próspera e antiga cidade de Diamantina tinha seus interesses particulares em se tornar a capital do Norte. A campanha publicada nos jornais tinha um objetivo – sua candidatura ao posto de capital da região. Nessa perspectiva, o jornal “*O Norte*” publicou uma carta aberta na qual são mencionados os pontos e porquês da candidatura de Diamantina ao posto de capital do Norte:

**A voz do Norte, quinta-feira, 6 de setembro de 1917**

**PG. 2**

Supponhamos o Norte um estado independente, tendo como capital a cidade de Diamantina. Limitado ao norte pelos rios Carinhonha, Verde Grande, Verde Pequeno, Serra das Almas, recta comprehendida entre rio Pardo e Salto Grande, Serra dos Aymores, a Leste, Rio Doce, Serra dos Espinhaço, rio Parahyba ao Sul, e limites com Gorjaz, a oeste, terá seguramente 338.800 Kilomentros quadrados, sendo maior do que São Paulo, Pernambuco, Paraná, Ceará e outros importantes estados do Brasil.

Sua população será maior de 1.000,000 de habitantes não sendo muito inferior as populações de Peçanha, Serro, Diamantina e outros. Dos municípios actuais farão parte do nosso departamento administrativo cerca de trinta, incluindo Paracatu, no occidente.

Quase todos estes municípios são muitíssimos ricos e si não estão mais prósperos porque dependem politicamente de 146 de outras regiões. Uma vez creado o novo estado poderá cada um deles ter seu representante directo na Assembléia Legislativa. Não nos faltam estadistas para preencherem as funções publicas.

O Sul até, será bastante prejudicado porque irá perder políticos como Sabino Olympio Mourão, Ignácio Murta, Nuno Mello, Nelson de Senna, Jurisconsultos, como Carlos Ottoni, Edmundo Lins, Francisco Brant, Rodolpho Jacob, professores, como Aurélio Pires, David Rabello, jornalistas, sábios e notabilidades, como dr. Telles de Menezes, Antônio Felícios, Antônio Olyntho, Augusto Barbosa, Costa Senna, Juscelino Barbosa, Cícero Arpino, Joaquim de Salles, e muitos outros.

E nós que já temos em Diamantina sub-administrações de correios, districtos de telégrafos, escola normal, teremos um gynnasio, e não precisaremos de ir ao Sul prestar exames preparatórios, muito facilmente, teremos faculdades, e todos os melhoramentos que pode trazer a constituição de um novo Estado.

Ah” Nortistas, lembraevos de que, embora vejaes chamados mineiros, não sois mais do que parias para o povo orgulhosos do sul. Jarbas (O CURVELLLANO, 29 de Agosto de 1919, p. 4).

Na reportagem, percebo dois pontos importantes para essa reivindicação: primeiro a força da representação política através dos nomes dos representantes da

cidade de Diamantina, externando o poder desses e segundo a existência, nessa cidade, de escola, telégrafo e correios, enfim, instituições de prestação de serviço que, naquele momento, faziam com que as cidades fossem consideradas desenvolvidas. A campanha para que Diamantina fosse a capital do Norte harmonizava-se com a idéia de que, assim sendo, o Norte de Minas sairia do atraso. No entanto, pela descrição geográfica, Montes Claros e as cidades circunvizinhas não aparecem, na verdade essas estão dentro desse “território” delimitado, mas não aparecem. Ou seja, se a relação Norte *versus* Sul do estado deixaria de existir, tudo indicava que a disputa passaria a ser entre Diamantina e Montes Claros. Não só Diamantina, mas também, as cidades próximas recorriam à imprensa para criarem a imagem de cidade desenvolvida. Como na matéria publicada no jornal “*O Curvellano*,” sobre o projeto da construção da ponte sobre o Rio São Francisco:

#### **O Curvellano - 29 de agosto de 1919.**

O nosso editorial passado, sobre a ponte no São Francisco em Pirapora, foi ouvido pelo governo e o sr. Ministro da viação pediu ao Director do prolongamento as plantas e o orçamento das obras afins de auctorisar a construção

Não faltará quem affirme depois que isso é mais um dos muitos serviços que o cônego rolim tem prestado ao município. Solicitação de construção de ponte, colocar perto com a de Mendanha (O CURVELLLANO, 29 de Agosto de 1919, p. 4)

A cidade de Curvelo foi outra que também se utilizou da imprensa para “disputar” com Diamantina e Montes Claros lugar de destaque no Norte de Minas. Mas, foi em vão, pois as imprensas de Montes Claros e de Diamantina foram mais ousadas nessa disputa. A campanha da cidade de Diamantina para se tornar a capital do Norte de Minas foi além dos textos dos jornais, entretanto, Montes Claros não ficou calada, e o “*Gazeta do Norte*” se posicionou nesse embate:

#### **Indifferentismo ou má sorte?**

Montes Claros é incontestavelmente uma das primeiras cidades do Estado, altrahindo pelo seu progresso, lento mais constante, a atenção de todos os que a visitam.

Entretanto tem sido sempre esquecida dos poderes públicos, apesar de ter-se mantido sempre (?) governo, não havendo nunca, há mais de 10 annos, se insurcontra qualquer desejo dos que governam o Estado.

A nosso ver é essa, principalmente, a razão pela qual, ella, bem como todo o Norte, excepção de alguns lugares privilegiados, para servirem de burgos poderes.

Diamantina que tem dado bellos exemplos de civismo, como agora o faz dando brasileiro que é a maior gloria nacional, gosa de melhoramentos de iniciativa governamental que até hoje ignoramos o que sejam.

Chammamos há dez annos por pontes, por uma cadeia, por uma casa onde possa a justiça funcionar decentemente, para ter um grupo escolar foi necessário que a municipalidade desse um prédio e, até um estabelecimento de ensino que outrora aqui existia, a Escola Normal, foi extinto, sem que a nossas instantes pedidos tivessem o resultado de seu restabelecimento e nem ao menos a equiparação de uma que com urgentes sacrificios, aqui foi creada e mantida por dois annos.

Em relação ao nosso ramal férreo que, tem o nome desta gloriosa cidade, talvez por isso mesmo, tem se arrastado de um modo deplorável e quando, como agora, te, verba para a sua construcção, tiram-lhe os trilhos, e deixam de distribuir a verba a necessária para a continuação do respectivo serviço.

Telegrama de nosso correspondente deram essa noticia. Confirmada por todos os jornais do Rio e pelo orgam official dos poderes do Estado.

(?) illustre em quem o Norte depositava as mais fagueiras esperanças, não só por ser um político de alto descortino, como pelas suas ligações com um dos chefes desse Norte a quem devemos a nossa assistência como órgão da imprensa mineira.

Maior ainda nossa surpresa quando deparamos, no órgão official do Estado e em outros jornaes que S. Ex. o sr. Ministro, viria em excursão ate Pirapora e outros ramaes da central, desses excluindo o de Montes Claros, cujo nome não figura no programma dessa visita.

Seria esquecimento ou propósito?

Chi lo Sa? [sic] (GAZETA DO NORTE, 26 de Abril de 1919, p.1).

Porém, mesmo não tendo uma eficiente participação dos representantes políticos no sentido de nivelar as diferenças sociais, a imprensa de Diamantina aventurou-se nessa campanha, os jornais eram muito mais diretos do que os das outras cidades do Norte de Minas. Entendo que, mesmo existindo serviços públicos adequados na região sul e diferenças sociais marcantes entre essa e o norte, a imprensa norte-mineira, principalmente a Diamantinense, não se deixava abater, e estava demarcando, de forma contundente, seu espaço na representatividade política. A finalidade dessa representatividade era eleger um grupo vencedor do projeto de modernidade. Diante do fato de Diamantina, já naquela época, ser uma cidade de grande tradição cultural, tradição que perdura até os dias atuais, e ser, também, detentora de boa estrutura educacional, fatores que eram tidos como fundamentais para o projeto de modernidade, naquele processo histórico, considero que estava, na educação, a base do verdadeiro

projeto de modernidade, o que colocava a cidade de Diamantina em posição de destaque nessa disputa.

Outra coluna que contribuiu para que eu entendesse o projeto de modernidade, pensado pela imprensa daquela época, foi “*Saneamento do Sertão*”. Nessa coluna, publicada no *Gazeta do Norte*, há apenas três matérias, sendo a primeira com o título “*O Povo*”; a segunda, “*O Solo*”; e a terceira, “*Um Sonho*”. A afirmação de que existem apenas três matérias sobre essa coluna, deve-se ao fato de que no acervo da UNIMONTES só encontrei essas três edições, mas não garanto que antes ou depois não tenha existido essa mesma coluna com outros elementos. Nas matérias dessa coluna a população e a região eram apresentados como atrasados e doentes e o governo só conseguiria reverter tal situação com a construção da estrada de ferro; nesse caso, entendida como medida de saneamento do sertão. Em forma de apelo, o início da reportagem, diz: “Os Estados Unidos” têm utilizado recursos para “sanear” áreas “desertas” e ainda delimitava como “início” do sertão a cidade de Buenópolis<sup>263</sup>, dando a entender o desinteresse dos “homens do governo” que não conheciam a região, e não se preocupavam com suas mazelas:

### **O Povo**

Em artigos que temos publicado a respeito d’este palpitante problema, affirmamos que o governo, empenhado como parece estar em concontrar para elle uma solução pratica e definitiva, não tem meio algum a não ser a construção de estradas de ferro atravessando as regiões doentias. E não si diga que é uma affirmação gratuitas, nos Estados Unidos, em que tudo é grandeza e progresso, os governos têm innumeras vezes lançado mão d’este meio efficaz para sanear regiões pestilentas e para povoar desertos.

N’uma longa viagem que fizemos pelo norte de Minas, de Buenopolis para cá, pudemos observar a verdade desta affirmação.

Os homens de governo, que vivem em sedas e vulludos, no meio do conforto de nossas capitães, não fazem a menor idéia do que é o sertão, dos contrastes emmensamente impressionantes que se vêem a casa passo entre as extraordinarias riquezas do solo e as meserias horríveis da população rural que vive como desterrada em sua própria pátria, às margens de rios e córregos paludosos (MONTES CLAROS, 27 de Janeiro de 1918, p.1).

Mais uma vez o *Gazeta* compara o governo brasileiro ao norte-americano, como sendo referência para acabar com as mazelas brasileiras. Além disso, afirmava a

---

<sup>263</sup> Localizada há 150 km de Montes Claros, em direção à região central do Estado.

falta de conhecimento da região Norte do Estado de Minas Gerais como ausência de civismo por parte do governo, lembrando que civismo, nesse caso, estava diretamente ligado a práticas positivistas. Em meio a tanta falta de estrutura, o homem que sobrevivia a tais mazelas acabava se tornando um herói, assim, a reportagem delineava o sertanejo como um sobrevivente:

E eu admiro muito este povo heróico, admiro-o pela sua infelicidade, admiro-o, insulado em sua miséria, a lutar heróicamente contra o desprezo em que o deixa o seu governo, contra as indempcias do solo, contra as epidemias, a contemplar pacientemente a [...] contemplar pacientemente a vastidão sem fim dos sertões desertos, sem uma esperança!...

Bem razão teve o grande luzeiro da medicina brasileira, Miguel Couto, quando n'um discurso recente, depois de salientar “o defeito das qualidades de nossa terra”, assim exclamava: “o esforço humano que tiver de lutar contra taes elementos precisa ser formidável e colossal, e os que vencerem são heroes (Ibid., loc. cit).

O perfil de sobrevivente dado ao homem sertanejo, na construção do texto, produz um sentimento de complacência em relação ao sertanejo. Chegando a ser mencionado que, por sobreviver aos problemas do sertão, todos deveriam se orgulhar dele. O jornal, em alguns momentos, afirmava que pretendia contribuir para a melhoria da região. Entretanto, as pessoas, o espaço e as práticas do cotidiano foram descritas com tantos problemas e insuficiências, que parecia não adiantar a luta por melhorias: os sujeitos sociais que habitavam este local não teriam jamais como viver em melhores condições. Se pelo governo e pela razão não há como mudar, a única saída seria a religião. Essa prática explicitada na vida do sertanejo também, para o *Gazeta*, seria a solução ou parte dela:

O sertanejo tem uma fé profunda e santa, um culto verdadeiro a Deus porque sabe que é o único poder que lhe vale e lhe socorre no abandono em que vive. Os filhos do sertão que se educam em centros adiantados, salientam-se sempre pela sua audácia, pela sua inércia de ferro, pela pujança e vivacidade de intelligencia e de character como expoente de nobres qualidades que dormem latentes no amino dos sertanejos (MONTES CLAROS, 27 de Janeiro de 1918, p.1).

Reafirmavam-se, dessa forma, as práticas religiosas. Depois de descrever tanta miséria e falta de estrutura, o jornalista concluía o texto com a ideia de que a estrada de ferro seria a salvação para os problemas, ou melhor, a artéria que levaria a

região ao progresso. O texto tem um desfecho romântico. Mas o objetivo final era realmente fazer campanha para que a estrada de ferro se tornasse uma realidade:

É o apito da locomotiva, ressoando de quebrada em quebrada, rios caudalosos, dirá ao sertanejo, accorda, chegou o dia da tua rede em opção.

E então à luz da civilização, do progresso e do movimento, as epidemias e endemias, por si mesmas, desaparecerão para sempre, como phantasmas açoitados e vândicos.

Dr. X. (Ibid., loc. cit).

Partindo de Buenópolis, tinha-se a impressão do “desertão”, mas com a possibilidade de mudanças com a instalação da estrada de ferro. Em outra edição, o solo foi o assunto principal da coluna. Como o Norte teve, e ainda tem, como base a agricultura e a pecuária, era de suma importância que o solo também fosse alvo de debate por parte da imprensa:

### **O solo**

O viajante que partir de Buenópolis, ponto estacionário do ramal de Montes Claros, em demanda do sertão norte mineiro, tem logo a impressão de que vai penetrar num deserto immensamente grande.

No entanto, se houvesse vias de transporte, como estrada de ferro, seria muito em breve uma região completamente transformada e cujos productos iriam concorrer grandemente para o aumento da nossa riqueza (Ibid., 1918, p. 1).

Além do solo, a existência de inúmeras mazelas, como as doenças, eram constantemente mencionadas. Todavia, não bastou mencioná-las; mas, associaram-nas ao sertão e à falta de estradas. O solo é o título, mas na reportagem as estradas eram a reivindicação principal. A partir desse ponto, o texto sobre o solo passou a fazer referência aos contrastes de um país rico, mas que estava sujeito às mazelas das doenças: “Os rios, ribeirões e correios desta região são focos terríveis de impaludismo e a molestia da chagas parece ter alli o seu domínio absoluto” (MONTES CLAROS, 2 de Fevereiro de 1918, p. 1). Nessa reportagem aparece também uma crítica sobre a postura do governo, pois, segundo o “Dr. X”, que assinava o texto, as promessas existiam, mas não havia ações efetivas:

E os nossos governos discutem há dois annos o meio de sanear os sertões e parecem sinceramente interessados nesta empreza. Mas, como? Por meio de rendosas comissões, por meio de discursos e officiais? O nosso sertão é tão grande, os trabalhos que exigem as

remoções dos focos pestilentos são tão fabulosos que os governos não devem nem pensar nisso, o que alias seria a racional prophylaxia, Vejamos, por exemplo, o rio Jequitahy.

Quando este rio enche, como um mar de lama invadindo as immensas mattas virgens, numa extensão de uma légua de lado a lado. Na sua vasante, la ficam aquellas mattas colossaes, cheias de sangradouros, de padridões e tornan-se então em focos pavorosos de impaludismo, como pudemos observar. O viajante, logo ao se approximar das margens do rio, e assaltado por uma verdadeira nuvem de mosquitos, anopheles, sequiosos de incularlhe o germen do paludismo que leva mulhares de pessoas ao tumulto e outras à mais horríveis miséria orgânica. Fazer? (MONTES CLAROS, 27 de Janeiro de 1918, p. 1).

O texto não fala o que seria sanear os sertões e quais seriam as práticas de saneamento necessárias para fazê-lo, mas aponta quais eram os problemas: enchentes, mosquitos e doenças. E segue comparando o viajante a um soldado em estado de guerra. Para resolver tais problemas, a solução era facilmente perceptível: sanear os sertões com a instalação da estrada de ferro, medida que já fora iniciada, segundo o jornalista, bastava que o governo terminasse a obra. Sanear era ir além, e, nesse caso, era mudar práticas de vivência nesse sertão. Assim, todas as associações – viajante em guerra e desertão – tinham uma função, fazer campanha em favor da construção da estrada de ferro:

Entretanto, se o governo quer mesmo sanear o sertão, chamando os sertanejos ao convívio da (?) basta uma cousa apenas: a estrada de ferro, isto é, basta que o governo mande terminar a construcção já muito adiantada este importantíssimo ramal. São tantos os serviços já feitos de Buenopolis para cá, cortes enormes, aterros immensos, como os das margens do Jequitahy, que resistiram a enchentes colossaes, obras d'arte, dormentes etc, que , deixar perder tudo aquilo, com a aggravante da privação da estrada nesta região, é um verdadeiro crime que commette o governo que assim proceder.? (Ibid., loc. cit.).

O jornalista apresentava o Ramal de Montes Claros como a solução para o fim de todos os problemas. Porém a palavra sanear sempre aparecia sem maiores explicações. Ao fazer a leitura dessas reportagens, percebo que os jornais, ao abordarem o tema saneamento, deixavam transparecer que algumas práticas deveriam mudar com a chegada da ferrovia. No entanto, não explicitavam claramente o que deveria ser mudado, de onde me vem o questionamento: quais práticas deveriam ser extintas e quais técnicas deveriam ser incorporadas ao cotidiano desses sertanejos para que se chegasse ao conceito de modernidade pensado pela imprensa? O texto termina

salientando os benefícios que a estrada de ferro traria para a economia e para a saúde, conforme exemplo dos benefícios obtidos com o saneamento das margens do rio Bicudo e com a construção da ferrovia que ligava Curvelo à Pirapora. Estabelecendo uma comparação entre deserto/desertão/sertão a reportagem notificava que com a chegada do ramal, visto como fator de modernidade, o progresso passaria a existir na região e, aí sim, seria o fim do atraso. A importância da estrada de ferro era tamanha que o trecho final da reportagem sentenciava: “É tão rico o norte de minas e vive num abandono tamanho que eu penso que o governo que lhe trouxe a estrada de ferro passará à história, como o descobridor de uma terra nova, assim como Pedro Álvares Cabral e Cristóvão Colombo. Dr. X” (MONTES CLAROS, 3 de Fevereiro de 1918, s/p. ).

A terceira matéria, intitulada *Um Sonho*, traz em seu início a narração de um terrível pesadelo, que o jornalista, autor do texto, teve. No sonho, ele era um médico que viajava pelo Norte de Minas e se deparava com cenas horrendas de doenças e misérias, o mau sonho o faz sentir como se tivesse sido transportado para o inferno de Dante<sup>264</sup>:

### **Um sonho...**

Um sonho mau é sempre no nosso subconsciente, um momento de terríveis aflições.

Ora é um monstro que assenta as suas garras de ferro em nosso peito, ora é um abysmo que se abre diante de nós... E, como nos sentimos bem, quando, abrindo os olhos, vemos que todo o horror que agitava os nossos nervos, que todas as anciãs mal contidas se dissipam ao sopro da realidade!...

Este, porém, era diferente, começou assim: viajava eu pelo alto sertão mineiro: passara por campinas sem fim, por mattas virgens, por córregos, rios e atoleiros... tudo deserto, desolado, triste! Ao cair da tarde, a beira de um córrego, avistei umas cafuas de uma tive resposta. O seu dono, pobre, mas hospitaleiro, promptificou-se logo a hospedar-me, mormente quando soube que eu era medico.

- Ora, dizia-me elle, minha mulher e meus cinco filhos morreram todos de malina. Os meus vizinhos quase todos morreram também. Fiquei aqui sozinho neste ermo...

Meditava eu sobre a desgraça d'áquele homem pobre e resignado, quando surge, à portinhola da cafua, uma figura de phantasma.

Tinha qualquer cousa de humano e parecia mais um defunto que acabava de abandonar a sepultura. Como vestimenta, uma calça toda rasgada e uns molambos a cobrir-lhe os hombros. Quis recuar e fiquei estático e attonito a olhar e a ouvir aquella visão. Fallava-me, mas com uma voz tão humilde e tão fraca que mal balbuciava as palavras.

– Soube, diz elle que tinha chegado um douto e vinha portanto pedir um remédio...

---

<sup>264</sup> O Inferno de Dante é uma das partes da obra a Divina Comédia. Trata-se de um texto escrito aproximadamente entre 1304 e 1308, ou seja, um pensamento medieval sobre os pecados capitais, as dores humanas e os traidores que “marcaram época até então”.

Era a carcassa de um homem que a ankylostomiase havia devorado. Dahi a instantes seurge outro: um rapazinho de 14 annos de idade, nú, entre duas muletas e com uma perna paralytica e atrophada. Os seus olhos muito fixos, vermelhos, humildes diziam tudo: era, agora, uma victima da syphilis.

Surge depois uma velha, macillenta, rodeada de filhos: mocinhas nuas da cintura para cima, tendo apenas um lenço amarrado ao pescoço occultando-lhes os seios, com o cabelo em completo desalinho, rapazes semi-nús, cada qual com o seu rosário de quixasa, dores, etc.

Em pouco vi-me rodeado de toda aquella legião de infelizes: aqui um opelado, alli grupos de paladados choronicos, de doentes de chagas, syphiliticos etc...

Pareciam todos doentes fugidos de algum hospital. Julquei que no somno havia eu transportado para o inferno de Dante!

Procurava accordar-me daquelle sonho mau ... Mas não era um pezadoello – era a realidade pura, e vi que eram todos brasileiros, filhos do Estado de Minas e então, em minha mente, surgiu aquella figura hellenica de Miguel Pereira, tal qual o vi há dois annos, num vasto e repleto amphitheatro da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, exclamando com um gesto largo e num tom firme e convicto: “O Brasil é um immenso hospital!” (MONTES CLAROS, 24 de Fevereiro de 1918, p. 1).

Penso que o sentido dessa longa narrativa revelava a necessidade do jornalista em associar pobreza e sertão. Afirmar a existência da sífilis e da doença de Chagas e associá-las ao sertão, justificava a existência dessas mazelas no Norte de Minas. Com isso, o autor do texto cria um conceito próprio para o termo sertão: primeiro quando iguala o espaço do Norte de Minas ao espaço narrado em seu pesadelo, indicando uma semelhança entre ambos; segundo quando afirma o sentido de pobreza material, enfatizando o sertão como lugar do pobre e terceiro quando diz que a doença e a pobreza assolavam aquele espaço. A civilização, a higiene e o moderno são fatores determinantes no olhar de Miguel Pereira, e o litoral, onde estava o progresso, é que teria a solução para os problemas do interior:

E esta realidade que só os cegos não vêem e que só os litteratos idealistas não crêem, deveria ser um pezadoello para os nossos governos.

Nenhum problema, nem a própria guerra; é mais importante, mais urgente e de interesse mais vital do que este saneamento dos nossos sertões.

O que se observa pelo interior do nosso estado, no que se refere à Saúde Publica, é uma cousa que, se por um lado deshonra muito e muito a bandeira de nossa pátria!

Deixa morrer assim um povo todo, isolado pelos revezes da sorte em regiões pestilentas, a braços com uma natureza bravia, sem veias de comunicações de espécie alguma, é crear dentro de nossa terra e

debaixo do nosso ceo anil, uma segunda e negra escravidão. Não pode ter outro nome o abandono em que se acha o sertão... (MONTES CLAROS, 24 de Fevereiro de 1918, p. 1).

## Saneamento dos sertões

### UM SONHO...

Um sonho mau é sempre no nosso sub-consciente, um momento de terríveis aflições.

Ora é um monstro que assenta as suas garras de ferro em nosso peito, ora é um abysmo que se abre diante de nós... E, como nos sentimos bem, quando, abrindo os olhos, vemos que todo o horror que agitava os nossos nervos, que todas as ancias mal contidas se dissipam ao sopro da realidade!...

Este, porém, era diferente; começou assim: Viajava eu pelo alto sertão mineiro. Passara por campinas sem fim, por matas virgens, por correços, rios e atoleiros... Tudo deserto, desolado, triste! Ao cair da tarde, á beira de um correço, avistei umas cafúas desertas. Em muitas eu chamei e só em uma tive resposta. O seu dono, pobre, mas hospitaleiro, promptificou-se logo a hospedar-me, mormente quando soube que eu era medico.

— Ora, dizia-me elle, minha mulher e meus cinco filhos morreram todos de *malina*. Os meus visinhos quasi todos morreram também. Fiquei aqui sosinho neste

amphitheatro da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, exclamando com um gesto largo e num tom firme e convicto: «o Brasil é um immenso hospital!».

E esta realidade que só os cegos não vêem e que só os litteratos idealistas não crêem, deveria ser um pezadello para os nossos governos.

Nenhum problema, nem a propria guerra é mais importante, mais urgente e de interesse mais vital do que este do saneamento dos nossos sertões.

O que se observa pelo interior do nosso estado, no que se refere á Saude Publica, é uma coisa que, se por um lado nos inspira um dó immenso, uma justa piedade, por outro lado deshonra muito e muito a bandeira de nossa patria!

Deixar morrer assim um povo todo, isolado pelos revezes da sorte em regiões pestilentas, a braços com uma natureza bravia, sem vias de communicações de especie alguma, é crear dentro de nossa terra e debaixo do nosso ceo de anil, uma segunda e negra escravidão. Não pode ter outro nome o abandono em que se acha o sertão...

Repetimos mais uma vez, cheios

nhos quasi todos morreram também. Fiquei aqui sosinho neste erno...

Meditava eu sobre a desgraça d'aquelle homem pobre e resignado, quando surge, á portinhola da cafúa, uma figura de phantasma.

Tinha qualquer coisa de humano e parecia mais um defunto que acabava de abandonar a sepultura. Como vestimenta, uma calça toda rasgada e uns molambos a cobrir-lhe os hombros. Quiz recuar e fiquei estatico e attonito a olhar e a ouvir aquella visão. Fallava-me, mas com uma voz tão humilde e tão fraca que mal balbuciava as palavras. — Soube, diz elle, que tinha chegado um douto e vinha portanto pedir um remedio...

Era a carcassa de um homem que a ankylostomiase havia devorado.

Dahi a instantes surge outro: um rapazinho de 14 annos de idade, nú, entre duas muletas e com uma perna paralytica e atrophada. Os seus olhos muito fixos, vermelhos, humildes diziam tudo: era, agora, uma victima da syphilis.

Surge depois uma velha, macilenta, rodeada de filhos: mocinhas nús da cintura para cima, tendo apenas um lenço amarrado ao pescoço occultando-lhes os seios, com o cabello em completo desalinho, rapazes semi-nús, cada qual com o seu rosario de queixas, dores etc.

queixas, dores etc.

Em pouco vi-me rodeado de toda aquella legião de infelizes: aqui um opitado, alli grupos de paludados chronicos, de doentes de Chagas, syphiliticos etc., etc.

Pareciam todos doentes fugidos de algum hospital. Julguei que no somno havia sido eu transportado para o inferno de Dante!

Procurava accordar-me daquelle sonho mau... Mas, não era um pezadello — era a realidade pura, e vi que eram todos brasileiros, filhos do Estado de Minas e então, em minha mente, surgiu aquella figura hellenica de Miguel Pereira, tal qual o vi ha dois annos, num vasto e repleto

nome o abandono em que se acha o sertão...

Repetimos mais uma vez, cheios de sincera convicção: para sanear estas regiões definitivamente, o governo não tem outro meio a não ser a estrada de ferro.

O apito da locomotiva será para o sertão como um toque estridente de resurgimento material e moral, será como o proprio echo do progresso e da força e como a propria alvorada da liberdade!

Dr. X.

Figura 14 – Sameamentos dos sertões: Um sonho. O Montes Claros 24 de fev de 1918, p 1.

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

O grande número de mortos pelo confronto mundial parece ser insignificante perto da situação descrita pelo jornalista. Mas o objetivo final do texto era provocar os administradores responsáveis. Após desesperadas tentativas, o autor do texto ainda

chama a atenção do governo para a região e adverte que os gastos que os administradores estavam destinando à Primeira Guerra Mundial desonrava a bandeira da pátria. Percebo que ao fazer esta combinação: saúde pública, civismo e campanha de construção da estrada de ferro, o jornalista constrói a memória de que a imprensa era a porta-voz do sertão.

Repetimos mais uma vez, cheios de sincera convicção: para sanear estas regiões definitivamente, o governo não tem outro meio a não ser a estrada de ferro.

O apito da locomotiva será para o sertão como um toque estridente de resurgimento material e moral, será como o próprio eco do progresso e da força e como a própria alvorada da liberdade!

Dr. X. (MONTES CLAROS, 24 de Fevereiro de 1918, p. 1).

Para essa coluna, sanear o sertão era fazer com que chegasse até Montes Claros o “progresso”, a higiene e, principalmente, o nivelamento social. Porém, para que essas ações se concretizassem era preciso – nesse caso – fazer chegar ao norte a ferrovia. E, a partir disso, pensar na “modernidade”. Essa coluna era simplesmente destinada à campanha da construção da ferrovia. Pelo que percebo a campanha em favor do Ramal não ficou somente nas colunas destinadas a esse assunto. O projeto era civilizar o sertão a partir do trem como meio de transporte. Embora se salientasse, igualmente, a necessidade de outras instituições, tais como escolas e destacamentos policiais, porém eu me pergunto: será que a construção do Ramal de Montes Claros realmente “transformaria” o sertão em civilização?

Realizei pesquisas nas edições do jornal *Minas Gerais* dos dias 7 e 28 de agosto de 1913 e do dia 5 de novembro de 1919, nas edições do *Montes Claros* de 1916 a 1919 e nas do *Gazeta do Norte* do ano de 1919 com o objetivo de me inteirar sobre os rumos que a educação tomava, naquele momento, e de como era pensada pelos jornalistas, uma vez que esses a consideravam o pilar do projeto de modernização do sertão. Ainda com o objetivo de entender o pensamento de que a escola e a polícia seriam “os salvadores” de uma região, considerada por eles, jogada à própria sorte. O sistema nacional de educação <sup>265</sup> previa uma organização escolar influenciada pela filosofia positivista e no interior do Estado de Minas, concomitante a isso, permanecia a ideia de que as escolas do sertão deveriam se alinhar com as determinações do litoral, lembrando que, naquele momento, a capital nacional era a cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>265</sup> PILETTI, Claudino & PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2008.

A Educação Militar no Norte de Minas tinha na Escola de Aprendizes de Marinheiros de Pirapora seu ponto forte para disseminar os ensinamentos positivistas militar. A proposta dessa escola era abarcar vários segmentos sociais da cidade de Pirapora. Em 16 de novembro de 1916, foi publicada no jornal “*Montes Claros*” uma nota comunicando que a escola estava com o período de matrícula aberto:

Os menores poderão ser apresentados por seus paes mães viúvas ou solteiras, manifestando-se o consentimento destes por petição assignada, dirigida ao comandante da Escola pedindo o alistamento do menor e acompanhando da certidão de idade e do atestado do delegado, juiz de paz ou outra autoridade local da residência do menor (MONTES CLAROS, 16 de Novembro de 1916, s/p).

A nota revela que, já naquela época, os filhos de viúvas ou mães solteiras com condições financeiras precárias tinham prioridade no alistamento e sendo menores deveriam ter um atestado de uma autoridade local, o que indica que havia uma efetiva intervenção do Estado. Em Pirapora, cidade localizada entre Montes Claros, Belo Horizonte e o Triângulo Mineiro, às margens do Rio São Francisco, a escola militar seria a “base” da educação positivista na região. A pedagogia militar era praticada em várias instituições de ensino espalhadas pelo país; para os pesquisadores do período, ela era a principal vertente da educação na Primeira República, mesmo as escolas que não eram mantidas pelas ordens militares, eram influenciadas por essa pedagogia <sup>266</sup>.

Para ter acesso à educação, no caso da escola de Pirapora, a situação dos pais e a condição dos alunos eram colocadas em destaque pelas normas de admissão:

#### **Da admissão de alumnos**

As matriculas na Escola de Aprendizes Marinheiros deste Estado, em Pirapora, acham-se abertas, existindo vinte e sete (27) vagas.

Os menores que desejarem ser matriculados deveram provar que são brasileiros, têm de 14 a 16 annos, dispõem de robustez physica e não têm defeitos physicos que os inhabilitem para o serviço de Armada e não cometeram delicto algum.

[...]

Os orphãos que forem apresentados pelos respectivos juizes, estão dispensados dos documentos de idade e de conducta, desde que estes as declarem no officio solicitante do alistamento.

A robustez physica será provada em inspenção de saúde feita pelo medico da Escola e só serão admitidos os que dispuzerem de perfeita robustez e desenvolvimento physico.

[...]

---

<sup>266</sup> Neste sentido, vide: ALVES, Cláudia. Educação e identidade no discurso militar do século XIX. In: **História & Perspectivas**, n. 38, jan./jun 2008.

Si o requerente não souber assignar a petição poderá ser assignada por outrem a seu rogo (?) e por duas testemunhas idôneas (MONTES CLAROS, 27 de Janeiro de 1918, p. 1).

Percebo, nesse trecho, uma preocupação com os alunos no que se refere ao físico, lembrando que a escola estava localizada em uma região com um alto índice de doenças e que as condições físicas nem sempre eram as mais saudáveis. Em 27 de janeiro de 1918, saiu outra nota informando que as matrículas estavam abertas. A diferença é que dessa vez foi acrescentado o artigo 46: “Art. 46. A capacidade physica será provada por laudo sanitário proferido pelo médico da Escola, e na sua falta, por qualquer médico da Armada, do Exército ou civil, indicado pelo commandante” (Ibid., loc. cit.). A inclusão desse artigo, em uma edição do jornal, apontava uma preocupação em relação à saúde física, ou seja, isso era uma apreensão por parte do alto comando da escola, mais do que a capacidade intelectual dos candidatos, lembrando que, como já informado, o interior do Brasil e o Norte de Minas estavam infestados de pessoas doentes.

Em Montes Claros, naquele período, não havia colégio de pedagogia militar, o que só veio a ocorrer na década de 60 do século XX, com a fundação do Colégio Tiradentes da Polícia Militar. Mas a existência de escolas, ou práticas de ensinar as letras e a matemática vêm, segundo os memorialistas, aproximadamente desde 1856. A educação, em Montes Claros, aparece na imprensa de forma festiva e associada à igreja católica, pois a ênfase dada aos festejos comemorativos nos dias e meses santos foi muito grande, sem contar a tendência positivista mostrada com orgulho por parte dos jornalistas tanto do jornal *Montes Claros* como do *Gazeta do Norte*. Há uma carta publicada, no jornal *Montes Claros*, do dia 10 de maio de 1917 em que o diretor do Grupo Escolar Gonçalves Chaves se defendia dos comentários publicados em outra edição<sup>267</sup> desse mesmo jornal, o qual ironizava um evento cívico ocorrido no grupo escolar, comentando a ausência de “amigos do peito”<sup>268</sup> do diretor daquele educandário. Na carta resposta, o diretor se defende e elogia o corpo docente, além de salientar a presença de Urbino Viana, grande destaque na educação, naquele período:

---

<sup>267</sup> Não localizada no arquivo pesquisado.

<sup>268</sup> *Montes Claros*. Com certeza políticos, coronéis, profissionais liberais, sempre convidados para estes eventos conforme outras reportagens.

Somente o Sr. Urbino Viana, mestre de cultura do Estado, espírito culto e ampla e exellentemente conhecido e estimado em nosso meio pelo fervor com que se dedica a tudo quanto diz respeito ao progresso moral e material de nossa terra, ahi compareceu, honrando-nos com a sua presença e com o seu exemplo no alentando  
[...]

A solenidade não foi concorrida, como em geral acontece com as festas cívicas entre nós.

Todos sabem que onde não há propósitos pessoais falta publico e ali não havia nenhum desses propósitos.

Ordenei desfile em honra da bandeira nacional, foram cantados hynnos patrióticos e relembando o nome do herói mineiro cuja memória se honrava naquele dia (MONTES CLAROS, 10 de Maio de 1917, s/p.).

O que demonstra que, para os líderes políticos da cidade e da região aparecer na imprensa vinculados à Escola Normal construía a “boa imagem de político”. Não só Montes Claros e suas adjacências estavam “engajados” com o projeto de educação. Em 21 de outubro de 1917, foram publicadas duas pequenas notas sobre as escolas femininas e masculinas do “Bairro Malhada”<sup>269</sup>, nas quais a professora Cândida Mendes de Siqueira Câmara foi exaustivamente parabenizada. A nota salientava, também, o esforço intelectual dos alunos do lugar. Qualquer ação, nas escolas, era motivo de nota: encerramento e início de ano letivo, dias cívicos, dias santos e festejos em geral. Toda e qualquer data do calendário escolar merecia um ritual cívico:

[...]

- E vós, meninos, agora que o horizonte se abriu para vós, porque não marchaes emparelhados e eletrizados pela fascinantes centelhas deste embriagante impulso, a fim de atingirdes a méta ideal do nosso Redemptor?

- Mãos a obra! A escola é a fonte, e della só podereis auferir gozos e suaves meios para a atravessardes a linha trajecterra desta vida terrena; a qual, com quanto circundada do innumeros empecilhos, tem entre tanto, alma de defesa preparada para o seu aniquilamento; e esta arma nada mais é do que uma força de reacção contra todas as sugestões que ella apresenta. Assim, pois, uni estes ímpetos ao meu espírito, precavido de experiência, e vereis como o futuro vos verá risonho! [...] (MONTES CLAROS, 20 de Janeiro de 1918, p. 2).

Em 03 de agosto de 1916, foi publicada uma nota sobre a viagem a Belo Horizonte do Juiz Municipal, de um vereador, do diretor da Escola Normal e de alguns

---

<sup>269</sup> Este bairro até o final do século XIX, era uma fazenda que aos poucos foi sendo povoada. E a construção da referida escola foi decisiva para a ampliação do atual Bairro Santos Reis.

professores que foram: “pleitear, perante o congresso e o governo favores justos e que ponham no destaque que merece esta escola” (MONTES CLAROS, 3 de Agosto de 1916, p.1). Percebo que a imprensa ao noticiar esses fatos, queria deixar evidente que a educação, em nossa cidade, estava totalmente desassistida pelas autoridades estaduais e o fato de representantes da administração local e representantes da escola se abalarem pessoalmente, até Belo Horizonte para resolverem a questão, mostrava a gravidade da situação. Toda e qualquer ação no sentido de buscar a melhoria da Escola Normal era motivo de nota no jornal, principalmente se houvesse a participação efetiva de lideranças políticas da cidade.

O jornal *Montes Claros*, em 12 de outubro de 1916, publicou uma nota sobre o aniversário de um ano de fundação da Escola Normal Norte Mineira. O evento foi amplamente divulgado, na ocasião, realizou-se uma exposição com os trabalhos dos alunos, que foi noticiada em duas edições, ambas enaltecendo os dirigentes da escola, citando nomes de alunos “ilustres” e reafirmando a importância daquele educandário para a cidade <sup>270</sup>. Outra nota, agora datada de 23 de novembro, dava destaque à festa de encerramento do ano letivo <sup>271</sup> e sete dias depois, 30 de novembro, novamente aparecem destacados os festejos de aniversário da Escola Normal, cujos títulos são: “*Os discursos – Entusiasmo geral – o programma – A festa dos alumnos aos professores*” (MONTES CLAROS, 30 de Novembro de 1916 p.1). A nota descrevia a presença da comunidade montes-clarence na festa, dando a entender que a comunidade participava ativamente do cotidiano da escola, sendo que a comunidade retratada na reportagem era a população em geral. Porém, isso soa como um equívoco, uma vez que os estudantes que frequentavam a escola eram os filhos da elite, pois a escola não era pública.

Além do calendário festivo e das ações a favor da Escola, a visita de ex-professores, ex-alunos ou mesmo pessoas “ilustres”, de alguma forma, era sempre registrada no jornal *Montes Claros* como indica a matéria seguinte:

#### **18/01/1917 Escola Normal- “Norte Mineira”**

Com intenso jubilo damos hoje publicidade ao termo de visita feita a nossa Escola Normal, cujos conceitos muito nos desvanecem por partir de um intellectual de grande destaque, acostumado a observar o funcionamento de estabelecimento congenes e a aquilatar de seu valor: o illustre e esperançoso acaolemico Eugenio Dtealonde, que

---

<sup>270</sup> *Montes Claros*, 16 e 19 de novembro de 1917.

<sup>271</sup> *Ibid.*, 23 de novembro de 1916. p. 1.

com raro brilho vem fazendo o curso das letras juridis asna academia da capital do Estado.

**Eis o que disse o nosso respeito o distinto moço:**

**O esforço inteligente da mocidade da minha terra e a competência do brilhante professorado deste instituto, a impressão que guardo é profunda e inapagável.**

**É uma impressão de contorto e consolo um claro de luz aberto na sombra do horizonte em que o Norte de Minas vê correr as seus dias, abandonando, entregue ao seu próprio trabalho isolado à inércia da acção governamental, agora supprida, no terreno da instrução secundaria, pela iniciativa dos particulares, de que emergiu esta casa de ensino, com fructo de (?) das energias sertanejas. (grifo nosso) [...]**

Em Montes Claros- aos 9 de maio de 1916.

Eugenio Detalonde

Secretária da Escola Normal Norte Mineira, 16 de janeiro de 1917, João Câmara (MONTES CLAROS, 18 de Janeiro de 1917, p. 1).

Essa matéria registra as boas lembranças do ex-aluno, mas traz, também, uma crítica em relação ao descaso dos governantes para com a instituição de ensino e deixa claro que algumas pessoas é que foram responsáveis por tirarem o “sertão da ignorância”, reafirmando, com isso, que a escola era a salvação do sertão. Percebo, aqui, um paradoxo, existia um discurso de que a escola seria a salvação, no entanto, quem eram os privilegiados que frequentavam esta escola? Pois, conforme relatos do próprio jornal *Montes Claros*, para ingressar na Escola Normal, era preciso passar por uma seleção; sendo assim, os ‘mais preparados’ é que seriam admitidos. Se o jornal considerava que essa, era uma região de pessoas ignorantes e despreparadas, quem seriam, pois, os aprovados nesse processo seletivo? Não foi possível localizar nenhum registro de como era feita essa “prova de seleção”, apresento como fonte de registro o seguinte enunciado:

#### **Escola Normal- “Norte Mineira”**

Conforme recomenda o regulamento das Escolas Normaes da Capital e regionaes, processaram-se na Escola Normal destas cidades, os exames de admissão e segunda época.

Foram approvados e julgados habilitados todos os alumnos insccriptos. Segundo estamos informados, as aulas do curso começarão a funcionar regularmente do dia 12 do corrente em diante (MONTES CLAROS, 21 de Dezembro de 1916, p. 1).

A fim de disseminar o pensamento republicano, as autoridades políticas, daquela época, recorreram à filosofia positivista para criar o imaginário da República<sup>272</sup>

---

<sup>272</sup> Formação das almas.

e a educação foi, portanto, utilizada como suporte para que esse imaginário fosse difundido. Se a educação, o programa de ensino e o comportamento dos cidadãos deveriam ser positivistas, o processo histórico da Primeira República estava repleto de ações também positivistas, tanto que nos momentos cívicos, os símbolos positivistas faziam-se presente. A doação de uma bandeira do Brasil por parte de um empresário da cidade foi motivo de nota no jornal:

### **Bandeira Nacional para a Escola Normal “Norte Mineira”**

Já chegou o lindo pavilhão nacional que a Casa “Cocó”, gentilmente, comprometeu-se em oferecer a nossa Escola Normal. É incontestavelmente uma oferta magnífica e que vem preencher uma lacuna sensível da Escola, a qual não foi ainda há mais tempo, devido aos grandes e mais palpitantes dispendidos que um estabelecimento de ensino tem sempre em seu período de formação.

Desde já nossos parabéns a Escola Normal que tão relevantes serviços tem prestado a mocidade estudiosa de nossa terra, e o nosso brado de aplausos ao proprietário da Casa “Cocó” pelo seu gesto nobre e digno de ser imitado (MONTES CLAROS, 08 de Março de 1917, s/p.).

Assim como os momentos cívicos, as falas de registros de alunos, ex-alunos, professores e ex-professores são significativos para que eu possa entender o fato de pensamento positivista ser associado à educação naquele processo histórico. Durante uma visita, um ex-aluno, Álvaro Viana<sup>273</sup>, escreveu no livro de visitas da Escola uma espécie de elogio, no qual relatava suas lembranças com entusiasmo, mencionava a aula de alguns dos seus ex-professores, que ainda no período da sua visita eram professores do educandário, e salientava: “A simples inspecção ocular se revela o superior espírito de ordem que governa o estabelecimento, que representa a coragem cívica e a abnegação patriótica dos seus fundadores”<sup>274</sup> (MONTES CLAROS, 24 de maio de 1917. p. 2).

---

<sup>273</sup> Advogado residente em Curvelo e ex-aluno da Escola Normal, conforme jornal.

<sup>274</sup> “Escola Normal “Norte Mineira

Somente hoje nos foi possível publicar o honroso termo lavrado pelo dr. Álvaro Viana, illustre advogado residente em Curvelo da Visita por elle feita a nossa Escola Normal no ano passado, o qual pelos conceitos que encerra, muito nos desvanece e conforta, por partir de um espírito illustrado, ponderado, criterioso e observador e nos dá além disso a convicção de que até então temos cumprido o nosso dever e nos esforçado para corresponder a confiança em nos depositada pela família montesclarensense, na educação da mocidade desta terra que, muito amamos e para cujo progresso não pouparemos sacrificios.

Fomos também, há pouco, distinguidos com a visita do nosso illustre conterrâneo, o sr. Osório Salgado, actualmente em funções do Rio Verde, moço intelligente, de um espírito esclarecido e conhecedor de importantes estabelecimentos de instrução neste Estado e no São Paulo[...].

A junção do passado, a necessidade de criar heróis, nesse caso os fundadores da Escola Normal, e o comportamento “organizado” de alunos, professores e administradores, põem em prática o lema da bandeira “ordem e progresso”, revelando que a pedagogia positivista estava sedimentada como prática pedagógica. A educação, tendo como eixo o positivismo e a religião, tinha como base ordenar e organizar a sociedade e, de acordo com o pensamento “moderno da república”, modernizar a religião era também contradizer o catolicismo popular da colônia e do império, fortalecendo, dessa forma, junto à sociedade, a ideia de que a escola era algo bom, pois a religião se fazia presente nela. No caso de Montes Claros, era preciso trabalhar muito essas ideias, pois a escola não era almejada por todos, mas para acabar com o sertão a educação era fundamental e a religião é que ajudaria em tal missão.

Para Montes Claros e para tantas outras cidades do Norte de Minas, o mês de maio, popularmente conhecido como mês de Maria, era muito importante. Na religiosidade da cidade, o culto à Maria era, e ainda é, intenso, portanto, associar a igreja e a coroação à escola era aumentar a popularidade dessa instituição.

**Maio 14-1917**  
**Dulce Dolores Sarmento**

Mez de Maio. Estamos em pleno mez de Maria, em pleno reinado das flores! Um delicioso aroma enche a vastidão da catedral, quando à noite Montes Claros em peso vai assistir à tocante e sublime cerimônia de coroação da Virgem.

Os estonteantes aroma das rosas, que engrinaldam o altar de Maria, mistura-se ao aroma, que se desprende da Cândida inocência das

---

Visitei a Escola Normal “Norte Mineira”. Este estabelecimento honra Montes Claros e é o attestado vivo da energia e força de vontade dos seus fundadores.

Conta Montes Claros avultada população que tem sido condemnada a ignorância, tendo tido, por algum tempo, uma escola normal creada e mantida pelo governo, esta foi pelo menos suprimida em 1914.

Collocada esta cidade a enorme distancia dos centros civilizados, bem se pode concluir quaes não sejam as dificuldades para a educação dos filhos desta terra e das cidades visinhas, succumbindo muitas vezes, os que vão buscar a instrução fora, victimados, por moléstias edemicas adquiridas no trajecto de longas viagens; através de tantos outros considerados deve-se ver qual a lacuna não veio preencher e Escola Normal “Norte Mineira”, o programa desta escola é modelado pelo da escola Normal do Estado, o corpo docente é constituído por professores de competência sufficiente para ministrar ensino superior em qualquer academia do Paiz. Como estudante que fui em vários estabelecimentos de ensino secundário, nos estados de Minas e S. Paulo, jamais vi tanto vigor e pontualidade no cumprimento de dever; os srs. Professores expõem as licções com toda clareza e precisão, e o aproveitamento dos alumnos nos satisfaz perfeitamente.

Regosije-se Montes Claros pela nova era que abriu na sua instrução; (?) os montesclarenses com carinho, este pharol de sua instrução a Escola Normal “Norte Mineira” e faça nosso governo justiça a esta terra, reconhecendo esta escola, ponde ao alcance deste bom povo, pelo menos, o ensino secundário.

Montes Claros, 22 de Maio de 1917.

O secretario da Escola Gac. [sic.]”.

Registramos nesta nota a íntegra do texto para dar visibilidade, do quanto que para alguns sujeitos sociais a escola contemplava o projeto de civilização (MONTES CLAROS, 24 de maio de 1917. p. 2).

Creanças que lá vão, todos os dias render um preito à rainha das donzelas.

Que melhores interpretes podem ter os homens pra achar, junto a Virgem, o amparo e o consolo que necessitam na lucta pela vida?

A igreja, já illuminada à luz electrica, regorgita de gente: famílias de “roceiros”, de tez bronzeada pelo sol, com seus chalés de cores berrantes; negras de carapinha coberta por grandes lenços vermelhos, finalmente, famílias de nossa melhor sociedade, todos esperando a hora da principal cerimônia, aquella que conduz tanta gente é igreja- a coroação.

Acabadas as cerimônias, ninguém cai directamente para casa; à porta da igreja o povo dispersa-se em bandos, que ficam a passear pelas ruas illuminadas. Lá pelas onze horas, quando a cidade fica deserta, apparece a lua, desdenhosa e altiva, rindo-se ironicamente tal vez, como a dizerás lâmpadas elétricas:

— “vocês ahi a Terra nunca hão de igualar o meu brilho, por mais que façam nunca poderão comprar-se comigo, quando despejo luar por essas florestas e varzeas immensas do sertão, quando pelas quebradas das serras, deixo ver meu brilho prateado as rouxinol cantando amores por entre os copados galhos do jacarandá (MONTES CLAROS, 14 de Maio de 1917, s/p).

Pensando no distanciamento entre educação e religião, ocorrido no final do império, e lembrando a proposta laica da educação republicana, me surpreendo ao encontrar no jornal a matéria acima apresentada e as que se seguem, pois são relatos fortíssimos do peso e da tendência do catolicismo nas escolas, principalmente na Escola Normal Norte Mineira. Assim como aconteceu com o mês de maio, em dezembro houve uma festa denominada pelo jornal “Festas de enthronisação da imagem do Crucificado na Escola Normal Norte Mineira” [sic.], a qual é descrita em detalhes:

#### **As festas de enthronisação da imagem do Crucificado na Escola Normal Norte Mineira.**

[...]

Finda essa tocante cerimônia, formou-se novamente o prestito em demanda da Escola, sendo a Imagem conduzida, em uma bandeja, por quatro lindas crianças vestidas de anjos, sob o pallio, onde iam também S. Excia. O Sr. D. João Antonio Pimenta, o revmo. Secretario do Bispado padre Alexandre Camello, o parocho da (?) D. Antonio Pimenta, o revmo. Secretario do Bispado padre Alexandre Camello, o parocho da freguezia padre Manoel Francisco Callado e mais um sacerdote, recentemente chegado a essa cidade, Chegada a procissão a Escola, foi ella recebida por uma commissão composta dos professores- dr, Olyntho Martins, director dr. José Thomaz de Oliveira e major Pedro Augusto J. Guimarães, accommodando-se todos no vasto salão de entrada e compartimentos adjacentes.

[...]

A fé e a sciencia só se contradizem nas almas sophisticas, que na sua presumpção de originalidade preferem escandalizar às almas simples e encaminhal-as para o bem .../ Tenhamos todos coragem de affirmar

Jesus como o ateísmo afirmou Augusto Comte: tenhamos a coragem de arrostar o ridículo dos ateus, contrapondo-lhes a moral que serve aos tyrannos, a moral que serve aos humildes. Reivindicamos pra nossa fé os direitos que lhe dão 19 séculos de progresso.

[...]

Senhores! O Brasil precisa de Deus nas Escolas e mais ainda que os seus governos sejam christãos!

[...]

A enthronisação da imagem do Crucificado na Escola Normal Norte Mineira, representa antes de tudo a nossa formal reprovação e o nossoo vehemente protesto contra o art. 72, parágrafo 5º da nossa Constituição em que diz: Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos: [...] (MONTES CLAROS, 2 de Dezembro de 1917, p.1).

Ao afirmar que fé e ciência podem e devem seguir juntas, o jornal apontava para um pensamento positivista, cujo cristianismo com símbolos e rituais são necessários para reafirmar a ciência, o progresso e, conseqüentemente, sedimentar a República. Assim como a religião, as cerimônias cívicas também funcionavam como suporte para reforçar o pensamento positivista e o jornal via-as como marca de modernidade. O que é notado na popularidade dada à festa da Bandeira, reforçando a prática positivista. Os ritos, os discursos e, principalmente, a presença da Banda Euterpe são sinais de que, mesmo no sertão, os rituais positivistas eram realizados:

#### **A festa da Bandeira na Escola Normal**

A sua entrega á Escola pelo capm. Joaquim Rabello Junior- os discursos dos professores e alumnos.

Como dissemos, realizou-se ás 13 horas do dia 19, na Escola Normal “Norte Mineira”, á praça. “Doutor Carlos”, a festa designada, reunidos ali professores e alumnos e diversas pessoas gradas, foi uma comissão composta dos professores d. Lilia Câmara e Ferreira de Oliveira e dos alumnos João Salgado, Waldemar dos Anjos e Antonio Durães, á casa Cocó onde recebeu o pareilhao e o conduziu para o Estabelecimento da Escola, acompanhada pelo districto offertante, muitos cavalheiros e pela **banda de música Euterpe Montesclarence- executando entusiasmo dobrado (grifo nosso)** (MONTES CLAROS, 25 de Novembro de 1917, s/p.).

Nesse caso, as comemorações cívicas, que até hoje são rituais nos quartéis e em algumas escolas, foram estabelecidas por uma repetição, dando indícios das práticas

e pesquisas definidas por Hobsbawm (1997) como sendo “tradições inventadas”: são práticas que, de tanto se repetirem, acabaram por si tornarem “*tradicionais*”<sup>275</sup>.

A divulgação das festas, das cerimônias cívicas e da exposição dos trabalhos dos alunos foram notícias constantes nas páginas dos jornais montes-clarences. Essas constantes publicações me levam a refletir que o registro desses eventos era de grande importância, pois dava visibilidade ao educandário e tornava real a concepção de educação, pensada pela imprensa.

Percebo que, mesmo que a imprensa apontasse as ordens militares e a escola como civilizadores do sertão, isso de fato não acontecia, representava apenas um desejo, pois, o número de pessoas que tinham acesso à educação era muito limitado, e as práticas pedagógicas estavam distantes da realidade e do interesse local. Ao retratar o *glamour* das festas cívicas e religiosas, bem como as exposições dos trabalhos escolares, a narrativa do jornal mostrava muito mais entusiasmo por parte dos jornalistas do que por parte da população. As ordens militares, também não mudavam as práticas; a existência de jagunços era ainda uma realidade, a violência para “resolver questões pessoais e coletivas” permaneciam.

Naquele momento, o que estava em debate era uma concepção de modernização oriunda de projetos políticos. Quando penso nas práticas e ações sugeridas para a agricultura, com a implementação de novas técnicas de plantio, entendo a definição de Sônia Mendonça para quem, na Primeira República, a luta do *atraso x progresso* era um amplo projeto:

O binômio *atraso x progresso* revela-se também um padrão de incorporação de desigualdade de representação política de segmentos distintos do jogo oligárquico, consagrando-se o desequilíbrio político, que paradoxalmente, julgava-se estar combatendo. (MENDONÇA, 1998, p. 122-123)

Não somente a criação de escolas na região e a modernização da agricultura foram lutas encampadas pela imprensa, mas também a intensa campanha de instalação do Ramal de Montes Claros. Essas campanhas tomaram outra dimensão em momento posterior, pois para o pesquisador Gy Reis (2006), durante a década de 20, esses projetos que pareciam distantes tornaram-se realidade e o povo os recebeu com

---

<sup>275</sup> HOSBBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.

naturalidade, o que indica um trabalho de “naturalização” desses projetos de progresso<sup>276</sup>.

---

<sup>276</sup> BRITO, Gy Reis Gomes. **Montes Claros: da construção ao progresso 1917/1926**. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2006.

## Considerações Finais

Procurei nos jornais *Gazeta do norte* e *Montes Claros*, ao longo desta pesquisa, quando pensava no conflito cidade e sertão, entender a necessidade que esses jornais tinham em publicar matérias que apagassem determinadas experiências dos viventes de Montes Claros. A memória construída, por esses jornais, a respeito de cidade revela que essa possuía práticas de campo, as publicações, daquela época, denunciavam a criação de animais soltos nas ruas, casas construídas sem alinhamento, prédios públicos em péssimo estado de conservação e instituições sem sede própria, entre outras.

Entendo, portanto, que os jornais produziram uma memória em busca de práticas e ações que não existiam naquele processo histórico. Porém, apesar de apontar essas práticas como sendo próprias do sertão, foram esses jornais que apresentaram o conceito de cidade, por ele lutaram e em favor dele se posicionaram. O debate sobre memória ficou apenas nos registros da imprensa, pois quando os jornais intencionavam apagar a memória de sertão, acabavam por fortalecê-la. Percebo que essa memória perdura até os dias atuais, pois a cidade tanto em âmbito nacional como regional, ainda é conhecida e denominada como sertaneja.

A região do sertão norte-mineiro e sua associação com o progresso é cíclica, ou seja, às vezes se apresenta como progressista, às vezes como atrasada. Como quando dos incentivos da SUDENE, e agora nos últimos anos, com a instalação de faculdades particulares e universidades públicas. Percebo que a memória de sertão é permanente, já em relação ao progresso o que temos é uma recorrência, vai e volta de acordo com os motivos que se fazem necessários.

Ao analisar as articulações políticas, percebi que os jornais consideravam que para existir uma cidade moderna, seria preciso ter também uma “política moderna”, e essas articulações deveriam ser feitas nesse sentido, adequando práticas, empreendimentos e discurso modernos. A memória, assim construída, tanto nos jornais, como nas obras dos memorialistas que foram apresentadas no início do 1º capítulo (Hermes de Paula e Urbino Viana), mesmo que escritas em momentos diferentes, também reforçaram os conflitos políticos do período, aqui estudado, como sendo o momento de construção do progresso.

Dialogando com Portelli (2007) para quem “*atacar a memória é atacar a identidade de instituições*” (informação verbal)<sup>277</sup>, questionar esses jornais, foi um exercício de provocar as instituições mencionadas por eles, e de também colocar em movimento a trajetória e a função dessas instituições para o norte de Minas. Dessa forma, compreender a construção da memória entorno delas próprias. Escola, polícia, hospital, igreja e cadeia, tinham a função, segundo os jornais, de civilizar, mas sendo a região tradicionalmente sertaneja, a impressão que tenho é que a imprensa queria, na verdade, reforçar o projeto de civilização.

Nessa construção de memórias, o memorialista Urbino Viana (2007), no capítulo oito do seu livro “Montes Claros: Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos”,

alia progresso ao partido conservador. Na mesma obra, afirma a criação e existência da imprensa como “elemento moderno”, porém, nas entrelinhas, o autor, quer associá-la ao partido liberal, tanto que chega a afirmar que o fechamento do primeiro jornal da cidade, o *Correio do Norte*, se deu em função da sucessão do partido conservador pelo liberal na política nacional. No entanto, esse é um ponto confuso dentro da obra de Viana, pois no capítulo em que ele aborda as articulações políticas se contradiz quando relaciona o progresso ao partido conservador.

A respeito das alterações nas leis eleitorais, os jornais pesquisados, me permitiram entender que essas leis foram uma espécie de fio condutor para suscitar matérias sobre política e com isso alavancar outros temas, porém, sempre mascarando o real assunto que eram as mudanças ocorridas na lei eleitoral. Tal afirmação se deve ao fato de ter encontrado nas 51 edições pesquisadas do jornal *Montes Claros* e nas 77 do *Gazeta do Norte*, 6 matérias no *Montes Claros* e 8 no *Gazeta do Norte* que abordavam essa temática, o que revela que mais de 10% do recorte cronológico feito, nesta pesquisa, foram publicações referentes ao alistamento ou que faziam menção a esse, independente de estarem a favor ou contra. Nesse sentido, a postura do jornal *Montes Claros* foi moderada e a do *Gazeta* mais ousada, este atacava mais abertamente. Sem contar que no *Gazeta do Norte* a coluna “*O que o cidadão deve saber ....*” foi estrategicamente utilizada para fazer campanha de “educação política” ou democrática, com um discurso de ajuda ou salvação à população, ao “ensinar” o eleitores a votar e reivindicar seus direitos.

---

<sup>277</sup> Trecho da palestra “Caminhos da História Social: diálogos sobre memória, fontes orais e perspectivas de investigação” apresentada no (Seminário Interinstitucional ), Uberlândia, MG, maio, 2007.

Outro assunto constante nesses jornais e que foi fundamental para eu entendesse a memória construída por eles foi a Primeira Guerra Mundial, as notícias a respeito desse tema, os impactos na forma de divulgar as informações e as matérias produzidas acarretaram a necessidade de articular informações sobre economia, cotidiano e política; enfim, os confrontos “transformaram” o jeito de produzir jornal. Nos jornais de Montes Claros, a principal mudança que percebi foi a escolha dos temas a serem publicados, sem contar que o “mundo sertanejo”, principalmente no jornal “*Montes Claros*” era sempre associado à Primeira Guerra.

Na imprensa, o acordo dos Prates e dos Alves também alimentou a rede de comunicações na qual o jornal *Montes Claros* estava inserido, esse jornal ajudou a construir a memória política local como sendo importante também no cenário nacional, quando associa, o referido acordo, à política nacional. A instalação da luz, a reabertura da Escola Normal e as notícias sobre a Gripe Espanhola foram apresentadas como campanhas de melhoria da cidade e da condição de vida dos habitantes. Essas matérias, e mais especificamente a que abordava sobre a “Gripe Espanhola”, foram publicadas com o objetivo de mobilizar as pessoas da cidade a ajudarem na recuperação dos doentes e promover mudanças comportamentais com a participação dessas pessoas, reforçando, mais uma vez, o mito entorno da família Alves, uma vez que o doutor João Alves foi o médico responsável pela cura de muitos doentes quando desse episódio.

O debate sobre sertão, apresentado nas páginas dos jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte* e nos diversos trabalhos e recortes produzidos pela historiografia, apontam o sertão com sentidos e significados diferentes. Penso que as mudanças causadas pelos conflitos na Europa, ainda que indiretamente, afetaram, sobremaneira, a imprensa local e os temas publicados por ela. No debate apresentado em minha pesquisa, o acordo político, a luz, a Escola Normal e a gripe me permitiram visualizar a mudança de mentalidade perante o enfoque dado ao tema no intento de construir o progresso.

No jornal *Minas Gerais* apreendi que a própria imprensa falava das transformações sofridas, sendo estas: ética profissional, reconfiguração do jornalismo como profissão, ainda que isso só viesse a ocorrer em 1947. Tais mudanças contemplavam, por sua vez, as que ocorreram no jeito de produzir imprensa, formando, com isso, as redes de comunicação. Temos como exemplo concreto de rede de comunicação a coluna “*Cartas Cariocas*” publicada no jornal *Gazeta do Norte*, o que vem ao encontro do posicionamento defendido por Marta Emília Jacinto Barbosa

(2004) para quem a rede de comunicação favorece “a possibilidade de produzir opiniões e divulgar projetos” (p. 22). Essa coluna foi a que mais colaborou para que eu percebesse a existência de uma rede de comunicação entre os jornais do interior, no caso o *Gazeta do Norte*, e jornais de outros estados. Outra coluna que também possibilitou refletir as redes de comunicação foi “*Aqui, ali e acolá*”, essa fazia um trocadinho com o “aqui”, se referindo aos fatos ocorridos na cidade de Montes Claros; “ali” aos ocorridos em Montes Claros e com repercussão em outros lugares, e “acolá” fatos ocorridos fora de Montes Claros, que, no entanto, interessavam a Montes Claros, o que fortalecia a rede de comunicação.

Os jornais *Montes Claros* e *Gazeta do Norte* comemoraram seus aniversários de um ano com edições especiais e, assim, construíram uma memória para a imprensa local como progressista, uma vez que, as edições comemorativas aparecem associando-os ao progresso, criando marcos referenciais entre a imprensa local e o progresso. Considero que os jornalistas fizeram isso pensando na existência do próprio jornal e no conteúdo das matérias de aniversário, associando o conceito de moderno a consertos e construções de prédios públicos.

Ao analisar o modo como a imprensa abordava temas referentes à Santa Casa, ao Asilo, à estrada de ferro e como denunciou hábitos atrasados da população montes-clarence, percebi que esses interferiam, direta ou indiretamente, nas práticas de vida local e que a imprensa, ao publicá-las, reforçava a importância dessas instituições no cotidiano dos moradores. Percebo ainda que, esteticamente, as matérias eram publicadas uma ao lado da outra, sendo que umas abordavam sobre as práticas modernas e outras sobre assuntos diversos; entendo tal atitude como estratégia utilizada para criar uma articulação entre os temas e, assim, ao final, salientar as “práticas modernas”, reforçando o pensamento coletivo de modernidade. O que contribuía para compor uma memória que apontava a transição entre sertão e cidade.

A memória construída por Urbino Viana (2007) e Hermes de Paula (2007), em suas respectivas obras, apresenta diferenças nas intenções e no conteúdo sobre cidade e sertão. A concepção de cidade para os memorialistas mudava; Viana (2007) não enfatizava Montes Claros como cidade progressista, pelo contrário difundia a imagem de sertão, ou cidade pouco desenvolvida, o fato do seu livro ter sido escolhido, naquela época, como referência nas escolas públicas, solidificou, durante décadas, a memória de sertão. Hermes de Paula (2007), de sua parte, construiu a imagem de cidade progressista, pois os motivos e o processo histórico nos quais estava inserido,

favoreciam essa imagem de cidade progressista, já a obra de Yvone Silveira e Zezé Colares (1999), apresenta outra concepção de cidade. Tendo sido escrito no final dos anos 90, período em que Montes Claros encontrava-se financeiramente estagnada, a obra dessas autoras surge, pois com a grande necessidade de recuperar a memória de cidade progressista.

Nos jornais, percebo que as matérias são construídas de forma a estabelecer uma associação entre sertão e cidade. As doenças que assolavam a região foram usadas como exemplo para qualificar um ou o outro, a peste bubônica, por exemplo, remete a cidade sem infraestrutura. As epidemias foram utilizadas no sentido de fazer campanhas em favor da luz elétrica e da água encanada. Quanto à existência de mendigos nas ruas da cidade, os jornalistas aproveitavam para salientar a solidariedade própria do homem do campo e o fato de ele ser um homem trabalhador, traços considerados como elementos que constituíam o “perfil” do sertanejo. Hábitos considerados atrasados deveriam, portanto, serem superados, e práticas como varrer ruas à noite, usando a luz elétrica, deveriam ser incorporadas à rotina da cidade para que essa se tornasse moderna.

O código de postura de 1877 já trazia normas e princípios que deveriam ser seguidos pelos moradores, no entanto, observo que em 1916, 39 anos depois, os jornais ainda se ocupavam de orientar a população sobre hábitos que já eram contemplados pelo código. Isso revela que as pessoas tinham grande dificuldade em assimilar as práticas modernas impostas pelo código, sendo assim, a imprensa toma para si a função de fazer cumprir o que o código não conseguiu.

Mesmo nos textos em que a religião foi explicitada, a idéia de progresso se fazia presente. Falar da igreja, da coroação e da “luz”, nesse caso, era reafirmar que o progresso estava chegando, porém, o lirismo do luar não podia morrer – lua/sertão. Aqui, percebo que o sertão carecia estar vivo para poder nutrir a inspiração poética. O progresso, apesar de necessário, era insensível. O sertão denotava romantismo e por isso era inspirador para a poesia, Raymond Williams (1988) destaca que é a tradição literária bucólica que cria este estereótipo de que o romantismo é pertinente ao sertão, e, para ele, o aforismo de que as pessoas que habitam o sertão devem mudar suas posturas é questionável, pois os habitantes do sertão constroem suas experiências a partir de suas possibilidades<sup>278</sup>.

---

<sup>278</sup>. WILLIAMS, Raymond **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Pg. 206

Ao buscar respostas para o problema da tese, na tentativa de definir cidade a partir dos jornais, percebi que a ferrovia despontava como sendo a grande campanha em favor do progresso, pois, para a imprensa, a ferrovia traria a solução dos problemas vividos no sertão. Dentre todas as colunas pesquisadas nos jornais, “*Pobre Norte*” foi a mais apelativa e que fez maior drama em relação às calamidades locais, portanto, foi a que mais se empenhou em defesa da construção do Ramal de Montes Claros, intencionando, com isso, chamar a atenção das autoridades. Os correios foi outra instituição que ocupou grande destaque no processo de modernização e teve a sua ineficiência, naquele período, associada à falta de civismo. Entretanto, a leitura que faço da situação criada pela imprensa em torno desses eventos é que, por traz de tudo isso, existia, não só um projeto de cidade a ser construído, mas também, o desejo de implantar a República no Norte. Isso me leva a concluir que a combinação: ferrovia, correios e norte abandonado era condição favorável para que o projeto maior de afirmação da República se concretizasse.

O questionamento de cidade, buscado nas páginas dos jornais, para mim teve seu ponto máximo na coluna “Conselhos Médicos”, pois a mesma trazia ensinamentos sobre a prevenção de doenças, e evidenciava que a existência dessas se devia a práticas sertanejas que deveriam ser superadas. Nos jornais, as festas religiosas, a instalação da luz elétrica e a presença da linha de tiro eram sempre associados à cidade. Como não me pautei em conceitos “prontos” para questionar a cidade apresentada pelos nos jornais, recorro à introdução da obra “*Cidades*” organizado pela professora Déa Ribeiro Fenelon (2000), quando afirma que:

Se compreendermos a cidade como o lugar onde as transformações instituem-se ao longo do tempo, queremos lidar com estas problemáticas como a história, de constantes diálogos entre os vários segmentos sociais, para fazer surgir das múltiplas contradições estabelecidas no urbano, tanto cotidiano, a experiência social, como a luta cultural para configurar valores, hábitos, atitudes, comportamentos e crenças (p. 7).

A definição da professora Déa Fenelon (2000), contribuiu para que eu entendesse que a cidade de Montes Claros apresentada nos jornais, vivia, naquele momento, um intenso embate cultural para se configurar como cidade moderna.

---

Entretanto, cidade, seja ela moderna ou não, é constituída de contradições que refletem as experiências de vida dos seus moradores.

O quarto capítulo desta tese, cujo título é: “Sertão vivido, sertão construído, sertão narrado” resume a hipótese, levantada por mim, de como o sertão deixaria de existir para a imprensa. Diante do questionamento: “o projeto de progresso referente às instituições deu certo?” Busquei respostas nas matérias que abordavam sobre educação, agricultura e ordens militares, porém as essa não suscitaram nenhuma resposta plausível, a própria imprensa não oferece respostas para as questões levantadas por ela. Recorro, pois ao texto do professor Gy Reis (2006), o qual afirma que pelo menos em relação à ferrovia, temos uma resposta satisfatória, pois a foi absorvida com muita tranquilidade pela população. Isso se confirma com o fato de o trem de passageiro ter sido de 1926 (ano de instalação) a 1996 (ano de retirada) o meio de transporte mais importante que ligava Montes Claros a Belo Horizonte.

Pensando na tradição agrícola da região, percebi que a agricultura sofreu um forte embate em relação ao projeto de modernização. Quando os jornais falavam de agricultura e mencionavam o projeto de modernização referiam-se as práticas utilizadas como atrasadas e confirmava que, pelo menos para os jornalistas, o norte de Minas era um sertão atrasado que necessitava de salvação. A coluna “*Calendário do Lavrador*” do jornal *Montes Claros* – ao publicar, sem cortes, textos copiados do jornal Estado de São Paulo, fortalecia as redes de comunicação e ao mesmo tempo se colocava na “luta pela modernização do sertão”. A coluna “*Assuntos da Roça*” do jornal *Gazeta do Norte* não era diferente. Essa coluna, através da criação de diálogos entre agricultor, médico, coronel e sertanejos, propunha alertar, ensinar e alterar o perfil dos sitiantes, e quando falava da falta de infraestrutura e do voto, associava o ato de plantar ao ato de votar, chamando a atenção dos agricultores, sendo esta uma estratégia de convencimento que envolvia questões políticas. Essa coluna foi significativa para eu entender a construção de memória, pois ela deixou rastros bem sedimentados, principalmente ao criar marcos, pois, a comemoração de primeiro aniversário do *Gazeta*, demarcou a data como expressiva para a população.

Assim, a memória que foi edificada, mesmo que querendo “construir” o moderno, ao narrar a ausência de técnicas agrícolas e o grande número de doenças, almejou transformar doença em pobreza, apresentando uma descrição de sertão que fez salientar a falta de atuação do Estado na região. Entretanto, penso que o Estado não atuava por falta de representação, mesmo os Prates e Alves com todo “poder”,

apresentado nos jornais, ainda assim não faziam o suficiente para conseguir, junto ao Estado, intervenções na região. E a diferença entre o norte e o sul do Estado, que de fato existia (a qual foi apropriada pela imprensa de Diamantina), a imprensa montes-clarence recriou e supervalorizou, o que contribuiu, mais uma vez, para reforçar a memória do norte abandonado, cujas representações políticas eram fracas e sem atuação. Além disso, a representação política, que era a principal trama dos jornais pesquisados, aparecia nas demais colunas, sempre delineando o sertanejo como sobrevivente, um coitado que esperava a atuação do Estado. Vejo, de acordo com as minhas análises, que a imprensa se colocava, perante o homem do sertão, como uma benevolente intermediária, quando reportava, em suas páginas, a necessidade de sanear o sertão.

Na justificativa de sanear o sertão, algumas práticas deveriam ser extintas e algumas técnicas, como a mecanização da agricultura, deveriam ser incorporadas, também se fazia necessário a instalação do Ramal que viabilizaria os transportes e comunicações. Nesse sanear o sertão, percebo que, como o pensamento da época era o “desertão”, os espaços vazios precisavam ser preenchidos, “ordenados” e civilizados. Percebi que as ordens militares não civilizaram o sertão, pois no Norte de Minas a existência de jagunços, décadas depois do período aqui recortado, permaneceu, a exemplo disso, temos o caso de Antônio Dó, iniciado em 1909 e finalizado em 1929 tendo sido assassinado por jagunços. O mesmo percebo em relação à educação, ainda que considerada, pela imprensa, como consistente e “avançada”, também não “modernizou” o sertão, pois a educação, naquele momento, era privilégio de poucos.

Portanto, concluo que: o sertão vivido tinha e tem práticas atrasadas; o sertão construído eram as “novas” técnicas descritas pela imprensa e que deveriam ser implementadas e o sertão narrado era uma “caricatura” feita do sertão, ou seja, era o que a imprensa queria e o que a imprensa ainda quer.

No jornal *Montes Claros*, o sertão aparece em três terços do jornal e a descrição negativa ocupa mais da metade do espaço desses três terços, sendo os aspectos positivos, apresentados, bastante insignificantes. Já a cidade, nesse mesmo jornal, ocupa a maior parte, sempre enfatizando os aspectos positivos. O *Gazeta do Norte*, por sua vez, raramente menciona o sertão, as poucas vezes que o fazia era objetivando apontar o moderno, pois a cidade sempre esteve presente nesse jornal, isso pode ser observado desde a disposição das colunas, das narrativas, literatura e informações apresentadas, bem como da sua postura sempre moderna e liberal. Os interesses que permeavam nesses jornais eram as influencia política de Camillo Prates e

Honorato Alves. Cidade e sertão aparecem por conveniência, as manchetes eram escritas associando um ao outro de acordo com a conveniência, mas o que prevalecia mesmo, pelo menos no recorte temporal feito aqui, era o sertão.

A hipótese, primeira, formulada por mim, é que quando convinha a cidade surge como moderna, quando não, como atrasada. A segunda é de que a imagem de sertão atrasado era utilizada para fazer campanhas, uma vez que a imprensa não possuía outro elemento que cumprisse, de forma tão convincente, essa função. A terceira hipótese é de que os grupos políticos, daquele processo histórico, é que seriam beneficiados de alguma forma com o embate sertão *versus* cidades. Fica evidente para mim que essas três hipóteses foram confirmadas, pois todo o caminho de pesquisa realizado levaram-me a ratificação das mesmas.

Em relação a questão do trabalho e dos trabalhadores, os periódicos pesquisados, deixam uma lacuna a respeito da luta dos trabalhadores, fossem eles rurais ou urbanos. O máximo que conseguimos perceber foram os projetos de mecanização da agricultura e os “conselhos” de como empregar essas técnicas no campo. Na cidade, o que temos são apenas indícios de trabalho braçal, tais como varrição e pavimentação de ruas e a construção de praças e templos religiosos. Quando outras práticas de trabalho são mencionadas, essas são focadas apenas na ação, sem se sequer mencionam os sujeitos. Dessa forma, a proposta de pensar os viveres urbanos e seus modos de trabalhar ou mesmo a luta dos trabalhadores<sup>279</sup> na imprensa montesclarence, daquela época, não foi possível, pois os jornais pesquisados nesse recorte, não proporcionaram tais análises.

A análise sobre memória me permitiu entender que a relação de tempo que os jornais revelaram são também divididas pelos conceitos de moderno e atraso, assim como afirmou Portelli (2005): “as narrativas, organizam o tempo, onde põem o antes e o depois” (p. 35) e esses jornais organizaram suas narrativas tendo como referência para o ontem, o sertão- atraso; e para o hoje ou para a perspectiva de futuro, o moderno-progresso.

A imprensa, para mim, enquanto objeto de análise, foi elemento produtor de memórias, que me permitiu refletir como o conceito de civilização estava sendo usado para colocar em prática o projeto de República. E nesse construir e desconstruir cidade e

---

<sup>279</sup> Reflitou essas questões a luz do debate travado na introdução de MACIEL, Laura Antunes. ALMEIDA, Paulo Roberto de. & KHOURY, Yara Aun. (orgs.) Outras Histórias: Memórias e Linguagens. São Paulo: Olho D'Água, 2006. pg. 13

sertão, a imprensa foi mediadora quando selecionou, opinou e registrou quais seriam as práticas e comportamentos mais adequados para permanecerem. Tal atitude, fez do jornal, mais que uma forma de linguagem, mas um elemento “difusor” de valores para a população local.

Verifico que a memória construída por esses jornais, tanto para cidade como para sertão não condiz com o que existia naquele processo histórico, pois não traduziam os anseios dos que viviam em Montes Claros; o que eles consideravam como cidade eram suas relações familiares, de lazer e de trabalho<sup>280</sup>, relações essas, que não aparecem nas colunas do *Montes Claros*, tampouco do *Gazeta do Norte*.

Na prática a cidade se estabeleceu em alguns momentos como modernas e em outros como atrasada, mas no embate de forças o sertão prevaleceu. Viver na cidade de Montes Claros, atualmente, é ainda conviver com práticas que se opõem a uma cidade moderna. Ainda que muitos não aprovem a idéia de que vivemos em uma cidade com traços sertanejos, ouvir rádio nas primeiras horas do dia, mesmo que nas emissoras FM é ouvir música sertaneja, embora seja “sertanejo universitário”. O comércio e o *marketing* ainda são fortes durante o período da exposição agropecuária, realizada sempre na semana em que se comemora o “aniversário da cidade” – 3 de julho, as festas tradicionais, continuam sendo as juninas, afirmando assim que as práticas residuais são práticas que remetem ao sertão.

Este trabalho abre margem para que se possa pensar a história da imprensa em Montes Claros, a memória construída em torno de Camillo Prates e Honorato Alves, tendo como caminhos a oralidade, os arquivos, ou os dois, e também poderá ampliar a busca por “cidade moderna” em outros períodos. Enfim, espero que os leitores se sintam estimulados a realizarem futuras pesquisas a partir do estudo aqui apresentado.

---

<sup>280</sup> CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos, Uberlândia- 1938/1990**. Doutorado em História, PUC/SP, 2001.p. 26

## FONTES

### Imprensa

A Palavra ( 1910)  
A Penna ( 1913)  
A Verdade ( 1911)  
A Voz do Norte ( 1917)  
Diamantina ( 1913)  
Gazeta do Norte ( 1918 – 1920)  
Jornal do Brasil ( 1910)  
Minas Gerais ( 1910 – 1920)  
Montes Claros ( 1916 – 1918)  
O Correio Paulistano ( 1912)  
O Curvellano ( 1909)  
O Estado de São Paulo ( 1915)  
O Norte ( 1907)  
O Paiz ( 1915)  
O Pirapora ( 1911)

### Documentos

- Relatórios da Secretaria de Agricultura, Diretoria de Indústria e Comércio de 1910 a 1922 ( Arquivo Público Mineiro)
- Documentos pessoais de Camillo Prates ( Arquivo Público Mineiro)
- Código de Postura de 1877 ( Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros)

### Memorialistas

**Urbino Viana** - *Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos.*

**Hermes de Paula** - . *Montes Claros, sua historia sua gente seus costumes.*

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. & KHOURY, Yara Aun. (orgs.) **Outras Histórias: Memórias e Linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006. pg. 19.

ALVES, Cláudia. Educação e identidade no discurso militar do século XIX. In: **História & Perspectivas**, n. 38, jan./jun 2008.

AMADO, Janaína. **Região, sertão e nação. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, n 15, 1995.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. UNESP- Assis 1997.

\_\_\_\_\_. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *OS famintos do Ceará*. In: FENELON, Déa Ribeiro. **Muitas Memórias, outras historias**. São Paulo: Olho D'água. , 2004.

\_\_\_\_\_, e LIMA, Jorge Luiz Ferreira. **História, imprensa e redes de comunicação**. In: **Historia & Perspectivas**, 2008. Nº 39, BARBOSA, Marialva. **Historia cultural da imprensa – Brasil – 1900/2000**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2007.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade**”. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

BOAVENTURA, Mariana César. **Redescobrimdo o sertão**. In: FRANÇA, Vera Regina Freitas (org). **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de convive**. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2002.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org. ) **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002. p. 17-35.

BRASIL, Henrique de Oliva e **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1983.

BRAZILIANO, Braz. **São Francisco nos caminhos da História**. São Francisco: Lemi, 1977.

BRITES, Olga. **Retratos de infância. Infância, história e fotografia.** In: MACIEL, Laura Antunes (org.) **Outras Histórias: memórias e linguagens.** São Paulo: Olhosd'água, 2006.

BRITO, Gy Reis Gomes. **Montes Claros: da construção ao progresso 1917/1926.** Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História- Ensaios de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal o Estado de São Paulo.** São Paulo: Editora Alfa- Ômega. 1980.

\_\_\_\_\_. **Multidões em cena. Propaganda e política no Varguismo e no Peronismo.** Campinas: Papirus.1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas – o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos, Uberlândia- 1938/1990.** Doutorado em História, PUC/SP, 2001.

CORDEIRO, Filomena Luciene. **A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros – um estudo de caso.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006.

CRUZ, Pedro Henrique da. **Missão Premosntratsense em Bocaiúva: práticas e discursos etnocêntricos (1903/1950).** 2009. (Monografia em História) – Montes Claros, Universidade Estadual de Montes Claros, Departamento de História, 2009.

FAUSTO, Boris. *As ideologias de intervenção.* In: **História Geral da Civilização Brasileira – Sociedade e instituições (1889-1930).** 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FENELON, Déa Ribeiro. **Cidades. Pesquisa em História.** Programa Estudos Pós-Graduação em História PUC-SP, São Paulo: Editora Olhodágua, 1999.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREHSE, Fraya. **O Tempo das ruas – na São Paulo de fins do Império.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2003.

GAY, Peter. **Modernismo- o fascínio da heresia. De Baudelaire a Beckett e mais um pouco.** Companhia das Letras, 2008.

GOODWIN JUNIOR, James William. **Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade Fin-de-Siècle em Diamantina e Juiz de Fora, MG.** In: **Projeto História.** São Paulo, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915).** São Paulo: Ed. EDUC; FAPESP, Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios. – 1875 /1914.** 13ª ed. São Paulo: PAZ & TERRA, 2009.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Crispim\\_Jacques\\_Bias\\_Fortes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Crispim_Jacques_Bias_Fortes) Disponível em: 22 de janeiro de 2011 às 11:43.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto- o município e o regime representativo, no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária.** Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2007.

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos. História social nos sertões do Brasil.** Brasília; Paralelo 15 Editores, 1996.

LESSA, Simone Narcisio. **Trem de ferro o mito da modernidade no sertão**. In: BARBOSA, Carla Cristina (Org.). **Sertão: cultura e poder**. Montes Claros: UNIMONTES, 2007.

Luca (2008) LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impresos. – A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: companhia das Letras. 2000.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. São Paulo: EDUC, 1998.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MATA-MACHADO, Bernardo. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais**. 1690 – 1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um projeto contra-hegemônico na Primeira República**. In: MENDONÇA, Sônia Regina de. & MOTTA, Márcia **Nação e Poder: as dimensões da história**. Niterói: EDUFF, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares.” In: **Projeto História**, nº 10, Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, dez, 1993.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (et al.). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2000.

PAULA, Hermes de. *Montes Claros, sua historia sua gente seus costumes*. PAULA, Hermes de. Montes Claros, sua História, sua Gente e seus Costumes. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Editora UNIMONTES, 2007.

PEREIRA, Anete Marília. *A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões*. In: PEREIRA, Anete Marília & ALMEIDA, Maria Ivete Soares de (orgs.). **Leituras**

**Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais.** Montes Claros: EDITORA UNIMONTES. 2004.

PEREIRA, Laurindo Mékie; OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. *A invenção de 03 de julho de Montes Claros.* **Unimontes Científica.** Montes Claros, v. 5. n. 1, jan./jun. 2003.

PERNAMBUCANO, Frederico. **Guerreiros do Sol:** violência e banditismo no nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

PILETTI, Claudino & PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação.** São Paulo: Editora Ática, 2008.

PORTO, César Henrique de Queiroz. **“Paternalismo, poder privado e violência”: o campo político norte-mineiro durante a primeira república.** Belo Horizonte, 2002, 173 f. dissertação de Mestrado em História – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *Coronelismo numa interpretação sociológica.* In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira – Estrutura de poder e economia (1889-1930)** Tomo III – O Brasil Republicano. 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Antônio Dó: um bandido social das margens do Rio São Francisco – 1910/1929.** Uberlândia. Dissertação de Mestrado - UFU. 2004.

---

\_\_\_\_\_ & BATIGNIANI, Rosangela de Fátima. **Um olhar sobre a cidade de Januária.** In: **Caminhos da História,** Montes Claros. v. 5, 2000, 73-89 p.

RONCAYOLO, Maciel. **Cidade.** Enciclopédia. Região. Einaudi. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1986.

SANTOS, José Ferreira dos. **Nem tudo era Italiano. São Paulo e Pobreza ( 1890 – 1915)** São Paulo: Annablume / FAPESP. 1ª ed. 1998.

SILVA, Regina Helena. A cidade de Minas. Dissertação de Mestrado. Ciência Política. UFMG, 1991.

SILVEIRA, Yvonne; COLARES, Zezé. **Montes Claros de ontem e de hoje**. Montes Claros: Gráfica Giordani Editora Ltda., 1999.

SOARES, Fernanda Mendes. **Célebres Caetanos**: um bando em Montes Claros (1894-1922). 2004. (Monografia em História) – Montes Claros, UNIMONTES, Departamento de História, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON, E. Palmer. **A miséria da teoria** ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser Rio de Janeiro: Zahar Editores.1981

THOMPSON, E. Palmer. **Costumes em Comum** – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

VIANA, Urbino. Montes Claros, Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e Descritivos. In: LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Coleção Sesquicentenária**. Editora UNIMONTES, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ZICMAN, René Barata. **História através da imprensa**. Algumas considerações metodológicas. IN: **Projeto História** n. 4, junho de 1985

## Anexos

### A nossa Cadeia e o exmo. sr. dr. Chefe de Policia

Não precisamos insistir sobre o estado deploravel do predio que serve de cadeia publica, e de forum até ha pouco (até ha pouco porque a justiça se viu obrigada a mudar-se para não ser apanhada, de uma hora para outra, pelos escombros da jan-gada que ameaça ruir); não precisamos, porque disso está mais do que sciente o publico e tam-bem o exmo. sr. dr. Chefe de Policia.

Este, pelas reiteradas e constantes reclamações que temós feito, e ultimamente pelo rela-torio e planta com orçamento enviados pelo sr. dr. delegado de policia; e aquelle, porque passa e transita diariamente pela praça e rua onde está o edificio, sendo que muitas pessoas, mais prudentes e precavidas, nem lhe passam perto — umas com nojo e repugnancia da fedentina que do predio exhala, e outras por medo de serem atingidas por alguma telha ou adobe ou cousa que o valha do velho casarão.

O que não podemos, de todo, deixar de salientar é a manifesta

O que não podemos, de todo, deixar de salientar é a manifesta má vontade que parece existir da parte do exmo. sr. dr. Chefe de Policia em nos attender.

Sinão vejamos: logo tomou posse do cargo de delegado o sr. dr. José Thomaz de Oliveira, co-meçou este de agir no sentido, havendo o sr. dr. Chefe de Policia ordenado que se procedesse, por pessoas competentes, a um exame do predio e lhe fosse re-mettido circunstanciado relato-rio a respeito.

Esta medida foi posta em pra-tica com maxima presteza, ser-vindo de peritos os srs. dr. Pe-dro Lessa Spyer e capitão João Fróes, pessoas estas criteriosas, competentes e inteiramente ido-neas, as quaes apresentaram, por escripto, seu parecer que foi en-viado ao exmo. sr. dr. Chefe de Policia pelo dr. delegado.

Este laudo ou parecer demons-tra cabalmente a impossibilidade de reparos no predio, concluindo, portanto logicamente, pela cons-trução de uma nova cadeia.

Diante disto, como era natu-ral, o exmo. sr. dr. Chefe de Po-licia pega do relatorio e envia-o á Secretaria da Agricultura; mas envia-o apenas, sem manifestar o interesse devido por assumpto tão importante; e aquella reparti-ção (com certeza não se satis-fazendo com o relatorio d'aqui enviado) sae dos seus bons cui-dados e autpisa o sr. David Jardim, por acto de 4 de setem-bro transacto, a vir proceder a novo exame do predio em ques-tão e levantar a competente plan-ta. Ahi é que está o dente de coelho, é ahi que pega o catro, porque estamos cansados de di-zer, e o repetiremos sempre: o sr. Jardim cá não virá e por isso, enquanto dependermos d'elle para qualquer construção, reconstruc-ção, ou exames de obras, a se-rem recebidas, ficaremos na eter-na necessidade, permaneceremos no mesmo estado de cousas.

Assim, si os exmos. srs. drs. Chefe de Policia e Secretario de Agricultura se interessam mesmo

O Montes Claros, 7 de out de 1917, p 1, pasta 65

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.



Gazeta do Norte 7 de set de 1918 p 3 ( pasta 103)

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

# O nosso anniversario

O numero de hoje assignala um facto que nos enche de desvanecimento e de orgulho: é a passagem do primeiro anniversario do nosso jornal, quer dizer, a affirmação victoriosa de um esforço que fructificou e que se não perdeu incomprehendido como tantos outros que por ali morrem deploravelmente.

Desta primeira eminência, que conseguimos galgar hoje, volvemos os olhos ao passado e vemos estender-se deante de nós todo o caminho percorrido. Por vezes a estrada é suave, bordada de sitios apaziveis e encantadores, em que facil nos corre a jornada; vezes outras é semeada de urzes e de abrolhos, em que os pés sangram.

Ora são os triumphos que nos alentam e nos encorajam; ora são as difficuldades, que nos não abatem mas nos trazem novos estimulos para a lucta e servem de nos retemperar as energias.

Daqui recompomos toda a nossa acção jornalística, neste primeiro periodo e a impressão que

nesto, o interesse vesgo e mesquinho, que gera as ambições desregradas, nunca foram os nossos guias, os nossos conselheiros no desempenho da ardua missão que tomamos sobre os hombros frageis, armados porém de boa vontade e de coragem, cheios de fé e com a alma transbordante de enthusiasmo.

Os nossos leitores, aquelles que nos teem amparado com as suas sympathias e que dia a dia, numero a numero, nos teem acompanhado nesse desgastar de energias, que é a imprensa ser-taneja, dirão com conhecimento de causa e com imparcialidade si temos cumprido o nosso dever, si vamos ou não satisfazendo os nossos compromissos.

Com a maxima satisfação registramos aqui o apoio captivante que nos tem sido largamente dispensado, os applausos que da toda a parte teem coroado a nossa modesta acção na imprensa. Um e outros sobremaneira nos honram e nos dão forças para proseguirmos na lucta sem cessar.

consciencia nos diz que ella foi sempre serena e extreme de paixões e que jamais mentimos ao programma, que com sinceridade traçamos, quando appareceu o nosso modesto semanario. Nunca, por consideração de ordem alguma, nos desviamos da rôta rectilinea do dever. A verdade aqui sempre teve culto, defesa a virtude, a justiça acatamento e respeito.

O "Montes Claros" surgiu á luz da publicidade em um momento de excepcional gravidade. Este florescente municipio mal emergia de uma formidavel luta politica e debatia-se em uma perigosa e esteril agitação, que ameaçava comprometter o seu futuro.

Visando servir os interesses permanentes da collectividade, entramos na liça firmes e resolutos, trazendo o proposito irtractavel de não concorrermos jamais para alimentar a agitação. Foi assim que sempre fugimos de incendiar os animos exacerbados, evitamos sempre desencadear odios e paixões, que desvairam nessas epocas anormaes os espiritos mais equilibrados, os homens mais reflectidos.

Ençarando de um ponto de vista impessoal e superior os acontecimentos que se desenrolavam deante de nós, expendemos sempre a nossa opinião sem tergiversações, sempre nos manifestamos com franqueza, collimando exclusivamente o bem publico, causa a que procuramos servir com patriotismo e com dedicação.

O egoismo esterilizador e fu-

Ao fechar o primeiro cyclo da sua existencia, ao vencer o primeiro estadio da sua carreira, o "Montes Claros" agradece essas manifestações de solidariedade, ás quaes procurará corresponder trabalhando indefessamente pela victoria de todas as causas nobres e generosas e mais particularmente propugnando com ardor por tudo quanto se relacionar com o progresso e engrandecimento do Norte de Minas, parte primacial do seu programma.

O Montes Claros, s/d nº 32, p 1, pasta 46

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

**AQUI** — A Conferencia Vicentina desta cidade pleiteou e obteve do Congresso estadual um auxilio de 500\$000 destinado á construcção de um "Dispensario" para os pobres e invalidos da nossa cidade. Foi interprete da Conferencia perante o Congresso o digno deputado cel. Ignacio Murta que se encarregou de apresentar a emenda conseguindo no orçamento a alludida verba. O dr. Clemente Faria, nosso representante do 6.º districto, secundou os esforços do cel. Ignacio Murta, defendendo a emenda e justificando a utilidade do auxilio.

Cabe-nos o dever de applaudir a dedicacão dos nossos illustres representantes propugnando em prol de uma associacão cujo fim unico consiste em diminuir e alliviar os males e soffrimentos dos intornados e desprotegidos da sorte.

Aqui ficam os agradecimentos dos Vicentinos reconhecidos.

**ALLI** — O arcebispo de Mariana empenha-se agora em conseguir da Santa Sé a canonizacão de D. Viçoso. Já está constituído o Tribunal de Syndicos que trata de organizar os documentos comprobatorios da Santidade de D. Viçoso.

O arcebispo conseguindo esse

O arcebispo conseguindo esse *desideratum*, terá o Brazil a honra de ter o seu primeiro Santo. Da America só existe uma Santa: Rosa de Lima, do Perú.

**ACOLA** — O Patronato de Menores do Rio de Janeiro conseguiu da Prefeitura o "dia da creança". É uma ideia altruistica a protecção das creanças, muito especialmente num centro populoso como a Capital Federal onde a mortalidade infantil é assombrosa, em relação ás outras cidades do mundo. O 2 de Outubro foi considerado feriado pela Prefeitura e consagrado o dia de festas para as creanças.

O Patronato promove ainda a fundação de um Hospital exclusivamente destinado ás creanças abandonadas.

Minas tambem devia imitar o exemplo do Rio de Janeiro, consagrando o dia da creança nos grupos escolares e escolas primarias.

O producto das festas e doativos reverteria para as caixas escolares, benemerita institucão que nos tem prodigalizado tantos beneficos.

Ahi fica a ideia.

M. A. M.

O Montes Claros, 12 de out de 1916, p 1, pasta 16

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.



## Escola Normal "Norte Mineira"

Comemorou ante-hontem o 1.º anniversario da sua fundação a Escola Normal desta cidade, que foi solennemente installada a 10 de outubro do anno passado.

Não nos cabe dizer agora o que foi a iniciativa, da qual resultou a fundação da Escola Normal, o que

representou ella de boa vontade, de esforço, de energia e de dedicação á causa do ensino na nossa terra.

Apenas diremos—porque este facto está na consciencia de todos —que o pugillo de batalhadores que realizou esta obra meritoria, da mais elevada significação social, conquistou definitivamente a gratidão do nosso povo, a quem prestou um serviço relevantissimo, qual o de cuidar do seu futuro, cuidando da educação da mocidade.

E' o mais lisonjeiro possível o resultado colhido no anno, que acaba de transcorrer, pelo novel instituto de ensino, que cada vez mais se afirma no conceito publico, como um estabelecimento modelo, onde seriamente se estuda, onde devéras se trabalha com amor e convicção.

A Escola Normal, servida pela incansavel dedicação de seus fundadores, tem prosperado admiravelmente, impondo-se aos applausos da nossa sociedade e conquistando justo e invejavel renome.

A elevada matricula do estabelecimento, que excedeu a toda expectativa, a frequencia assidua e o regular aproveitamento dos alumnos, a satisfação dos paes de familia, o empenho pela admissão de seus filhos, manifestado por pessoas de tór, até de logares muito afastados, tudo attosta o que é a nossa Escola Normal e o conceito honroso em que é tida geralmente.

A nossa cidade tem sabido aquilatar devidamente o que significa para ella este estabelecimento de instracção, procurando rodeal-o de todo o carinho, cercal-o de todo o prestigio.

Congratulando-nos com os dignos fundadores da Escola Normal "Norte Mineira" pelo merecido triumpho que vai coroadando brilhantemente sua sympathica iniciativa; formulamos destas columnas os mais ardentes votos pela crescente prosperidade do reputado instituto, que honra os nossos cra-

O Montes Claros, 12 de out de 1916, p 1, pasta 16

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

## Correio de Bocayuva — Um appello ao Sr. Dr. Director Geral dos Correios

A população desta cidade de Bocayuva, ha onze dias que não recebe correspondencia do Rio e Bello Horizonte. A indignação do povo por esse abuso é grande e o commercio local reuniu-se ha poucos dias e transmittiu um longo telegramma ao sr. Ministro da Viação, reclamando contra essa gravissima irregularidade. Deu motivo a essa falta de communicação postal o acto do sr. Director Geral dos Correios da Republica supprimindo a linha do correio daqui á vizinha cidade de Montes Claros, por onde transitavam as correspondencias do Rio e Bello Horizonte, linha essa creada e mantida ha 7 annos, deixando-nos unicamente com a linha do Joquitahy a esta cidade.

Com a linha do correio daqui a Montes Claros, cidade distante da nossa apenas nove leguas, recebiamos cartas e jornaes, com regularidade, de 3 em 3 dias.

Supprimida como foi inconveni-

ba de ser feita, vamos receber nossas cartas e jornaes das capitães mencionadas com a demora de dez dias.

E' preciso dizer á essa illustrada Redacção que, com os mesmos sete contos de reis da inutil linha de Varzea da Palma, seria custeada a linha do correio de Buenopolis a Montes Claros, passando por Bocayuva e, que, em favor da creação dessa linha, tinham sido ministradas á Directoria Geral informações favoraveis pelos srs. Agentes do Correio daqui, Montes Claros e da Sub-Administração de Diamantina.

Aqui mesmo em Bocayuva existem diversas pessoas idoneas que, pela referida quantia de sete contos de reis, se encarregariam da linha de correio de Buenopolis a Montes Claros, transitando por esta cidade.

E procede-se assim, por esse modo, com a mais flagrante injustiça,

Supprimida a linha referida e passando a nossa correspondência a transitar via Jequitahy, passamos a tê-la de seis em seis dias e com muita irregularidade ou maior espaço de tempo, devido aos rios caudalosos que existem no caminho, os quaes dificultam muito e ás vezes interceptam a passagem durante dias consecutivos no tempo chuvoso, distando Jequitahy 20 leguas de Bocayuva.

Ao passo que assim se procede para com Bocayuva, com a mais revoltante injustiça, supprimindo-lhe um direito ha longos annos adquirido — qual seja o de ter a sua correspondência de 3 em 3 dias, o mesmo sr. Director Geral dos Correios acaba de fazer com que Montes Claros, cidade que, como é sabido, está apenas a 9 leguas de Bocayuva, tenha correio um dia sim e outro não ou alternadamente e elevou o custo da respectiva linha postal de cinco para sete contos annuaes. Entretanto, Montes Claros está situada a 30 leguas da estação de Varzea da Palma, na Central do Brazil, de onde parte a sua linha de correio e é a estação mais proxima da mesma cidade, e de Bocayuva a Buenopolis, estação da mesma estrada, distam somente 19 leguas, de excellentes caminhos.

Assim se procede para com a nossa desprotegida Bocayuva, quando esperavamos receber com celeridade maior a nossa correspondência do Rio e Bello Horizonte com a projectada criação da linha do correio de Buenopolis a Montes Claros, passando por Bocayuva. Teríamos cartas e jornaes de Bello Horizonte e Rio unicamente com quatro dias, ao passo que,

especialmente os directores de uma população inteira, desprotegendo-se todas essas informações favoráveis e os interesses respeitáveis de toda uma população.

E' tal o absurdo da organização, ou melhor desorganização de nosso serviço postal, que os autos ou papéis forenses daqui a Montes Claros, séde da comarca, levarão oito dias a alli chegar; quando de Montes Claros, como dissemos e repetimos, nos separam somente nove leguas.

Podemos affirmar que, em breves dias, estaremos completamente sem communicações postaes, porque o estafeta daqui a Jequitahy acaba de solicitar exoneração por lhe não ser possível fazer o serviço, conduzindo cerca de trinta malas por viagem com a exígua e ridicula quantia de 15\$000 mensaes e não se encontrará entre nós quem se encarregue do serviço em troco dessa irrisoria remuneração. Mas, o sr. dr. Camillo Soares de Moura, Director Geral dos Correios, é um homem honesto e justiceiro. Conhece-mo-lo ha muitos annos, desde quando S. Exci.<sup>a</sup>, com superior criterio e muita honradez, geriu os negocios da Prefeitura de Caxambú—localidade visinha de Baependy, onde se orgulha de ter nascido quem traça estas linhas pelos direitos e pela justiça da hospitaleira população de Bocayuva. E' possível, é mesmo quasi certo que o illustre administrador esteja mal informado e agora, depois que lêr as considerações que expendemos, corrija o seu acto, de modo que, beneficiando Montes Claros como merece a bella cidade visinha, não commetta a injustiça de prejudi-

O Montes Claros, 30 de nov de 1916, p 1, pasta 24

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

## Correios

Subordinado a esta epigraphie, o "Minas Geraes" tem publicado os actos da Directoria Geral dos Correios, supprimindo linhas, creando novas, estabelecendo, enfim, uma quasi anarchia no serviço postal de certos pontos do nosso Estado. Haja vista a supressão da linha de Bocayuva para esta cidade. Este acto causou uma verdadeira e justa indignação em todos os habi-

ta e justa indignação em todos os habitantes da vizinha e amiga cidade; indignação esta que reflectiu com intensidade aqui, porquanto as relações commerciaes entre Bocayuva e Montes Claros são bastante estreitas e acham-se agora interrompidas, sem uma razão justa, clara, economica. Quando se fazem modificações em qualquer departamento administrativo, tendo-se em vista a regularidade do serviço ou uma economia apreciavel e necessaria, tolera-se, ainda que os interessados sintam-se prejudicados.

Quando, porém, essas modificações obedecem a outras ordens ou se prendem a um erro administrativo, os interessados não podem nem devem se calar: assiste-lhes o dever de reclamarem. E' o que fazemos agora, em nome daquelle e desta cidade, pedindo ao exm.<sup>o</sup> sr. dr. director dos Correios a revogação do acto e, consequentemente, o restabelecimento do serviço. Argumentemos:—Daqui a Bocayuva distam apenas 54 kilometros, viagem que se pode fazer perfeitamente em um dia; ao passo que daqui a Jequitahy é o dobro da distancia, portanto, o dobro da viagem; com mais 120 kilometros dali a Bocayuva, e por isso mesmo dois dias de viagem pelo menos, estão ahi quatro dias de viagem; com seis do correio dali para Bocayuva, estão ahi dez dias. Diante do exposto, que é a realidade em toda sua pujança, fica o serviço postal daqui para Bocayuva e de Bocayuva para aqui, de dez em dez a doze em doze dias.

E todo este atrazo que prejudica enormemente as relações entre as duas cidades, para economisar um conto e tanto por anno! Ora, srs. administradores e legisladores, convenham conosco, isto é simplesmente absurdo, intoleravel e revoltante!

O acto, portanto, que supprimiu o trafico postal entre esta e aquella cidade, não pode ficar de pé, sob pena de incalculaveis damnos nas relações commerciaes e particulares das duas cidades! Não deve, sob principio algum, perdurar, sob pena de uma eterna e justa magoa se crear entre nós e o actual timoneiro deste importante departamento da administração geral da Republica! Aqui fica, pois, o justissimo pedido dos bocayuvenses, pedido tambem dos montesclarenses, esperando que a Sub-Administração de Diamantina e a Administração de Minas o tomem na devida consideração, encaminhando-o e levando-o ao conhecimento do exm.<sup>o</sup> sr. dr. Director dos Correios da União.

O Montes Claros, 30 de nov de 1916, p 1, pasta 24

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

## Melhoramentos do nosso municipio e da zona Norte

### O Deputado Honorato Alves, nosso illustre chefe, age em nosso beneficio

Damos a seguir algumas medidas tomadas e aventadas pelo preclaro politico, no sentido de nos beneficiar. Ellas :

Conseguiu do titular da pasta da Agricultura promessa firme da construcção de uma ponte sobre o rio Jequitahy, no trecho da estrada que vem de Buenopolis a esta cidade.

Dentro em pouco virá áquelle local, a fim de levantar a planta e orçamento da obra, um engenheiro do Estado.

— Conseguiu mais que o referido engenheiro venha até esta cidade, a fim de orçar a obra.

— Conseguiu mais que o referido engenheiro venha até esta cidade, a fim de orçar a obra.

Dentro em pouco virá áquelle local, a fim de levantar a planta e orçamento da obra, um engenheiro do Estado.

— Conseguiu mais que o referido engenheiro venha até esta cidade, a fim de orçar a reconstrucção do prédio da cadeia ou a construcção de outro em lugar mais apropriado.

— Conferenciou com o dr. Secretario do Interior a respeito da criação de um grupo escolar em Villa Brasília, promettendo o secretario attender ao seu pedido.

— Conferenciou com o Administrador dos Correios acerca da regularização do serviço postal entre Buenopolis e esta cidade, que actualmente se acha em completa anarchia.

O Administrador prometteu providencias energicas no sentido de sanar tuas irregularidades.

— Conferenciou, finalmente, com o Chefe de Policia sobre o augmento do destacamento local e sobre a necessidade da permanencia aqui de um official da Policia.

O chefe já providenciou a respeito, attendendo a esta solicitação.

Diante dessas medidas que já estão bem encaminhadas e em via de execução, vê-se que o illustre dr. Honorato Alves não descuidou de seu municipio e por elle se interessa junto aos poderes constituídos.

Levamos, pois, ao nosso illustre e acatado chefe o nosso franco applauso e calorosas felicitações, e fazemos votos por que tudo isto se realice, firmando cada vez mais o seu prestigio e o seu nome perante o povo e perante o Governo.

O Montes Claros, 5 de julho de 1917, p 1, pasta 53

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

# O Brasil na Guerra

A proclamação do exmo. sr. dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, honrado presidente da Republica, aos presidentes e governadores dos Estados.

«Impellido a reconhecer o estado de guerra que não desejei e que foi obrigado a acceitar, depois de uma neutralidade modelar, em vista dos crescentes e graves attentados à nossa bandeira praticados pelo governo allemão, nelle entrou o Brasil para defender os seus sagrados direitos, formando ao lado dos que, ha mais de tres annos, vêm se batendo pelas conquistas da civilização e pelos direitos da humanidade, tendo já iniciade actos de franca belligerancia, de accordo com as deliberações do Legislativo.

E' a paz a aspiração permanente do paiz.

Ella foi em todos os tempos o ideal da Nação educada nas normas do trabalho pacifico, do progresso, da ordem e do respeito aos direitos alheios, desde os primeiros dias de nossa independencia internacional. Jamais nos utilisamos, em detrimento de quem quer que fosse, da nossa extensa frente de fronteira, mas nos firmamos pelo accordo e arbitramento. Nenhum outro paiz offerece como o nosso o recurso admiravel da arbitragem como soluçã dos litigios internacionais. Nunca tivemos guerra de conquistas e á indole do nosso povo está a indicar, em largos annos de vida laboriosa, que não o movem outros intentos sinão os da paz e do trabalho. Entrando na guerra, a que outros povos já deram o melhor do seu sangue e dos seus recursos, reconhece o Brasil a somma de sacrificios que está obrigado a fazer, e os encara sem vacillações. Não precisa o governo traçar a regra de

proceder aos seus cidadãos no littoral e sertões; cada brasileiro cumprirá seu dever como sempre entendeu, e entendendo deve cumprir o. Na luta sangrenta, cujas surpresas, dia a dia, annullam os mais avisados calculos, a lieção está a mostrar, exemplarmento, a situação que convem não se desprezar.

E' necessario que se dissipem todas as divergencias internas e que a Nação appareça unida e indivisivel em face do aggressor; e para isso o governo aconselha e espera o maior acatamento ás suas deliberações.

A imprensa, que nunca faltou com o seu patriotismo nos momentos graves, se dispensará de discussões inopportunas.

Nossas tradições liberaes ensinam sempre o respeito ás pessoas e bens do inimigo, tanto quanto forem, compatíveis com a segurança publica; e assim devemos proceder.

E' opportuno que aconselhemos a maior parcimonia nos gastos de qualquer natureza — publicos ou particulares. Intensifiquemos, tanto quanto possivel, a producção dos campos, a fim de que a fome, que bate já ás portas da Europa, não nos afflija tambem, e possamos antes ser o celeiro de nossos alliados. Com este fim, todas as attentções devem de estar alertas aos manejos da espionagem que é multiforme!

Emmudeçam-se todas as boccas, quando se tractar do interesse nacional!

Saudações cordiaes.

W. Braz.»

O Montes Claros, 18 de nov de 1917, p 3, pasta 71

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.



Gazeta do Norte, 26 de out de 1918, p 3 pasta 110

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

# Saneamento dos sertões

## O povo

Em artigos que temos publicado a respeito d'este paupitante problema, affirmámos que o governo, empenhado como parece estar em encontrar para elle uma solução pratica e definitiva, não tem meio algum a não ser a construcção de estradas de ferro atravessando as regiões doentias. E não se diga que é uma affirmacção gratuita; nos Estados Unidos, em que tudo é grandeza e progresso, os governos têm innumeradas vezes lançado mão d'este meio eficaz para sanear regiões pestilentas e para povoar desertos.

N'uma longa viagem que fizemos pelo norte de Minas, de Buenopolis para cá, pudemos observar a verdade desta affirmacção.

Os homens de governo, que vivem entre sedas e velludos, no meio do conforto de nossas capitães, não fazem a menor ideia do que é o sertão, dos contrastes immensamente impressionantes que se vêm a cada passo entre as extraordinarias riquezas do solo e as miserias horribéis da popu-

liantam-se senpre pela sua audacia, pela sua energia de ferro, pela pujança e vivacidade de intelligencia e de caracter como expoente de nobres qualidades que dormem latentes no animo dos sertanejos.

O abandono do nosso sertão deve figurar em nossa bandeira como uma mancha negra, assim como o foi para a nossa patria a escravidão: para lavá-la, deveriam se empenhar ardorosamente não só os filhos do sertão, mas todos os brasileiros dignos deste nome. E mais tarde ou mais cedo, quando os governos volverem os olhos para o nosso sertão, numa acção justa e proficua, certamente que ha de brilhar em nossa historia mais uma pagina gloriosa: a integraçáo do sertanejo na vida de nossa patria. E para isto, basta que o governo faça penetrar pelos sertões a estrada de ferro, que será então como um nervo sensível e motor, fazendo vibrar fortemente a terra, o ar e o povo, será como uma arteria, levando em cada pulsação, uma onda de sangue, um sopro de vida por onde passe, despertando ambições, accordando energias e espalhando

extraordinárias riquezas do solo e as misérias horribéis da população rural que vive como des-terrada em sua própria patria, ás margens de nos e correjos paludosos.

E eu admiro muito este povo heroico; admiro-o pela sua infelicidade, admiro-o, insulado em sua miséria, a lutar heroicamente contra o desprezo em que o deixa o seu governo, contra as inclemencias do solo, contra as epidemias, a contemplar pacientemente a vastidão sem fim dos sertões desertos, sem uma queixa, sem um lamento, sem uma esperança!...

Bem razão teve o grande luzeiro da medicina brasileira, Miguel Couto, quando n'um discurso recente, depois de salientar «o defeito das qualidades de nossa terra», assim exclamava:

«O esforço humano que tiver de lutar contra taes elementos precisa ser formidavel e colossal, e os que vencerem são heroes.

Eis porque nós devemos orgulhar do nosso povo. Não sei de outro que se medisse com taes difficuldades e dellas se salis-se com mais proveito; imagino quantos teriam fugido e emigrado; nenhum conneço que, affrontando tantas inclemencias juntas da natureza, fosse capaz, no curto prazo da nossa vida independente, de progredir mais, de se tornar mais digno.

Em outras terras cada homem vale por um e tanto basta; na nossa ha de valer por dois e tem valido».

Dizer-se depois que o sertanejo é um povo inerte, é faltar á mais clara verdade e commetter uma grande injustiça, porque inertes têm sido os nossos governos que não volve-m nunca as vistas para este povo resignado e heroico.

O sertanejo tem uma fé profunda e santa, um culto verdadeiro a Deus porque sabe que é o unico poder que lhe vale e lhe socorre no abandono em que vive.

Os filhos do sertão que se edu-

cam em centros adiantados, sa-

se, despertando amôrçoes, accor-dando energias e espalhando alegrias e esperanças.

E o apito da locomotiva, reso-ando de quebrada em quebrada, através de serras magestosas e rios caudalosos, dirá ao sertanejo: accorda, chegou o dia da tua redempção.

E então, á luz da civilização, do progresso e do movimento, as epi-

demias e endemias, por si mes-

mas, desaparecerão para sem-

pre, como phantasmas açoitados

e vencidos.

Dr. X.

O Montes Claros, 27 de jan de 1918, p 1 pasta 81

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

# Saneamento dos sertões

## O solo

O viajante que partir de Buenópolis, ponto estacionário do ramal de Montes Claros, em demanda do sertão norte mineiro, tem logo a impressão de que vai penetrar num deserto imensamente grande.

No entanto, se houvesse vias de transporte, como estrada de ferro, seria muito em breve uma região completamente transformada e cujos productos iriam concorrer grandemente para o augmento da nossa riqueza.

E' justamente nesta região tão fértil e tão grande que, por um terrível contraste, vive, à beira de rios como Curumatahy, Jequitahy etc. aquelle povo que inspirou ao illustre professor Miguel Pereira a celebre phrase: — «O Brasil é um immenso hospital».

Os rios, ribeirões e correios desta região são focos terríveis de impaludismo e a molestia de Chagas parece ter ali o seu dominio absoluto.

E os nossos governos discutem ha dois annos o meio de sanear os sertões e parecem sinceramente interessados n'esta empresa. Mas, como? Por meio de rendosas commissões, por meio de discursos

tantos os serviços já feitos de Buenópolis para cá, cortes enormes, aterros immensos, como os das margens do Jequitahy, que resistiram a enchentes colossaes, obras d'arte, dormientes etc. que, deixar perder tudo aquillo, com a aggravante da privação da estrada nesta região, é um verdadeiro crime que commette o governo que assim proceder.

Assim, pelo lado commercial, agrícola, strategico e sobretudo pelo prophylactico o governo não deve hesitar em terminar a construcção deste ramal, completando deste modo uma das obras mais importantes, mais urgentes e humanitarias que se podem fazer ao Estado de Minas. O que é necessario para o bom andamento de obras como esta é que o governo as entregue a homens de merito e sobretudo honrados e de caracter rijo.

Não precisa discutir-se para provar de que modo a estrada de ferro vai influir sobre a extincção dos focos pestilentos e sobre a saude da população. Basta observar a transformação salutar operada na região de Curvello a Pirapora que ficou completamente saneada só com a passagem da estrada, do celebre rio chamado Bicuço, antigamente foco pavoroso de epidemias.

os serões e pare te interessados n'esta empreza. Mas, como? Por meio de rendosas commissões, por meio de discursos e officios? O nosso sertão é tão grande, os trabalhos que exigem as remoções dos focos pestilentos são tão fabulosos que os governos não devem nem pensar nisso, o que aliás seria a racional prophylaxia. Vejamos, por exemplo, o rio Jequitahy. Quando este rio enche, como na dias aconteceu, não faz mais curvas em seu leito: transborda e vai como um mar de lama invadindo as immensas mattas Virgens, numa extensão de uma legua de lado a lado. Na sua vasante, lá ficam aquellas mattas colossaes, cheias de sangradouros, de podridões e tornam-se então em focos pavorosos de impaludismo, como pudemos observar. O viajante, logo ao se appproximar das margens do rio, é assaltado por uma verdadeira nuvem de mosquitos, anopheles, sequiosos de inocular-lhe o germen do paludismo que leva milhares de pessoas ao tumulo e outras á mais horrivel miseria organica.

Se não fossem os cuidados immensos que tomámos ao atravessar aquelle rio, como um soldado inglez fugindo dos gazes asphyxiantes, talvez estivéssemos agora a tremer de febre...

No entanto este rio não tem o minimo vestigio de ponte e os caminhos, em suas margens, consistem apenas em trilhos em que o animal afunda-se ás vezes até as orelhas na lama pôdre, como aconteceu com o animal em que eu viajava. Se o governo quizesse mesmo sanear estas regiões, teria que enterrar, talvez só nas margens do Jequitahy todo o orçamento do paiz.

Entretanto, se o governo quer mesmo sanear o sertão, chamando os sertanejos ao convivio da civilização, basta uma coisa apenas: a estrada de ferro, isto é, basta que o governo mande terminar a construção já muito adiantada deste importantissimo ramal. São

te saneada só com a passagem da estrada, do celebre rio chamado Bicuado, antigamente foco pavoroso de paludismo e hoje saneado apenas pela estrada de ferro.

E' tão rico o norte de Minas e vive num abandono tamanho que eu penso que o governo que lhe trouxer a estrada de ferro passará á historia, como o descobridor de uma terra nova, assim como Pedro Alvares Cabral e Christovão Colombo.

Dr. X.

O Montes Claros, 3 de fev de 1918, p 1, pasta 82

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.

## Escola Normal

Copia-se, segundo estamos informados, de reabrir a Escola Normal Norte Mineira, que nesta cidade funcionou durante algum tempo, com regularidade.

Infelizmente, causas diversas, entre as quais a sua má direcção nos ultimos tempos, fizeram com que não podesse ella continuar a funcionar até que fosse revogada a lei que prohibia a equiparação de estabelecimentos semelhantes as Escolas Normaes nificies.

Agora, que por uma recente lei se permite essa equiparação é justo e mesmo razoavel que se procure realabelecer essa Escola que, certamente, bem dirigida, virá prestar valiosissimos serviços a esta zona do Norte, onde não existe um só estabelecimento de essa natureza.

A criação de uma Escola Normal nesta cidade é uma medida de tão grande alcance que, poucos serão os elogios e os esforços que se possam fazer para a sua realização.

Mas, assim como nos collocamos francamente ao lado desta ideia, não podemos deixar de fazer sentir desde já que toda cautella é pouca, para que, realiado a criação da Escola não venha a succeder o mesmo que já observamos: fechar-se o estabelecimento pela falla de confiança resultante de uma administração má.

Em uma leita, como a nossa, só entregue a sua direcção a uma pessoa competente e insuspeita, poderá um estabelecimento dessa natureza prosperar, preenchendo o fim a que se destina.

Si a escolha de Director e leutes obedecer a outros fins que não sejam o interesse pela conservação e bom nome da Escola, a idea fracassará certamente: as injustiças, preferições e favores crearão fatalmente uma atmosphera de duvidas e uma falta de confiança que de certo matarão o estmulo de professores e alumnos, fazendo-os abandonar a Escola, como já succedeu uma vez.

A equiparação do estabelecimento dependerá, segundo a recente lei, de condições e fiscalização que o Governo estabelecer e nessas condições quanto mais accertadas forem as nomeações de professores, a ordem, a disciplina e seriedade do ensino, verificadas, tanto maior facilidade haverá para o reconhecimento official.

Pensem os promotores da idea, na responsabilidade que assumem e não vão, talvez, por oculos irreflectidos, comprometter o exito da bella e util iniciativa da qual em muito depende o progresso da instrução nesta zona.

Aqui estaremos sempre ao lado das ideas, como essa e não regatearemos applausos e mesmo qualquer esforço em prol desta que se nos afigura digna sob todos os titulos.

lado das ideas, como essa e não regatearemos applausos e mesmo qualquer esforço em prol desta que se nos afigura digna sob todos os titulos.

## Cartas cariecas

Rio, 19 — X — 1918.

Absorvido pela terrível luta pela existência, tenho falado ao meu compromissário de dar aos leitores da "Gazeta", notícias do facto mais interessante, desenvolvido nesta grande metrópole.

O Rio destes últimos dias em nada se parece com a grande cidade que é o orgulho dos brasileiros.

Uma rajada de morte passou por esta terra, trazendo a paralyzação de toda a vida commercial e de toda a actividade carioca.

O alarmo produzido pelas exageradas notícias criou uma atmosphera de terror que trouxe em resultado um desequilibrio em todas as manifestações de actividade, mergulhando a cidade em um estado de torpor e de desolimo incalculavel.

É impossivel descrever a situação das classes pobres, onde a epidemia tem causado os maiores estragos, devido a falta de meios para que as diversas classes desprivilegiadas possam de seu salario quotidiano.

Não se descreve a grandura dos commerciantes que vendendo um kilo de chlorato de quinino, antes da epidemia a 250 e 300\$, passaram a vendê-lo a 2.000\$000; na mesma proporção se acha o sulfato de quinino; a essencia de limão, vendida antes, de 25 a 30\$, o kilo, passou a ser vendida por 100\$000.

Os casos de desespero são de alta escaza e felizmente o governo tomou serias medidas não só quer a venda de generos e de remedia, como também a distribuição gratuita de medicamentos aos necessitados.

A epidemia vai pouco, em franco declinio, sendo atacado, sem exagero, mais de 300 mil pessoas.

A mortalidade foi insignificante, porém, a vista da tão elevado numero de pessoas atingidas.

O Rio apresenta um triste aspecto. Theatros, cinemas, restaurantes, confeitarias, acham-se fechados, dando a cidade uma desagradavel impressão.

O governo tem tomado varias providencias e entre as ultimas se destaca a exoneração do dr. Carlos Seidl, do cargo de Director da saúde publica.

Tive excellente impressão, ao ler o telegramma dahi passado, no qual se dá noticia do enthusiasmo com que foi recebida nessa boa terra, a noticia da terminação da guerra.

Infelizmente, muitas vidas ainda serão sacrificadas, antes que os alemães sofram o justo castigo que merecem pelos crimes inauditos que tem praticado.

J. de Lins.

Gazeta do Norte, 26 de out de 1918, p1

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.



Gazeta do Norte /21 de setembro de 1918, p 3

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros.